

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 148, DE 2022
(Do Poder Executivo)
MSC 660/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto 11.281, de 12 de dezembro de 2011, que renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda para explorar , pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

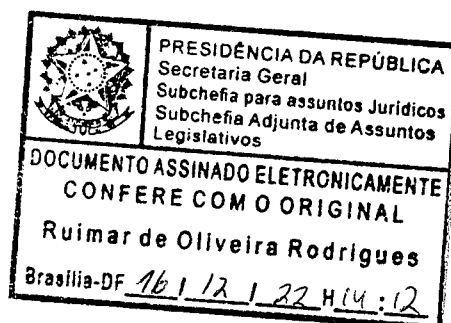
MENSAGEM Nº 660

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto nº 11.281, de 12 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 2022, que “Renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

EM nº 00127/2022 MCOM



Brasília, 13 de Maio de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.013137/2020-05, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 18.565/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de janeiro de 2021, a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (CNPJ nº 43.915.172/0001-06), por meio do Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado em 26 de março de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 24, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maximiliano Salvadori Martinhão

DECRETO Nº 11.281, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

Renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput**, inciso IV, e o art. 223, **caput**, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 01250.013137/2020-05 do Ministério das Comunicações,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de 16 de janeiro de 2021, a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 43.915.172/0001-06, conforme o disposto no Decreto de 10 de maio de 1991, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 947, de 18 de dezembro de 2009, e renovada pelo Decreto de 27 de novembro de 2008, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117, de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após a deliberação do Congresso Nacional, nos termos do disposto no § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de dezembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.





Sumário

Atos do Poder Executivo 1

..... Esta edição é composta de 1 página.....

Atos do Poder Executivo

RETIFICAÇÃO

No Decreto Nº 11.281, de 12 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2022, Seção 1, na página 1, nas assinaturas, **leia-se:** JAIR MESSIAS BOLSONARO e Maximiliano Salvadori Martinhão.

Diário Oficial da União Digital

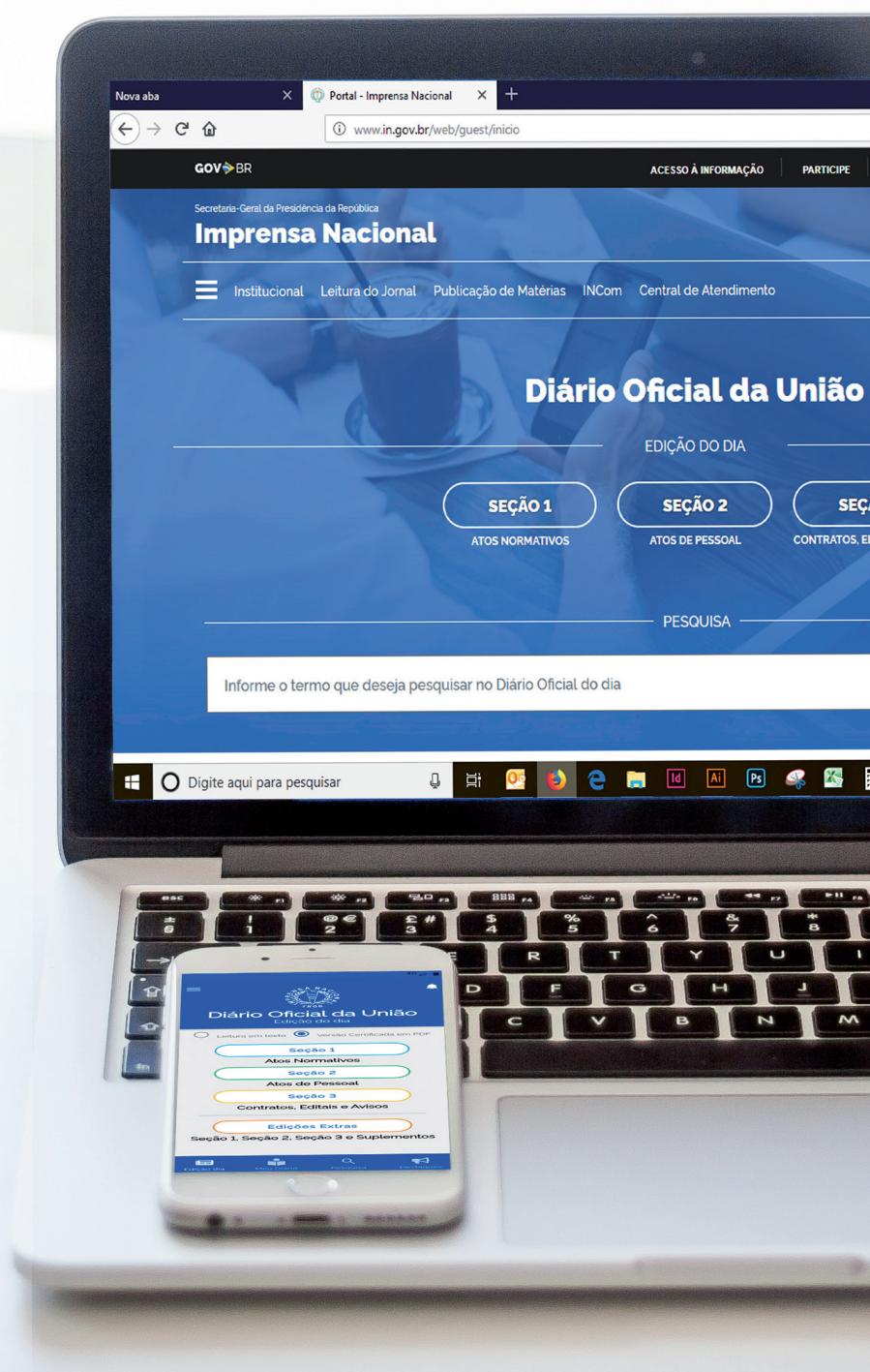
A informação oficial ao alcance de todos

Confira as facilidades oferecidas pela Imprensa Nacional:

**Acesso livre e gratuito** às edições**Disponibilidade imediata** no momento da publicação**Pesquisa avançada** por palavra, data, órgão, ato, etc.**Edições completas e certificadas****Disponibilizado em diferentes formatos de leitura (pdf, html) e em dados abertos (xml)****Novas funcionalidades e serviços no App DOU**

Acesse o portal da Imprensa Nacional
www.in.gov.br

Baixe o App DOU nas lojas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União



SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditórios

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 678/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 11.281, de 12 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial da União do dia 13 de dezembro de 2022, que “Renova a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 14/12/2022, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3809198** e o código CRC **44E1E4D7** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 11338/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo nº 01250.013137/2020-05.

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 13/05/2022, às 17:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



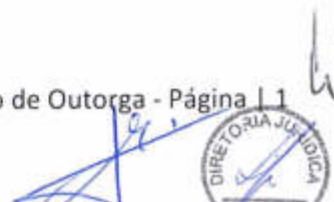
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9874041** e o código CRC **3F3DB942**.

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Serviço a ser renovado:

DECLARAÇÕES

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;



- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento.

Osasco (SP), 11 de março de 2020.



JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL
Diretor Superintendente



JULIO CESAR GARCIA DANTAS
Diretor Administrativo Financeiro

ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

**RELATIVOS À
PESSOA
JURÍDICA**

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.



TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CNPJ(MF) Nº 43.915.172/0001-06

NIRE 33.200.196.798

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE
CONTRATO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

Comparecem sócios representando a totalidade do capital social, abaixo subscritos, a saber:

- (I) **SENOR ABRAVANEL**, brasileiro, casado, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SSP-SP e do CPF(MF) nº 008.291.028-68, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica nº 2.530, 19º andar, no bairro da Consolação, neste ato representado por seus bastante procuradores, srs. **Luiz Sebastião Sandova**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.804.798-SSP/SP e inscrito no CPF(MF) sob o nº 064.288.278-91, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica nº 2.530, 19º andar, no bairro da Consolação, e **Henrique Abravanel** adiante qualificado, conforme instrumento público de procuração lavrado, em **27.08.2008**, às fls. **143** do livro **2404**, no 26º Tabelião de Notas da cidade de São Paulo; e





(II) **HENRIQUE ABRAVANEL**, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SSP-SP e do CPF(MF) nº 003.957.658-20, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jaceguai nº 400, no bairro da Bela Vista.

As pessoas físicas, acima qualificadas, na qualidade de únicas sócias componentes da sociedade empresária limitada denominada

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.,

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Campo de São Cristóvão, nº 105, São Cristóvão, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social datado de **04.01.1974**, arquivado na Junta Comercial do Estado São Paulo sob nº **695.568**, em sessão de **08.01.1974**, com suas posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última Alteração Contratual de **28.04.2007**, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob **00001733423**, em sessão de **17.03.2008**, detentores, respectivamente, de **7.363.125** e **74.375** quotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo, à vista das deliberações tomadas na Ata de Reunião Extraordinária de Sócios, realizada em 10 de fevereiro de 2009, **RESOLVEM:**





- (A) **PROCEDER** a mudança de endereço de sua sede social, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada no Campo de São Cristóvão nº 105, em São Cristóvão para a cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 04 – Vila Jaraguá – CEP 06276-905”.
- (B) **TRANSFORMAR** a sua atual sede social em filial, localizada no Campo de São Cristóvão nº 105, em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, destacando-se do capital social o valor de **R\$50.000,00** (cinquenta mil reais) para fins meramente fiscais.
- (C) **PROMOVER**, tendo em vista as deliberações tomadas nas letras “A” e “B”, precedentes, a alteração da cláusula segunda (2ª) do Contrato Social, acrescentando-lhe, inclusive, um parágrafo único, cujas redações passam a ser as seguintes: **“CLÁUSULA SEGUNDA (2ª)”** - O foro jurídico da sociedade é o da cidade de Osasco, Estado de São Paulo, onde se acha instalada sua sede social, na Avenida das Comunicações nº 04 – Vila Jaraguá – CEP 06276-905”. Poderá a sociedade, por deliberação de sua diretoria, instalar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior, observadas as disposições legais em vigor.





PARÁGRAFO ÚNICO – A sociedade mantém filiais nos seguintes endereços:

I. Rua General José Cristino nº 40, em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP 20921-400.

II. Campo de São Cristóvão nº 105, em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP 20921-440.

- (D) **ALTERAR** as cláusulas vigésima-primeira (21º) e vigésima-terceira (23º) do Contrato Social, para fazer constar a redução do valor do limite de alçada da competência dos administradores da sociedade ali previsto, que de **29.130** (vinte e nove mil, cento e trinta) salários mínimos, fica reduzido para **10.000** (dez mil) salários mínimos, cujas redações passam a ser as seguintes: **“CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA (21º) –** Aos Diretores Conselheiros competirá: I - fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; II - substituir os demais Diretores da Sociedade, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo; III - convocar a qualquer tempo a Reunião de Sócios; IV - alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras, públicos ou particulares; V - contrair empréstimos e assumir obrigações, em nome da sociedade, inclusive conceder avais, prestar fianças e outras garantias similares em favor de terceiros, de valores excedentes ao equivalente a **10.000** (dez mil) salários mínimos; VI - outorgar procurações com poderes para gestão ampla e completa da sociedade.





PARÁGRAFO ÚNICO – Para a validade dos atos previstos nos itens “IV” e “V” serão necessárias as assinaturas conjuntas de dois Diretores Conselheiros ou da assinatura de qualquer um dos Diretores Conselheiros em conjunto com o Diretor Superintendente da sociedade. Para a validade do ato previsto no item “VI” serão necessárias as assinaturas conjuntas de dois Diretores Conselheiros da sociedade. **CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA (23ª)** – Aos Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico, caberá: **(a)** contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da sociedade, inclusive conceder avais, prestar fianças e outras garantias similares em favor de terceiros, em valores cujo total não exceda ao equivalente a **10.000** (dez mil) salários mínimos, emitindo promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social; **(b)** outorgar procurações em nome da sociedade, com poderes para a prática de atos privativos da Diretoria, exceto aqueles que digam respeito à gestão ampla da sociedade, ou outros necessários à consecução dos objetivos sociais; **(c)** confessar dívidas, disputar, renunciar ou transigir direitos e fazer acordos de qualquer espécie; **(d)** assinar contratos de prestação de serviços pertinentes ao objetivo social; **(e)** aprovar a contratação, promoção, demissão e suspensão de empregados, sempre que a forma de remuneração implicar em estipulação de ganhos





variáveis, tais como participações sobre vendas, comissões e outras formas assemelhadas, vedada apenas a participação sobre lucros da sociedade; **(f)** representar a sociedade em juízo ou fora dele, pessoalmente ou mediante outorga de procuração com poderes da cláusula "**ad-judicia**" ou "**ad-negotia**"; **(g)** sacar cheques contra estabelecimentos bancários e receber valores junto a instituições financeiras, quaisquer que sejam as suas origens. **PARÁGRAFO ÚNICO** – Para a validade dos atos previstos nas letras "**b**" e "**c**" serão necessárias as assinaturas conjuntas dos Diretores Superintendente e Adjunto da sociedade. Para a validade dos atos previstos nas letras "**a**" e "**d**", em valores cujo total **não exceda** ao equivalente a **10.000** (dez mil) salários mínimos, serão necessárias as assinaturas do Diretor Superintendente em conjunto com qualquer outro Diretor da sociedade. Para a validade dos atos previstos nas letras "**a**" e "**d**", em valores cujo total venha a **exceder** ao equivalente a **10.000** (dez mil) salários mínimos, será necessária a assinatura do Diretor Superintendente em conjunto com qualquer um dos Diretores Conselheiros ou, ainda, mediante a assinatura conjunta de dois Diretores Conselheiros da sociedade. Para a validade dos atos previstos nas letras "**e**", "**f**" e "**g**" serão necessárias as assinaturas de dois **(02)** Diretores da sociedade".

(E) CONSOLIDAR o CONTRATO SOCIAL, cujo texto, em sua íntegra, vai a seguir transcrito:





"TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CAPÍTULO PRIMEIRO

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

DENOMINAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA (1ª) - A **TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.** é uma sociedade empresária limitada que se regerá por este Contrato Social e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

SEDE

CLÁUSULA SEGUNDA (2ª) - O foro jurídico da sociedade é o da cidade de Osasco, Estado de São Paulo, onde se acha instalada sua sede social, na Avenida das Comunicações nº 04 - Vila Jaraguá - CEP 06276-905. Poderá a sociedade, por deliberação de sua diretoria, instalar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior, observadas as disposições legais em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade mantém filiais nos seguintes endereços:





1. Campo de São Cristóvão nº 105 – São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP 20921-440.

2. Rua General José Cristino nº 40 - São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP 20921-400.

OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA (3ª) - A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa, recreativa e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza, que venha a obter do Governo Federal, mediante autorizações, concessões ou permissões. Na execução dos serviços, a sociedade explorará a propaganda comercial, nos limites e forma estabelecidos na legislação específica. A sociedade explorará também serviços nas atividades fonográficas e videofonográficas, podendo, ainda, importar e exportar programas e filmes cinematográficos, gravados ou virgens.

PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade usará em suas transmissões a expressão fantasia "**TVS – EMISSORA DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO**".





DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA (4º) - A sociedade vigorará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO SEGUNDO (2º) **CAPITAL SOCIAL E QUOTAS**

CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA (5º) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de **R\$45.517.500,00** (quarenta e cinco milhões, quinhentos e dezessete mil e quinhentos reais).

QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA (6º) - O capital social é dividido e representado por **7.437.500** (sete milhões, quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) quotas, todas do valor nominal de **R\$6,12** (seis reais e doze centavos) cada, indivisíveis em relação à sociedade, e assim distribuídas:





COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA	PART. %	Nº QUOTAS	VL. NOMI- NAL DA QUOTA	TOTAL (R\$)
Senor Abravanel	99,0	7.363.125	6,12	45.062.325,00
Henrique Abravanel	1,0	74.375	6,12	455.175,00
TOTALS:	100,0	7.437.500	6,12	45.517.500,00

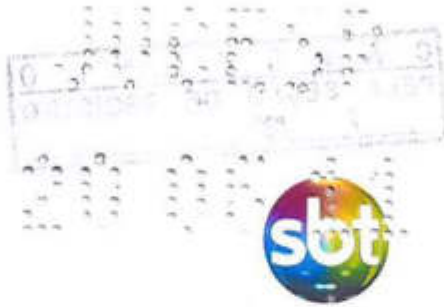
PARÁGRAFO PRIMEIRO - As quotas representativas do capital social poderão ser transferidas até o limite máximo de **30%** (trinta por cento) do capital total e do capital votante a estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, sendo permitida essa participação de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A responsabilidade de cada sócio fica restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem, solidariamente, pela integralização do capital social.

AUMENTOS DE CAPITAL

CLÁUSULA SÉTIMA (7ª) - Nos aumentos de capital por subscrição, a Reunião dos Sócios que os deliberar fixará as condições para a realização das prestações que forem assumidas, as quais figurarão,





necessariamente, nos boletins de subscrição respectivos, observadas a esse respeito as disposições específicas da legislação que disciplina os serviços de radiodifusão.

INTEGRALIZAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA (8ª) - O sócio que não fizer o pagamento nas condições estabelecidas e reproduzidas no boletim ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de **12%** (doze por cento) ao ano, com a atualização monetária de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor - **IPC** e multa de **10%** (dez por cento), observadas as demais prescrições legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na eventualidade de mora do sócio, ficará a sociedade com o direito de, alternativamente: **(a)** declarar caducas as quotas não integralizadas, no todo ou em parte, fazendo suas as entradas porventura realizadas e integralizando as respectivas quotas com seus próprios lucros ou reservas, exceto a reserva legal; **(b)** efetuar a colocação das quotas caídas em comisso, dando preferência de compra aos demais sócios, na proporção das quotas por eles possuídas; **(c)** acionar o subscritor em mora, mediante processo de execução; e **(d)** deliberar sobre a redução do capital social, em importância correspondente às



quotas subscritas e não integralizadas. Desde que necessário, o exercício de qualquer uma das alternativas aqui referidas será precedida de prévia autorização do Governo Federal, através dos seus órgãos competentes.

CLÁUSULA NONA (9ª) - Na proporção do número de quotas que possuírem, os sócios terão preferência para subscrição do aumento de capital; o direito deverá ser exercido dentro de **30** (trinta) dias, contados da data da Reunião dos Sócios que o tiver deliberado.

DIREITO DE VOTO

CLÁUSULA DÉCIMA (10ª) - Cada quota dará direito a um voto nas deliberações da Reunião dos Sócios.

LIMITAÇÕES À CIRCULAÇÃO DAS QUOTAS

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA (11ª) - O sócio que pretender alienar suas quotas deverá dar preferência ao outro sócio, através de carta dirigida à Diretoria, na qual indicará preço e condições da





proposta. A Diretoria, no prazo de 30 (trinta) dias, comunicará a pretensão ao outro sócio, o qual, em igual prazo, poderá exercer seu direito de preferência na proporção das quotas que possuir. A alienação das quotas deverá ser precedida de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA (12ª) - As quotas não poderão ser dadas em garantia de obrigações contraídas pelos seus respectivos titulares.

CAPÍTULO TERCEIRO (3º) **DAS REUNIÕES DOS SÓCIOS**

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA (13ª) - A Reunião dos Sócios terá todos os poderes que lhe são conferidos por lei para decidir sobre os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA (14ª) - A Reunião Ordinária dos Sócios realizar-se-á até o dia **30** de abril de cada ano e a Extraordinária sempre que para tanto for convocada.





CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA (15ª) - As Reuniões dos Sócios serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, instaladas pelo Primeiro Diretor Conselheiro, presididas pelo Diretor Superintendente e secretariadas pelo Diretor Adjunto da sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na ausência do Primeiro Diretor Conselheiro, a instalação das Reuniões caberá a qualquer outro Diretor Conselheiro, devendo os sócios indicar outras pessoas para presidir e secretariar os trabalhos, caso também se verifique a ausência do Diretor Superintendente e do Diretor Adjunto da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As deliberações da Reunião dos Sócios, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos e versarão, exclusivamente, sobre a matéria constante do respectivo Edital de Convocação.

CAPÍTULO QUARTO (4º)

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA (16ª) - A Administração da sociedade competirá a uma Diretoria composta por até **08** (oito) membros, subdividida em dois grupos de Diretores, sendo o primeiro grupo composto de **03** (três) membros, designados **1º** Diretor Conselheiro,





2º Diretor Conselheiro e 3º Diretor Conselheiro e o segundo grupo por **05** (cinco) membros designados: Diretor Superintendente, Diretor Adjunto, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Comercial e Diretor Técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA (17ª) - Os Diretores, sócios ou não, sempre brasileiros natos, deverão residir no País, e serão eleitos pela Reunião Ordinária de Sócios, que também fixará seus honorários, e sendo por ela destituíveis a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse daqueles que forem eleitos para o mandato seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) - Os Diretores eleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões de Diretoria, após haverem seus nomes sido aprovados pelo Ministério das Comunicações, ficando dispensados de prestar fiança à sociedade ou qualquer outro tipo de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA (18ª) - O mandato da Diretoria será de **03** (três) anos, permitida a reeleição.





CLÁUSULA DÉCIMA-NONA (19ª) - No caso de vaga em qualquer dos cargos da Diretoria, caberá a qualquer Diretor Conselheiro substituir o Diretor ausente, afastado ou renunciante, até a próxima Reunião Ordinária de Sócios, completando assim o mandato do substituído.

DOS DIRETORES CONSELHEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA (20ª) - Os Diretores Conselheiros reunir-se-ão sempre que necessário, mediante a convocação de um ou mais membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, **02** (dois) Diretores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) - O grupo de Diretores Conselheiros deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o primeiro Diretor, pela ordem de eleição, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) - As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA (21ª) - Aos Diretores Conselheiros competirá: I - fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; II - substituir os demais Diretores da Sociedade, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo; III - convocar a qualquer



tempo a Reunião de Sócios; **IV** - alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras, públicos ou particulares; **V** - contrair empréstimos e assumir obrigações, em nome da sociedade, inclusive conceder avais, prestar fianças e outras garantias similares em favor de terceiros, de valores excedentes ao equivalente a **10.000** (dez mil) salários mínimos; **VI** - outorgar procurações com poderes para gestão ampla e completa da sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a validade dos atos previstos nos itens “**IV**” e “**V**” serão necessárias as assinaturas conjuntas de dois Diretores Conselheiros ou da assinatura de qualquer um dos Diretores Conselheiros em conjunto com o Diretor Superintendente da sociedade. Para a validade do ato previsto no item “**VI**” serão necessárias as assinaturas conjuntas de dois Diretores Conselheiros da sociedade.

DOS DIRETORES SUPERINTENDENTE, ADJUNTO, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, COMERCIAL E TÉCNICO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA (22ª) - Os Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação de um ou mais de seus membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, **02** (dois) membros.





PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) - Este Grupo de Diretores deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o Diretor Superintendente, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) - As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA (23ª) - Aos Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico, caberá: **(a)** contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da sociedade, inclusive conceder avais, prestar fianças e outras garantias similares em favor de terceiros, em valores cujo total não exceda ao equivalente a **10.000** (dez mil) salários mínimos, emitindo promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social; **(b)** outorgar procurações em nome da sociedade, com poderes para a prática de atos privativos da Diretoria, exceto aqueles que digam respeito à gestão ampla da sociedade, ou outros necessários à consecução dos objetivos sociais; **(c)** confessar dívidas, disputar, renunciar ou transigir direitos e fazer acordos de qualquer espécie; **(d)** assinar contratos de prestação de serviços pertinentes ao objetivo social; **(e)** aprovar a contratação, promoção, demissão e





suspensão de empregados, sempre que a forma de remuneração implicar em estipulação de ganhos variáveis, tais como participações sobre vendas, comissões e outras formas assemelhadas, vedada apenas a participação sobre lucros da sociedade; **(f)** representar a sociedade em juízo ou fora dele, pessoalmente ou mediante outorga de procuração com poderes da cláusula "**ad-judicia**" ou "**ad-negotia**"; **(g)** sacar cheques contra estabelecimentos bancários e receber valores junto a instituições financeiras, quaisquer que sejam as suas origens.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a validade dos atos previstos nas letras "**b**" e "**c**" serão necessárias as assinaturas conjuntas dos Diretores Superintendente e Adjunto da sociedade. Para a validade dos atos previstos nas letras "**a**" e "**d**", em valores cujo total **não exceda** ao equivalente a **10.000** (dez mil) salários mínimos, serão necessárias as assinaturas do Diretor Superintendente em conjunto com qualquer outro Diretor da sociedade. Para a validade dos atos previstos nas letras "**a**" e "**d**", em valores cujo total venha a **exceder** ao equivalente a **10.000** (dez mil) salários mínimos, será necessária a assinatura do Diretor Superintendente em conjunto com qualquer um dos Diretores Conselheiros ou, ainda, mediante a assinatura conjunta de dois Diretores Conselheiros da sociedade. Para a validade dos atos previstos nas letras "**e**", "**f**" e "**g**" serão necessárias as assinaturas de dois **(02)** Diretores da sociedade.





CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA (24ª) - Poderão os Diretores Superintendente e Adjunto, sempre assinando em conjunto, constituir procuradores para a prática de atos de sua competência, vedada a outorga com poderes de substabelecimento para os atos descritos nas letras "a", "b", "c" e "d" da cláusula anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - As procurações terão sempre o prazo máximo de validade de apenas **01** (um) ano, exceto quando os poderes forem com a cláusula "ad-judicia".

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA (25ª) - Poderão ser praticados, mediante assinatura isolada do Diretor Superintendente, ou Adjunto, ou Administrativo-Financeiro, ou Comercial, ou Técnico, ou ainda de procurador ou procuradores constituídos pela sociedade, os atos a seguir relacionados: **(a)** depoimento pessoal em juízo; **(b)** endossos de cheques recebidos de terceiros, unicamente para fins de depósito em estabelecimentos bancários, nas contas da Sociedade; **(c)** assinatura de correspondências, inclusive cartas de preposição, memorandos, pedidos de verificação de saldos junto a instituições financeiras e bancárias e de outros documentos assemelhados; **(d)** endosso de duplicatas ou recibos a favor de instituições financeiras para fins de descontos, caução, garantia ou simples cobrança; **(e)** representação da Sociedade junto a repartições públicas,





entidades paraestatais, autarquias e órgãos assemelhados, federais, estaduais ou municipais; **(f)** assinatura de contratos de trabalho, carteiras profissionais, avisos de férias e quaisquer outros documentos relacionados com os empregados da Sociedade, com a ressalva do disposto na letra "e" da cláusula vigésima-terceira **(23ª)** anterior; **(g)** receber citação inicial em nome da Sociedade; e **(h)** assinatura de termos de abertura em livros, para fins de registro junto a repartições públicas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA (26ª) - Ao Diretor Superintendente, sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, caberá especificamente: **(a)** a coordenação das atividades e negócios da Sociedade; **(b)** o encargo de presidir as Reuniões da Diretoria, os trabalhos das Reuniões dos Sócios, bem como a tarefa de fazer cumprir as deliberações nelas tomadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA (27ª) - Ao Diretor Adjunto, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Contrato Social, caberá secretariar as Reuniões dos Sócios, e colaborar com os demais Diretores no desempenho de suas funções.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA (28ª) - Ao Diretor Administrativo-Financeiro competirá a direção dos serviços administrativos e financeiros da sociedade.





CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA (29ª) - Ao Diretor Comercial competirá a responsabilidade pela área comercial da sociedade, inclusive a direção dos trabalhos relativos à contratação de veiculação, nos termos do objeto social, de publicidades angariadas de anunciantes e clientes da sociedade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA (30ª) - Ao Diretor Técnico competirá a direção de trabalhos de natureza técnica, objetivando o funcionamento, a manutenção de equipamentos e a expansão dos serviços de radiodifusão da sociedade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA (31ª) - Em seus impedimentos temporários o Diretor Superintendente será substituído pelo Diretor Adjunto; nos demais casos, os Diretores substituir-se-ão mutuamente.

CAPÍTULO QUINTO (5º)

CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEGUNDA (32ª) - A sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente, composto de **03** (três) membros,





e igual número de suplentes que funcionará nos exercícios sociais em que for instalado pela Reunião dos Sócios.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-TERCEIRA (33ª) - O mandato do Conselho Fiscal durará da Reunião dos Sócios que o instalar até a primeira Reunião Ordinária de Sócios seguinte que se realizar.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUARTA (34ª) - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que lhe são conferidos por lei.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUINTA (35ª) - A remuneração do Conselho Fiscal será fixada pela Reunião dos Sócios que o instalar, observadas as prescrições legais.

CAPÍTULO SEXTO (6º)
EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEXTA (36ª) - O exercício social compreende um período de **12** (doze) meses e encerrar-se-á em **31** de



dezembro de cada ano, O balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em **31** de dezembro de cada ano.

LUCROS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SÉTIMA (37ª) - Do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver, e da provisão para o imposto de renda, serão apartados: **(a)** uma quantia equivalente a **5%** (cinco por cento) do lucro para a formação da reserva legal, até que atinja **20%** (vinte por cento) do capital social; e **(b)** dividendos aos sócios, na base mínima de **5%** (cinco por cento), conforme preceitua o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO ÚNICO - O saldo dos lucros ficará à disposição da Reunião dos Sócios que lhe dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais aplicáveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-OITAVA (38ª) - Os dividendos serão pagos dentro do prazo estipulado pela Reunião de Sócios que os declarar. A sociedade poderá distribuir lucros ou dividendos por conta de resultado de período base não encerrado, valendo-se,





para tanto, de balanços intermediários levantados no curso do exercício social, cabendo à Reunião Ordinária de Sócios ratificar ou não a sua distribuição.

CAPÍTULO SÉTIMO (7º)

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS **E DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-NONA (39ª) - As alterações contratuais e a dissolução da sociedade somente poderão ser decididas em Reunião Extraordinária dos Sócios convocada especialmente para esses fins e que se reunirá com a representação mínima de $\frac{3}{4}$ (três quartos) das quotas e, em segunda convocação com a metade mais uma.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA (40ª) - A convocação da Reunião dos Sócios para fins de dissolução da sociedade somente poderá ser realizada a pedido de sócio ou sócios que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) das quotas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-PRIMEIRA (41ª) - A dissolução da sociedade somente se considerará aprovada se a apoiarem, por si





ou por procuradores com poderes expressos, sócios que detenham $\frac{3}{4}$ (três quartos) no mínimo, das quotas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-SEGUNDA (42ª) - A Reunião dos Sócios que decidir pela dissolução da sociedade nomeará o liquidante ou liquidantes, fixando-lhes os poderes, a remuneração e o prazo da liquidação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-TERCEIRA (43ª) - Liquidada que seja a sociedade e saldados todos os encargos do passivo, o excedente, se houver, reverterá aos sócios, na proporção das respectivas quotas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-QUARTA (44ª) - Os casos omissos serão regidos pelo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002), com aplicação subsidiária da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e por outras normas legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-QUINTA (45ª) - As alterações do presente Contrato Social somente serão efetivadas após prévia aprovação do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-SEXTA (46ª) - Os Diretores responsáveis pela administração da sociedade deverão estar desimpedidos para





o exercício da função de administradores, não devendo pesar contra qualquer um deles nenhum dos impedimentos dispostos no parágrafo primeiro, do artigo 1.011 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002".

O Contrato Social fica, assim, **RETIFICADO**, **RATIFICADO** e **CONSOLIDADO**, com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 03 (três) vias, de igual teor, na presença das duas testemunhas que também assinam o presente, para os devidos fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de fevereiro de 2009

SENOR ABRAVANEL

p.p. Luiz Sebastião Sandoval

Henrique Abravanel

HENRIQUE ABRAVANEL

Testemunhas:

1. M. Ivonete Sales de Almeida

Nome: Maria Ivonete Sales de Almeida
RG nº 7.624.156-7-SSP/SP

2. Cláudio Ribeiro

Nome: Cláudio Ribeiro
RG. nº 24.327.155-4-SSP/SP

Visto: Gilberto Lupo
OAB/SP 27.014





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
Protocolo: 00-2010/193084-4 - 16/07/2010
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 19/07/2010, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

33.9.0108253-5
DATA: 30/7/2010

Valéria S.A. Serra
SECRETÁRIA GERAL

00-2010/193084-4 23 mar 2010 16:10
JUCERJA Guia: 200/1217108-0
3320019679-8 Atos: 120,112
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 232,00 Pago: 232,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: 00001982708 14/12/2009 506

00-2010/193084-4 15 abr 2010 15:30
JUCERJA Guia: 200/1217108-0
3320019679-8 Atos: 112,120
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 232,00 Pago: 232,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: 00001982708 14/12/2009 506

00-2010/193084-4 16 jul 2010 16:09
JUCERJA Guia: 200/1229253-4
3320019679-8 Atos: 112,120
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 232,00 Pago: 232,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: 00001982708 14/12/2009 506

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
Protocolo: 00-2010/193084-4 - 16/07/2010
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 19/07/2010, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

00002066488
DATA: 19/07/2010

Valéria S.A. Serra
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
Protocolo: 00-2010/193084-4 - 16/07/2010
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 19/07/2010, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

33.9.0108016-8
DATA: 19/07/2010

Valéria S.A. Serra
SECRETÁRIA GERAL



**SINGULAR**TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.CNPJ(MF) Nº 43.915.172/0001-06NIRE 35.2.25505885ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

(A) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-4-SSP/SP e do CPF/MF nº 008.291.028-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4 - Vila Jaraguá - CEP 06276-905; e

(B) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-6-SSP-SP e do CPF/MF nº 003.957.658-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jaceguai nº 400, no bairro da Bela Vista.

únicos sócios, representantes da totalidade do capital social da TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4 - Vila Jaraguá - CEP 06276-905, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 43.915.172/0001-06, com seu Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro/RJ (JUCERJ) sob nº 695.568, em sessão de 08.01.1974, e posteriormente transferida para a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), e, neste mesmo órgão, arquivada a sua última Alteração Contratual, datada de 10.02.2009, sob o NIRE nº 35.2.25505885, em sessão de 20.06.2011 ("Sociedade").



e ainda, como sócias ingressantes,

(C) DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI, brasileira, casada, comunicóloga, portadora da cédula de identidade RG. n° 26.455.005-5-SSP/SP e do CPF(MF) n° 312.608.258-09, residente e domiciliada no Tamboré, na cidade de Santana de Parnaíba, Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, e com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 04, Vila Jaraguá - CEP 06276-905, e

(D) RENATA ABRAVANEL CURADO, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG. nº 26.455.007-9-SSP/SP e do CPF(MF) nº 315.190.078-09, residente e domiciliada na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, e com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4 - Vila Jaraguá - CEP 06276-905

têm entre si justo e acordado alterar o Contrato Social da Sociedade, nos termos do art. 1072, §3º, da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

1.1. O sócio HENRIQUE ABRAVANEL, retro qualificado, retirando-se da Sociedade, cede e transfere a totalidade das 74.375 (setenta e quatro mil, trezentas e setenta e cinco) quotas de que é titular, do valor nominal de R\$6,12 (seis reais e doze centavos) cada uma, totalizando o montante de R\$455.175,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais), representativas de 1% (um por cento) do capital social da Sociedade, com tudo o que as mesmas representam, para a

JUCESP



sócia ingressante, RENATA ABRVANEL CURADO, devidamente retro qualificada; e

- 1.2. Ato contínuo, o sócio SENOR ABRVANEL retirando-se da Sociedade, cede e transfere a totalidade das 7.363.125 (sete milhões, trezentas e sessenta e três mil, cento e vinte e cinco) quotas de que é titular, do valor nominal de R\$6,12 (seis reais e doze centavos) cada uma, totalizando o montante de R\$45.062.325,00 (quarenta e cinco milhões, sessenta e dois mil, trezentos e vinte e cinco reais), representativas de 99,0% (noventa e nove por cento) do capital social da Sociedade, com tudo o que as mesmas representam, para as sócias ingressantes, da seguinte forma:

1.2.1. 3.718.750 (três milhões, setecentas e dezoito mil, setecentas e cinquenta) quotas sociais, do valor nominal de R\$6,12 (seis reais e doze centavos) cada uma, no montante de R\$22.758.750,00 (vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), com tudo o que as mesmas representam para a sócia ingressante DANIELA ABRVANEL BEYRUTI, devidamente retro qualificada.

1.2.2. 3.644.375 (três milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil, trezentas e trinta e cinco) quotas sociais, do valor nominal de R\$6,12 (seis reais e doze centavos) cada uma, no montante de R\$22.303.575,00, (vinte e dois milhões, trezentos e três mil quinhentos e setenta e cinco reais), com tudo o que as mesmas representam para a sócia ingressante, RENATA ABRVANEL CURADO, devidamente retro qualificada.



1.3. Em razão das cessões e transferências de quotas realizadas de acordo com os itens 1.1., 1.2.1 e 1.2.2. acima, a Cláusula Sexta (6ª) do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte nova redação:

"CLÁUSULA SEXTA (6ª) - O capital social é dividido e representado por 7.437.500 (sete milhões, quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) quotas, todas do valor nominal de R\$6,12 (seis reais e doze centavos) cada uma, indivisíveis em relação à Sociedade, e assim distribuídas:

COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA	PART. (%)	Nº QUOTAS	VL. NOMINAL DA QUOTA	TOTAL (R\$)
DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI	50	3.718.750	6,12	22.758.750,00
RENATA ABRAVANEL CURADO	50	3.718.750	6,12	22.758.750,00
TOTALS:	100	7.437.500	6,12	45.517.500,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As quotas representativas do capital social poderão ser transferidas até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do capital total e do capital votante a estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, sendo permitida essa participação de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A responsabilidade de cada sócia fica

JUCESP



03

restrita ao valor de suas quotas sociais, mas ambas respondem, solidariamente, pela integralização do capital social".

Contrato Social fica, assim, ALTERADO, RETIFICADO e RATIFICADO, em 03 (três) vias, de igual teor, na presença das duas (02) testemunhas que também assinam o presente, para os devidos fins e efeitos de direito.

Osasco/SP, 29 de março de 2017.


Sócios: 
SENOR ABRVAVANEL



HENRIQUE ABRVAVANEL


DANIELA ABRVAVANEL BEYRUTI


RENATA ABRVAVANEL CURADO

Testemunhas:

(1) 
Nome: Jorge Yoshiyasu
RG nº 7.900.930/SSP/SP
CPF(MF) nº 905.183.878-04

(2) 
Nome: Maria Ivonete Sales de Almeida
RG nº 7.624.156-7-SSP-SP
CPF(MF) nº 767.020.068-53


Gilberto Lupo
OAB/SP 27.014



JUCESP

12 04 17

03

ISSN 1677-7042



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLIV N° 39

Brasília - DF, quinta-feira, 23 de fevereiro de 2017



Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	3
Ministério da Cultura	7
Ministério da Educação	10
Ministério da Fazenda	13
Ministério da Integração Nacional	44
Ministério da Justiça e Segurança Pública	44
Ministério da Saúde	48
Ministério das Cidades	51
Ministério de Minas e Energia	52
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	62
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	63
Ministério do Meio Ambiente	64
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	66
Ministério do Trabalho	69
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	75
Ministério Público da União	78
Poder Legislativo	79
Poder Judiciário	79
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	80

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Autoriza a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 96, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.026185/2016-71,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizadas a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,50
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50

- Acima de 500 páginas o preço do jornal mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,50/7.

Art. 2º A outorgada terá o prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, para efetivar a alteração societária e encaminhar os documentos comprobatórios ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no caput, a autorização de que trata o art. 1º perderá automaticamente a sua eficácia.

Art. 3º O Congresso Nacional deverá ser comunicado acerca da efetivação dos atos de alteração societária a que se refere o art. 2º, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2017, 196º da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER
Elton Santos Fê Zaccarias

DECRETO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Autoriza a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 5 de Porto Alegre S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 96, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.043905/2016-16,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizadas a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 5 de Porto Alegre S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A outorgada terá o prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, para efetivar a alteração societária e encaminhar os documentos comprobatórios ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no caput, a autorização de que trata o art. 1º perderá automaticamente a sua eficácia.

Art. 3º O Congresso Nacional deverá ser comunicado acerca da efetivação dos atos de alteração societária a que se refere o art. 2º, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2017, 196º da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER
Elton Santos Fê Zaccarias

DECRETO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Autoriza a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 4 de São Paulo S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 96, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.015967/2016-00,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizadas a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 4 de São Paulo S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º A outorgada terá o prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, para efetivar a alteração societária e encaminhar os documentos comprobatórios ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no caput, a autorização de que trata o art. 1º perderá automaticamente a sua eficácia.

Art. 3º O Congresso Nacional deverá ser comunicado acerca da efetivação dos atos de alteração societária a que se refere o art. 2º, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2017, 196º da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER
Elton Santos Fê Zaccarias

DECRETO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Autoriza a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV Studios de Brasília Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens em Brasília, Distrito Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 96, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.016992/2016-45,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizadas a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV Studios de Brasília Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens em Brasília, Distrito Federal.

AVISO

CIRCULOU EM 22/2/2017 A EDIÇÃO EXTRA N° 38-A
Também disponível no endereço www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2017

Autoriza a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 96, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 53900.026185/2016-71,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizadas a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A outorgada terá o prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, para efetivar a alteração societária e encaminhar os documentos comprobatórios ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no **caput**, a autorização de que trata o art. 1º perderá automaticamente a sua eficácia.

Art. 3º O Congresso Nacional deverá ser comunicado acerca da efetivação dos atos de alteração societária a que se refere o art. 2º, nos termos do [art. 222, § 5º, da Constituição](#).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de fevereiro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Elton Santa Fé Zacarias

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.2.2017

JUCESP
19 12 18



JUCESP PROTOCOLO
2.231.904/18-4



TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CNPJ/MF Nº 43.915.172/0001-06

NIRE Nº 35.225.505.885

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIAS,
REALIZADAS EM 14 DE NOVEMBRO DE 2018

(Cfe. Cláusula Décima-Terceira (13ª) do Contrato Social)

DATA, HORÁRIO E LOCAL: - Aos 14 (quatorze) dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito (2018), às 11:00 horas, em sua sede social localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, na Vila Jaraguá - CEP 06276-905.

PRESENÇA: - Compareceram sócias representando a totalidade do capital social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do "Livro de Presença de Quotistas" da Sociedade.

MESA DIRETORA: - A reunião foi instalada e presidida pelo 1º Diretor Conselheiro Sr. **José Roberto dos Santos Maciel**, e secretariada pelo Sr. **Marcello Sassatani**, Diretor Administrativo-Financeiro da Sociedade.

ORDEM DO DIA: - (i) consignar, em ata, o pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **Roberto Dias Lima Franco** ao cargo de Diretor Técnico da Sociedade da Sociedade; (ii) eleger novos administradores para o mandato seguinte com fixação de seus honorários; e (iii) outros assuntos de interesse social.

JUCESP
19 12 18



DELIBERAÇÕES:

PRIMEIRA: – Reportando-se ao assunto enunciado no item “i” da Ordem do Dia, ficou consignado, em ata, o recebimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **Roberto Dias Lima Franco** ao cargo de Diretor Técnico da Sociedade.

SEGUNDA: – No tocante ao assunto enunciado no item “ii” da Ordem do Dia, e, uma vez procedida a eleição, verificou-se haverem sido **REELEITAS** para o mandato de 03 (três) anos, ou seja, até a Reunião de Sócios a realizar-se no ano de 2021, as seguintes pessoas: Srs. **José Roberto dos Santos Maciel** para ocupar o cargo de **Diretor Superintendente**; **Sara Benvinda Soares** para ocupar o cargo de **Diretora Adjunta**; e **Marcello Sassatani** para ocupar o cargo de 2º Diretor Conselheiro, permanecendo **VAGO** o cargo de 3º Diretor Conselheiro; e **ELEITOS**, Srs. **José Roberto Hachich Maluf** para ocupar o cargo de 1º Diretor Conselheiro; **Julio Cesar Garcia Dantas** para ocupar o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro; **Marcelo Parada** para ocupar o cargo de Diretor Comercial; e **José Raimundo Lima da Cunha** para ocupar o cargo de Diretor Técnico. Dessa forma, ficou assim constituído o novo Quadro Diretivo da Sociedade: **PRIMEIRO GRUPO DE DIRETORES - DIRETORES CONSELHEIROS: 1º Diretor Conselheiro: JOSÉ ROBERTO HACHICH MALUF**, brasileiro, viúvo, advogado portador da cédula de identidade RG. Nº 3.420.205-5-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 083.897.648-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **2º Diretor Conselheiro: MARCELLO SASSATANI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 15.896.500-0-SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 112.067.758-07, residente e domi-

JUCESP
19 12 18



ciliado na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo; **3º Diretor Conselheiro: VAGO. SEGUNDO GRUPO DE DIRETORES: DIRETOR SUPERINTENDENTE: JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 16.503.746-5-SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 088.120.118-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, **DIRETORA ADJUNTA: SARA BENVINDA SOARES**, brasileira, viúva, radialista, portadora da cédula de identidade RG nº 2.634.541-IFP/SSP-RJ e do CPF/MF nº 733.306.207-49, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial no Campo de São Cristóvão, nº 105 - em São Cristóvão, na mesma localidade; **DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: JULIO CESAR GARCIA DANTAS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 11.323.845-9-SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 022.542.758-36, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **DIRETOR COMERCIAL: MARCELO PARADA**, brasileiro, divorciado, jornalista, portador da cédula de identidade RG. nº 7.624.642-SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 031.135.968-07, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e **DIRETOR TÉCNICO: JOSÉ RAIMUNDO LIMA DA CUNHA**, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade R.G. nº 305.655/SSP-DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 144.979.301-06, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com endereço comercial na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, na Vila Jaraguá - CEP 06276-905. Foi aprovada, pela unanimidade dos sócios presentes, a remuneração global, anual, no valor de até **R\$200.000,00** (duzentos mil reais) para os administradores da Sociedade. O Conselho Fiscal deixou de ser instalado por desinteresse das sócias quotistas.

JUCESP
19 12 18



TERCEIRA: – Finalmente, em atendimento ao item “iii” da Ordem do Dia, e não havendo outros assuntos a serem tratados, foi declarada encerrada a reunião.

QUORUM DAS DELIBERAÇÕES: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade de votos.

ENCERRAMENTO: – Leitura, aprovação e assinatura da ata. Osasco/SP, 14 de novembro de 2018. aa) **José Roberto dos Santos Maciel** - Presidente da Mesa; **Marcello Sassatani** - Secretário; Sócios presentes: **DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI** e **RENATA ABRAVANEL CURADO**. A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio.


JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL
- Presidente da Mesa -


MARCELLO SASSATANI
- Secretário -

Visto: Gilberto Lupo
OAB/SP 27.014



JUCESP

JUCESP
19 12 18

TERMO DE POSSE

MARCELLO SASSATANI, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 15.896.500-0-SSP/SP, e inscrito no CPF(MF) sob nº 112.067.758-07, com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, na Vila Jaraguá - CEP 06276-905, toma posse, nesta data, no cargo de 2º Diretor Conselheiro da Sociedade TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações n.º 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ sob n.º 43.915.172/0001-06, conforme Ata de Reunião Extraordinária de Sócias, realizada em 14 de novembro de 2018, declarando aceitar a sua eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao seu cargo, de conformidade com a lei e o Contrato Social da Sociedade, permanecendo no exercício do seu cargo até o término de seu mandato, ou até a posse de eventual substituto. Declara, ainda, sob as penas da lei, (i) não estar impedido para o exercício da atividade mercantil e ainda, (ii) nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil, não ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo. Osasco (SP), 14 de novembro de 2018.


MARCELLO SASSATANI

JUCESP
19 12 18

TÉRMO DE POSSE

SARA BENVINDA SOARES, brasileira, viúva, radialista, portadora da cédula de identidade RG nº 2.634.541-IFP/SSP-RJ e do CPF/MF nº 733.306.207-49, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial no Campo de São Cristóvão, nº 105 - em São Cristóvão, na mesma localidade; toma posse, nesta data, no cargo de Diretora Adjunta da Sociedade **TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.** sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações n.º 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ sob n.º 43.915.172/0001-06, conforme Ata de Reunião Extraordinária de Sócias, realizada em 14 de novembro de 2018, declarando aceitar a sua eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao seu cargo, de conformidade com a lei e o Contrato Social da Sociedade, permanecendo no exercício do seu cargo até o término de seu mandato, ou até a posse de eventual substituto. Declara, ainda, sob as penas da lei, (i) não estar impedido para o exercício da atividade mercantil e ainda, (ii) nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil, não ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo. Osasco (SP), 14 de novembro de 2018.



Sara Benvinda Soares
SARA BENVINDA SOARES

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de SARA BENVINDA SOARES e dou fe. Rio de Janeiro-RJ, 30/11/2018. EMOL R\$ 5.41 Taxas R\$ 2.25 TOTAL: R\$ 7.61
Rodolfo Negreiros de Andrade-Escritante
Selo(s): ECTT00324-R00
Consulte em <https://www3.trf3.jus.br/sitepublico/>
RUA SÃO CRISTÓVÃO, 489 - LOJA 1 - SÃO CRISTÓVÃO - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20945-000 - TEL: (21) 2507-3150/3151-0148
941527

Rodolfo Negreiros de Andrade
RODOLFO NEGREIROS DE ANDRADE
Escritante
CGI/RJ 94/165/62

JUCE SP
19 12 18

TERMO DE POSSE

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 16.503.746-5-SSP/SP, e inscrito no CPF(MF) nº 088.120.118-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, Vila Jaraguá - CEP 06276-905, toma posse, nesta data, no cargo de Diretor Superintendente da sociedade TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações n.º 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ sob n.º 43.915.172/0001-06, conforme Ata de Reunião Extraordinária de Sócias, realizada em 14 de novembro de 2018, declarando aceitar a sua eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao seu cargo, de conformidade com a lei e o Contrato Social da Sociedade, permanecendo no exercício do seu cargo até o término de seu mandato, ou até a posse de eventual substituto. Declara, ainda, sob as penas da lei, (i) não estar impedido para o exercício da atividade mercantil e ainda, (ii) nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil, não ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo. Osasco (SP), 14 de novembro de 2018.


JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL

JUCESP
19 12 18

**TERMO DE POSSE, COM
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

MARCELO PARADA, brasileiro, divorciado, jornalista, portador da cédula de identidade RG. nº 7.624.642-SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 031.135.968-07, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e com endereço comercial na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, na Vila Jaraguá - CEP 06276-905, toma posse, nesta data, no cargo de Diretor Comercial da Sociedade **TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações n.º 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ sob n.º 43.915.172/0001-06, conforme Ata de Reunião Extraordinária de Sócias, realizada em 14 de novembro de 2018, declarando aceitar a sua eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao seu cargo, de conformidade com a lei e o Contrato Social da Sociedade, permanecendo no exercício do seu cargo até o término de seu mandato, ou até a posse de eventual substituto. Declara, ainda, sob as penas da lei, (i) não estar impedido para o exercício da atividade mercantil e ainda, (ii) nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil, não ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo. Osasco (SP), 14 de novembro de 2018



MARCELO PARADA

JUCESP
19 12 18

**TERMO DE POSSE, COM DECLARAÇÃO
DE DESIMPEDIMENTO**

O Sr. **JULIO CESAR GARCIA DANTAS**, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, portador da cédula de identidade RG nº 11.323.845-9-SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 022.542.758-36, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 04, Vila Jaraguá - CEP 06276-905, toma posse, nesta data, no cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Sociedade **TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações n.º 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ sob n.º 43.915.172/0001-06, conforme Ata de Reunião Extraordinária de Sócias, realizada em 14 de novembro de 2018, declarando aceitar a sua eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao seu cargo, de conformidade com a lei e o Contrato Social da Sociedade, permanecendo no exercício do seu cargo até o término de seu mandato, ou até a posse de eventual substituto. Declara, ainda, sob as penas da lei, **(i)** não estar impedido para o exercício da atividade mercantil e ainda, **(ii)** nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil, não ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo. Osasco (SP), 14 de novembro de 2018.



JULIO CESAR GARCIA DANTAS

JUCESP
19 12 18

TERMO DE POSSE, COM
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

JOSÉ ROBERTO HACHIC MALUF, brasileiro, viúvo, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.420.205-5-SSP/SP, e inscrito no CPF(MF) sob o nº 083.897.648-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 04, Vila Jaraguá - CEP 06276-905, toma posse, nesta data, no cargo de 1º Diretor Conselheiro da Sociedade TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações n.º 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ sob n.º 43.915.172/0001-06, conforme Ata de Reunião Extraordinária de Sócias, realizada em 14 de novembro de 2018, declarando aceitar a sua eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao seu cargo, de conformidade com a lei e o Contrato Social da Sociedade, permanecendo no exercício do seu cargo até o término de seu mandato, ou até a posse de eventual substituto. Declara, ainda, sob as penas da lei, (i) não estar impedido para o exercício da atividade mercantil e ainda, (ii) nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil, não ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo. Osasco (SP), 14 de novembro de 2018


JOSÉ ROBERTO HACHICH MALUF

JUCE SP
19 12 18

TERMO DE POSSE. COM
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

JOSÉ RAIMUNDO LIMA DA CUNHA, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade R.G. n° 305.655/SSP-DF e inscrito no CPF/MF sob o n° 144.979.301-06, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com endereço comercial na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações n° 4, na Vila Jaraguá - CEP 06276-905. toma posse, nesta data, no cargo de Diretor Técnico da Sociedade **TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações n.º 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ sob n.º 43.915.172/0001-06, conforme Ata de Reunião Extraordinária de Sócios, realizada em 14 de novembro de 2018, declarando aceitar a sua eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao seu cargo, de conformidade com a lei e o Contrato Social da Sociedade, permanecendo no exercício do seu cargo até o término de seu mandato, ou até a posse de eventual substituto. Declara, ainda, sob as penas da lei, (i) não estar impedido para o exercício da atividade mercantil e ainda, (ii) nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil, não ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo. Osasco (SP), 14 de novembro de 2018



JOSÉ RAIMUNDO LIMA DA CUNHA

JUCE SP
19 12 18

Osasco(SP), 30 de NOVEMBRO de 2017

Á

TVSBT – CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Avenida das Comunicações nº 4 – Vila Jaraguá

Osasco - SP

Prezados Senhores:

Venho, por meio desta, comunicar a V.Sas. a minha renúncia, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Diretor Técnico dessa sociedade, para o qual fui eleito na **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIAS**, realizada em 28.08.2015, dessa sociedade.

Sem mais para o momento, subscrevo-me,

atenciosamente,



ROBERTO DIAS LIMA FRANCO



FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35225505885	20/06/2011	10/03/2020 15:00:31
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
08/01/1974	43.915.172/0001-06	

CAPITAL
R\$ 45.517.500,00 (QUARENTA E CINCO MILHÕES, QUINHENTOS E DEZESSETE MIL, QUINHENTOS REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AVENIDA DAS COMUNICACOES	NÚMERO: 04	
BAIRRO: VILA JARAGUA	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: OSASCO	CEP: 06276-905	UF: SP

OBJETO SOCIAL
OBJETO SOCIAL NÃO CADASTRADO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
DANIELA ABRVANEL BEYRUTI, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 312.608.258-09, RG/RNE: 264550055 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 22.758.750,00
JOSE RAIMUNDO LIMA CUNHA, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 144.979.301-06, RG/RNE: 305655 - DF, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR TÉCNICO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021 E ADMINISTRADOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021, ASSINANDO PELA EMPRESA.
JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 088.120.118-96, RG/RNE: 165037465 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021 E ADMINISTRADOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021, ASSINANDO PELA EMPRESA.
JOSE ROBERTO HACHICH MALUF, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 083.897.648-49, RG/RNE: 34202055 - SP, RESIDENTE

À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021 E ADMINISTRADOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021, ASSINANDO PELA EMPRESA., (1 DIRETOR CONSELHEIRO).

JULIO CESAR GARCIA DANTAS, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 022.542.758-36, RG/RNE: 113238459 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DA COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021 E ADMINISTRADOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021, ASSINANDO PELA EMPRESA.

MARCELLO SASSATANI, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 112.067.758-07, RG/RNE: 158965000 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021 E ADMINISTRADOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021, ASSINANDO PELA EMPRESA., (2 DIRETOR CONSELHEIRO).

MARCELO PARADA, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.135.968-07, RG/RNE: 7624642 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR COMERCIAL, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021 E ADMINISTRADOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021, ASSINANDO PELA EMPRESA.

RENATA ABRVANEL CURADO, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 315.190.078-09, RG/RNE: 264550079 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 22.758.750,00

SARA BENVINDA SOARES, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 733.306.207-49, RG/RNE: 2634541 - RJ, RESIDENTE À CAMPO DE SAO CRISTOVAO, 105, SAO CRISTOVAO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20921-901, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021 E ADMINISTRADOR, COM TÉRMINO DE MANDATO EM 14/11/2021, ASSINANDO PELA EMPRESA.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 583.250/18-0 SESSÃO: 17/12/2018

DECLARACAO DE CAPITAL SOCIAL 2018 - ART. 38, I DA LEI 4.117/62, DATADA DE: 30/11/2018.

NUM.DOC: 589.571/18-7 SESSÃO: 19/12/2018

REMANESCENTE DANIELA ABRVANEL BEYRUTI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 312.608.258-09, RG/RNE: 26455005-5 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 22.758.750,00.

REMANESCENTE RENATA ABRVANEL CURADO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 315.190.078-09, RG/RNE: 26455007-9 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 22.758.750,00.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 088.120.118-96, RG/RNE: 16503746-5 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR SUPERINTENDENTE E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SARA BENVINDA SOARES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 733.306.207-49, RG/RNE: 2.634.541 - RJ, RESIDENTE À CAMPO DE SAO CRISTOVAO, 105, SAO CRISTOVAO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20921-901, COMO DIRETOR ADJUNTO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 313.645.435-91, RG/RNE: 037283 - BA, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR TÉCNICO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARCELLO SASSATANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 112.067.758-07, RG/RNE: 15.896.500-0 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.(2 DIRETOR CONSELHEIRO)

NOMEADO JOSE ROBERTO HACHICH MALUF, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 083.897.648-49, RG/RNE: 3.420.205-5 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.(1 DIRETOR CONSELHEIRO)

NOMEADO JULIO CESAR GARCIA DANTAS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 022.542.758-36, RG/RNE: 11.323.845-9 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DA COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NOMEADO MARCELO PARADA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 031.135.968-07, RG/RNE: 7.624.642 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR COMERCIAL E

ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NOMEADO JOSE RAIMUNDO LIMA CUNHA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 144.979.301-06, RG/RNE: 305.655 - DF, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR TÉCNICO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NUM.DOC: 002.251/20-6 SESSÃO: 06/01/2020

DECLARACAO DE CAPITAL SOCIAL 2019 - ART. 38, "I", DA LEI 4.117/62., DATADA DE: 05/12/2019.

NUM.DOC: 064.471/20-2 SESSÃO: 31/01/2020

CARTA RENÚNCIA DATADA DE: 22/05/2019, DE JOSE ROBERTO HACHICH MALUF, CPF 083.897.648-49, RG / RNE: 3.420.205-5, CUTIS: NÃO INF., DO(S) CARGO(S) DE: ADMINISTRADOR E DIRETOR.

NUM.DOC: 074.674/20-1 SESSÃO: 06/02/2020

CARTA RENÚNCIA DATADA DE: 20/01/2020, DE MARCELO PARADA, CPF 031.135.968-07, RG / RNE: 7.624.642, CUTIS: NÃO INF., DO(S) CARGO(S) DE: ADMINISTRADOR E DIRETOR.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35225505885
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 09/03/2020



Ficha Cadastral Simplificada emitida para LUIS FERNANDO NORIAKI CARVALHO HONDA : 32824575883. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 131343292, terça-feira, 10 de março de 2020 às 15:00:31.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/12/2018 CNPJ: 43.915.172/0001-06
Número de Ordem do Livro: 350

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
NIRE	35225505885
CNPJ	43.915.172/0001-06
Número de Ordem	350
Natureza do Livro	Diário Geral
Município	OSASCO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	20/06/2011
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2018
Quantidade total de linhas do arquivo digital	113664

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
Natureza do Livro	Diário Geral
Número de ordem	350
Quantidade total de linhas do arquivo digital	113664
Data de início	01/01/2018
Data de término	31/12/2018

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

CNPJ: 43.915.172/0001-06 Nire: 35225505885 Scp:

Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/12/2018

Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário

Natureza do Livro: Diário Geral

Identificação do arquivo(hash): B1.09.B8.69.80.57.50.BF.6A.41.A9.24.59.9E.31.19.55.E7.5E.24-

Consulta Realizada em: 19/02/2020 12:54:20

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/12/2018

CNPJ: 43.915.172/0001-06

Número de Ordem do Livro: 350

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

Descrição	Nota	Valor
(-) 1 - LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ (9.277.989,60)
(-) 1.1 - LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R\$ (9.277.989,60)
(-) 1.1.1 - LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		R\$ (8.996.246,03)
1.1.1.1 - LUCRO BRUTO		R\$ 6.177.572,98
1.1.1.1.1 - RECEITA LÍQUIDA		R\$ 35.597.716,24
(-) 1.1.1.1.2 - Custo das operações, produções, serviços e mercadorias		R\$ (29.420.143,26)
(-) 1.1.1.2 - (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ (15.173.819,01)
(-) 1.1.1.2.1 - Despesas com vendas, administrativas e gerais		R\$ (15.363.811,88)
1.1.1.2.5 - Outras receitas		R\$ 204.009,59
(-) 1.1.1.2.6 - Outras despesas		R\$ (14.016,72)
(-) 1.1.2 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		R\$ (281.743,57)
1.1.2.1 - Receitas financeiras		R\$ 30.986,12
(-) 1.1.2.2 - Despesas financeiras		R\$ (312.729,69)

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2018 a 31/12/2018

CNPJ: 43.915.172/0001-06

Número de Ordem do Livro: 350

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
1 ATIVO		R\$ 30.058.834,95	R\$ 22.979.203,82
1.1 CIRCULANTE		R\$ 9.438.734,22	R\$ 5.718.767,16
1.1.01 Caixa e equivalentes de caixa		R\$ 139.376,89	R\$ 69.576,39
1.1.04 Contas a receber de clientes		R\$ 9.157.763,25	R\$ 5.422.279,89
1.1.06 Direitos de exibição		R\$ 0,00	R\$ 52.307,69
1.1.12 Outras contas a receber		R\$ 45.338,62	R\$ 64.448,76
1.1.13 Impostos a recuperar		R\$ 44.011,08	R\$ 55.066,89
1.1.15 Despesas antecipadas		R\$ 52.244,38	R\$ 55.087,54
1.2 NÃO CIRCULANTE		R\$ 20.620.100,73	R\$ 17.260.436,66
1.2.01 Partes relacionadas		R\$ 14.122.306,37	R\$ 11.412.854,68
1.2.06 Depósitos judiciais		R\$ 824.260,80	R\$ 933.075,85
1.2.09 Propriedade para investimentos		R\$ 0,00	R\$ 64.377,76
1.2.11 Imobilizado		R\$ 5.541.757,73	R\$ 4.729.848,06
1.2.12 Intangível		R\$ 131.775,83	R\$ 120.280,31
2 PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 30.058.834,95	R\$ 22.979.203,82
2.1 CIRCULANTE		R\$ 3.756.030,03	R\$ 5.213.441,21
2.1.01 Financiamentos e empréstimos		R\$ 53.538,99	R\$ 53.582,76
2.1.02 Fornecedores		R\$ 1.082.375,80	R\$ 1.735.566,51
2.1.04 Impostos e contribuições a recolher		R\$ 661.406,35	R\$ 498.309,89
2.1.05 Impostos parcelados		R\$ 258.717,33	R\$ 122.817,19
2.1.06 Salários, encargos e férias a pagar		R\$ 1.235.505,10	R\$ 2.166.552,46
2.1.07 Outras contas a pagar		R\$ 377.397,59	R\$ 240.431,44
2.1.08 Intermediações		R\$ 49.417,83	R\$ 326.581,76
2.1.16 Benefícios a empregados		R\$ 37.671,04	R\$ 69.599,20
2.2 NÃO CIRCULANTE		R\$ 11.444.850,54	R\$ 12.217.725,99
2.2.01 Financiamentos e empréstimos		R\$ 127.339,42	R\$ 75.163,81
2.2.04 Partes relacionadas		R\$ 5.868.939,33	R\$ 5.731.233,53
2.2.08 Provisão para contingências		R\$ 5.382.338,51	R\$ 6.244.190,58
2.2.11 Receita antecipada		R\$ 66.233,28	R\$ 167.138,07
2.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 14.857.954,38	R\$ 5.548.036,62
2.3.01 Capital social		R\$ 45.517.500,00	R\$ 45.517.500,00
(-) 2.3.04 Prejuízos acumulados		R\$ (30.621.874,58)	R\$ (39.899.864,18)
(-) 2.3.05 Ajuste de avaliação patrimonial		R\$ (37.671,04)	R\$ (69.599,20)

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35225505885	CNPJ 43.915.172/0001-06	
NOME EMPRESARIAL TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2018 a 31/12/2018
NATUREZA DO LIVRO Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 350
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) B1.09.B8.69.80.57.50.BF.6A.41.A9.24.59.9E.31.19.55.E7.5E.24	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Signatário da ECD com e-CNPJ ou e-PJ	43915172000106	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA:43915172000106	6283116589320147010	27/12/2018 a 26/12/2021	Sim
Contabilista	04999293811	ELK YOSHIKI ASSATO:04999293811	4807763090361199442	24/05/2017 a 23/05/2020	Não

NÚMERO DO RECIBO:
B1.09.B8.69.80.57.50.BF.6A.41.A9.24.5
9.9E.31.19.55.E7.5E.24-3

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 24/05/2019 às 09:59:49

15.BB.76.92.FD.16.BF.EE
3F.0F.4E.05.4A.DC.83.7A

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



10/03/2020

8888370

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 301894**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 07/03/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., CNPJ: 43.915.172/0001-06, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 10 de março de 2020.

PEDIDO Nº:**8888370**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 43.915.172/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/01/1974
NOME EMPRESARIAL TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TVS EMISSORA DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISAO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV DAS COMUNICACOES	NÚMERO 04	COMPLEMENTO *****
CEP 06.276-905	BAIRRO/DISTRITO VILA JARAGUA	MUNICÍPIO OSASCO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO fiscal@sbt.com.br		TELEFONE (11) 3687-2518/ (11) 3687-2517
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/03/2020** às **15:23:38** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

CNPJ: 43.915.172/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:47:17 do dia 03/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/05/2020.

Código de controle da certidão: **9A57.A877.88E9.765E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 43.915.172

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 25214159

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 19/02/2020 10:17:35

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento da Receita

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CERTIDÃO N° 025015/2019

NOME/RAZÃO SOCIAL .. : TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CPF/CNPJ : 43.915.172/0001-06

INSCRIÇÃO MUNICIPAL . : 0000109662

ENDEREÇO : AVENIDA DAS COMUNICACOES, 25 - 04 - Indl. Anhanguera -
Osasco/SP - 06276-190

FINALIDADE : LEVANTAMENTO DE DEBITO

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal na cobrança de débitos provenientes de impostos, taxas e multas que venham a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos referidos nesta certidão, observando-se a validade desta certidão por 06 (seis) meses, contados a partir da data abaixo, nos termos do Art. 318, § único da Lei Complementar nº 139 de 24/11/2005. Certificamos que o contribuinte acima identificado **NADA** deve a esta prefeitura. É o que cumpre informar. Foi a presente certidão emitida eletronicamente.

Osasco, 22 de Outubro de 2019

A aceitação desta certidão esta condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: www.financas.osasco.sp.gov.br

Válida até: **19/04/2020**

Código de Controle da Certidão: **3138.B17B.3DD6**

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 43.915.172/0001-06

Razão Social: TVSBT CANAL 11 RIO DE JANEIRO LTDA

Endereço: CPO SAO CRISTOVAO 105 / SAO CRISTOVAO / RIO DE JANEIRO / RJ /
20921-440

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/03/2020 a 07/04/2020

Certificação Número: 2020030902515681051940

Informação obtida em 10/03/2020 15:28:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 43.915.172/0001-06

Certidão nº: 6768949/2020

Expedição: 17/03/2020, às 18:41:23

Validade: 12/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.915.172/0001-06**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

IDENTIFICAÇÃO

ENTIDADE

Razão Social:	TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda				
CNPJ:	43.915.172/0001-06				
Endereço Sede:	Avenida das Comunicações, 4 – Vila Jaraguá				
Município:	Osasco	UF:	SP	CEP:	06276-905
E-mail contato:	mreis@sbt.com.br				

EMISSORA

Serviço:	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada				
	Radiodifusão de Sons e Imagens				
	X	Radiodifusão de Sons e Imagens com tecnologia digital			
Canal:	24	Classe:	E	Prefixo:	ZYB512
Frequência (MHz): (*)	Vídeo (TV)		Áudio (FM/TV)		
Potência (kW) :	3078				
Localidade da Outorga:		Rio de Janeiro			UF: RJ

PROFISSIONAL HABILITADO (VISTORIADOR)

Nome completo:	Márcio Henrique Fernandes dos Reis		
CREA nº:	5069027074	UF:	SP
E-mail de contato:	mreis@sbt.com.br		

(*) - Não se aplica a TVD.

Engº Márcio Henrique Fernandes dos Reis
CREA 5069027074

VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOCALIZAÇÃO

Endereço:	Morro do Sumaré, s/n – Rio Comprido				
Município:	Rio de Janeiro		UF:	RJ	CEP: 20261280
Coordenadas Geográficas medidas	Latitude :	22	°	56	' 57 , 0 " S (S/N)
	Longitude:	43	°	13	' 44 , 0 " W (L/O)

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS				
Sistema Irradiante Principal:	Fabricante: RFS (Radio Frequency Systems)			
	Modelo: PHP 40 J			
	Polarização:	H Horizontal	Vertical	Circular Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV): 270			
	Nº de elementos: 40 Painéis / 4 Níveis			
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m): 135,30			
Sistema Irradiante Auxiliar: (se houver)	Fabricante:			
	Modelo:			
	Polarização:	Horizontal	Vertical	Circular Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):			
	Nº de elementos:			
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):			
Linha de Transmissão Principal:	Fabricante: RFS (Radio Frequency Systems)			
	Modelo: HCA318-50J			
	Comprimento medido (m): 180,0			
Linha de Transmissão Auxiliar: (se houver)	Fabricante:			
	Modelo:			
	Comprimento medido (m):			
Transmissor Principal:	Fabricante: Toshiba Corporation			
	Modelo: TDU7377L			
	Homologação: 02525-08-04998			
	Potência de operação medida (kW): 8,50			
	Frequência medida (MHz): (*)		Video (TV)	Áudio (FM/TV)
Transmissor Auxiliar: (se houver)	Fabricante:			
	Modelo:			
	Homologação:			
	Potência de operação medida (kW):			
	Frequência medida (MHz): (*)		Video (TV)	Áudio (FM/TV)

(*) - Não se aplica a TVD.

Engº Márcio Henrique Fernandes dos Reis
CREA 5069027074

ESTÚDIO PRINCIPAL

Endereço: Campo de São Cristóvão, 105 – São Cristóvão
Município: Rio de Janeiro **UF:** RJ **CEP:** 20921440

ESTÚDIO AUXILIAR (SE HOUVER)

Endereço:
Município: **UF:** **CEP:**

RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

Analizador de Espectro – Anritsu – Modelo: MS8901 – N° Série: 6200654053

Wattímetro BIRD – Modelo: 3129 – N° Série: S/N

Carga – JBM Instr. – Modelo: J2044 – N° Série: 10857

GPS – Garmin – Modelo: 76CS – N° Série: 74116578

Trena de fibra – Vonder – Modelo 100m

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Estação licenciada em 09/05/2019 no sistema MOSAICO da ANATEL

RESPONSÁVEL PELA VISTORIA

Nome do Vistoriador: Márcio Henrique Fernandes dos Reis
CREA/ SP N°: 5069027074
Local / Data: 03/03/2020
Assinatura:

Engº Márcio Henrique Fernandes dos Reis
CREA 5069027074

ANEXOS

DECLARAÇÕES

PROFISSIONAL HABILITADO

DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente;

(b) todas as informações deste laudo de vistoria técnica são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora no dia 10/02/2020;

(c) atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.

Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis.

Local: **Rio de Janeiro/RJ**

Data: **03/03/2020**

Nome do Profissional Habilitado: **Márcio Henrique Fernandes dos Reis**

CREA/SP Nº: **5069027074**

Assinatura do Profissional Habilitado

ENTIDADE

Declaro que o Sr. Márcio Henrique Fernandes dos Reis, esteve nesta cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, no dia 10/02/2020 vistoriando as instalações de nossa emissora de televisão digital.

Local: **Rio de Janeiro/RJ**

Data: **03/03/2020**

Nome do Representante Legal: **José Roberto dos Santos Maciel / José Raimundo Lima da Cunha**

Cargo que exerce na Entidade: **Representantes Legais**

José Roberto dos Santos Maciel

José Raimundo Lima da Cunha



Engº Márcio Henrique Fernandes dos Reis
CREA-5069027074

Laudo de Vistoria Técnica (FM-IV) - pag. 4

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

[Anexar ART devidamente quitada e assinada pelo Profissional Habilitado e pelo Representante Legal da Entidade]


Engº Márcio Henrique Fernandes dos Reis
CREA 5089027074



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RJ

2ª Via - CONTRATANTE

ART de Obra ou Serviço
2020200033666

INICIAL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

MÁRCIO HENRIQUE FERNANDES DOS REIS

Título profissional:
ENGENHEIRO ELETRICISTA

RNP: 2611847762

Registro: 2016112208

Empresa contratada:

Registro: -

2. Dados do contrato

Contratante: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
RUA CAMPO DE SAO CRISTOVAO
Complemento: -
Cidade: RIO DE JANEIRO
Contrato: -
Valor do Contrato: R\$ 5.000,00

CPF/CNPJ: 43915172000106

Bairro: SAO CRISTOVAO Nº: 105

UF: RJ

CEP: 20921440

Celebrado em: 19/02/2020

Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO

3. Dados da Obra/Serviço

CAMPO SAO CRISTOVAO
Complemento: -

Cidade: RIO DE JANEIRO

Bairro: SAO CRISTOVAO Nº: 105

UF: RJ

CEP: 20921440

Data de Início: 19/02/2020 Previsão de término: 29/02/2020

Finalidade: OUTRO

Proprietário: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

CPF/CNPJ: 43915172000106

4. Atividade técnica

51 VISTORIA
73 OUTROS
59 ESTACAO DE TV

Quantidade	Unidade	Pavimento
1,00	un	-

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DO LAUDO DE VISTORIA DA ESTAÇÃO GERADORA DA TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, CANAL 24 DIGITAL, PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA DE CONCESSÃO

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declararam concordar.
Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, as atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

HENRIQUE

8. Assinaturas

Declaro ser responsável pelas informações acima

Márcio Henrique Fernandes dos Reis de 2020

MÁRCIO HENRIQUE FERNANDES DOS REIS - 70489431581
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA - 43915172000106

Valor ART: R\$588,78

Registrada em: 21/02/2020

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor Pago: R\$588,78

Nosso Número: 28078570000761151





NOME/RAZÃO SOCIAL TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA			CNPJ 43915172000106	
Nº DA ESTAÇÃO 690605021	SERVIÇO 247 Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 22° 56' 57.0" S	LONGITUDE 43° 13' 44.0" W
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO do Sumaré			DISTRITO *****	
BAIRRO Rio Comprido			MUNICÍPIO Rio de Janeiro	UF RJ

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
LOCALIDADE:	*****		
FREQUÊNCIA:	533 MHz	CANAL:	24
CLASSE:	E	COTA BASE DA TORRE:	730,60
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYB512		
NOME FANTASIA:	*****	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Rio de Janeiro		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	CAMPO SAO CRISTOVAO	BAIRRO:	SAO CRISTOVAO
MUNICÍPIO:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
NUMERO:	105	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Toshiba Corpotation	MODELO:	T0U7177L
CÓDIGO:	025350804998	POTÊNCIA:	8.50 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Toshiba Corpotation	MODELO:	T0U7177L
CÓDIGO:	025350804998	POTÊNCIA:	3.000 kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	RFS IRADIO FREQUENCY SYSTEMS	MODELO:	PHP 40 J
POLARIZAÇÃO:	Horizontal	GANHO:	10.52
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL - CONJUNTO DE P	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	270 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	135.30 m	BEAM TILT:	4.1 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
POLARIZAÇÃO:	*****	GANHO:	*****
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	***** m	BEAM TILT:	***** graus



IMPRESSO EM: 09/05/2019 10:45:43

Engº Márcio Henrique Fernandes dos Reis
CREA 5069027074

APLICAÇÃO

Emitido Em
09/05/2019

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validato.php?token=D2xnc3NmYWVudmNhOjovMDE5NWVhM2QzMjY1YTZmNmVw==>



[Menu Principal](#)BOA TARDE
MÁRCIO HENRIQUE FERNANDES DOS REISSistemas
InterativosBOLETO » Nada Consta | [menu](#) | [ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA**CNPJ:** 43.915.172/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:02:34 do dia 03/03/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 02/04/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Menu Principal ▾

BOM DIA
Renata Vieira Machado



SRD » Relatórios » **Outorga** | internet | tela | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - TV

UF: RJ

Município: Rio de Janeiro

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC	Rio de Janeiro	01/11/1973	01/11/1988
FUNDACAO VENEZA DE RADIO E TV EDUCATIVA	Rio de Janeiro	27/03/2003	27/03/2018
GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S. A.	Rio de Janeiro	05/10/2007	05/10/2022
RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA	Rio de Janeiro	15/07/2004	15/07/2019
TELEVISAO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA	Rio de Janeiro	11/01/1999	11/01/2014
TELEVISAO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA	Rio de Janeiro	11/01/1999	
TV CORCOVADO S/A	Rio de Janeiro	20/08/1996	20/08/2011
TV OMEGA LTDA	Rio de Janeiro	20/08/2011	20/08/2026
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	Rio de Janeiro	16/01/2006	16/01/2021

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **07/07/2020**

Hora: **11:10:13**

Registro 1 até 9 de 9 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (21) 5800313	E-mail: gfernandes@sbt.com.br
CNPJ: 43.915.172/0001-06	Número do Fistel: 50404902324
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/01/1991	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 16/01/2021
Observações: ATO Nº 65.939, DE 10/07/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 12/07/2007.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida das Comunicações	Complemento:	
Bairro: Vila Jaraguá	Numero: 04	
Município: Osasco	UF: SP	CEP: 06276905

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: do Sumaré	Complemento:	
Bairro: Rio Comprido	Numero:	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20261280

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: CAMPO SAO CRISTOVAO	Complemento:	
Bairro: SAO CRISTOVAO	Numero: 105	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20921440

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
Latitude: -22.94917 (22° 56' 57.0" S)	Longitude: -43.22889 (43° 13' 44.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 24	Frequência: 533 MHz	Classe: E	ERP: 3078kW
Altura: 150 m	Pareamento: 32052	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 690605021				Número Indicativo: ZYB512							
Data Último Licenciamento: 09/05/2019				Número da Licença: 53500.011671/2019-40							
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -22.94917 (22° 56' 57.0" S)		Longitude: -43.22889 (43° 13' 44.0" W)			Cota da base: 730.00 m						
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 025350804998				Modelo: TDU7377L							
Fabricante: Toshiba Corporation				Potência de Operação: 8.50 kW							
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HCA 318 - 50 J				Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS							
Comprimento da Linha: 180.00 m		Atenuação: .88 dB/100m		Perdas Acessórias: 1.2 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: PHP 40 J				Fabricante: RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.)							
Ganho: 10.52 dBd		Beam-Tilt: 4.1 °		Orientação NV: 270 °		Polarização: Horizontal					
				HCl: 135.30 m		ERP Máximo: 50.47 kW					
Padrão de Antena dBd											
0°: 8.18	10°: 6.38	20°: 7.54	30°: 8.52	40°: 7.03	50°: 6.75	60°: 7.64	70°: 8.07	80°: 6.29	90°: 7.33	100°: 8.4	110°: 7.43
120°: 6.38	130°: 7.74	140°: 8.64	150°: 6.56	160°: 6.75	170°: 7.85	180°: 8.07	190°: 6.47	200°: 7.64	210°: 8.29	220°: 6.65	230°: 6.29
240°: 7.64	250°: 8.29	260°: 6.2	270°: 7.03	280°: 7.96	290°: 7.33	300°: 6.38	310°: 7.74	320°: 8.52	330°: 6.56	340°: 7.23	350°: 8.4
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 025350804998						Modelo: TDU7377L					
Fabricante: Toshiba Corporation						Potência de Operação: 3.000 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 50.47 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
53000040177200790	14	Portaria	MC	29/01/2008	12/02/2008	Consignação de TVD			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000056842008	190	Portaria	MC	17/07/2008	23/07/2008	Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	76483	Decreto	PR	22/10/1975	23/10/1975	Autoriza Executar Serviço	Jurídico
576711977	240877	Despacho	MC	24/08/1977	26/08/1977	Advertência	Jurídico
586071978	130978	Despacho	MC	13/09/1978	22/09/1979	Advertência	Jurídico
639441978	39	Portaria	MC	08/01/1979	15/01/1979	Multa	Jurídico
291010004531984	2797	Despacho	MC	15/09/1981	22/09/1981	Multa	Jurídico
1408291982	51082	Despacho	MC	05/10/1982	11/10/1982	Advertência	Jurídico
1413191982	2081	Portaria	MC	06/10/1982	25/10/1982	Multa	Jurídico
1411251982	2107	Portaria	MC	07/10/1982	25/10/1982	Multa	Jurídico
1412801982	2243	Portaria	MC	25/10/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
1412811982	2244	Portaria	MC	25/10/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
9999	497	Portaria	MC	06/05/1983	24/05/1983	Multa	Jurídico
1403311983	493	Portaria	MC	06/05/1983	24/05/1983	Multa	Jurídico
1402661983	776	Portaria	MC	15/06/1983	13/07/1983	Multa	Jurídico
1408291982	40883	Despacho	MC	04/08/1983	11/08/1983	Advertência	Jurídico
9999	220883	Despacho	MC	22/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico
9999	1627	Portaria	MC	19/10/1983	09/11/1983	Multa	Jurídico
9999	512	Portaria	MC	02/04/1984	11/04/1984	Multa	Jurídico
0004531984	852	Portaria	MC	29/05/1984	11/06/1984	Multa	Jurídico
0006891984	973	Portaria	MC	13/06/1984	27/06/1984	Multa	Jurídico
9999	1061	Portaria	MC	28/06/1984	16/07/1984	Multa	Jurídico
9999	1240	Portaria	MC	17/07/1984	29/08/1984	Multa	Jurídico
9999	1685	Portaria	MC	20/09/1984	03/10/1984	Multa	Jurídico
9999	511	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
9999	5118	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
9999	51184	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
291010004831991	121191	Despacho	MC	12/11/1991		Advertência	Jurídico
291010008201990	11	Decreto	PR	30/07/1992	31/07/1992	Renovação	Jurídico
291010023291991	30195	Despacho	MC	03/01/1995	08/02/1995	Advertência	Jurídico
291010019481991	111295	Despacho	MC	11/12/1995	02/01/1996	Advertência	Jurídico
291010017801991	141295	Despacho	MC	14/12/1995	08/02/1996	Advertência	Jurídico
1422691983	513	Portaria	MC	02/04/1998	11/04/1984	Multa	Jurídico
537700001141998	429	Portaria	MC	01/09/1999	10/09/1999	Multa	Jurídico

291010008201990	113	Decreto Legislativo	CN	07/06/2000	08/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	4600	Ato	CMPRL	05/08/2008	06/08/2008	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	321	Despacho	SSCE	07/10/2008		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
530000474072005	11	Decreto	PR	27/11/2008	28/11/2008	Renovação	Jurídico
530000474072005	947	Decreto Legislativo	CN	18/12/2009	21/12/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	131	Despacho	SSCE	24/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico

Horário de funcionamento



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

CNPJ: 43.915.172/0001-06

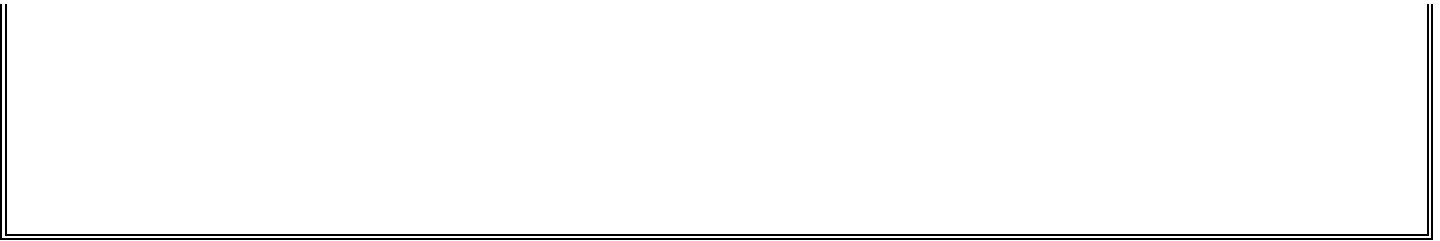
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:24:48 do dia 14/07/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/08/2020.

Certidão expedida gratuitamente.



Imprimir

Voltar

[Menu Principal](#)SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)[Dados da consulta](#) | [Consulta](#)

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 43.915.172/0001-06

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI	312.608.258-09	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
JOSE RAIMUNDO LIMA DA CUNHA	144.979.301-06	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL	088.120.118-96	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR SUPERINTENDENTE)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR SUPERINTENDENTE)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
JULIO CESAR GARCIA DANTAS	022.542.758-36	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
RENATA ABRAVANEL CURADO	315.190.078-09	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
SARA BENVINDA SOARES	733.306.207-49	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADJUNTO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		LTDA									
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADJUNTO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado** Data: **14/07/2020** Hora: **11:04:01**

BOM DIA
Renata Vieira MachadoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 312.608.258-09

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI	312.608.258-09	TV STUDIOS DE BRASÍLIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	TV	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE BRASÍLIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	GTVD	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	GTVD	--	SP	São Paulo
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	TV	--	SP	São Paulo

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado

Data: 14/07/2020

Hora: 11:08:34

BOM DIA
Renata Vieira MachadoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta | Resultado

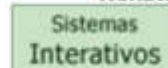
Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 144.979.301-06

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE RAIMUNDO LIMA DA CUNHA	144.979.301-06	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR TECNICO)	0	--	--	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Nova Friburgo
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (DIRETOR TÉCNICO)	0	--	--	TV	--	SP	Jaú
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (DIRETOR TÉCNICO)	0	--	--	GTVD	--	SP	Jaú

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**Data: **14/07/2020**Hora: **11:12:11**

BOM DIA
Renata Vieira Machado

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição**

internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 088.120.118-96

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL	088.120.118-96	TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	GTVD	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	SP	Ribeirão Preto
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (3º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (3º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR SUPERINTENDENTE)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR SUPERINTENDENTE)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**Data: **14/07/2020**Hora: **11:13:18**

**BOM DIA**
Renata Vieira MachadoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF**CPF:** 022.542.758-36

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JULIO CESAR GARCIA DANTAS	022.542.758-36	TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RS	Porto Alegre

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado**Data:** 14/07/2020**Hora:** 11:16:19

BOM DIA
Renata Vieira MachadoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet teia menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 315.190.078-09

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RENATA ABRAVANEL CURADO	315.190.078-09	TV STUDIOS DE BRASÍLIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	TV	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE BRASÍLIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	GTVD	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	GTVD	--	SP	São Paulo
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	TV	--	SP	São Paulo

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado

Data: 14/07/2020

Hora: 11:17:11

BOM DIA
Renata Vieira MachadoSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 733.306.207-49

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SARA BENVINDA SOARES	733.306.207-49	TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Diretor (GERENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Sorocaba
		TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	SP	Sorocaba
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (2º DIRETORA CONSELHEIRA)	0	--	--	TV	--	SP	Jaú
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (2º DIRETORA CONSELHEIRA)	0	--	--	GTVD	--	SP	Jaú
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADJUNTO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADJUNTO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (3ª DIRETORA CONSELHEIRA)	0	--	--	TV	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (3ª DIRETORA CONSELHEIRA)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Nova Friburgo
		SISTEMA ARACA DE COMUNICACAO LTDA	55.752.315/0001-87	Sócio	43	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Araçatuba
		TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Sócio	1875	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Sorocaba
		SISTEMA ARACA DE COMUNICACAO LTDA	55.752.315/0001-87	Sócio	43	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Araçatuba
		TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Sócio	1875	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Sorocaba

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado

Data: 14/07/2020

Hora: 11:18:09

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo: 01250.0013137/2020-05		
Entidade: TVSBT – Canal 11 do Rio de Janeiro LTDA		43.915.172/0001-06
Executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens	Localidade: Rio de Janeiro	UF: RJ
Validade da Outorga: A vencer	Período: 16/01/2021 a 16/01/2036	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
a) Requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCTIC, firmado pelo representante legal da Entidade, constando declarações de que: <ul style="list-style-type: none">- os sócios e dirigentes da Cessionária respeitam os limites de outorga, estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67;- nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo;- a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública;- a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;- a Pessoa Jurídica não executa serviço de radiodifusão sem outorga;- nenhum dos sócios e dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, pela prática dos ilícitos citados na Lei da Ficha Limpa;	OK	Sei 5293338*
b) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	Sei 5701928, 5701937, 5701942, 5701948, 5701954, 5701983 e 5701990

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	- Sei 5293339 - Alteração Contratual – 10/02/2009; - Sei 5293340, fls. 1 a 5 - Alteração Contratual - 29/03/2017; - Sei 5293340, fls. 6 - Publicação no D.O.U de 22 de fevereiro de 2017 – autorização da transferência direta e a modificação do quadro diretivo; - Sei 5293340, fls. 7, Decreto 22 de fevereiro de 2017; - Sei 5293341 – “Ata de Reunião Extraordinária de Sócias, realizadas em 14 de novembro de 2019”, Termos de Posses e Carta de Renúncia
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	Sei 5293342
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	Sei 5293343, 5293345, 5293346, 5293347, 5293348
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	Sei 5293349
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	Sei 5293350
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Sei 5293351
			Sei 5293352
			Sei 5293353
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	Sei 5293356, fls. 9 e 5701919
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	Sei 5293352 Sei 5293354
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	Sei 5293355
	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	Sei 5293356, fls. 1 a 6

	*A data do requerimento está errada.
--	--------------------------------------

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Renata Vieira Machado CARGO: Advogada	14.07.2020

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

NOTA TÉCNICA Nº 931/2020/SEI-MC

Processo nº 01250.013137/2020-05

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, referente ao seguinte período: 16/01/2021 a 16/01/2036.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

i) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

ii) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

iii) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

iv) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

v) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

vi) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Obs. 1: A falsidade das informações prestadas nos termos da alínea j deste artigo sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis.

Obs. 2: é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

Obs.3: O requerimento apresentado pela entidade está com a data incorreta.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 22/07/2020, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5703373** e o código CRC **7E93B06D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI nº 5703373



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas
dos Serviços de Radiodifusão

OFÍCIO Nº 1322/2020/MC

Brasília, 14 de julho de 2020.

Ao Senhor
Representante Legal da
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (CNPJ Nº 43.915.172/0001-06)
Av. das Comunicações, 04, Vila Jaraguá,
06.276.905 Osasco/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.01337/2020-05.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 931/2020/SEI-MC com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 22/07/2020, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5703416** e o código CRC **FA069E53**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1322/2020/MC - Processo nº 01250.013137/2020-05 - Nº SEI: 5703416

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 01250.013137/2020-05

Interessado: TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Assunto: Renovação de Outorga

1. Tendo em vista o laudo de Vistoria Técnica apresentado via doc. SEI 5293356, fls. 1 a 6, pela TVSBT - Canal 11 do Rio de Janeiro, executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com vistas à renovação da referida outorga, encaminho os autos ao Serviço de Alteração de Características Técnicas - SEACT, para que verifique se a estação encontra-se em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, conforme o Decreto 52.795/1963, art. 113, inciso X.

2. Após a adoção das medidas de estilo, solicito seja a Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão-CORAC informada quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 22/07/2020, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5703422** e o código CRC **2EAD519A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI-MC nº 5703422

Data de Envio:

15/07/2020 12:51:32

De:

MC/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <coror@mctic.gov.br>

Para:

coact@mctic.gov.br

Assunto:

Alteração contratual

Mensagem:

Processo: 01250.013137/2020-05

1. Tendo em vista a apresentação da Ata de Reunião Extraordinária de Sócios, realizada em 14 de novembro de 2018 (evento SEI 5293341) pela TVSBT - Canal 11 do Rio de Janeiro, executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, remeto o feito ao Serviço de Alterações Societárias - SEASO, para a adoção das providências cabíveis.

Data de Envio:

23/07/2020 09:32:33

De:

MC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

fiscal@sbt.com.br
rfranco@sbt.com.br
luishonda@sbt.com.br
juliananoronha@sbt.com.br
mreis@sbt.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 01250.013137/2020-05

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5703416.html
Nota_Tecnica_5703373.html



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

CNPJ: 43.915.172/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:54:25 do dia 23/07/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 22/08/2020.

Certidão expedida gratuitamente.


Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

CNPJ: 43915172000106

Presidente:
Endereço: Avenida das Comunicações - Vila Jaraguá

E-mail: gfernandes@sbt.com.br

Capital Social: 45.517.500,00

Reserva de Capital:
Total: 45.517.500,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
312.608.258-09	DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI	3.718.750	22.758.750,00
315.190.078-09	RENATA ABRAVANEL CURADO	3.718.750	22.758.750,00

Conselho

CNPJ / CPF	NOME	INDICAÇÃO
112.067.758-07	MARCELLO SASSATANI	

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
022.542.758-36	JULIO CESAR GARCIA DANTAS	DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	
088.120.118-96	JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL	DIRETOR SUPERINTENDENTE	
144.979.301-06	JOSE RAIMUNDO LIMA DA CUNHA	DIRETOR TECNICO	
733.306.207-49	SARA BENVINDA SOARES	DIRETOR ADJUNTO	

Registro 1 até 4 de 4 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (21) 5800313	E-mail: gfernandes@sbt.com.br
CNPJ: 43.915.172/0001-06	Número do Fistel: 50404902324
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/01/1991	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: 16/01/2021
Observações: ATO Nº 65.939, DE 10/07/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 12/07/2007.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida das Comunicações	Complemento:	
Bairro: Vila Jaraguá	Numero: 04	
Município: Osasco	UF: SP	CEP: 06276905

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: do Sumaré	Complemento:	
Bairro: Rio Comprido	Numero:	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20261280

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: CAMPO SAO CRISTOVAO	Complemento:	
Bairro: SAO CRISTOVAO	Numero: 105	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20921440

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ
Latitude: -22.94917 (22° 56' 57.0" S)	Longitude: -43.22889 (43° 13' 44.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 24	Frequência: 533 MHz	Classe: E	ERP: 3078kW
Altura: 150 m	Pareamento: 32052	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 690605021						Número Indicativo: ZYB512					
Data Último Licenciamento: 09/05/2019						Número da Licença: 53500.011671/2019-40					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: -22.94917 (22° 56' 57.0" S)				Longitude: -43.22889 (43° 13' 44.0" W)				Cota da base: 730.00 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 025350804998						Modelo: TDU7377L					
Fabricante: Toshiba Corpotation						Potência de Operação: 8.50 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HCA 318 - 50 J						Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS					
Comprimento da Linha: 180.00 m			Atenuação: .88 dB/100m			Perdas Acessórias: 1.2 dB			Impedância: 50.00 ohms		
Antena Principal											
Modelo: PHP 40 J						Fabricante: RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.)					
Ganho: 10.52 dBd		Beam-Tilt: 4.1 °		Orientação NV: 270 °		Polarização: Horizontal		HCI: 135.30 m		ERP Máximo: 50.47 kW	
Padrão de Antena dBd											
0º: 8.18		10º: 6.38		20º: 7.54		30º: 8.52		40º: 7.03		50º: 6.75	
60º: 7.64		70º: 8.07		80º: 6.29		90º: 7.33		100º: 8.4		110º: 7.43	
120º: 6.38		130º: 7.74		140º: 8.64		150º: 6.56		160º: 6.75		170º: 7.85	
180º: 8.07		190º: 6.47		200º: 7.64		210º: 8.29		220º: 6.65		230º: 6.29	
240º: 7.64		250º: 8.29		260º: 6.2		270º: 7.03		280º: 7.96		290º: 7.33	
300º: 6.38		310º: 7.74		320º: 8.52		330º: 6.56		340º: 7.23		350º: 8.4	
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 025350804998						Modelo: TDU7377L					
Fabricante: Toshiba Corpotation						Potência de Operação: 3.000 kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCI: m		ERP Máximo: 50.47 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
53000040177200790	14	Portaria	MC	29/01/2008	12/02/2008	Consignação de TVD			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000056842008	190	Portaria	MC	17/07/2008	23/07/2008	Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	76483	Decreto	PR	22/10/1975	23/10/1975	Autoriza Executar Serviço	Jurídico
576711977	240877	Despacho	MC	24/08/1977	26/08/1977	Advertência	Jurídico
586071978	130978	Despacho	MC	13/09/1978	22/09/1979	Advertência	Jurídico
639441978	39	Portaria	MC	08/01/1979	15/01/1979	Multa	Jurídico
291010004531984	2797	Despacho	MC	15/09/1981	22/09/1981	Multa	Jurídico
1408291982	51082	Despacho	MC	05/10/1982	11/10/1982	Advertência	Jurídico
1413191982	2081	Portaria	MC	06/10/1982	25/10/1982	Multa	Jurídico
1411251982	2107	Portaria	MC	07/10/1982	25/10/1982	Multa	Jurídico
1412801982	2243	Portaria	MC	25/10/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
1412811982	2244	Portaria	MC	25/10/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
9999	497	Portaria	MC	06/05/1983	24/05/1983	Multa	Jurídico
1403311983	493	Portaria	MC	06/05/1983	24/05/1983	Multa	Jurídico
1402661983	776	Portaria	MC	15/06/1983	13/07/1983	Multa	Jurídico
1408291982	40883	Despacho	MC	04/08/1983	11/08/1983	Advertência	Jurídico
9999	220883	Despacho	MC	22/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico
9999	1627	Portaria	MC	19/10/1983	09/11/1983	Multa	Jurídico
9999	512	Portaria	MC	02/04/1984	11/04/1984	Multa	Jurídico
0004531984	852	Portaria	MC	29/05/1984	11/06/1984	Multa	Jurídico
0006891984	973	Portaria	MC	13/06/1984	27/06/1984	Multa	Jurídico
9999	1061	Portaria	MC	28/06/1984	16/07/1984	Multa	Jurídico
9999	1240	Portaria	MC	17/07/1984	29/08/1984	Multa	Jurídico
9999	1685	Portaria	MC	20/09/1984	03/10/1984	Multa	Jurídico
9999	511	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
9999	5118	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
9999	51184	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
291010004831991	121191	Despacho	MC	12/11/1991		Advertência	Jurídico
291010008201990	11	Decreto	PR	30/07/1992	31/07/1992	Renovação	Jurídico
291010023291991	30195	Despacho	MC	03/01/1995	08/02/1995	Advertência	Jurídico
291010019481991	111295	Despacho	MC	11/12/1995	02/01/1996	Advertência	Jurídico
291010017801991	141295	Despacho	MC	14/12/1995	08/02/1996	Advertência	Jurídico
1422691983	513	Portaria	MC	02/04/1998	11/04/1984	Multa	Jurídico
537700001141998	429	Portaria	MC	01/09/1999	10/09/1999	Multa	Jurídico

291010008201990	113	Decreto Legislativo	CN	07/06/2000	08/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	4600	Ato	CMPRL	05/08/2008	06/08/2008	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	321	Despacho	SSCE	07/10/2008		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
530000474072005	11	Decreto	PR	27/11/2008	28/11/2008	Renovação	Jurídico
530000474072005	947	Decreto Legislativo	CN	18/12/2009	21/12/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	131	Despacho	SSCE	24/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico

Horário de funcionamento							

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens Digital - TVD**

Processo nº 01250.013137/2020-05

Canal: 24 Faixa:
530-536 MHz

CNPJ: 43915172/0001-06

Localidade: RIO DE
JANEIRO

UF: RJ

Entidade: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA	SIM	NÃO	DOCUMENTO/ PÁGINA
1) Trata-se de canal digital consignado (canal pareado com analógico) para a entidade?		X	5293356-7

<p>1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:</p> <p>Houve desligamento do sinal analógico na localidade?</p>			
<p>1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "SIM", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:</p> <p>Há transmissão simultânea do sinal da entidade nos canais digital e analógico?</p>			
<p>1.1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1.1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2":</p> <p>A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço no canal analógico?</p> <p>Obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em TV e TVD, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</p>			
<p>2) A estação de TVD encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe a Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?</p>	X		5293356-7
<p>2.1) Se a resposta "Item 2" foi "SIM", seguir para o "Item 3", caso contrário responder se:</p> <p>No caso de consignação de canal digital, a estação de TV (canal analógico) foi alguma vez licenciada?</p>			

Responder as afirmativas abaixo, marcando com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	DOCUMENTO/ PÁGINA
3) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.	S	5725983-1
4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério.	S	5725983-2
5) LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA (Portaria MC nº 925, de 22/08/2014 e Portaria SERAD nº 4.775/2018).	S	5293356-1 a 6
5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).	S	5293356-1
5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	5293356-2 e 3
5.3) Transmissores.		
5.3.1) Transmissor Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Homologação/Certificação; d) Potência de operação; e) Potência medida ($\pm 2\%$); f) Frequência de operação (<i>portadora central</i>)); g) Frequência medida (± 1 Hz <i>portadora central</i>).	S	5293356-2
5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Homologação/Certificação; d) Potência de operação; e) Potência medida ($\pm 2\%$); f) Frequência de operação (<i>portadora central</i>)); g) Frequência medida (± 1 Hz <i>portadora central</i>).	N	5293356-2
5.4) Antena.		
5.4.1) Antena Principal:		

a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização.	S	5293356-2
5.4.2) Antena Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização.	NA	
5.5) Linha de Transmissão.		
5.5.1) Linha de Transmissão Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	5293356-2
5.5.2) Linha de Transmissão Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	NA	
5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador).	S	5293356-3
5.7) Declaração do profissional habilitado.		
5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	NA	
5.7.2) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente."	S	5293356-4
5.7.3) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Atesto o atendimento às normas técnicas	S	5293356-4

vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas."	-	5293356-1
<p>5.7.4) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</p> <p>"Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis."</p>	S	5293356-4
<p>5.8) Declaração da entidade:</p> <p>"Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de TVD." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração.</p>	S	5293356-4
<p>5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria.</p>	S	5293356-6
<p>6) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</p> <p>Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018.</p>	S	5293356-1 a 6
<p>6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração, em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963).</p>	S	5293356-4

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES: Não constou do laudo o transmissor auxiliar.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 23/07/2020, às 17:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5725988** e o código CRC **34541436**.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI nº 5725988

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 1413/2020/SEI-MC

Processo n.º: **01250.013137/2020-05.**

Assunto: **Renovação de outorga.** Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria de estação de radiofrequência que operava no canal analógico 11+ (onze decalado para mais), classe E e atualmente opera no canal digital 24(vinte e quatro) , classe E, encaminhado pela **TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.915.172/0001-06, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens na localidade do Rio de Janeiro/RJ, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria 925 de 22 de agosto de 2014, Portaria SERAD nº 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. Da consulta ao Banco de Dados do Poder Concedente e da análise do(s) laudo(s) técnico(s) apresentado(s) foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

OBSERVAÇÃO	EXIGÊNCIA
	- Apresentar Laudo de vistoria

técnica, elaborado por profissional habilitado e assinado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), **vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração**, em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963), nos termos da Portaria SERAD n.º 4.775 de 14 de setembro de 2018, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, devidamente quitada.

OU

- Apresentar Ato do poder concedente autorizando as características técnicas informadas no Laudo de Vistoria apresentado.

Nota: o modelo de Laudo de Vistoria pode ser obtido pelo link abaixo:

[Modelo de Laudo de Vistoria - Portaria SERAD n.º 4775-SEI de 14/09/2018](#)

- A seguinte característica técnica de operação da emissora informada no laudo de vistoria técnico da estação encontra-se em desacordo com o autorizado pelo poder concedente:

- transmissor auxiliar (não constou do laudo de vistoria).

4. Desse modo, a entidade **não atende**, no momento, aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Interessada, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 31/07/2020 (Portaria n.º 2800/2020), apresente, conforme os parágrafos 3 e 4, as informações faltantes, ficando advertida que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

6. Por fim, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora Geral de Pós-Outorga, para decisão.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 23/07/2020, às 17:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 24/07/2020, às 08:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 28/07/2020, às 14:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5726059** e o código CRC **BF85B783**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI nº 5726059



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

OFÍCIO Nº 1882/2020/MC

Brasília, 23 de julho de 2020.

Ao Senhor

Representante Legal da

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA. (CNPJ nº 43.915.172/0001-06)

Av. das Comunicações, 04 - Vila Jaraguá

06.276.905 - Osasco/SP

Assunto: Renovação de outorga. Exigência. Processo n.º 01250.013137/2020-05.

Senhor Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 1413/2020/SEI-MC, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 31/07/2020 (Portaria n.º 2800/2020).

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 28/07/2020, às 14:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5726160** e o código CRC **A299CBEF**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1882/2020/MC - Processo nº 01250.013137/2020-05 - Nº SEI: 5726160

Data de Envio:

28/07/2020 17:08:42

De:

MC/Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga (SEI-MCTIC) <sepos_ren@mctic.gov.br>

Para:

fiscal@sbt.com.br
rfranco@sbt.com.br
luishonda@sbt.com.br
juliananoronha@sbt.com.br
mreis@sbt.com.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações;

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Processos de Renovação do Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga Prezado(a),

Ref: 01250.013137/2020-05

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_5726160.html
Nota_Tecnica_5726059.html



TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Ilustríssimo Senhor

João Eduardo Tabalipa Ferreira

Coordenador de Renovação de Outorga e de Alterações de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Ministério das Comunicações

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência.

Processo: 01250.013137/2020-05

Resposta ao Ofício nº 1322/2020/MC

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 43.915.172/0001-06, com sede social na Avenida das Comunicações, nº 04, Vila Jaraguá, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, vem, por seu procurador infra assinado (Procuração Eletrônica CADSEI), em resposta ao Ofício em referência, **apresentar a documentação anexa, exigida no item 3.1 da Nota Técnica nº 931/2020/SEI-MC**, conforme segue:

Atenciosamente,

Osasco (SP), 30 de julho de 2020.

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Luis Fernando Noriaki Carvalho Honda

OAB/SP 348.897

- Procurador CADSEI -

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão - SERAD
Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas – CGPO

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO	
Nome da Pessoa Jurídica:	TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.
CNPJ:	43.915.172/0001-06
CEP da sede:	06276-905
Endereço da sede:	AV. DAS COMUNICAÇÕES, Nº 04 – VILA JARAGUÁ – OSASCO/SP
E-mail de Contato:	riodejaneiro.cadsei@sbt.com.br
Serviço a ser renovado:	<div><div><input type="checkbox"/> em frequência modulada</div><div><input type="checkbox"/> Radiodifusão sonora</div><div><input type="checkbox"/> em ondas curtas</div><div><input type="checkbox"/> em ondas médias</div><div><input type="checkbox"/> em ondas tropicais</div><div><input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens</div></div>
Período da renovação:	16/01/2021 a 16/01/2036
Localidade da renovação:	RIO DE JANEIRO
UF:	RJ

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o nº 088.120.118-96, e, **JULIO CESAR GARCIA DANTAS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o nº 022.542.758-36, na qualidade de representantes legais da pessoa jurídica acima qualificada, vêm solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARAM, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes

de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

(e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

(f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos este requerimento.

Osasco (SP), 27 de julho de 2020.



JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL
Diretor Superintendente



JULIO CESAR GARCIA DANTAS
Diretor Administrativo Financeiro



CPL 110/20

São Paulo/SP, 18 de agosto de 2020.

Ilustríssima Senhora

Luciana Maria Monteiro de Lima

Coordenadora-Geral de Pós-Outorga

Ministério das Comunicações – Brasília/DF

Ref.: Processo n.º 01250.013137/2020-05

A **TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA**, CNPJ nº 43.915.172/0001-06, com endereço na Avenida das Comunicações, 4, Vila Jaraguá, Osasco, Estado de São Paulo, vem, à presença de Vossa Senhoria, em atenção ao **Ofício nº 1882/2020/MC**, de 23 de julho de 2020, **solicitar** a substituição das folhas 2 e 3 do Laudo de Vistoria, constando de forma correta a descrição do transmissor auxiliar, a fim de sanar as pendências do referido processo.

Atenciosamente,


Márcio Henrique Fernandes dos Reis

Procurador no CADSEI



TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO

OUTORGANTE: TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações, n. 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o n. 43.915.172/0001-06, inclusive suas filiais, neste ato representada nos termos do seu contrato social, por seu Diretor Superintendente, Sr. **JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL**, brasileiro, casado, contador, com endereço comercial no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações, n. 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, portador da Cédula de Identidade ("RG") n. 16.503.746-5 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o n. 088.120.118-96; e por sua Diretora Adjunta, Sra. **SARA BENVINDA SOARES**, brasileira, viúva, radialista, com endereço comercial na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo São Cristóvão, n. 105, São Cristóvão, CEP 20921-440, portadora do RG n. 2.634.541 IPF/RJ e inscrita no CPF sob o n. 733.306.207-49.

OUTORGADOS: **ROBERTO DIAS LIMA FRANCO**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador do RG n. 1.037.283 SSP/BA e inscrito no CPF sob o n. 313.645.435-91; e **MARCIO HENRIQUE FERNANDES DOS REIS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG n. M-6.115.479 SSP/MG e inscrito no CPF sob o n. 704.694.316-87; ambos com endereço comercial no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações, n. 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905.

PODERES: Representar **ISOLADAMENTE** a **OUTORGANTE**, **INDEPENDENTEMENTE DA ORDEM DE NOMEAÇÃO**, perante o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), os seus Escritórios e as suas Delegacias Regionais, podendo, para tanto, assinarem requerimentos para fins de andamento e instrução de processos, ofícios e outros documentos, acompanharem e retirarem processos e documentos, solicitarem e prestarem esclarecimentos e informações, praticando, enfim, todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento desse mandato. FICA EXPRESSAMENTE VEDADO O SUBSTABELECIMENTO DE QUAISQUER DOS PODERES ORA CONFERIDOS, SEJA NO TODO OU EM PARTE.

PRAZO: Esta procuração tem validade até o dia 13 de janeiro de 2021.

Osasco (SP), 13 de janeiro de 2020.



TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.
José Roberto dos Santos Maciel Sara Benvinda Soares



Cartório São Cristóvão 1º Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

SARA BEVINDA SOARES.....

e dou fé. Rio de Janeiro/RJ, 17/01/2020, 12:45:54

Paulo Henrique Lima da Silva
Escrevente

Serventia: R\$ 5,82 - TJ + Fundos: R\$ 2,3 / TOTAL: R\$ 8,16

EDHX28763-RNV

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RUA SÃO CRISTÓVÃO, 489 - LOJA B - SÃO CRISTÓVÃO - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20940-001 - TEL: 5-3295-0873 / 3295-0140

093138 AB095479

quarto | **Eliza de Faria Rodrigues** Tabelião

Rua Cônego Afonso, 101 - Centro
Cep 06010-000 - Osasco - SP
Fone: (11) 3609-4247

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, em documento em valor econômico, dou fé.

Em Teste da verdade, Osasco, 29 de janeiro de 2020.

ELIZA FERNANDA ANTONIATO ROQUES - ESCRIVENTE

Selo(s): 1 RNV2600-200950 (Total de 4,40)

4ª TABELÃO DE NOTAS
Luis Fernando Antonio
ESCREVENTE

"VÁLIDO SOMENTE COMO MEIO DE AUTENTICAÇÃO SEM EMENDAS OU RATIFICAÇÃO"

VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOCALIZAÇÃO

Endereço:	Morro do Sumaré, s/n – Rio Comprido			
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ	CEP: 20261280
Coordenadas Geográficas medidas	Latitude :	22 ° 56 ' 57 , 0 " S (S/N)		
	Longitude:	43 ° 13 ' 44 , 0 " W (L/O)		

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS					
Sistema Irradiante Principal:	Fabricante: RFS (Radio Frequency Systems)				
	Modelo: PHP 40 J				
	Polarização:	H Horizontal	Vertical	Circular	Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV): 270				
	Nº de elementos: 40 Painéis / 4 Níveis				
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m): 135,30				
Sistema Irradiante Auxiliar: (se houver)	Fabricante:				
	Modelo:				
	Polarização:	Horizontal	Vertical	Circular	Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):				
	Nº de elementos:				
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):				
Linha de Transmissão Principal:	Fabricante: RFS (Radio Frequency Systems)				
	Modelo: HCA318-50J				
	Comprimento medido (m): 180,0				
Linha de Transmissão Auxiliar: (se houver)	Fabricante:				
	Modelo:				
	Comprimento medido (m):				
Transmissor Principal:	Fabricante: Toshiba Corporation				
	Modelo: TDU7377L				
	Homologação: 02525-08-04998				
	Potência de operação medida (kW): 8,50				
	Frequência medida (MHz): (*)		Video (TV)	Áudio (FM/TV)	
Transmissor Auxiliar: (se houver)	Fabricante: Toshiba Corporation				
	Modelo: TDU7377L				
	Homologação: 02525-08-04998				
	Potência de operação medida (kW): 3,00				
	Frequência medida (MHz): (*)		Video (TV)	Áudio (FM/TV)	

(*) – Não se aplica a TVD.

Engº Márcio Henrique Fernandes dos Reis
CREA 5069027074

Laudo de Vistoria Técnica (FM-TV) - pag. 2

ESTÚDIO PRINCIPAL

Endereço: Campo de São Cristóvão, 105 – São Cristóvão
Município: Rio de Janeiro **UF:** RJ **CEP:** 20921440

ESTÚDIO AUXILIAR (SE HOUVER)

Endereço:
Município: **UF:** **CEP:**

RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

Analizador de Espectro – Anritsu – Modelo: MS8901 – N° Série: 6200654053

Wattímetro BIRD – Modelo: 3129 – N° Série: S/N

Carga – JBM Instr. – Modelo: J2044 – N° Série: 10857

GPS – Garmin – Modelo: 76CS – N° Série: 74116578

Trena de fibra – Vonder – Modelo 100m

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Estação licenciada em 09/05/2019 no sistema MOSAICO da ANATEL

O Transmissor é composto por sistema duplo 1+1, sendo cada de 5KW, totalizando 10KW

Como transmissor principal opera com 8,5KW e como transmissor auxiliar opera com 3,00KW

RESPONSÁVEL PELA VISTORIA

Nome do Vistoriador: Márcio Henrique Fernandes dos Reis
CREA/ SP N°: 5069027074
Local / Data: 03/03/2020
Assinatura:

Engº Márcio Henrique Fernandes dos Reis
CREA 5069027074



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

CNPJ: 43.915.172/0001-06

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte adma que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:41:19 do dia 27/08/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/09/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

CHECKLIST**Renovação de Outorga****Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens Digital - TVD**

Processo nº 01250.013137/2020-05

Canal: 24
- 536 MHz

Faixa: 530

CNPJ: 43.915.172/0001-06

Localidade: RIO DE
JANEIRO

UF: RJ

Entidade: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

Responder as questões abaixo, marcando com um "X" em uma das opções: "SIM" ou "NÃO", e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

INFORMAÇÕES SOBRE A OUTORGA	SIM	NÃO	DOCUMENTO/ PÁGINA
1) Trata-se de canal digital consignado (canal pareado com analógico) para a entidade?		X	5293356-7

<p>1.1) Se a resposta do "Item 1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:</p> <p>Houve desligamento do sinal analógico na localidade?</p>			
<p>1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1" foi "SIM", seguir para o "Item 2", caso contrário responder se:</p> <p>Há transmissão simultânea do sinal da entidade nos canais digital e analógico?</p>			
<p>1.1.1.1) Se a resposta do "Item 1.1.1" foi "NÃO", seguir para o "Item 2":</p> <p>A entidade apresentou, também, o Laudo de Vistoria para Renovação do Serviço no canal analógico?</p> <p>Obs.: Para casos de funcionamento simultâneo em TV e TVD, a entidade deve apresentar Laudos de Vistoria para os dois Serviços.</p>			
<p>2) A estação de TVD encontra-se licenciada nos sistemas SRD e/ou MOSAICO, e/ou existe a Licença de Funcionamento da estação nas Pastas Cadastrais e/ou a entidade apresentou a mesma nos autos do processo?</p>	X		5293356-7
<p>2.1) Se a resposta "Item 2" foi "SIM", seguir para o "Item 3", caso contrário responder se:</p> <p>No caso de consignação de canal digital, a estação de TV (canal analógico) foi alguma vez licenciada?</p>			

Responder as afirmativas abaixo, marcando com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item, e indicar o(s) documento(s) [nº no SEI] relacionados (se houverem) com suas respectivas página(s).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	DOCUMENTO/ PÁGINA
3) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.	S	5825211
4) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração cadastrada neste Ministério.	S	5725983-
5) LAUDO/FORMULÁRIO PADRONIZADO DE VISTORIA (Portaria MC nº 925, de 22/08/2014 e Portaria SERAD nº 4.775/2018).	S	5293356-1 a 6 5801392-5
5.1) Identificação: a) Identificação da entidade; b) Identificação da emissora; c) Identificação do profissional habilitado (vistoriador).	S	5293356-1
5.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	5293356-2 e 3
5.3) Transmissores.		
5.3.1) Transmissor Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Homologação/Certificação; d) Potência de operação; e) Potência medida ($\pm 2\%$); f) Frequência de operação (<i>portadora central</i>)); g) Frequência medida (± 1 Hz <i>portadora central</i>).	S	5293356-2
5.3.2) Transmissor Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Homologação/Certificação; d) Potência de operação; e) Potência medida ($\pm 2\%$); f) Frequência de operação (<i>portadora central</i>)); g) Frequência medida (± 1 Hz <i>portadora central</i>).	S	5801392-5
5.4) Antena.		
5.4.1) Antena Principal:		

a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização.	S	5293356-2
5.4.2) Antena Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo); f) Polarização.	NA	
5.5) Linha de Transmissão.		
5.5.1) Linha de Transmissão Principal: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S	5293356-2
5.5.2) Linha de Transmissão Auxiliar (se houver): a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	NA	
5.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador).	S	5293356-3
5.7) Declaração do profissional habilitado.		
5.7.1) "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	NA	
5.7.2) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "As características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente."	S	5293356-4
5.7.3) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018) "Atesto o atendimento às normas técnicas	S	5293356-4

vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas."	-	5293356-1
<p>5.7.4) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</p> <p>"Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis."</p>	S	5293356-4
<p>5.8) Declaração da entidade:</p> <p>"Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de TVD." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração.</p>	S	5293356-4
<p>5.9) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do respectivo Conselho Regional da localidade onde foi realizada a vistoria, e comprovante de quitação e também assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico pelo Laudo de Vistoria.</p>	S	5293356-6
<p>6) (EM CASO DE VISTORIAS PARA RENOVAÇÃO REALIZADAS APÓS 18/09/2018)</p> <p>Foi Apresentado Laudo de vistoria técnica padronizado, elaborado por profissional habilitado nos termos da Portaria SERAD nº 4.775 de 14 de setembro de 2018.</p>	S	5293356-1 a 6
<p>6.1) O Laudo de vistoria padronizado foi firmado em conjunto com o representante legal (dirigente da pessoa jurídica), vedada a assinatura por procurador da entidade, mesmo com procuração, em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal (art. 113, inciso X do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963).</p>	S	5293356-4

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES: Entidade atendeu a exigência da NT 1413 (5725983) encaminhando laudo com a correção(transmissor auxiliar).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 27/08/2020, às 17:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5825213** e o código CRC **07B0C67B**.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI nº 5825213

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

NOTA TÉCNICA Nº 3112/2020/SEI-MC

Processo n.º: **01250.013137/2020-05.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de análise de laudo de vistoria de estação de radiofrequência operando no canal digital 24 (vinte e quatro), classe E, encaminhado pela **TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 43.915.172/0001-06, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade do Rio de Janeiro/RJ, apresentado para fins de renovação da outorga.

ANÁLISE

2. O pleito da requerente encontra-se embasado pela Portaria SERAD n.º 4775, de 14 de setembro de 2018 e inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963 c/c Decreto n.º 9.138, de 22 de agosto de 2017, *in verbis*:

2.1. Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

[...]

X - laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

3. A documentação apresentada em atenção a Nota Técnica n.º 1413/2020/SEI-MC (evento SEI n.º 5725988) encaminhada pelo Ofício n.º 1882/2020/SEI-MC, de 28/07/2020 (evento SEI n.º 5726160), no doc. 53115.005400/2020-32 composta de laudo de vistoria técnica da estação, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o representante legal da entidade, declarações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, eventos SEI n.º 5293356 e 5801392, atesta que a estação operava, na data de confecção do referido laudo, com as características técnicas em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Executivo Federal e norma técnica regulamentar vigente.

4. Diante do exposto, opina-se pela devolução dos autos à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão - CORAC informando que o laudo técnico da estação exigido nos termos do inciso X do art. 113 do Decreto n.º 52.795 de 31 de outubro de 1963, está em conformidade com o autorizado pelo órgão competente do Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 27/08/2020, às 17:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Souza Donini, Engenheiro**, em 27/08/2020, às 17:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 28/08/2020, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5825270** e o código CRC **64E75B7A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Serviço de Alterações de Características Técnicas

DESPACHO

Processo nº: 01250.013137/2020-05

Interessado: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Assunto: Renovação de Outorga

À CORAC,

Tendo em vista que a análise do laudo técnico apresentado concluiu que a entidade se encontra devidamente instalada em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente, estando a Entidade **apta tecnicamente** para dar prosseguimento no processo de Renovação de Outorga, conforme teor da Nota Técnica nº 3112/2020/SEI-MC, encaminhamos o processo à Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas de Serviços de Radiodifusão - CORAC para prosseguimento da análise jurídica do pedido de Renovação de Outorga.

Brasília, 27 de agosto de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 27/08/2020, às 17:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 28/08/2020, às 10:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5825296** e o código CRC **D070D5BA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de

Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 7073/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.013137/2020-05

INTERESSADO: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Rio de Janeiro/RJ, referente ao seguinte período: 16/01/2021 a 16/01/2036.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 931/2020/SEI-MC, concluiu pela expedição do Ofício n.º 1322/2020/SEI-MC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota. Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.003400/2020-06, acompanhado de documentos (SEI 5703373 e 5703416).

3. Ocorre que, por recomendação da Casa Civil da Presidência da República, faz-se necessária a complementação da documentação já apresentada, nos termos do art. 15, § 3º, incisos I ao VII, do Decreto nº 52.795/63; e do art. 222, § 1º, da Constituição Federal. Sendo assim, resta concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. declaração, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

3.2. ato constitutivo e as alterações contratuais, com exceção daquelas registradas na Junta Comercial sob o nº 545.617/11-0, nº 381.382/17-5 e nº 589.571/18-7, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

3.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico detalhado de todos os atos

arquivados pela Entidade;

3.4. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios/diretores, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certidão de reservista; (c) cédula de identidade; (d) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (e) carteira profissional; (f) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (g) passaporte;

Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

3.5. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Rio de Janeiro/RJ, encontra-se com o status "(TV-C2) Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os documentos

relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou atendimento parcial à exigência ora formulada, implicará nas medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 08/06/2021, às 16:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7584714** e o código CRC **9D933724**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI nº 7584714



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 12565/2021/MCOM

Brasília, 08 de junho de 2021.

Ao Senhor

Representante Legal da

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (CNPJ Nº 43.915.172/0001-06)

Av. das Comunicações, 04, Vila Jaraguá,

06276 905 - Osasco/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.013137/2020-05.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 7073/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de antecipação de resposta, contado a partir de 30/06/2021, conforme prazo previsto na Portaria MCOM nº 2.344, de 06 de abril de 2021, publicada em 08 de abril de 2021.

2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**,
Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial,
em 08/06/2021, às 16:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7584909** e o código CRC **4AFCF9C1**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 12565/2021/MCOM - Processo nº 01250.013137/2020-05 - Nº SEI: 7584909

Data de Envio:

08/06/2021 17:19:03

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

fiscal@sbt.com.br
rfranco@sbt.com.br
luishonda@sbt.com.br
juliananoronha@sbt.com.br
mreis@sbt.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL - MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 01250.013137/2020-05

INTERESSADA: - TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Anexos:

Oficio_7584909.html
Nota_Tecnica_7584714.html



TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

Ilustríssima Senhora

Kenia da Silva Vieira

Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Ministério das Comunicações

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência.

Ofício nº 12565/2021/MCOM

Processo nº 01250.013137/2020-05

A TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, empresa concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 43.915.172/0001-06, com sede social na Avenida das Comunicações, nº 04, Vila Jaraguá, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, vem, por seu procurador abaixo assinado (instrumento de mandato eletrônico - SEI), em atendimento ao **Ofício nº 12565/2021/MCOM** apresentar os documentos exigidos no item 3 da Nota Técnica nº 7073/2021/SEI-MCOM, sendo:

1. *Declaração assinada pelo representante legal de que a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;*
2. *Ato constitutivo e as alterações contratuais, com exceção daquelas registradas na Junta Comercial sob o nº 545.617/11-0, nº 381.382/17-5 e nº 589.571/18-7, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;*
3. *Certidão emitida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, atualizada, em que consta o histórico detalhado de todos os atos arquivados pela Entidade;*
4. *Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios/diretores, feita por meio da apresentação de: (a) certidão de nascimento ou casamento; (b) certidão de reservista; (c) cédula de identidade; (d) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (e) carteira profissional; (f) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (g) passaporte;*
5. *Em relação ao certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador e aos empregados, esclarecemos que, com o advento da Lei n. 13.467/2017 ("Reforma Trabalhista") tais recolhimentos deixaram de ser obrigatórios, razão pela qual esta entidade, e seus empregados optaram pelo não recolhimento.*
6. *Quanto ao item 5 da referida Nota Técnica, informamos que o pedido de regularização da licença da estação já está em trâmite perante a Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), conforme demonstra o protocolo anexo.*

Osasco (SP), 14 de julho de 2021.

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Luis Fernando Noriaki Carvalho Honda

OAB/SP 348.897

Procurador CADSEI





TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

DECLARAÇÃO

A TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, empresa concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) no município do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 43.915.172/0001-06, com sede social na Avenida das Comunicações, nº 04, Vila Jaraguá, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, por seu Diretor Superintendente, Sr. **José Roberto dos Santos Maciel**, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 088.120.118-96, **DECLARA** que atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

Com o propósito de formalizar expressamente a presente DECLARAÇÃO, a TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA assina este documento de forma eletrônica, reconhecendo como válida, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2 (Emenda Constitucional nº 32) todas as formas de comprovação de autoria e integridade dos termos aqui declarados e assinados em formato eletrônico, notadamente as evidências extraídas da plataforma de assinatura eletrônica QUALISIGN, ora eleita pela TVSBT para coleta de assinatura de seu representante legal.

Osasco (SP), 05 de julho de 2021.

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

José Roberto dos Santos Maciel
Diretor Superintendente
(Assinatura Eletrônica)



Revisado por Luis Fernando Noriaki Carvalho Honda



PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 13/07/2021

Dados do Documento

Tipo de Documento	Contrato Genérico com Testemunhas
Referência	7450 - 57042 - SBT RJ_Declaração Art.28_05.07.21 (
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	05/07/2021
Validade	05/07/2021 até Indeterminado
Hash Code do Documento	D2906EDDDD1B6561B175BC2DFCCE37F12A0A5B0C29B95DE3DD68F172F01C2437

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte) Declarante 01

Relacionamento 43.915.172/0001-06 - TVSBT - Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda.

Representante

José Roberto dos Santos Maciel	CPF	088.120.118-96
Ação:	Assinado em 13/07/2021 10:16:37 - Forma de assinatura: Usuário + Senha	IP: 189.42.141.3
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko	
Localização	Não Informada	
Tipo de Acesso	Normal	

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **ZPNDV-FJQ91-WQBVZ-9KNBH**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

CONTRATO SOCIAL DE

TV STUDIOS SILVIO SANTOS LIMITADA

Os abaixo-assinados, SENOR ABRVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG nº 2.337.919-SP - CIC(MF) nº 008.291.028, domiciliado e residente à Rua Leiria nº 65, nesta Capital, Estado de São Paulo; MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 2.351.517-SP - CIC(MF) nº 000.329.568, domiciliado e residente à Rua Utinga nº 16, nesta Capital, Estado de São Paulo; HENRIQUE ABRVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SP - CIC(MF) nº 003.957.658, domiciliado e residente à Rua Martin Francisco nº 995, nesta Capital, Estado de São Paulo; LEON ABRVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 3.679.558-SP - CIC(MF) nº.... 006.874.998, domiciliado e residente à Av. Dr. Altino Arantes nº 741, nesta Capital, Estado de São Paulo e MANOEL DE NOBREGA, brasileiro, casado, radialista, portador da cédula de identidade RG nº 1.004.836-SP - CIC(MF) nº 006.840.748, domiciliado e residente à Rua Nereu Ramos nº 43, nesta Capital, Estado de São Paulo, RESOLVEM constituir uma sociedade, por quotas de responsabilidade limitada, com a finalidade de executar serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão), de acordo com as concessões ou permissões - que lhe vierem ser outorgadas por ato do Governo Federal, execução essa sujeita à legislação específica, e visando sempre fins educacionais, cívicos e patrióticos, sob a denominação de

TV STUDIOS SILVIO SANTOS LIMITADA

que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

- CLÁUSULA I -

A sociedade tem sua sede e foro nesta -

Rua Jacquini, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tels.: 35-4345 - 33-2166/7/8



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURIDICO

.2.

Capital, à Rua D^a Santa Veloso nº 575, Estado de São Paulo, podem abrir e fechar filiais e escritórios em qualquer parte do Território Nacional.

- CLÁUSULA II -

A sociedade tem por objeto a execução e exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), nos termos da concessão outorgada pelo Governo Federal.

- CLÁUSULA III -

O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

- CLÁUSULA IV -

O capital social é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) de quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, indivisíveis e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL.....	3.000.000 quotas -	R\$ 3.000.000,00
MÁRIO ALBINO VIEIRA.....	500.000 quotas -	R\$ 500.000,00
HENRIQUE ABRAVANEL.....	500.000 quotas -	R\$ 500.000,00
LEON ABRAVANEL.....	500.000 quotas -	R\$ 500.000,00
MANOEL DE NOBREGA.....	500.000 quotas -	R\$ 500.000,00
	5.000.000	R\$ 5.000.000,00

§ 1º - As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo, qualquer alteração contratual de prévia autorização do Poder Concedente, através de seus órgãos competentes.

§ 2º - Os sócios integralizam, neste ato, em moeda corrente nacional, o correspondente à metade do capi

Rua Jacaqual, 500 - Bela Vista - São Paulo - Tele.: 35-4345 - 82-2166/7/8



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

.3.

tal social, cujo valor será depositado em estabelecimento bancário, em conta vinculada, em favor da sociedade.

§ 3º - A parte do capital social ainda não integralizada deverá ser coberta pelos sócios, improrrogavelmente, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data das respectivas outorgas das concessões dos canais de televisão, objeto dos Editais nºs. 034-73 e 035-73, de 23.11.73, do Ministério das Comunicações.

§ 4º - A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social.

- CLÁUSULA V -

A sociedade será administrada por um sócio-gerente, ao qual são conferidos amplos e plenos poderes para praticar todos os atos normais de administração e de gerência, na defesa dos interesses da sociedade, em juízo e fora dele, sendo vedado o uso da razão social em qualquer aval, fiança ou garantia em favor de terceiros.

§ 1º - A sociedade poderá fazer-se representar, em juízo e fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão os poderes que forem fixados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que tais procuradores deverão ser sempre brasileiros natos.

§ 2º - Sempre que a lei o exigir, a nomeação de procurador ou procuradores dependerá de prévia autorização do órgão competente do Governo Federal, devendo o instrumento de mandato ser, obrigatoriamente, assinado pelo sócio-gerente.

- CLÁUSULA VI -

Fica investido no cargo de sócio-gerente, o sócio SENOR ABRAVANEL, independentemente de caução.

Parágrafo único: A administração e a ge-



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURIDICO

4.

rência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiro nato.

- CLÁUSULA VII -

Os lucros ou prejuízos verificados em balanços anuais, levantados no último dia de cada ano civil, na forma da lei serão distribuídos ou suportados proporcionalmente pelos sócios.

- CLÁUSULA VIII -

Os sócios retirarão, mensalmente, a título de "pro-labore", uma quantia igual ao limite máximo fixado para as retiradas mensais dos sócios pela legislação do Imposto de Renda, respeitadas as normas específicas dos órgãos controladores dos serviços de radiodifusão do país, e dentro das possibilidades financeiras da sociedade.

Parágrafo único: Os sócios poderão abrir mão de seu direito de retirada, caso tal procedimento seja de sua conveniência.

- CLÁUSULA IX -

Qualquer cessão ou transferência de quotas ou direitos a ela relativos só poderá ocorrer com o consentimento por escrito dos demais sócios, tendo estes preferência na aquisição das cotas ou direitos, observadas ainda, as disposições contidas no § 1º da CLÁUSULA IV.

- CLÁUSULA X -

O falecimento, desaparecimento, interdição ou retirada de qualquer sócio, bem assim de mais de um, contanto que restem dois, não interromperá de modo algum a marcha dos negócios sociais, nem motivará a dissolução da sociedade. Em tais casos proceder-se-á apenas à apuração dos haveres do quotista falecido, interdito ou retirante, cujo pagamento será feito conforme



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

.5.

as possibilidades financeiras da sociedade é da seguinte maneira: 20%(vinte por cento) à vista, em moeda corrente nacional, e o restante em 12(doze) pagamentos mensais e iguais, acrescidos dos juros de 12%(doze por cento) ao ano, e a partir de 30(trinta)dias após o primeiro pagamento.

§ 1º - Se o falecimento, desaparecimento, interdição ou retirada do sócio ocorrer dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias após o último balanço, prevalecerá esse balanço, respeitadas as transações efetuadas na conta do falecido, desaparecido, interdito ou retirante, no decorrer dos 120(cento e vinte) dias subsequentes ao último balanço anual.

§ 2º - No caso de falecimento, desaparecimento ou interdição, poderá a viúva ou mulher legítima, bem assim os herdeiros quando capazes, entrar na sociedade no lugar do sócio falecido, desaparecido ou interdito, mediante alteração do contrato social, uma vez que haja acordo entre os sócios remanescentes.

- CLÁUSULA XI -

A sociedade só se dissolverá ou entrará em liquidação por mútuo consentimento dos sócios, ficando desde já designado como liquidante o sócio SENOR ABRAVANEL, ou qualquer um dos demais, de conformidade com designação da maioria, caso o primeiro não possa desincumbir-se desse mister, por qualquer motivo.

- CLÁUSULA XII -

A partir de o instante em que a sociedade vier a se tornar concessionária ou permissionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), nenhuma alteração poderá ser feita no presente contrato, sem a prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

- CLÁUSULA XIII -

Os casos omissos serão resolvidos de co



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURIDICO

.6.

num acordo entre os sócios, de conformidade com as disposições legais aplicáveis à matéria.

- CLÁUSULA XIV -

Os contraentes elogem o foro central da Comarca de São Paulo, Capital, como o competente para a solução das pendências que eventualmente decorrerem deste contrato, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em uma via original e nove cópias xerográficas de igual teor e forma, perante as duas testemunhas infra-assinadas, após o que será encaminhado para a aprovação e arquivamento nos órgãos competentes.

São Paulo, 04 de janeiro de 1974

SENOR ABRAVANEL

MÁRIO ALBINO VIEIRA

HENRIQUE ABRAVANEL

LEON ABRAVANEL

MANOEL DE NOBREGA

TESTEMUNHAS

Ricardo Beyilaqua

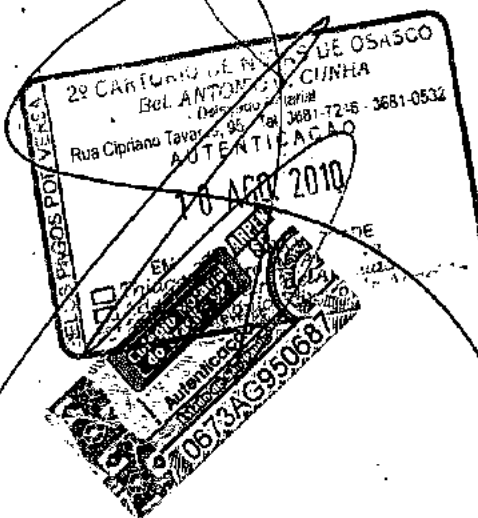
Gilberto Lupo

Rua Jacaqual, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tels.: 35-4345 - 33-2166/7/8

KTMA STEERING GROUP

70. WGA 15-16

SEI 53115.018792/2021-81 / pg. 10



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE
CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de direito, SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG nº 2.337.919-SP - CIC(MF) nº 008.291.028, domiciliado e residente à Rua Leiria nº 65, nesta Capital, Estado de São Paulo; MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 2.351.517-SP - CIC(MF) nº 000.329.568, domiciliado e residente à Rua Utinga nº 16, nesta Capital, Estado de São Paulo; HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SP - CIC(MF) nº 003.957.658, domiciliado e residente à Rua Martim Francisco nº 995, nesta Capital, Estado de São Paulo; LEON ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 3.679.558-SP - CIC(MF) nº 006.874.998, domiciliado e residente à Av. Dr. Altino Arantes nº 741, nesta Capital, Estado de São Paulo e MANOEL DE NOBREGA, brasileiro, casado, radialista, portador da cédula de identidade RG nº 1.004.836-SP - CIC(MF) nº 006.840.748, domiciliado e residente à Rua Nereu Ramos nº 43, nesta Capital, Estado de São Paulo, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada denominada

TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.,

sediada nesta Capital, à Rua Dona Santa Veloso nº 575, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 43.915.172/001, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974, detentores, respectivamente, de 3.000.000, 500.000, 500.000, 500.000 e 500.000 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo R E S O L V E M :

2.

a) - Alterar a redação do parágrafo 3º da cláusula IV, do Contrato Social, que passa a ser a seguinte:

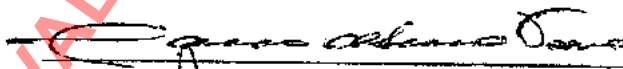
" § 3º) - A parte do Capital Social ainda não integraliza da deverá ser coberta pelos sócios, improrrogavelmente, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da respectiva outorga da concessão do canal de televisão, objeto do Edital nº 25/75, do MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES".

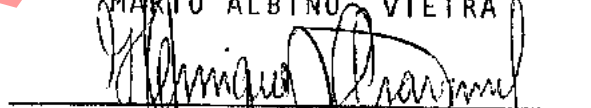
b) - RATIFICAR as demais cláusulas e condições do Contrato Social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O Contrato Social, assim, retificado e ratificado, com as alterações consignadas neste instrumento, que vai devidamente assinado em 4 (quatro) vias, de igual teor, na presença das 2 (duas) testemunhas, infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

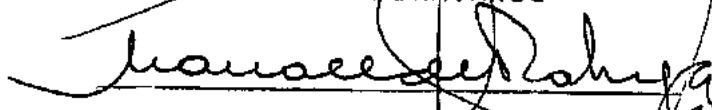
São Paulo, 05 de maio de 1975.


SENOR ABRAVANEL


MARIO ALBINO VIEIRA


HENRIQUE ABRAVANEL


LEON ABRAVANEL


MANOEL DE NOBREGA

Testemunhas:

1. 
MARIA ELISA FERREIRA

2. 
DIRCE ORTEGA



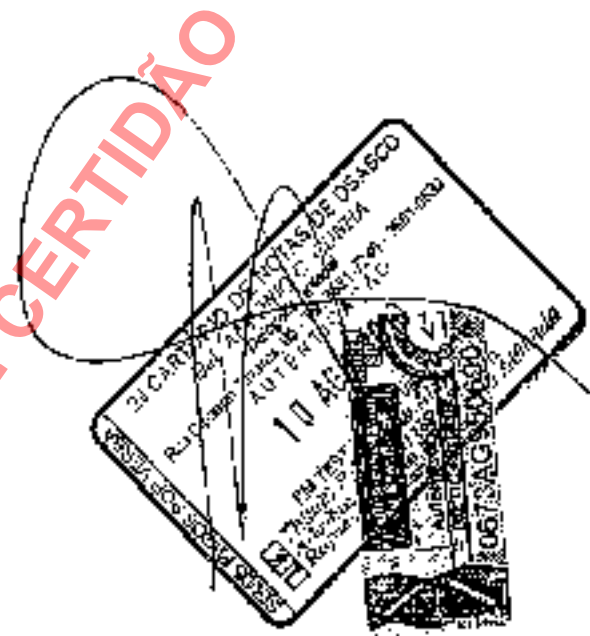
Rua Jacaqual, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tels.: 35-4345 - 33-2166/7/8

1189/m 91

Fig. 8 = 26º CARTÓRIO DE NOTAS

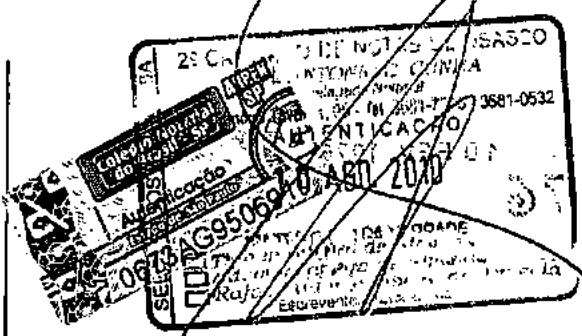
SECRET

100-443887-100

[illegible]

15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525
 526
 527
 528
 529
 530
 531
 532
 533
 534
 535
 536

01-76



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Pelo presente Instrumento particular e nos melhores termos do direito, SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG nº 2.337.919-SP - CIC (MF) nº 008.231.028, domiciliado e residente à Rua Leiria nº65, nesta Capital, Estado de São Paulo; MARIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 2.351.517-SP - CIC (MF) nº 000.329.568, domiciliado e residente à Rua Utinga nº 16, nesta Capital, Estado de São Paulo; HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SP - CIC (MF) nº 003.957.658, domiciliado e residente à Rua Martin Francisco nº 995, nesta Capital, Estado de São Paulo; LEON ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 3.679.558-SP - CIC (MF) nº 006.874.998, domiciliado e residente à Av. Dr. Altino Arantes nº 741, nesta Capital, Estado de São Paulo e MANOEL DE NÓBREGA, brasileiro, casado, radialista, portador da cédula de identidade RG nº 1.004.836-SP - CIC (MF) nº 006.840.742, domiciliado e residente à Alameda Campinas nº 997 - aptº 52, nesta Capital, Estado de São Paulo, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada denominada

TV ESTÚDIOS SILVIO SANTOS LTDA.

sediada nesta Capital, à Rua Dona Santa Veloso nº 575, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº ... 43.915.172/001, com seu Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 695.508/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e sua posterior alteração contratual

datada de 05 de maio de 1975, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 772.717/75, em sessão de 28 de maio de 1975, detentores, respectivamente de 3.000.000, 500.000, 500.000, 500.000 e 500.000 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo R E S O L V E M:

- a) ALTERAR a Cláusula IV, do Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA IV" - O Capital Social é de Cr\$. 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzelros), inteiramente subscrito e realizado, dividido em 5.000.000 (cinco milhões) de cotas sociais, no valor de Cr\$1,00 (um cruzelro) cada uma, indivisíveis e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL	3.000.000 cotas	-	Cr\$. 3.000.000,00
MÁRIO ALBINO VIEIRA	500.000 cotas	-	Cr\$. 500.000,00
HENRIQUE ABRAVANEL	500.000 cotas	-	Cr\$. 500.000,00
LEON ABRAVANEL	500.000 cotas	-	Cr\$. 500.000,00
MANOEL DE NÓBREGA	500.000 cotas	-	Cr\$. 500.000,00
	5.000.000 cotas	-	Cr\$. 5.000.000,00

§1º) - As cotas representativas do Capital Social são inalienáveis e incaucionáveis; direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia autorização do Poder Concedente, através de seus órgãos competentes.

§2º) - A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do Capital Social.

2º CARTÓRIO DE NOTAS DE OSASCO
BEL ANTONIO Z. CUNHA
Delegado Notarial
Rua Cipriano de Farias, 96 - Tel. 3681-7246 - 158
AUTENTICAÇÃO
10.60.27
EM TESTE () DA VERDADE
☐ Thiago Ribeiro da Almeida
☐ Ademar Ribeiro de Almeida
☐ Rafael Antonio Ribeiro de Almeida
Escritores Autorizados

APROVAR, nos termos do que estabelecem a Cláusula 1, do seu Contrato Social, a abertura de uma filial da sociedade, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Av. Presidente Vargas nº 435, 17º andar - sala 1705.

Em decorrência da tal deliberação, do Capital Social far-se-á um destaque no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para fins meramente fiscais.

c) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do Contrato Social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O Contrato Social fica, assim, ratificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai devolvido assinado em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas instrumentais infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

São Paulo, 12 de Janeiro de 1976.

SENOR ARRABANEL

HELENA ALBINO SPEIRA

HENRIQUE ARRABANEL

LEON ARRABANEL

MANOEL DE MENDONÇA

TESTEMUNHAS

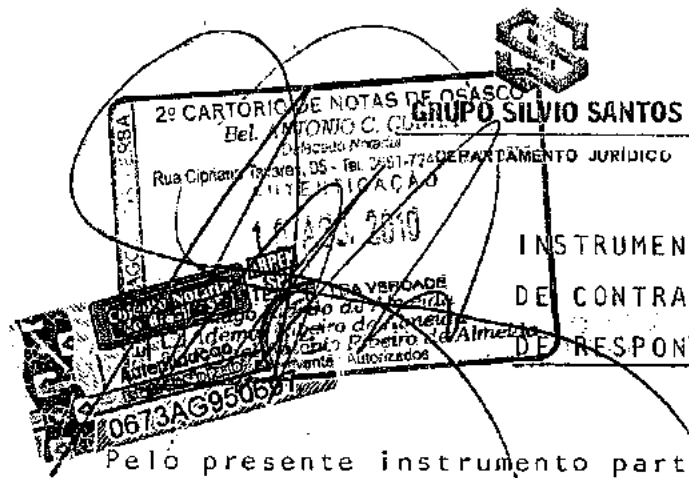
1. Díake Ortega
DÍAKE ORTEGA

2. Edna da Costa Lima Ferreira
EDNA DA COSTA LIMA FERREIRA

2. Edna da Costa Lima Ferreira
2. Edna da Costa Lima Ferreira

96209

02-76



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de direito, SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG nº 2.337.919-SP e CIC (MF) nº 008.291.028, domiciliado e residente à Rua Leiria nº 65, nesta Capital, Estado de São Paulo; MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 2.351.517-SP e do CIC (MF) nº 000.329.568, domiciliado e residente à Rua Utinga nº 16, nesta Capital, Estado de São Paulo; HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SP e do CIC (MF) nº 003.957.658, domiciliado e residente à Rua Martin Francisco nº 995, nesta Capital, Estado de São Paulo; LEON ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG nº 3.679.558-SP e do CIC (MF) nº 006.874.998, domiciliado e residente à Av. Dr. Altino Arantes, 741, nesta Capital, Estado de São Paulo e MANOEL DE NOBREGA, brasileiro, casado, radialista, portador da cédula de identidade RG nº 1.004.836-SP e do CIC (MF) nº 006.840.748, domiciliado e residente à Alameda Campinas nº 967 -apto 52, nesta Capital, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu procurador Sr. SENOR ABRAVANEL, já anteriormente qualificado, conforme procuração em causa própria, datada de 05 de novembro de 1975, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada denominada

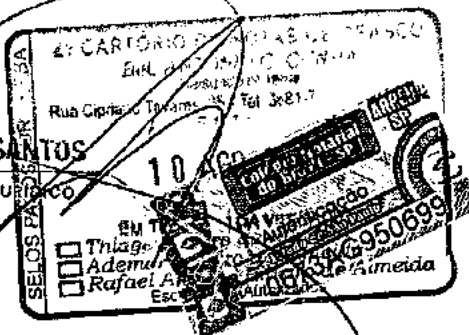
TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.

sediada nesta Capital, à Rua Dona Santa Veloso nº 575, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 43.915.172/0001, com seu Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974, e suas posteriores alterações contratuais devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, datando a última de 12 de janeiro de 1976, registrada na

./.

GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO



2.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 827.146/76, em sessão de 10 de fevereiro de 1976, detentores, respectivamente de 3.000.000, 500.000, 500.000, 500.000 e 500.000 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo R E S O L V E M:

a) - APROVAR, nos termos do que estabelece a cláusula I, do seu Contrato Social, a transferência da filial sito à Avenida Presidente Vargas nº 435, 17º andar, sala 1.705, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para a Rua General Padilha nºs 118 e 134, na mesma localidade.

b) - ANUIR à cessão de todas as suas 500.000 (quinhentas mil) cotas que o sócio MANOEL DE NÓBREGA faz ao sócio SENOR ABRAVANEL.

O sócio cedente declara ter recebido do sócio cessionário, em moeda corrente nacional, a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), representativa do valor atribuído às 500.000 (quinhentas mil) cotas sociais, a quem outorga a mais ampla, geral e irrevogável quitação, para não mais repetir.

c) - ALTERAR o "caput" da cláusula IV do Contrato Social, em decorrência da cessão de cotas ajustada neste instrumento, que ficará assim:

"CLÁUSULA IV - O Capital Social, é de Cr\$..... 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) de cotas sociais, no valor de Cr\$.1,00 (um cruzeiro) cada, indivisíveis e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL	3.500.000 cotas	Cr\$. 3.500.000,00
MÁRIO ALBINO VIEIRA	500.000 cotas	Cr\$. 500.000,00
HENRIQUE ABRAVANEL	500.000 cotas	Cr\$. 500.000,00
LEON ABRAVANEL	500.000 cotas	Cr\$. 500.000,00
<u>TOTAL: -</u>	<u>5.000.000 cotas</u>	<u>Cr\$. 5.000.000,00</u>

Rua Jacaguai, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tels.: 35-4345 - 33-2166/7/8



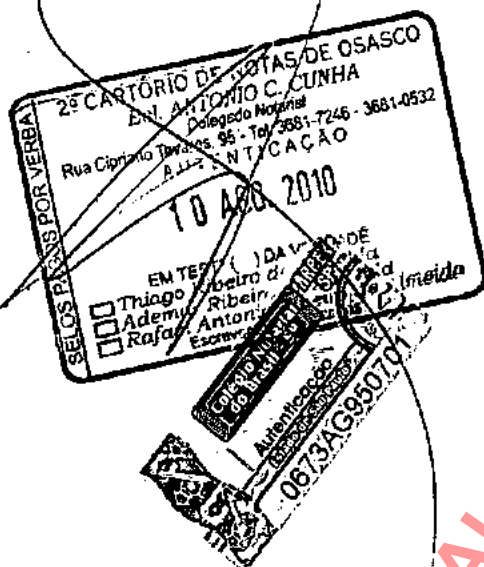
GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

3.

d) - RATIFICAR as demais cláusulas e condições do Contrato Social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O Contrato Social, fica, assim retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai devidamente assinado em 7 (sete) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas instrumentárias infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.



São Paulo, 26 de fevereiro de 1976.

[Signature]

SENOR ABRAVANEL

[Signature]

MAR CALBINO VIEIRA

[Signature]
HENRIQUE ABRAVANEL

[Signature]
LEON ABRAVANEL

[Signature]

MANOEL DE NÓBREGA

Testemunhas: -

p.p. SENOR ABRAVANEL

1. *[Signature]*

2. *[Signature]*

ecf. Rua Jacaguá, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tels.: 35-4345 - 33-2166/7/8

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de direito SENOR ABRAVANEL, brasileiro, viúvo, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº. 008.291.028-68, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480; MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº. 2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Utinga nº 16, e, HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Martim Francisco nº 995, infra-assinados, na qualidade de únicos sócios componentes da Sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada

TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.,

sediada nesta Capital, à Rua Dona Santa Veloso nº 575, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº... 43.915.172/0001-48, com seu Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e suas posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, datando a última de 28 de outubro de 1976, registrada sob nº 940.337/77, em sessão de 16 de agosto de 1977, detentores, respectivamente, de 4.000.000, 500.000 e 500.000 cotas sociais, cada uma, de pleno e comum acordo, R E S O L V E M:

- (a) - APROVAR, a partir de 30 de setembro de 1977, a transferência de sua sede social para a Rua General Padilha nº 118/134, São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- (b) - TRANSFORMAR em filial, a partir de 30 de setembro de 1977, o local onde se acha instalada sua sede social, sito à Rua Jona Santa Veloso nº 575, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- (c) - APROVAR, a partir de 30 de setembro de 1977, nos termos da que estabelece a cláusula I, do seu Contrato Social, a abertura de outra filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sito à Rua Cotoxó nº 1.013;
- (d) - em decorrência das deliberações adotadas nos itens "b" e "c", supra, do Capital Social, far-se-á um destaque no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) a cada uma das mencionadas filiais, para fins meramente fiscais;
- (e) - ALTERAR, em consequência das resoluções aqui consignadas, a redação da cláusula I do Contrato Social, que passa a ser a seguinte:

"CLÁUSULA I - A sociedade tem sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua General Padilha nº 118/134, São Cristóvão, podendo abrir e fechar filiais e escritórios em qualquer parte do Território Nacional

Parágrafo Único: - A sociedade mantém duas filiais, situadas, respectivamente, nos seguintes endereços: (1) Rua Dona Santa Veloso nº 575, São Paulo, Capital, e, (2) Rua Cotoxô nº 1.013, São Paulo, Estado de São Paulo; do Capital Social, far-se-á um destaque no valor de Cr\$.50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), para cada um dos mencionados estabelecimentos, para fins meramente fiscais.

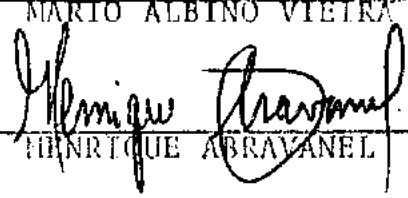
(E) - RATIFICAR as demais cláusulas e condições do trato Social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em uma via original e seis cópias xerográficas de igual teor, na presença das duas (2) testemunhas infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.


São Paulo, 30 de setembro de 1.977

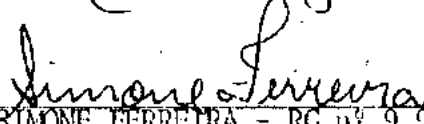

SENOR ABRAVANEL


MARIO ALBINO VIEIRA


HENRIQUE ABRAVANEL

"Testemunhas":

1. 
DIRCE ORTEGA - RG. nº 4.530.752-SP

2. 
SIMONE FERREIRA - RG. nº 9.908.002-SP

22 DEZ 1977

JUCESP -
REGISTRADO SOB Nº

970.330-1-77

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que o presente é copia autenticada em
registo 2-0 e que o número da autenticada
está inscrita.

ALVARO PEIXOTO
Secretário Geral

02 FEV 1978
SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Certifico que este documento foi registrado
em 2-0 e a data de emissão mecânica.

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

[Handwritten signature]
Secretário Geral

ALVARO DE CERTIDÃO

16.º CARTÓRIO DE NOTAS

Bel. JACINTHO GUGLIELMI - Escrivão
RUY LA FARINA - Oficial Maior
Praça João Mendes, 42-1.º And. - PAUL. 258-8344
SÃO PAULO

Reconheço a firma de: Senor Bravonel, Manoel Alípio
de: Senor Bravonel, Jereu Ortega e Senora
Paula, 11 de novembro 1977 - ferias 15/-
test. [Signature] da verdade

DENIZART PENINADO - ESCL. AUTOL

212 214
213 215 216

26.º CARTÓRIO DE NOTAS
Bel. JACINTHO GUGLIELMI - Escrivão
RUY LA FARINA - Oficial Maior
Praça João Mendes, 42-1.º And. - PAUL. 258-8344
SÃO PAULO

AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
VERSO E ANVERSO

SÃO PAULO, 05 JAN 1979

Sole Estadual e de Apocriptica para por visto
Escrituras Autorizadas:
Dentzer L. Pontado - Bel. Aldeir Reis
Reneo Colaboni - Sergio dos Santos
Dany Pereira Franco
Escrituras: 2-0
Cert. 2-0

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de direito, SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028, domiciliado e residente à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, nesta Capital, Estado de São Paulo; MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568, domiciliado e residente à Rua Utinga nº 16, nesta Capital, Estado de São Paulo; HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658, domiciliado e residente à Rua Martin Francisco nº 995, nesta Capital, Estado de São Paulo e LEON ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.679.558-SP e do CIC(MF) nº 006.874.998, domiciliado e residente à Av. Dr. Altino Arantes nº 741, nesta Capital, Estado de São Paulo, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada denominada

TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.

sediada nesta Capital, à Rua Dona Santa Veloso nº 575, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 43.915.172/0001, com seu Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e suas posteriores alterações contratuais devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, datando a última de 12 de janeiro de 1976, registrada na Jun

Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 827.146/76, em sessão de 10 de fevereiro de 1976, detentores, respectivamente, de 3.500.000, 500.000, 500.000 e 500.000 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo R E S O L V E M:

a) ANUIR à cessão de todas as suas 500.000 (quinhentas mil) cotas que o sócio LEON ABRAVANEL faz ao sócio SENOR ABRAVANEL.

O sócio cedente, Sr. Leon Abravanel, declara haver recebido do sócio cessionário, Sr. Senhor Abravanel, em moeda corrente nacional, a importância de Cr\$.500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), representativa do valor atribuído às suas 500.000 (quinhentas mil) cotas sociais, a quem outorga a mais ampla, geral e irrevogável quitação, para não mais repetir.

b) ALTERAR as Cláusulas IV, "caput", V e VI do Contrato Social, em decorrência da cessão de cotas ajustada neste instrumento, que passarão a obedecer as seguintes redações:

"CLÁUSULA IV - O Capital Social é de Cr\$..... 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) de cotas sociais, no valor de Cr\$.1,00 (um cruzeiro) cada, indivisíveis e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL..... 4.000.000 cotas - Cr\$.4.000.000,00

MÁRIO ALBINO VIEIRA.. 500.000 cotas - Cr\$. 500.000,00

HENRIQUE ABRAVANEL... 500.000 cotas - Cr\$. 500.000,00

T O T A L 5.000.000 cotas - Cr\$.5.000.000,00"

"CLÁUSULA V - A sociedade será administrada pelo sócio SENOR ABRAVANEL, isoladamente, ou, pelos sócios MÁRIO ALBINO VIEIRA e HENRIQUE ABRAVANEL, em conjunto, aos quais são conferidos am

amplios e plenos poderes para praticar todos os atos normais de administração e, de gerência, na defesa dos interesses da sociedade, em juízo e fora dele, sendo vedado o uso da razão social, em qualquer aval, fiança ou garantia em favor de terceiros.

01- §1º) - A sociedade poderá fazer-se representar, em juízo e fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão poderes que forem fixados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que tais procuradores deverão ser sempre brasileiros natos.

§2º) - Sempre que a lei o exigir, a nomeação de procurador ou procuradores dependerá de prévia autorização do órgão competente do Governo Federal, devendo o instrumento de mandato ser, obrigatoriamente, assinado, pelo sócio SENOR ABRAVANEL, isoladamente, ou, conjuntamente, pelos sócios MÁRIO ALBINO VIEIRA e HENRIQUE ABRAVANEL".

CLÁUSULA VI - A gerência da sociedade será exercida, isoladamente, pelo sócio SENOR ABRAVANEL, ou, conjuntamente, pelos sócios MÁRIO ALBINO VIEIRA e HENRIQUE ABRAVANEL, independentemente de caução.

Parágrafo Único - A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiro nato".

c) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do Contrato Social não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O Contrato Social, fica, assim, retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

vai devidamente assinado em 7 (sete) vias de igual teor, na presença das 2 (duas) testemunhas infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

São Paulo, 28 de outubro de 1976.

Senor AbraVanel

SENOR ABRAVANEL

Mário Albino Vieira

MÁRIO ALBINO VIEIRA

Henrique AbraVanel

HENRIQUE ABRAVANEL

Leon AbraVanel

LEON ABRAVANEL

"Testemunhas"

1. *Simone Ferreira*

SIMONE FERREIRA - RG.nº 9.908.002

2. *Diego Ortega*

DIRETOR TÓRICO DE NOTAS

Bel. ALDEMAR
SERGIO DOS SANTOS
ROMEU COLARCO

Bel. JACINTHO GUGLIELMI - Escrivão
RUY LA FARINA - Oficial Maior
Praça João Mendes, 42-1.º And. - Fone: 265-5544

SÃO PAULO

Reconheço a firma *Simone Ferreira* e *Diego Ortega* e a assinatura *Senor AbraVanel* e *Leon AbraVanel* e *Mário Albino Vieira* e *Henrique AbraVanel* e *Simone Ferreira* e *Diego Ortega* (6/-)

São Paulo, 28 de outubro de 1976

Rua Jacaguá, 300 - Bela Vista
DEPARTAMENTO JURÍDICO - 265-5544
São Paulo - Tel.: 35-4345 - 33-2166/218

429 431 433
430 432 434

16 A60 1977

940.337-1-77

JUN 20 2011

SECRETARIA DA FAZENDA
CUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO - Certifico que este documento foi registrado
sob número e data esmampados mecanicamente.

WILLIAM PIMENTA - Chefe - Secretaria

SEM VALOR DE CERTIDÃO

CARTÓRIO DE NOTAS
RUI JACINTHO GUOLIELMI - Escrivão
RUY LA FARINA - Oficial Maior
Rua José Mendes, 42 1.º Andar - pabr. 300-0004

AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL
VERSO E AVVERSO

São Paulo, 12 JUN 1978

Assinado e rubricado pelo notário
Escritório Autêntico
Rua Miguel Rêgo
300, 1.º Andar
Pabr. 300-0004

0189
0190

JUCESP Nº 35225503885



GRUPO SILVIO SANTOS
DEPARTAMENTO JURIDICO

S/FEN

1977

SERIE A

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE
CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RES
PONSABILIDADE LIMITADA.

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de direito, SENOR ABRAVANEL, brasileiro, viúvo, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº. 003.291.028-68, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480; MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Utinga nº 16; e, HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Martim Francisco nº 995, infra-assinados, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada

TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.,

sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua General Padilha nºs. 118 e 134, São Cristóvão, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº..... 43.915.172/0001-48, com seu Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e suas posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo, datando a última de 30 de setembro de 1977, registrada sob nº 970.330/77, em sessão de 22 de dezembro de 1977, detentores, respectivamente, de 4.000.000, 500.000 e 500.000 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de oitenta por cento (80%), aos segundo e terceiro, dez por cento (10%) cada um, no capital social, de pleno e comum acordo R E S O L V E M:

a) - INCORPORAR a sociedade comercial por cotas denominada ESTÚDIOS SILVIO SANTOS-CINEMA E TELEVISÃO LTDA., com sede na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Dona Santa Veloso nº 575, Vila Guilherme, inscrita no CGC(MF) sob nº 61.369.690/0001-45, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 295.616, em sessão realizada no dia 13 de julho de 1962 e alterações contratuais posteriores arquivadas sob nºs.... 459.127, 487.599, 536.294, 575.162, 602.260, 618.219, 754.618, 779.319, 807.604, 827.650, 895.602, 915.322 e 970.331, em sessões dos dias 10.06.68, 03.07.69, 30.07.70, 20.07.71, 02.03.72, 27.07.72, 09.01.75, 19.06.75, 23.10.75, 12.02.76, 06.01.77, 10.05.77 e 22.12.77 e capital social atual de Cr\$.18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros), totalmente integralizado, da qual são sócios-cotistas e que neste ato comparecem, SENOR ABRAVANEL, MÁRIO ALBINO VIEIRA e HENRIQUE ABRAVANEL, todos já anteriormente qualificados, detentores, respectivamente de 14.400.000, 1.800.000 e 1.800.000 cotas sociais, correspondendo ao primeiro a participação de oitenta por cento (80%), aos segundo e terceiro dez por cento (10%) cada um, no capital social;

b) - ELEVAR o capital social da TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA., de Cr\$.5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para Cr\$.8.738.422,00 (oito milhões, setecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois cruzeiros), correspondendo o aumento ora efetivado ao valor do patrimônio líquido da Sociedade incorporada. Em decorrência do aumento, os sócios da empresa incorporada receberão cotas da Sociedade incorporadora na proporção da participação de cada um na incorporada;

c) - ALTERAR a redação do "caput" da cláusula IV do Contrato Social, que passa a ser:

" CLÁUSULA IV - O capital social é de Cr\$...... Cr\$.8.738.422,00 (oito milhões, setecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois cruzeiros), dividido em 8.738.422 (oito milhões, sete



GRUPO SILVIO SANTOS
DEPARTAMENTO JURIDICO

.3.

setecentas e trinta e oito mil, quatrocentas e vinte e duas) cotas, no valor nominal de Cr\$.1,00 (hum cruzeiro) cada, indivisíveis e assim distribuídas:

SENOR ABRVANEL	6.990.738 cotas	Cr\$. 6.990.738,00
MÁRIO ALBINO VIEIRA	873.842 cotas	Cr\$. 873.842,00
HENRIQUE ABRVANEL	873.842 cotas	Cr\$. 873.842,00
TOTAL	8.738.422 cotas	Cr\$. 8.738.422,00

d) - RATIFICAR todas as demais cláusulas contratuais não abrangidas pelas alterações constantes deste instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente em sete (7) vias de igual teor, na presença das duas (2) testemunhas infra-assinadas, para os fins e efeitos legais.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1977.

SENOR ABRVANEL

MÁRIO ALBINO VIEIRA

HENRIQUE ABRVANEL

Testemunhas:

1. Dirce Ortega
DIRCE ORTEGA - RG. nº 4.530.752-SP

2. Edna Corst
EDNA CORST - RG. nº 7.651.695-SP

Rua Jacquini, 500 - Bela Vista - São Paulo - Tel.: 36-0121



GRUPO SILVIO SANTOS
DEPARTAMENTO JURIDICO

ATA DE REUNIÃO DE COTISTAS PARA INCORPO-
RAÇÃO E CONSEQUENTE EXTINÇÃO DE SOCIEDA-
DE, REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 1977.

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, reuniram-se na sede social de ESTÚDIOS SILVIO SANTOS- CINEMA E TELEVISÃO LTDA., localizada nesta Capital, à Rua Santa Velloso nº 575, Vila Guilherme, inscrita no CGC(MF) sob nº 61.369.690 / 0001-45, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 295.616, em sessão do dia 13 de julho de 1962 e posteriores alterações contratuais arquivadas sob nºs. 459.127, 487.599, 536.294, 575.162, 602.260, 618.219, 754.618, 779.319, 807.604, 827.650, 895.602, 915.322 e 970.331, em sessões dos dias 10.06.68, 03.07.69, 30.07.70, 20.07.71, 02.03.72, 27.07.72, 09.01.75, 19.06.75, 23.10.75, 12.02.76, 06.01.77, 10.05.77 e 22.12.77 respectivamente, os seus sócios cotistas infra-assinados, SENOR ABRAVANEL, brasileiro, viúvo, jornalista e radialista, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, Morumbi, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-68; MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Utinga nº 16, Chácara Flora, Santo Amaro, portador da cédula de identidade RG. nº 2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00; e HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Martim Francisco nº 995, Brooklin Paulista, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios detentores, respectivamente, de 14.400.000, 1.800.000 e 1.800.000 cotas sociais de dita sociedade, de pleno e comum acordo RESOLVEM: 1º) Declarar extinta a sociedade em virtude de ser ela, nesta data, conforme instrumento particular de alteração contratual, incorporada na sociedade denominada TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do mesmo nome, à Rua General Padilha nºs. 118/134, São Cristóvão, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CGC(MF) sob nº 43.915.172/0001-48, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e suas poste-



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURIDICO

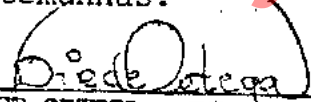
.2.
posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.ºs. 772.717, 827.146, 901.638, 940.338, 940.337 e 970.330, em sessões dos dias 20.05.75, 10.02.76, 15.02.77, 16.08.77, 16.08.77 e 22.12.77, que, após conhecer as bases da operação, aceitou como se apresentavam as contas da sociedade, concordando ao mesmo tempo, com o patrimônio líquido da sociedade, conforme balancete levantado em 30 de novembro de 1977. 2º) - Determinar o arquivamento deste instrumento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, juntamente com o instrumento da TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA., incorporando ESTÚDIOS SILVIO SANTOS - CINEMA E TELEVISÃO LTDA.. 3º) - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião de cotistas, lavrando-se esta ata que vai assinada pelos presentes. São Paulo, 27 de dezembro de 1977.



SENOR ABRAVANEL


MARIO ALBINO VIEIRA


HENRIQUE ABRAVANEL

Testemunhas:


DIRCEU ORTEGA, - RG. nº 4.530.752-SP


EDNA CORSI - RG. nº 7.651.695-SP

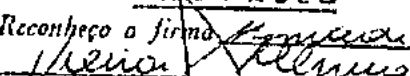
10.º CARTORIO DE NO.

Bel. JACINTHO CUGLIEMI - Escrivão

RUY LA FARINA - Oficial Maior

Praça João Mendes, 42-1.º And. - Fone. 258-8344

SÃO PAULO

Reconheço a firma  Henrique Abravanel, Mario Albino

São Paulo, 27 de dezembro de 1977 - Edna Corsi 151 -

Em test. da verdade

Rua Jacaqui, 500 - Bela Vista

DENIZARI PENTEADO - ESCR. AUTOS

33. Nacional e de subestados de papeis por auto

Tel.: 36-0121

00.1.136



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURIDICO

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERA
ÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR
COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de direito, (a) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, viúvo, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-68, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480; (b) MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Utinga nº 16; e, (c) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Martim Francisco nº 995, infra-assinados, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada

TVS - TV STUDIÓS SILVIO SANTOS LTDA.

sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua General Padilha nº 118/134, São Cristóvão, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 43.915.172/0001-06 com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e suas posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 26 de dezembro de 1977, registrada, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 63.395/78, em sessão de 02 de janeiro de 1978, detentores, respectivamente, de 6.990.738, 873.842 e 873.842 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de oitenta por cento (80%), aos segundo e terceiro, dez por cento (10%) cada um, no capital social, de pleno e comum acordo R E S O L V E M:

Rua Jacaguai, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tel.: 36-0121



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

.2.

(a) APROVAR, a partir de 26 de junho de 1978, a transferência da sua filial sito à Rua Dona Santa Veloso nº 575, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para a Avenida Miruna nº 713, Aeroporto, na mesma localidade;

(b) ALTERAR, em consequência da resolução aqui consignada, a redação do parágrafo único da cláusula I do Contrato Social, que passa a ser a seguinte:

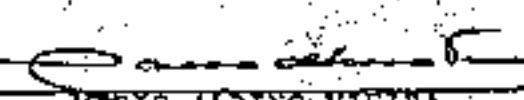
"PARÁGRAFO ÚNICO:- A sociedade mantém 2 (duas) filiais situadas, respectivamente, nos seguintes endereços: 1ª) Avenida Miruna nº 713, Aeroporto, Capital, SP, e 2ª) Rua Coxoxó nº 1013, Perdizes, Capital, SP."

(c) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do Contrato Social, não abrangidas pela presente alteração - que continuam em pleno vigor.

E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente em seis (6) vias de igual teor, na presença das duas (2) testemunhas infra-assinadas, para os fins e efeitos legais.


Rio de Janeiro, RJ, 26 de junho de 1978


SENOR ABRAVANEL


MARIO ALBINO VIEIRA


HENRIQUE ABRAVANEL

Testemunhas:

1. 
DINEC ORTEGA - RG nº 4.530.752-SP

2. 
EDNA CORSI - RG nº 7.651.695-SP

Rua Jacuquã, 650 — Bela Vista — São Paulo — Tel: 36-0121

JUNTA COMISSÃO DO GOV. ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Certifico que a presente é copia autenticada e
registrada e enviada aos órgãos competentes para
conhecimento.

ALVARO PEREIRA
Secretário Geral

21 DEZ 1978

806522178

JUCERJ-
RECEBIMOS

JUN 20 2011

505885

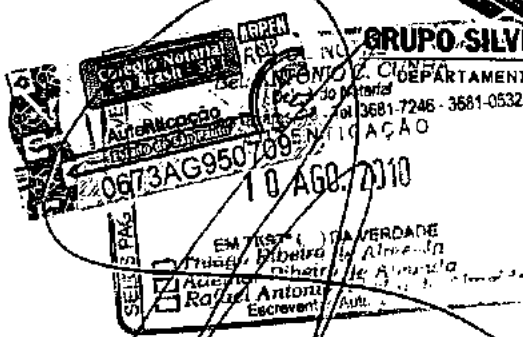
SEM VALOR DE CERTIDÃO

O.º CARTÓRIO DE NOTAS S.P.
DR. JAMIL DUALIBI
ESCRIVÃO
DR. JOSE VALDIR ALVES
ESCRIVÃO
AUTENTICAÇÃO
CONFERE O ORIGINAL NA
PARTE REPRODUZIDA.
São Paulo, 3 Janeiro 1979
Em test. _____
verdade
ESPEDITO J. O. FERREIRA
JOEL SPARRO S. FERNANDO
CARLO SANTOS - Esc. Autorizado

AUTENTICAÇÃO
2.º VERSO E ANVERSO
3.º CARTÃO DE NOTAS

Em test. _____
de _____
DETERMINA L. NUNES - BASE AN. 10
de _____ de _____ de _____ de _____

0000000000



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERA
ÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR
COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.,

sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua General Padilha n°s. 118 e 134, São Cristóvão, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n° 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n° 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e suas posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 26 de dezembro de 1977, registrada, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob n° 63.395/78, em sessão de 02 de janeiro de 1978, detentores, respectivamente, de 6.990.738, 873.842 e 873.842 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de oitenta por cento (80%), aos segundo e terceiro, dez por cento (10%) cada um, no capital social, de pleno e comum acordo R E S O L V E M:

Rua Jacaguai, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tel.: 36-0121

74443



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

.2.

- (a) ALTERAR as cláusulas II, V e VI do contrato social, que passarão a ter as seguintes redações:

"CLÁUSULA II - A sociedade terá por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa que venha obter do Governo Federal, mediante autorizações, permissões ou concessões, em qualquer localidade do território nacional.

Na execução dos serviços, a sociedade explorará a propaganda comercial, nos limites e forma estabelecidos na legislação específica.

A sociedade poderá, ainda, importar e exportar programas e filmes cinematográficos, gravados ou virgens.

CLÁUSULA V - A sociedade será administrada, em conjunto, pelos sócios MÁRIO ALBINO VIEIRA e HENRIQUE ABRAVANEL, aos quais são conferidos amplos e plenos poderes para praticar todos os atos normais de administração e de gerência, na defesa dos interesses da sociedade, em juízo e fora dele, sendo-lhes vedado, entretanto, o uso da razão social em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente a concessão de avais, endossos, fianças ou cauções em favor de terceiros.

§ 1º) - A sociedade poderá fazer-se representar, em juízo e fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão poderes que forem fixados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que tais procuradores deverão ser sempre brasileiros natos.



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

3.

§ 2º) - Sempre que a lei o exigir, a nomeação de procurador ou procuradores dependerá de prévia autorização do órgão competente do Governo Federal, devendo o instrumento de mandato ser, obrigatoriamente, assinado, conjuntamente, pelos sócios MARIO ALBINO VIEIRA e HENRIQUE ABRAVANEL.

CLÁUSULA VI - A gerência da sociedade será exercida, conjuntamente, pelos sócios MARIO ALBINO VIEIRA e HENRIQUE ABRAVANEL, independentemente de caução.

Parágrafo Único - A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos."

(b) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do Contrato Social, não abrangidas pelas presentes alterações, que permanecem, assim, em pleno vigor.

Fica o contrato social, destarto, retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que val devidamente assinado em 4 (quatro) vias de idêntico teor, na presença das 2 (duas) testemunhas infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

Rio de Janeiro, RJ, 04 de setembro de 1978

Henrique Abravanel
SENOR ABRAVANEL

Mario Albino Vieira
MARIO ALBINO VIEIRA

Henrique Abravanel
HENRIQUE ABRAVANEL

"Testemunhas":

1. *Simone Ferreira*
SIMONE FERREIRA

2. *Edna J. Risi*
EDNA J. RISI

RG. nº 9.908.002-SP

RG. nº 7.651.605-SP

Rua Jacuqui, 600 - Bela Vista - São Paulo Tel.: 26-0121



GRUPO SILVIO SANTOS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

74450

RIE

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Por presente instrumento particular e nos melhores termos de direito, (a) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, viúvo, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.1.028-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, Morumbi; (b) MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Utinga nº 16, Chácara Flora, Santo Amaro; e, (c) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Martin Francisco nº 995, Brooklin Paulista, infra-assinados, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada

TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.,

sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua General Padilha nº 118/134, São Cristóvão, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e suas posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 26 de dezembro de 1977, registrada, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 63.395/78, em sessão de 02 de janeiro de 1978, detentores, respectivamente, de 6.990.738, 873.842 e 873.842 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de oitenta por cento (80%),

Rua Jacuqui, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tel.: 35-0121

GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO



aos segundo e terceiro dez por cento (10%) cada um, no capital social, de pleno e comum acordo R E S O L V E M:

(a) APROVAR a transferência da sua filial sito à Rua Cotoxô nº 1013, Perdizes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para a Avenida General Ataliba Leonel nº 1772, Tucuruvi, na mesma localidade;

(b) ALTERAR a redação da cláusula I, do Contrato Social, que passa a ser a seguinte:

"CLÁUSULA I - A sociedade tem sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua General Padilha nº 113/134, São Cristóvão, podendo, por deliberação de sua gerência, abrir e fechar filiais e escritórios em qualquer parte do Território Nacional.

Parágrafo Único:- A sociedade mantém duas filiais situadas, respectivamente, nos seguintes endereços: (1) Avenida Miruna nº 713, Aeroporto, Capital, SP, e, (2) Avenida General Ataliba Leonel nº 1772, Tucuruvi, Capital, São Paulo";

(c) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do Contrato Social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

E, por estarem assim, justas e contra

Rua Jacquês, 500 - Bela Vista - São Paulo - Tel. 36 0121

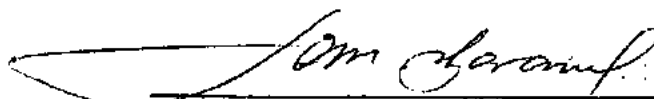


GRUPO SILVIO SANTOS

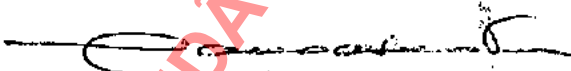
DEPARTAMENTO JURÍDICO

3.
contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 1 (uma) via original e 6 (seis) cópias xerográficas de igual teor, na presença das 2 (duas) testemunhas infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

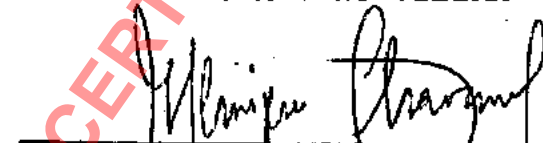
Rio de Janeiro (RJ), 11 de outubro de 1978



SENOR ABRAVANEL

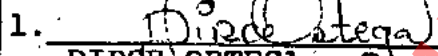



MÁRIO ALBINO VIEIRA



HENRIQUE ABRAVANEL

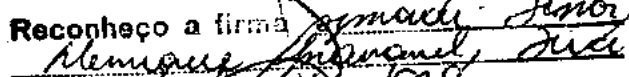
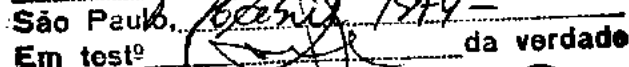
Testemunhas:

1. 
DIRCE ORTEGA
RG. nº 4.530.752-SP

2. 
SIMONE FERREIRA
RG. nº 9.908.002-SP



26º CARTÓRIO DE NOTAS **26º**
Bel. JACINTHO GUGLIELMI - Escrivão
RUY LA FARINA - Oficial Maior
PRAÇA JOÃO MENDES, 42 - 1º AND. - PAQX. 258-83-44
SÃO PAULO

Reconheço a firma 
Henrique Abravanel, Dirce Ortega e Simone Ferreira (5)
São Paulo, 11 de outubro de 1978
Em testº  da verdade

DENIZART LEITE RENTADO - Escr. Autorizado
SELO ESTADUAL E DE APOSENTADORIA PAGOS POR VERBA

POR FIRMA: ESCRIVÃO: 5,38
ESTADUAL: 1,08

Rua Jacaúba, 500 - 2º And. Bela Vista - São Paulo - Tel.: 36-0121



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERA
ÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR
COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de direito, (a) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, viúvo, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, Morumbi; (b) MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Utinga nº 16, Chácara Flora, Santo Amaro; (c) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Martim Francisco nº 995, Brooklin Paulista; e, (d) LEON ABRAVANEL, brasileiro, separado judicialmente, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.679.558-SP e do CIC(MF) nº 006.874.998-87, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Dr. Gabriel dos Santos nº 729, aptº 171, Santa Cecília, infra-assinados, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada

TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.

sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à rua General Padilha nºs.118/134, São Cristóvão, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 43.915.172/0001-06 com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e suas posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estado de São Paulo e do Rio de Ja



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURIDICO

Janeiro, datando a última de 11 de outubro de 1978, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 90.137/79, em sessão de 04 de junho de 1979, detentores, respectivamente, de 6.116.896, 873.842, 873.842 e 873.842 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de setenta por cento (70%), aos segundo, terceiro e quarto dez por cento (10%) cada um, no capital social, de pleno e comum acordo R E S O L V E M:

(a) ELEVAR o capital social em Cr\$.71.261.578,00 (setenta e hum milhões, duzentos e sessenta e hum mil, quinhentos e setenta e oito cruzeiros), mediante o aproveitamento das seguintes verbas: reserva de correção monetária do capital realizado, Cr\$.12.021.142,49 (doze milhões, vinte e hum mil, cento e quarenta e dois cruzeiros e quarenta e nove centavos); e, lucro acumulado, Cr\$.59.240.435,51 (cincoenta e nove milhões, duzentos e quarenta e mil e cincoenta e hum centavos). O capital social que era de Cr\$.8.738.422,00 (oito milhões, setecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois cruzeiros) passa, com o presente aumento, a ser de Cr\$.80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros);

(b) ALTERAR a redação da cláusula IV do contrato social, que passa a ser a seguinte:

"CLÁUSULA IV - O capital social é de Cr\$.80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), inteiramente subscrito e realizado, dividido em 80.000.000 (oitenta milhões) de cotas sociais, no valor de Cr\$.1,00 (hum cruzeiro) cada uma, indivisíveis e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL	56.000.000 cotas	Cr\$.56.000.000,00
MÁRIO ALBINO VIEIRA	8.000.000 cotas	Cr\$. 8.000.000,00
HENRIQUE ABRAVANEL	8.000.000 cotas	Cr\$. 8.000.000,00
LEON ABRAVANEL	8.000.000 cotas	Cr\$. 8.000.000,00
<u>TOTAIS:</u>	80.000.000 cotas	Cr\$.80.000.000,00

Rua Jacaguai, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tels.: 35-4345 - 33-2166/7/8



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURIDICO

3.

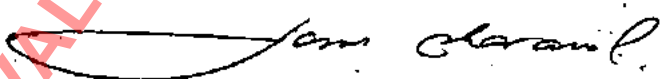
§ 191 - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia autorização do Poder Concedente, através de seus órgãos competentes.

§ 291 - A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social".

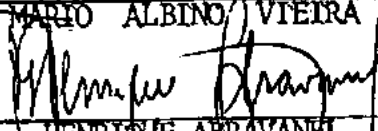
(c) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do contrato social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O contrato social fica, assim, retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai devidamente assinado em 05 [cinco] vias de igual teor, na presença das 02 [duas] testemunhas instrumentárias infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

Rio de Janeiro, (RJ), 18 de outubro de 1979

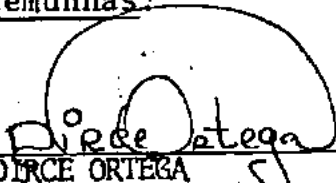

SENOR ABRAVANEL



MARIO ALBINO VIEIRA


HENRIQUE ABRAVANEL


LEON ABRAVANEL

Testemunhas:

1. 
DIRCE ORTEGA
RG. nº 4.530.752-SP

2. 
EDNA CORSI
RG. nº 7.651.695-SP

Rua Jacoguai, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tels.: 35-4345 - 33-2166/7/8



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERA
ÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR
COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de direito, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, viúvo, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF)nº 008.291.028-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, Morumbi; (2) MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 2.351.517-SP e do CIC(MF)nº 000.329.568-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Utinga nº 16, Chácara Flora, Santo Amaro; e, (3) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF)nº 003.957.658-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Martim Francisco nº 995, Brooklin Paulista, infra-assinados, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada

TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.,
=====

sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na rua General Padilha nº 118/134, São Cristóvão, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e suas posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 11 de outubro de 1978, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 90.137, em sessão de 04 de junho de 1979, detentores, respectivamente, de 6.990.738, 873.842 e 873.842 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de oitenta por cento (80%), aos segundo e terceiro dez por cento (10%) cada um, no capital social, de pleno e comum acordo R E S O L V E M:

Rua Jacguai, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tels.: 35-4345 - 33-2166/7/8



GRUPO SILVIO SANTOS

DEPARTAMENTO JURÍDICO

.2.

(a) ANUIR à cessão e transferência de 873.842 (oitocentas e setenta e três mil, oitocentas e quarenta e duas) cotas que o sócio SENOR ABRVANEL faz ao novo sócio LEON ABRVANEL, brasileiro, separado judicialmente, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.679.558-SP e do CIC(MF) nº 006.874.998-87, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Gabriel dos Santos nº 729, aptº 171, Santa Cecília. O sócio cedente, Senor Abravanel, declara haver recebido do sócio cessionário, Leon Abravanel, em moeda corrente nacional, a importância de Cr\$.873.842,00 (oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e quarenta e dois cruzeiros), representativa do valor atribuído às cotas cedidas e transferidas, a quem outorga a mais ampla, geral, rasa e irrevogável quitação, para não mais repetir;

(b) ALTERAR as cláusulas IV, "caput", V e VI do CONTRATO SOCIAL, em decorrência da cessão de cotas ajustada neste instrumento, que passarão a obedecer as seguintes redações:

"CLÁUSULA IV - O capital social é de Cr\$. 8.738.422,00 (oito milhões, setecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois cruzeiros), dividido em 8.738.422 (oito milhões, setecentas e trinta e oito mil, quatrocentas e vinte e duas) cotas, no valor nominal de Cr\$. Cr\$.1,00 (hum cruzeiro) cada uma, indivisíveis e assim distribuídas:

SENOR ABRVANEL	6.116.896 cotas	Cr\$. 6.116.896,00
MÁRIO ALBINO VIEIRA	873.842 cotas	Cr\$. 873.842,00
HENRIQUE ABRVANEL	873.842 cotas	Cr\$. 873.842,00
LEON ABRVANEL	873.842 cotas	Cr\$. 873.842,00
<u>TOTAIS:</u>	8.738.422 cotas	Cr\$. 8.738.422,00

Rua Jaciguai, 500 — Bela Vista — São Paulo — Tels.: 35-4345 - 33-2166/7/8



"CLÁUSULA V - A sociedade será administrada pelos sócios MÁRIO ALBINO VIEIRA, HENRIQUE ABRAVANEL e LEON ABRAVANEL, em conjunto de dois (2), aos quais são conferidos amplos e plenos poderes para praticar todos os atos normais de administração e de gerência, na defesa dos interesses da sociedade, em juízo e fora dele, sendo-lhes vedado, entretanto, o uso da razão social em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente a concessão de avais, endossos, fianças ou cauções em favor de terceiros.

§ 1º) - A sociedade poderá fazer-se representar, em juízo e fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão poderes que forem fixados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que tais procuradores deverão ser sempre brasileiros natos.

§ 2º) - Sempre que a lei o exigir, a nomeação de procurador ou procuradores dependerá de prévia autorização do órgão competente do Governo Federal, devendo o instrumento de mandato ser, obrigatoriamente, assinado pelos sócios MÁRIO ALBINO VIEIRA, HENRIQUE ABRAVANEL e LEON ABRAVANEL, em conjunto de dois (2)."

"CLÁUSULA VI - A gerência da sociedade será exercida pelos sócios MÁRIO ALBINO VIEIRA, HENRIQUE ABRAVANEL e LEON ABRAVANEL, em conjunto de dois (2), independentemente de caução.

Parágrafo único: A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos."

(c) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do CONTRATO SOCIAL não abrangidas pelas presentes alterações, que permanecem, assim, em pleno vigor.

" Fica o CONTRATO SOCIAL, destarte, retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai devidamente assinado em quatro (4) vias de idêntico teor, na presença das duas (2) testemunhas infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

Rio de Janeiro, RJ, 16 de outubro de 1979



SENOR ABRAVANEL

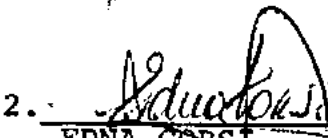

MARIO ALBINO VIEIRA


HENRIQUE ABRAVANEL


LEON ABRAVANEL

Testemunhas:

1. 
DIRCE ORTEGA
RG. nº 4.530.752-SP

2. 
EDNA CORSI
RG. nº 7.651.695-SP

17 de outubro de 1979
J. Silva, Leon Abravanel, Henrique Abravanel, Mario Albino Vieira, Dirce Ortega e Edna Corsi
POR FIRMAR: ENCARREGADO DO REGISTRO CIVIL
CART. SERV. 016

Tela.: 35-4345 - 33-2166/7/8

(2)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA. C.G.C. 43.915.172/0001-06.

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de direito, (a) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, viúvo, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, Morumbi; (b) MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Utinga nº 16, Chácara Flora, Santo Amaro; (c) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Martim Francisco nº 995, Brooklin Paulista; e, (d) LEON ABRAVANEL, brasileiro, separado judicialmente, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.679.558-SP e do CIC(MF) nº 006.874.998-87, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Dr. Gabriel dos Santos nº 729, aptº 171, Santa Cecília, infra-assinados, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada denominada

TVS - TV STÚDIOS SILVIO SANTOS LTDA.,

sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à rua General Padilha nºs. 118/134, São Cristóvão, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº... 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974 e suas posteriores alterações, con

27º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
JOSÉ AUGUSTO ALGAR BOTTINO PERREIRA
Nº 340-1018 Nº 11 - AUTENTICADO A PRESENTE
CÓPIA REPRODUZIDA EXTRAÍDA P/ PARTE
CONFORME ORIGINAL APRESENTADO. DOU-TE.
S. Paulo.
27 15 AGO. 2000
R\$ 2.000,00
1 AVO.

ALVES DE LIMA
ESCR. AUTORIZADO
LEI 893/94
CUSTAS CONTRIB. P/ VERBA
AUTENTICADO CONFORME C.O. SELO DE AUTENTICIDADE
1040BK47634

225505885

117178#1=30

13 JUL 1988

1117478-4180
Reg. Doc. 22667180
1281a
Cable the Service

[illegible][illegible]

3.
obrigatoriamente, assinado pelos sócios MÁRIO ALBINO VIEIRA, HENRIQUE ABRAVANEL e LEON ABRAVANEL, em conjunto de dois (2).

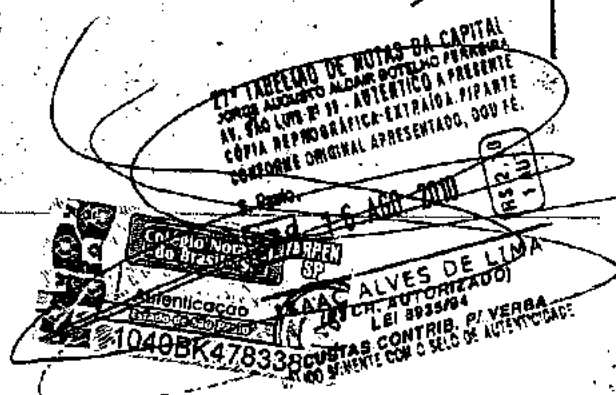
PARÁGRAFO TERCEIRO - Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela sociedade terão o prazo de vigência de apenas um (1) ano, a contar da data da outorga dos mesmos.

CLÁUSULA VII - Os lucros ou prejuízos verificados em balanços anuais, levantados no último dia de cada ano civil, na forma da lei, caberão aos sócios proporcionalmente à participação dos mesmos no capital social.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os sócios detentores da maioria do capital social poderão decidir pela distribuição dos lucros eventualmente obtidos pela sociedade.

CLÁUSULA XI - A sociedade só se dissolverá ou entrará em liquidação por decisão do sócio ou dos sócios que detiverem a maioria das cotas representativas do capital social, ficando desde já designado como liquidante o sócio SENOR ABRAVANEL, ou qualquer um dos demais, de conformidade com a designação da maioria, caso o primeiro não possa desincumbir-se desse mister, por qualquer motivo.

CLÁUSULA XII - Desde que previamente autorizada pelo Governo Federal, através de seus órgãos competentes, o presente contrato social poderá



- 4 -

TVS - TV "CONTRATO SOCIAL DA
STUDIOS SILVIO SANTOS LTD.

CLAUSULA II - A sociedade terá por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa que venha obter do Governo Federal, mediante autorizações, permissões ou concessões, em qualquer localidade do território nacional. Na execução dos serviços, a sociedade explorará a propaganda comercial, nos limites e forma estabelecidos na legislação específica. A sociedade poderá, ainda, importar e exportar programas e filmes cinematográficos, gravados ou virgens.

CLÁUSULA IV - O capital social é de Cr\$.80.000.000,00 (o)

224-TABELA DE NOTAS DA CAPITAL
JOSÉ AUGUSTO ALCAIM BOTELHO FERRAZ
AV. SÃO LUIS Nº 59 - AUTENTICO A PRESENÇA
COPIA APROPRIAÇÃO EXTRAÍDA VIBANTE
CORRESPONDENTE ORIGINAL APRESENTADO. DOU FE

Colégio Notado do Brasil - SP

Autenticação
de São Paulo

1040BK47

SAUL ALVES DE LIMA
(DESCR. AUTORIZADO)
LEI 8935/94
CUSTAS CONTRIB. PJ VERBA
MÁS SOBRE CON O SEU CLARETIDADE

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que a lei o exigir, a nomeação de procurador ou procuradores dependerá de prévia autorização do órgão competente do Governo Federal, devendo o instrumento de mandato ser, obrigatoriamente, assinado pelos sócios MARIO ALBINO VIEIRA, HENRIQUE ABRAVANEL e LEON ABRAVANEL, em conjunto de dois (2).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela sociedade terão o prazo de vigência de apenas um (1) ano, a contar da data de outorga dos mesmos.

CLÁUSULA VI - A gerência da sociedade será exercida pelos sócios MARIO ALBINO VIEIRA, HENRIQUE ABRAVANEL e LEON ABRAVANEL, em conjunto de dois (2), independentemente de caução.

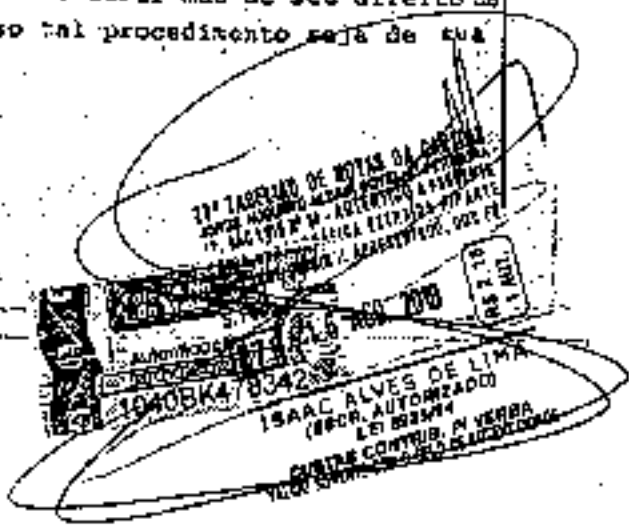
PARÁGRAFO ÚNICO - A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos.

CLÁUSULA VII - Os lucros ou prejuízos verificados em balanços anuais, levantados no último dia de cada ano civil, na forma da lei, caberão aos sócios proporcionalmente à participação dos mesmos no capital social.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os sócios detentores da maioria do capital social poderão decidir pela distribuição dos lucros eventualmente obtidos pela sociedade.

CLÁUSULA VIII - Os sócios retirarão, mensalmente, a título de "pro-labore", uma quantia igual ao limite máximo fixado, para as retiradas mensais dos sócios, pela legislação do Imposto de Renda, respeitadas as normas específicas dos órgãos controladores dos serviços de radiodifusão do país, e dentro das possibilidades financeiras da sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os sócios poderão abrir mão de seu direito de retirada, caso tal procedimento seja de sua conveniência.



CLÁUSULA IX

- Qualquer cessão ou transferência de quotas ou direitos a ela relativos só poderá ocorrer com o consentimento por escrito dos demais sócios, tendo estes preferência na aquisição das cotas ou direitos, observadas, ainda, as disposições contidas no § 1º da CLÁUSULA IV.

CLÁUSULA X

- O falecimento, desaparecimento, interdição ou retirada de qualquer sócio, bem assim de mais de um, contanto que restem dois, não interromperá de modo algum a marcha dos negócios sociais, nem motivará a dissolução da sociedade. Em tais casos proceder-se-á apenas à apuração dos haveres do cotista falecido, interdito ou retirante, cujo pagamento será feito conforme as possibilidades financeiras da sociedade e da seguinte maneira: 20% (vinte por cento) à vista, em moeda corrente nacional, e o restante em 12 (doze) pagamentos mensais e iguais, acrescido dos juros de 12% (doze por cento) ao ano, e a partir de 30 (trinta) dias após o primeiro pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se o falecimento, desaparecimento, interdição ou retirada do sócio ocorrer dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias após o último balanço, prevalecerá esse balanço, respeitadas as transações efetuadas na conta do falecido, desaparecido, interdito ou retirante, no decorrer dos 120 (cento e vinte) dias subsequentes ao último balanço anual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de falecimento, desaparecimento ou interdição, poderá a viúva ou mulher legítima, bem assim os herdeiros quando capazes, entrar na sociedade no lugar do sócio falecido, desaparecido ou interdito, mediante alteração do contrato social, uma vez que haja acordo entre os sócios remanescentes.

CLÁUSULA XI

- A sociedade só se dissolverá ou entrará em

27ª TABELA DE COTAS DA CAPITAL
JOSÉ ALBERTO ALVES DE LIMA
Nº 140.100 Nº 91 - AUTENTICO A PRESENTE
CÓPIA REPRODUZIDA EXTRAÍDA PIPANTE
CONFORME ORIGINAL APRESENTADO 000-PE.

16 AÇO. 2000

15 AÇO. AUTORIZADO
1040BK478082

liquidação por decisão do sócio ou dos só-
cios que detiverem a maioria das cotas representativas do capi-
tal social, ficando desde já designado como liquidante o sócio
SENOR ARAVANKEL, ou qualquer um dos demais, de conformidade com
a designação da maioria, caso o primeiro não possa desincumir-
se dessa mister, por qualquer motivo.

CLÁUSULA XVI - Desde que previamente autorizada pelo Governador Federal, através de seus órgãos competentes, o presente contrato social poderá ser alterado por decisão do sócio ou dos sócios que detiver ou detiverem a maioria das cotas representativas do capital social.

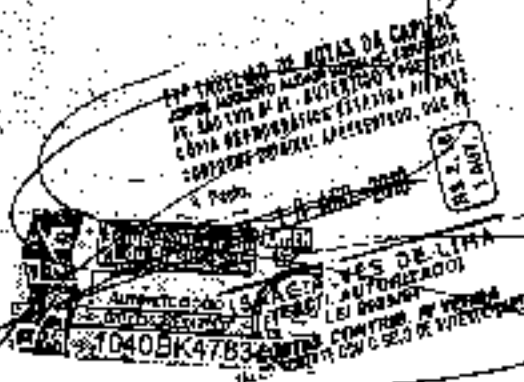
CLÁUSULA XXII - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre os sócios, de conformidade com as disposições legais aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA XIV - Os contraentes elegem o foro central da Comarca de São Paulo, Capital, como o competente para a solução das pendências que eventualmente ocorrerem deste contrato, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento de alteração e consolidação unilatral em 07 (sete) vias, de igual teor, perante as duas testemunhas infra-assinadas, após o que será encaminhado para aprovação e arquivamento nos órgãos competentes.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de março de 1980

(assinaturas do verso)



250783

SENOR ABRAVANEL

MÁRIO ALBINO VIEIRA

HENRIQUE ABRAVANEL

LEON ABRAVANEL

SECRETARIA DA FAZENDA
JUSTIÇA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICADO - C-110 que este documento foi registrado
em 19/11/1964, de data estampada e mecanicamente.

7 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1041 1042 1043 1044

TESTEMUNHAS:

1. V. Rossi
EDNA CORSI
RG. n° 7.651.695-SP

2. MARIA IVONETE SALES SIM
R.G. nº 7.624.156

20
CARTÓRIO DE NOTAS
R. JACINTHO GONÇALVES - 111
R. LA FARINA - Oficial (Mort)
JOÃO MENDES, 42 - 1.º AND. - PABX 258-23-46
SAO PAULO

SÃO PAULO
Assinhe e firme: por do Sr. Abramely maris Albrin
Abramely maris Albrin
Estr. Paulo: 14 1440 de verdade

REINZERT LENO PERLEADO - 800g. AMARILLO
120 LITROS DE AGUA PINTAS DE AGUA POR VEJA
POR RIAMA: ESCAVADO: 10.00
LITROS: 2.00
CART. S. 1.00

27ª TABELA DE NOTAS DA CAPITAL
JOSÉ AUGUSTO ALDAR BOTTINO FERRIRA
AV. SCS LUIS Nº 41 - AUTÊNTICO A PRESENTE
CÓPIA REPROGRÁFICA EXTRAÍDA PIRANTE
RESPONDE ORIGINAL APRESENTADO. DOU FE

274 10 AUG 1981
COLECCIÓN DE DOCUMENTOS
AUTENTICADOS
CONTR. A. VERBA
CON SELLO DE AUTENTICACIÓN
1040BK478348

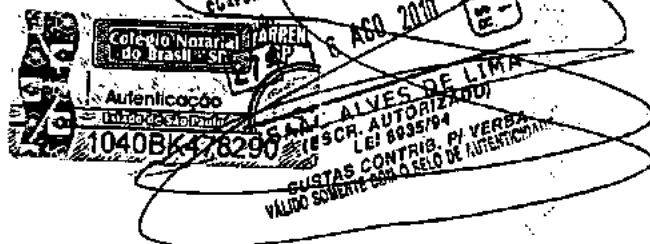
SEI 53115.018792/2021-81 / pg. 59

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERA
ÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR
COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de di
reito, (a) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, viúvo, jornalista e ra
dialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e
do CIC(MF) nº 008.291.028-68, residente e domiciliado na cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Antonio de Andrade Rebe
lo nº 480, Morumbi; (b) MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado,
dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº
2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00, residente e domici
liado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Utinga
nº 16, Chácara Flora, Santo Amaro; (c) HENRIQUE ABRAVANEL, brasi
leiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de iden
tidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, resi
dente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,
à rua Martin Francisco nº 995, Brooklin Paulista; e (d) LEON
ABRAVANEL, brasileiro, separado judicialmente, dirigente empres
arial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.679.558-SP e do
CIC(MF) nº 006.874.998-87, residente e domiciliado na cidade de
São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Dr. Gabriel dos Santos nº
729, aptº 171, Santa Cecília, infra-assinados, na qualidade de
únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabi
lidade limitada denominada

TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.,

sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à
rua General Padilha nºs.118/134, São Cristóvão, inscrita no Ca
dastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº
43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente registra
do na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74 ,
em sessão de 08 de janeiro de 1974, bem como suas posteriores al
terações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais
dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de
03 de março de 1980, registrada na Junta Comercial do Estado do



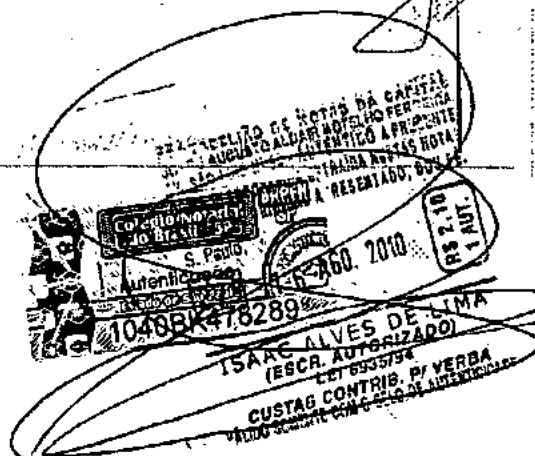
2.

Rio de Janeiro sob nº 114.779/80, em sessão de 27 de maio de 1980, detentores, respectivamente, de 56.000.000, 8.000.000, 8.000.000 e 8.000.000 de cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de setenta por cento (70%), aos segundo, terceiro e quarto dez por cento (10%) cada um, no capital social, de pleno e comum acordo R E S O L V E M:

(a) ELEVAR o capital social em Cr\$.169.600.000,00 (cento e sessenta e nove milhões e seiscentos mil cruzeiros), mediante o aproveitamento das seguintes verbas: reserva de correção monetária do capital realizado, Cr\$.37.751.538,75 (trinta e sete milhões, setecentos e cinquenta e hum mil, quinhentos e trinta e oito cruzeiros e setenta e cinco centavos); e lucro acumulado, Cr\$.132.248.461,25 (cento e trinta e dois milhões, duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e hum cruzeiros e vinte e cinco centavos), aproveitando-se dessa reserva a importância de Cr\$.131.848.461,25 (cento e trinta e hum milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e hum cruzeiros e vinte e cinco centavos), ficando os restantes Cr\$..... Cr\$.400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), no fundo de reserva especial do passivo não exigível, a ser aproveitado no próximo aumento de capital da sociedade. O capital social que era de Cr\$. Cr\$.80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) passa, com o presente aumento, a ser de Cr\$.249.600.000,00 (duzentos e quarenta e nove milhões e seiscentos mil cruzeiros);

(b) ALTERAR a redação da cláusula IV do contrato social, que passa a ser a seguinte:

"CLÁUSULA IV - O capital social, inteiramente subscrito e realizado, é de Cr\$.249.600.000,00 (duzentos e quarenta e nove milhões e seiscentos mil cruzeiros), dividido em 80.000.000 (oitenta milhões) de cotas sociais, no valor de Cr\$.3,12 (três cruzeiros e doze centavos) cada uma, indivisíveis e assim distribuídas:



SENOR ABRAVANEL	56.000.000	cotas	Cr\$. 174.720.000,00
MÁRIO ALBINO VIEIRA	8.000.000	cotas	Cr\$. 24.960.000,00
HENRIQUE ABRAVANEL	8.000.000	cotas	Cr\$. 24.960.000,00
LEON ABRAVANEL	8.000.000	cotas	Cr\$. 24.960.000,00
TOTAIS:-	80.000.000	cotas	Cr\$. 249.600.000,00

§ 1º] - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia autorização do Poder Concedente, através de seus órgãos competentes.

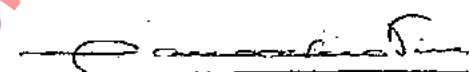
§ 2º] - A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social".

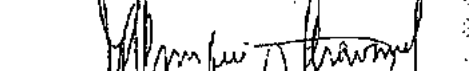
(c) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do contrato social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O contrato social fica, assim retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai devidamente assinado em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das 02 (duas) testemunhas infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

Rio de Janeiro, (RJ), 18 de junho de 1.980.

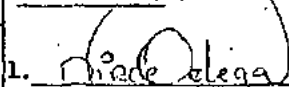

SENOR ABRAVANEL



MARIO ALBINO VIEIRA

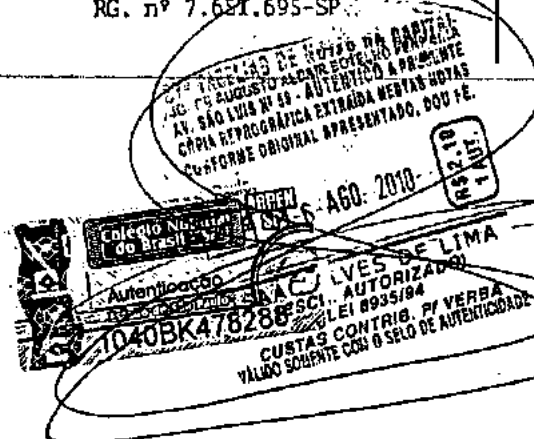

HENRIQUE ABRAVANEL


LEON ABRAVANEL

"Testemunhas":

1. 
DIRCE ORTEGA
RG. nº 4.530.752-SP

2. 
EDNA CORREIA
RG. nº 7.651.695-SP



Page 1 of 1

034 094.24.5

02 NOV 2015

[illegible]

ARTORIO DE NOVA
DE LACRUZ GUILLERMO - FOME
RUY LA FARINA - Cade Nova
FOME SÃO PAULO, 42 - 40 000 - PASS 231-02-44

S.A.O. PAULO
 Expediente a favor do Sr. S.A.O. Paulo
 Vilela, Homem de bem
 S. Paulo, 10 de Jul 1900
 de variedade

[illegible]

SECRETARIA DA FAZENDA
JULIO COELHO DO FORTES
SECRETARIO DE ESTADO
DE FINANÇAS
1900

[illegible]

6/4/8

1. **IDENTIFICAÇÃO**
 2. **OBJETO**
 3. **JUSTIFICATIVA**
 4. **ANÁLISE**
 5. **CONCLUSÃO**
 6. **SIGNATÁRIA**
 7. **DATA**
 8. **LOCAL**
 9. **ASSINATURA**
 10. **DATA**
 11. **LOCAL**
 12. **ASSINATURA**
 13. **DATA**
 14. **LOCAL**
 15. **ASSINATURA**
 16. **DATA**
 17. **LOCAL**
 18. **ASSINATURA**
 19. **DATA**
 20. **LOCAL**
 21. **ASSINATURA**
 22. **DATA**
 23. **LOCAL**
 24. **ASSINATURA**
 25. **DATA**
 26. **LOCAL**
 27. **ASSINATURA**
 28. **DATA**
 29. **LOCAL**
 30. **ASSINATURA**
 31. **DATA**
 32. **LOCAL**
 33. **ASSINATURA**
 34. **DATA**
 35. **LOCAL**
 36. **ASSINATURA**
 37. **DATA**
 38. **LOCAL**
 39. **ASSINATURA**
 40. **DATA**
 41. **LOCAL**
 42. **ASSINATURA**
 43. **DATA**
 44. **LOCAL**
 45. **ASSINATURA**
 46. **DATA**
 47. **LOCAL**
 48. **ASSINATURA**
 49. **DATA**
 50. **LOCAL**
 51. **ASSINATURA**
 52. **DATA**
 53. **LOCAL**
 54. **ASSINATURA**
 55. **DATA**
 56. **LOCAL**
 57. **ASSINATURA**
 58. **DATA**
 59. **LOCAL**
 60. **ASSINATURA**
 61. **DATA**
 62. **LOCAL**
 63. **ASSINATURA**
 64. **DATA**
 65. **LOCAL**
 66. **ASSINATURA**
 67. **DATA**
 68. **LOCAL**
 69. **ASSINATURA**
 70. **DATA**
 71. **LOCAL**
 72. **ASSINATURA**
 73. **DATA**
 74. **LOCAL**
 75. **ASSINATURA**
 76. **DATA**
 77. **LOCAL**
 78. **ASSINATURA**
 79. **DATA**
 80. **LOCAL**
 81. **ASSINATURA**
 82. **DATA**
 83. **LOCAL**
 84. **ASSINATURA**
 85. **DATA**
 86. **LOCAL**
 87. **ASSINATURA**
 88. **DATA**
 89. **LOCAL**
 90. **ASSINATURA**
 91. **DATA**
 92. **LOCAL**
 93. **ASSINATURA**
 94. **DATA**
 95. **LOCAL**
 96. **ASSINATURA**
 97. **DATA**
 98. **LOCAL**
 99. **ASSINATURA**
 100. **DATA**
 101. **LOCAL**
 102. **ASSINATURA**
 103. **DATA**
 104. **LOCAL**
 105. **ASSINATURA**
 106. **DATA**
 107. **LOCAL**
 108. **ASSINATURA**
 109. **DATA**
 110. **LOCAL**
 111. **ASSINATURA**
 112. **DATA**
 113. **LOCAL**
 114. **ASSINATURA**
 115. **DATA**
 116. **LOCAL**
 117. **ASSINATURA**
 118. **DATA**
 119. **LOCAL**
 120. **ASSINATURA**
 121. **DATA**
 122. **LOCAL**
 123. **ASSINATURA**
 124. **DATA**
 125. **LOCAL**
 126. **ASSINATURA**
 127. **DATA**
 128. **LOCAL**
 129. **ASSINATURA**
 130. **DATA**
 131. **LOCAL**
 132. **ASSINATURA**
 133. **DATA**
 134. **LOCAL**
 135. **ASSINATURA**
 136. **DATA**
 137. **LOCAL**
 138. **ASSINATURA**
 139. **DATA**
 140. **LOCAL**
 141. **ASSINATURA**
 142. **DATA**
 143. **LOCAL**
 144. **ASSINATURA**
 145. **DATA**
 146. **LOCAL**
 147. **ASSINATURA**
 148. **DATA**
 149. **LOCAL**
 150. **ASSINATURA**
 151. **DATA**
 152. **LOCAL**
 153. **ASSINATURA**
 154. **DATA**
 155. **LOCAL**
 156. **ASSINATURA**
 157. **DATA**
 158. **LOCAL**
 159. **ASSINATURA**
 160. **DATA**
 161. **LOCAL**
 162. **ASSINATURA**
 163. **DATA**
 164. **LOCAL**
 165. **ASSINATURA**
 166. **DATA**
 167. **LOCAL**
 168. **ASSINATURA**
 169. **DATA**
 170. **LOCAL**
 171. **ASSINATURA**
 172. **DATA**
 173. **LOCAL**
 174. **ASSINATURA**
 175. **DATA**
 176. **LOCAL**
 177. **ASSINATURA**
 178. **DATA**
 179. **LOCAL**
 180. **ASSINATURA**
 181. **DATA**
 182. **LOCAL**
 183. **ASSINATURA**
 184. **DATA**
 185. **LOCAL**
 186. **ASSINATURA**
 187. **DATA**
 188. **LOCAL**
 189. **ASSINATURA**
 190. **DATA**
 191. **LOCAL**
 192. **ASSINATURA**
 193. **DATA**
 194. **LOCAL**
 195. **ASSINATURA**
 196. **DATA**
 197. **LOCAL**
 198. **ASSINATURA**
 199. **DATA**
 200. **LOCAL**
 201. **ASSINATURA**
 202. **DATA**
 203. **LOCAL**
 204. **ASSINATURA**
 205. **DATA**
 206. **LOCAL**
 207. **ASSINATURA**
 208. **DATA**
 209. **LOCAL**
 210. **ASSINATURA**
 211. **DATA**
 212. **LOCAL**
 213. **ASSINATURA**
 214. **DATA**
 215. **LOCAL**
 216. **ASSINATURA**
 217. **DATA**
 218. **LOCAL**
 219. **ASSINATURA**
 220. **DATA**
 221. **LOCAL**
 222. **ASSINATURA**
 223. **DATA**
 224. **LOCAL**
 225. **ASSINATURA**
 226. **DATA**
 227. **LOCAL**
 228. **ASSINATURA**
 229. **DATA**
 230. **LOCAL**
 231. **ASSINATURA**
 232. **DATA**
 233. **LOCAL**
 234. **ASSINATURA**
 235. **DATA**
 236. **LOCAL**
 237. **ASSINATURA**
 238. **DATA**
 239. **LOCAL**
 240. **ASSINATURA**
 241. **DATA**
 242. **LOCAL**
 243. **ASSINATURA**
 244. **DATA**
 245. **LOCAL**
 246. **ASSINATURA**
 247. **DATA**
 248. **LOCAL**
 249. **ASSINATURA**
 250. **DATA**
 251. **LOCAL**
 252. **ASSIN**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERA
ÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR
COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de di
reito, (a) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e ra
dialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e
do CIC(MF) nº 008.291.028-68, residente e domiciliado na cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Antonio de Andrade Rebe
lo nº 480, Morumbi; (b) MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado,
dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº
2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00, residente e domici
liado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Utinga
nº 16, Chácara Flora, Santo Amaro; (c) HENRIQUE ABRAVANEL, brasi
leiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de iden
tidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, resi
dente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,
à rua Dr. James Ferraz Alvim nº 330, aptº 101, Morumbi; e (d)
LEON ABRAVANEL, brasileiro, divorciado, dirigente empresarial, por
tador da cédula de identidade RG. nº 3.679.558-SP e do CIC(MF) nº
006.874.998-87, residente e domiciliado na cidade de São Paulo,
Estado de São Paulo, à rua Dr. Gabriel dos Santos nº 729, aptº
171, Santa Cecília, infra-assinados, na qualidade de únicos sô
cios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limi
tada denominada

TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.,
== == ===== ==

sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à
rua General Fadhila nºs. 118/134, em São Cristóvão, inscrita no
CGC(MF) sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devi
damente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob
nº 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974, bem como suas
posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Jun
tas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, da

datando a última de 18 de junho de 1980, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 121.788, em sessão de 14 de agosto de 1980, detentores, respectivamente, de 56.000.000, 8.000.000, 8.000.000 e 8.000.000 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de setenta por cento (70%) , aos segundo, terceiro e quarto dez por cento (10%) cada um, no capital social, de pleno e comum acordo RESOLVEM:

- (A) ELEVAR o capital social em Cr\$.130.400.000,00 (cento e trinta milhões e quatrocentos mil cruzeiros), mediante o aproveitamento das seguintes verbas: reserva de correção monetária do capital realizado, Cr\$.127.364.360,92 (cento e vinte e sete milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta cruzeiros e noventa e dois centavos); e parcela de lucro do exercício anterior, Cr\$.3.035.639,08 (três milhões, trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e nove cruzeiros e oito centavos). O capital social que era de Cr\$.249.600.000,00 (duzentos e quarenta e nove milhões e seiscentos mil cruzeiros) passa, com o presente aumento, a ser de Cr\$. Cr\$.380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de cruzeiros);

- (B) ALTERAR a redação da cláusula IV do contrato social , que passa a ser a seguinte:

"CLÁUSULA IV - O capital social, inteiramente subscrito e realizado, é de Cr\$.380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de cruzeiros), dividido em 80.000.000 (oitenta milhões) de cotas sociais, no valor de Cr\$.4,75 (quatro cruzeiros e setenta e cinco centavos) cada uma, indivisíveis e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL	56.000.000 cotas	Cr\$. 266.000.000,00
MÁRIO ALBINO VIEIRA	8.000.000 cotas	Cr\$. 38.000.000,00
HENRIQUE ABRAVANEL	8.000.000 cotas	Cr\$. 38.000.000,00
LEON ABRAVANEL	8.000.000 cotas	Cr\$. 38.000.000,00
<u>TOTAIS:-</u>	80.000.000 cotas	Cr\$. 380.000.000,00

§ 1º) - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qual quer alteração contratual, de prévia autorização do Poder Concedente, através de seus órgãos competentes.

§ 2º) - A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social".


(C) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do contrato social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O contrato social fica, assim, retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 05 (cinco) vias; de igual teor, na presença das duas (2) testemunhas infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 1981

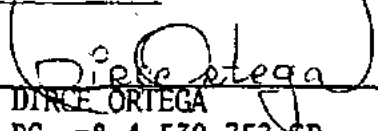

SENOR ABRAVANEL

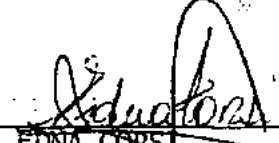

MÁRIO ALBINO VIEIRA


HENRIQUE ABRAVANEL


LEON ABRAVANEL

Testemunhas:

1. 
DIRCE ORTEGA
RG. nº 4.530.752-SP

2. 
EDNA CORSI
RG. nº 7.651.695-SP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERA
ÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR
COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de di
reito, (a) SENOR ABRAYANEL, brasileiro, casado, jornalista e ra
dialista, portador da cédula de identidade RG. n.º 2.357.912-SP e
do CIC(MF) n.º 008.291.028-68, residente e domiciliado na cidade
de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Antonio de Miranda Rebe
lo n.º 480, Morumbi; (b) MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado,
dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. n.º
2.351.517-SP e do CIC(MF) n.º 000.329.568-00, residente e domici
liado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Utinga
n.º 16, Chácara Flora, Santo Amaro; (c) HENRIQUE ABRAYANEL, brasi
leiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de iden
tidade RG. n.º 3.223.365-SP e do CIC(MF) n.º 003.957.652-20, resi
dente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,
à rua Dr. James Ferraz Alvim n.º 330, apt.º 101, Morumbi; e (d)
LEON ABRAYANEL, brasileiro, divorciado, dirigente empresarial,
portador da cédula de identidade RG. n.º 3.579.555-SP e do CIC(MF)
n.º 006.874.998-87, residente e domiciliado na cidade de São Pau
lo, Estado de São Paulo, à rua Dr. Gabriel dos Santos n.º 729
apt.º 171, Santa Cecília, infra-assinados, na qualidade de únicos
sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade li
mitada denominada

TVS - TV STUDIOS SILVIC SANTOS LTDA.

sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à
rua General Padilha n.ºs. 118/134, em São Cristóvão, inscrita no
CGC(MF) sob n.º 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devi
damente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob
n.º 695.568/74, em sessão de 08 de janeiro de 1974, bem como suas
posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Jun
tas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, da
última de 03 de junho de 1991 e arquivada na Junta Comer

SEM VALOR DE CÉDULA
AUTENTICO A PRESENÇA COMEÇANDO
A 13 de Junho de 1992
Esse documento foi autenticado
em 13 de Junho de 1992
por Silveira Neto Leite Oficial
da Junta Comercial do Estado de São Paulo

Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 147.487 , em sessão de 28 de julho de 1981 , detentores, respectivamente, de 56.000.000, 8.000.000, 8.000.000 e 8.000.000 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de setenta por cento (70%), aos segundo, terceiro e quarto dez por cento (10%) cada um, no capital social, de pleno e comum acordo RESOLVEM:

(A) ALTERAR a denominação da sociedade de TVS - TV STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA. para

TV STUDIOS RIO DE JANEIRO LTDA.

(B) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do contrato social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O contrato social fica, assim, retificado e ratificado com a alteração consignada neste instrumento, que vai assinado em 05 (cinco) vias, de igual teor, na presença das duas (2) testemunhas infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1981

SENOR ABRAVANEL

MARIO ALBINO VIEIRA

HENRIQUE ABRAVANEL

LEON ABRAVANEL

"Testemunhas":

1. DÍCE ORTEGA
RG. nº 4.530.752-SP

2. EDNA CORSI
RG. nº 7.651.695-SP

Gilberto Lupo
OAB/SP nº 27.014
C.P.P. nº 866.445.898

ESTRITO VILA GUILHERME
AUTENTICO a presente copia repro-
duzida conforme o original a mim
pelo Sr. Paulo Roberto de Souza
1992
Eduardo Corsi
Eduardo Corsi - Of. Maior
Eduardo Corsi - Oficial
C.R. 4.228/72



100-147-1A-2
 100-147-1A-2
 100-147-1A-2

1961 1351 1061

FOR DE CERTIDÃO

31 JUL 61
Sao Paulo

Em 1980, a **Associação de Pais e Amigos da Criança (APAC)** foi fundada por um grupo de pais e profissionais da saúde, com o objetivo de promover a inclusão social e educacional de crianças com deficiência intelectual. A APAC atua em parceria com o poder público e a comunidade, oferecendo programas de educação, saúde e recreação para as crianças e adolescentes. Atualmente, a APAC possui várias unidades em todo o Brasil, atendendo a milhares de crianças e adolescentes.

SELO BRASILEIRO DE AGENCIADORIA PUBLICITARIA
ESCRITÓRIOS ASSOCIADOS

<input checked="" type="checkbox"/> Carlos Alberto Machado	<input checked="" type="checkbox"/> Alexandre de Almeida	Residência	2000
<input checked="" type="checkbox"/> Luís Gonçalves	<input checked="" type="checkbox"/> Sérgio do Carmo	Relatório	600
<input checked="" type="checkbox"/> Oleg Posing Prosser	<input checked="" type="checkbox"/> José Alcides Reis	Corr. São	100

47-36693-30000 VIA A GUARANTIA
 Av. Cal. de São Paulo, 200-2000
 AUTENTICO a presen. de cópia repro-
 gada conforme ao original a min
 apresentado, do que deu fe.
 São Paulo, 20/04/1992
 (Carina - Of. de
 Lello - Oficial
 C.S. 4.206-7)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERA
ÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR
COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Os abaixo-assinados, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, Morumbi, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-68; (2) MÁRIO ALBYNO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Utinga nº 16, Chácara Flora, Santo Amaro, portador da cédula de identidade RG. nº 2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00; (3) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Dr. James Ferraz Alvim nº 330, aptº 101, Morumbi, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20; e (4) LEON ABRAVANEL, brasileiro, divorciado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Dr. Gabriel dos Santos nº 729, aptº 171, Santa Cecília, portador da cédula de identidade RG. nº 3.679.553-SP e do CIC(MF) nº 006.874.998-87, neste ato representado por seu bastante procurador em causa própria, sr. SENOR ABRAVANEL, já acima qualificado, conforme instrumento anexo, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TV STUDIOS RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na rua General Padilha nºs. 118/134, em São Cristóvão, inscrita no CGC(MF) sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568/74, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais, igualmente, arquivadas nas Juntas Comerciais

RECEBIMENTO VIA GIH HP/PM
AUTENTICO a presente cópia repro-
grafia conforme ao original a mim
apresentado, do Nº 1992
Escritório de Registro de Imóveis - Of. Mayor
Bel. Vilberto - Belo Horizonte - Oficial
Praco por Autenticação - Cx 4.237/72

dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 29.07.61, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 150.563, em sessão de 01.09.61, debentures, respectivamente, de 55.000.000, 8.000.000, 6.000.000 e 3.000.000 cada uma, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de setenta por cento (70%), ao segundo, terceiro e quarto dez por cento (10%) cada um, no capital social, de pleno e comum acordo.

RESOLVER:

RESOLUTION:

- (A) ANUIR à consócio e transferência de todas as suas cotas sociais, ou seja, \$,000.000 (oitos milhões que o sócio LEON ABRAMMEL faz ao sócio HERNANDO ABRAMMEL, já anteriormente qualificados, no valor nominal de Cr\$4,75 (quatro cruzeiros e setenta e cinco centavos) cada uma, totalizando a importância de Cr\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões de cruzeiros);

- (B) ALTERAR, em decorrência da cessão e transferência de cotas sociais ora operadas, a redação da cláusula IV (quarta) do seu contrato social, que passa a ser a seguinte:

"CLÁUSULA IV - O capital social, totalmente subscrito e realizado, é de R\$ R\$ 3.350.000,000,00 [trezentos e oitenta milhões de cruzeiros], dividido e representado por 80.000.000 [oitenta milhões] de cotas sociais, no valor nominal de R\$ 4,75 [quatro cruzeiros e setenta e cinco centavos] cada uma, indivisíveis e assim distribuídas:

42. SUBDISTRITO DE LA GUERRA
43. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
44. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
45. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
46. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
47. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
48. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
49. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
50. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
51. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
52. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
53. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
54. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
55. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
56. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
57. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
58. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
59. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
60. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
61. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
62. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
63. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
64. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
65. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
66. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
67. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
68. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
69. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
70. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
71. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
72. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
73. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
74. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
75. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
76. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
77. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
78. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
79. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
80. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
81. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
82. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
83. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
84. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
85. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
86. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
87. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
88. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
89. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
90. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
91. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
92. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
93. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
94. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
95. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
96. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
97. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
98. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
99. ALIADO LEONARDO VASQUEZ
100. ALIADO LEONARDO VASQUEZ

769 1997

7687

2. /

SENOR ABRAVANEL	50.000.000 cotas	R\$. 265.000.000,00
MARIO ALBINO VIEIRA	8.000.000 cotas	R\$. 32.000.000,00
HENRIQUE ABRAVANEL	76.000.000 cotas	R\$. 75.000.000,00
TOTAIS:	134.000.000 cotas	R\$. 372.000.000,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As estas representativas do capital social são inalienáveis e incoercíveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia autorização do Poder Concedente, através de seus órgãos competentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A responsabilidade de cada sócio é limitada à totalidade do capital social".

(C) ALTERAR as cláusulas V (quinta) e VI (sexta) do contrato social que passam a obedecer as seguintes redações:

"CLÁUSULA V A sociedade terá administrada, em conjunto, pelos sócios MÁRIO ALBINO VIEIRA e HENRIQUE ABRAVANEL, aos quais são conferidos amplos e plenos poderes para praticar todos os atos normais de administração e de gerência, na defesa dos interesses da sociedade, em juízo e fora dele, sendo-lhes vedado, entretanto, o uso da razão social em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente a concessão de avais, endossos, fianças ou cauções em favor de terceiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sociedade poderá fazer-se representar, em juízo e fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão poderes que forem fixados nos respectivos instrumentos de mandato,

47 - CUSTÓDIO VILA GUILLERME
AUTENTICO e PRESUNÇÃO
de São Paulo, 15 de maio de 1992
Edson Adão Martins - O. 1410
B. J. Vinício Neto Lobo - O. 4.228.97
Praxe em Autenticação

tendo que tais procuradores deverão ser sempre brasileiros natos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Sempre que a lei o exigir, a nomeação de procurador ou procuradores da sociedade deverá ser autorizada pelo órgão competente do Governo Federal, devendo o instrumento de mandato ser, obrigatoriamente, assinado, em conjunto, pelos sócios MARIO ALBINO VIEIRA e HENRIQUE ABRAVANEL.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Salvo quanto para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela sociedade terão o prazo de vigência de apenas um (1) ano, a contar da data da outorga dos mesmos.

CLÁUSULA VI - A gestão da sociedade será exercida, em conjunto, pelos sócios MARIO ALBINO VIEIRA e HENRIQUE ABRAVANEL, independente mente da educação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A administração e a gestão da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos.

- (D) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do contrato social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O contrato social fica, assim, retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 05 (cinco) vias, de igual teor, na presença das 2 (duas) testemunhas que também assinam o presente, para fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1982

SENHOR ABRAVANEL

MARIO ALBINO VIEIRA

HENRIQUE ABRAVANEL

LEON ABRAVANEL

P.P. SENHOR ABRAVANEL

1. 000.000.000-00

2. 000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

000.000.000-00

Os abaixo-assinados, (1) SENAOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Antonio de Andrade Rebelo nº 490, Morumbi, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-66; (2) MARIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Utunga nº 46, Chacara Flora, Santo Amaro, portador da cédula de identidade RG. nº 2.351.517-SP e do CIC(MF) nº 000.329.568-00; e (3) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Dr. James Ferraz Alvim nº 330, aptº 101, Morumbi, portador da cédula de identidade RG. nº 2.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade, por atos de responsabilidade limitada, denominada

TV SINDICOS RIO DE JANEIRO LTDA.,

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à rua General Padilha n.º. 138/134, em São Cristóvão, inscrita no CGC(MF) sob nº 43.915.172/0001-26, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 04 de fevereiro de 1982, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 178.793, em sessão de 06 de julho de 1982, detentores, respectivamente, de 56.000.000, 3.000.000 e 10.000.000 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de setenta por cento (70%), ao segundo dez por cento (10%) e ao

5. PELA

1273-16 A60-2010

ni, and from
dm. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840.

~~SECRET~~

BY ORDER OF
THE DIRECTOR

terceiro vinte por cento (20%), no capital social, de pleno e comum acordo RESOLVEM:

- (A) ALTERAR a cláusula II (segunda) do contrato social, com a finalidade de acrescentar-lhe o parágrafo único, passando a mesma, em consequência, a obedecer a seguinte redação:

"CLÁUSULA II - A sociedade terá por objeto a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa e recreativa que venha obter do Governo Federal, mediante autorizações, permissões ou concessões, em qualquer localidade do Território Nacional. Na execução dos serviços, a sociedade explorará a propaganda comercial, nos limites e forma estabelecidos na legislação específica. A sociedade poderá, ainda, importar e exportar programas e filmes cinematográficos, gravados ou virgens.

"PARÁGRAFO ÚNICO: A sociedade usará em suas transmissões a pressão fantasia "TVS"."

- (B) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do contrato social não abrangidas pela presente alteração que continuam em pleno vigor.

O contrato social fica, assim, retificado e ratificado com a alteração consignada neste instrumento, que vai assinado em 05 (cinco) vias, de igual teor, na presença das duas (2) testemunhas infra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1982

SENOR ABRAVANEL

MÁRIO ALBINO MEIRA

HENRIQUE ABRAVANEL

Testemunhas:

1.

LUCIANO CALLESARI

2.

JOSÉ ABRÃO

CARTÓRIO

7º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
AV. 980 LUIZ DE OLIVEIRA, 200 - JARDIM
CÓPIA REPRODUZIDA EXATAMENTE CONFORME
O ORIGINAL APRESENTADO, 000 FÉ.
S. Paulo, 16-7-82

1040BK470000
ISACOLLYS DE LIMA
Autenticação (Lei 4935/94)
15 CONTRIB. P/ VERBA
1040BK470000

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Os abaixo-assinados, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.337.919-SP e do CIC (MF) nº 008.291.028-68; (2) MÁRIO ALBINO / VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Uttinga nº 16, Chácara Flora, Santo Amaro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.351.517-SP e do CIC (MF) nº 000.329.568-00; e (3) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. James Ferraz Alvim nº 330, aptº 101, Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.223.365-SP e do CIC (MF) nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TV STUDIOS RIO DE JANEIRO LTDA.,

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Figueira de Melo, nº 448 - em São Cristóvão, inscrita / no CGC (MF) sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social / devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última / de 19 de novembro de 1983, arquivada na Junta Comercial do Estado / do Rio de Janeiro sob nº 24.948,2, em sessão de 19 de junho de 1984, detentores, respectivamente, de 56.000.000, 8.000.000 e 16.000.000 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de setenta por cento (70%), ao segundo dez por cento (10%) e ao terceiro vinte por cento (20%), no Capital Social, de pleno e comum acordo RESOLVEN:

- (1) ALTERAR as seguintes cessões e transferências que totalizam 72.000.000 (setenta e dois milhões) de cotas, a saber: (a) o sócio SENOR ABRAVANEL, detentor de 56.000.000 (cinquenta e seis milhões) de cotas, cede e transfere a totalidade de suas cotas, ao novo sócio Sr. GUILHERME / STOLIAR, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital, à Av. Santo Amaro nº 7.194 - aptº 122, Granja Julieta, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.244.275-1FP-RJ e do CIC (ME) nº 349.495.857-20; (b) O sócio HENRIQUE ABRAVANEL, detentor de 16.000.000 (dezesseis milhões) de cotas, cede e transfere ao novo sócio GUILHERME STOLIAR, já anteriormente qualificado, a totalidade de suas cotas.

- (2) ALTERAR, em decorrência das cessões e transferências de cotas sociais ora operadas, a redação da Cláusula IV / (quarta) do seu contrato social, que passa a ser a seguinte:

"CLÁUSULA IV - O capital social, totalmente subscrito e realizado, é de Cr\$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de cruzeiros), dividido e representado por 80.000.000 (oitenta milhões) de cotas sociais, no valor nominal de Cr\$ 4,75 (quatro cruzeiros e setenta e cinco centavos) cada uma, indivisíveis e assim distribuídas:

MÁRIO ALBINO VIEIRA....	8.000.000 cotas.....	Cr\$ 38.000.000,00
GUILHERME STOLIAR.....	72.000.000 cotas.....	Cr\$ 342.000.000,00
<u>T O T A I S</u>	<u>80.000.000 cotas.....</u>	<u>Cr\$ 380.000.000,00</u>

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As cotas representativas do capital social são inalienáveis e / intransmissíveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual de prévia autorização do Poder Concedente, através de seus órgãos competentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A responsabilidade de cada sócio / fica limitada à totalidade do capital social."

- (3) ALTERAR as Cláusulas V (quinta) e VI (sexta) do contrato social que passam a obedecer as seguintes redações:

"CLÁUSULA V - A sociedade será administrada, em conjunto, pelos Srs. GUILHERME STOLJAR, já anteriormente qualificado e CARLOS EDUARDO OLIVEIRA CAPELLÃO, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Alberto de Campos nº 181, aptº 301, Ipanema, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.421.223-IFP-RJ e do CIC (MF) nº 347.222.037-68, este último por delegação do primeiro, aos quais são conferidos amplos e plenos poderes para praticar todos os atos normais de administração e de gerência, na defesa dos interesses da sociedade, em juízo e fora dele, sendo - lhes vedado, entretanto, o uso da razão social em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente a concessão de avais, endossos, fianças ou / cauções em favor de terceiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sociedade poderá fazer-se representar em juízo e fora dele, por procurador ou procuradores, os quais terão poderes que forem fixados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que tais procuradores deverão ser sempre brasileiros natos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sempre que a lei o exigir, a nomeação de procurador ou procuradores dependerá de prévia autorização do órgão competente do Governo Federal, devendo o instrumento de mandato ser, obrigatoriamente, assinado pelos Srs. GUILHERME STOLJAR e CARLOS EDUARDO OLIVEIRA CAPELLÃO.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Salvo quando para fins judiciais todos os demais mandatos outorgados

pela sociedade terão o prazo de vigência de apenas em (01) ano, a contar da data da outorga dos mesmos.

CLÁUSULA VI - A gerência da sociedade será exercida, em conjunto, pelas Srs. GUILHERME STOLIAN e CARLOS EDUARDO OLIVEIRA CAPELLÃO, independentemente de caução, este último por delegação do primeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos."

- (4) RATIFICAR as demais cláusulas e condições do contrato / social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O contrato social fica, assim, ratificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 01 (uma) via original e 04 (quatro) cópias xerográficas, de igual teor, na presença das 02 (duas) testemunhas que também assinam o presente, para fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1983.

SENOK ABRAVANE

HERNQUE ABRAVANE

MÁRIO ALBINO VIEIRA

GUILHERME STOLIAN

TESTEMUNHAS:

10

29

[Handwritten signature]

100-443886-100

SECRETARIA DA FÉZESA
ENCALDO ESTADO DO PAULO

Small Text: Copyright © 2000 by John Wiley & Sons, Inc.

CARLOS ARS...
 Rua Felipe de Oliveira, 12 - Fone 441.77
 LACERDA...
 Rua...

540 Faurb. v.2 pg.73 83

fin 1989 es correcto

Enviado a: Enviado a: Auditoria
 C/C: 2020-2021
 P/C: 2020-2021
 F/C: 2020-2021

4866 1701 2

1.º SUBSTITUTO VILA GALILEIA
 Bel. Vilbaldo Melo Leite - Oficial
 Rua Viri, 54 - Fone 220-7585
 AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia repro-
gráfica conforme ao original a min-
apresentado, em 14 de maio de 1964
São Paulo, 14/5/64

EDSON DAO MARTINS
OF CML MAJOR

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE
CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RES-
PONSABILIDADE LIMITADA

Os abaixo-assinados, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.337.919-SP e do CIC (MF) nº 008.291.028-68; (2) MÁRIO ALBINO VIEIRA, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Utinga nº 16, Chácara Flora, Santo Amaro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.351.517-SP e do CIC (MF) nº 000.329.568-00; e (3) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. James Ferraz Alvim nº 330, aptº 101, Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.223.365-SP e do CIC (MF) nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TV STÚDIOS RIO DE JANEIRO LTDA.
=====

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua General Padilha nºs. 118/134, em São Cristóvão, inscrita no CGC (MF) sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, datando a última de 16 de julho de 1982, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 184.292, em sessão de 24 de agosto de 1982, detentores, respectivamente de 56.000.000, 8.000.000 e 16.000.000 cotas sociais, cada um, correspondendo ao primeiro a participação de setenta por cento (70%), ao segundo dez por cento (10%) e ao terceiro vinte por cento (20%), no Capital Social, de pleno e comum acordo RESOLVEM:

- (a) TRANSFERIR, a partir de 1º de novembro de 1983, a sua sede social para a Rua Figueira de Melo nº 448, São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
- (b) ALTERAR, em consequência da resolução aqui consignada, a redação da Cláusula I do Contrato Social, que passa a ser a seguinte:

"CLÁUSULA 1 - A Sociedade tem sua sede e foro na cidade do Rio / de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Figuei / ra de Melo nº 448, em São Cristóvão, podendo, por deliberação de / sua gerência, abrir e fechar filiais e escritórios em qualquer par / te do território nacional".

(c) RATIFICAR, as demais cláusulas e condições do Contrato Social, não abrangidas pela presente alteração, que continuam em pleno vigor.

O Contrato Social fica, assim, retificado e ratificado com a alteração consignada neste instrumento, que vai assinado em 01 (uma) via original / e 05 (cinco) cópias xerográficas, na presença das 02 (duas) testemunhas in / fra-assinadas, para os devidos fins e efeitos legais.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1983.

SENOR ABRAVANEL

MÁRIO ALBINO VIEIRA

HENRIQUE ABRAVANEL

TESTEMUNHAS:

1ª

Carlos Eduardo de Almeida

2ª

Selado por V. CA. 601 YX, DV

47.º Subdistrito da Capital

VILA GUINERME

Av. Cel. Assis Brasil, 1.600

CEP 20.000-000

da Verúdo.

de 1983

NOME DA EMPRESA : TVSBT-CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

C.G.C. (MF) Nº : 43.915.172/0001-06

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DOS COTISTAS REALIZADAS EM 30 DE ABRIL DE 1986.

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 30 (trinta) de abril de 1986, às 15:00 horas, na sede social localizada na Rua Figueira de Melo nº 448, São Cristovão, no Rio de Janeiro, Capital.

PRESENÇA : compareceram cotistas representando a totalidade do capital social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do "Livro de Presença de Cotistas" da sociedade.

MESA DIRETORA : as Assembléias foram instaladas pelo 1º Diretor Conselheiro, Dr. Luiz Sebastião Sandoval, presididas pelo Diretor Adjunto da sociedade, sr. Guilherme Stoliar, como Presidente da Mesa e secretariadas pelo Diretor Superintendente, sr. Roberto Carlos Assad.

CONVOCAÇÃO : dispensada a convocação prévia face ao comparecimento da totalidade dos cotistas.



1º. - SUBDISTRITO VILA GUILHERME
Av. Gal. Ataliba, 146 - Tel. 280-7668
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia repro-
grafia conforme ao original - mim
que dou fe
30.04.1986
Edson Adão Martins - Of. Maior
Bal. Vilbardo (A) - Lello - Oficial
Cris 35,90
Fisco por Autenticação

ORDEM DO DIA : DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: (a) leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1985; (b) eleição dos membros da Diretoria para o mandato seguinte, com fixação de seus honorários; (c) capitalização da reserva de capital constituída por ocasião do último Balanço Geral e resultante da correção monetária do capital realizado; (d) outros assuntos de interesse social. DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: (a) adaptação dos artigos quinto (5º) e sexto (6º) dos Estatutos Sociais à nova expressão da moeda nacional, tendo em vista o Decreto-lei nº 2.284, de 10.03.86; (b) transferência, a partir de 30 de abril de 1986, da sede da sociedade para o Campo de São Cristóvão nº 105, São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (c) alteração da expressão fantasia utilizada pela sociedade em suas transmissões, passando a mesma de "TVSBT-SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO" para "TVS-EMISSORA DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO"; (d) aprovação das alterações estatutárias necessárias; (e) outros assuntos de interesse da sociedade.

DELIBERAÇÕES : DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

PRIMEIRO: aprovaram o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras, ratificando todas as destinações ali contidas, atendendo, conjuntamente, às letras a c e da Ordem do Dia.

SEGUNDO: aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para integrar o primeiro grupo de Diretores da sociedade, com mandato por 01 (um) ano, ficando, dessa forma, assim constituído: DIRETORES CONSELHEIROS: 1º) LOIZ SEBASTIÃO SANDOVAL, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua André Dreyfus nº 109, aptº 162, Bloco I, Perdizes, portador da cédula de identidade RC nº 3.804.798-SP e do CIC(MF) nº 064.288.278-91; 2º) HENRIQUE MARAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Ja... nº 332 Alvim nº 330, aptº 101, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.632-0;

39) GUILHERME STOLAR, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Manoel Antonio Pinto nº 1200, aptº. 92, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 3.244.275-RJ e do CIC(MF) nº 349.495.857-20, e, para compor o segundo grupo de Diretores da sociedade, foi reeleito o sr. GUILHERME STOLAR, Diretor Adjunto e eleitas as seguintes pessoas, com mandato por 01 (hum) ano, ficando, dessa forma, assim constituído: DIRETOR SUPERINTENDENTE: LUCIANO CALLEGARI, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Monte Alegre nº 1003, aptº 142, Perdizes, portador da cédula de identidade RG nº 2.139.806-SP e do CIC(MF) nº 220.446.208-04; DIRETOR ADJUNTO: GUILHERME STOLAR, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Manoel Antonio Pinto nº 1200, aptº 92, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 3.244.275-RJ e do CIC(MF) nº 349.495.587-20; DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: ROBERTO CARLOS ASSAD, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Paulo Orozimbo nº 272, Aclimação, portador da cédula de identidade RG nº 6.067.984-SP e do CIC(MF) nº 634.858.698-72; DIRETOR TÉCNICO: ALFONSO AURIK PALACIN JUNIOR, brasileiro, solteiro, tecnólogo, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Toledo Barbosa nº 659, Belém, portador da cédula de identidade RG nº 9.288.969-SP e do CIC(MF) nº 856.434.918-34 e DIRETOR COMERCIAL: RUBENS CARVALHO DOS SANTOS, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, à Rua São Judas Tadeu nº 64, Granja Viana, portador da cédula de identidade RG nº 4.120.926-SP e do CIC(MF) nº 426.578.658-87. Ficou, aprovado, também, / que os Diretores perceberão honorários dentro dos limites estabelecidos pela Legislação do Imposto sobre a Renda.

TERCEIRO: não instalaram o Conselho Fiscal, no que tange ao seu funcionamento, tendo em vista o caráter permanente do referido órgão.



QUARTO: aprovaram a capitalização de parte da reserva de capital constituída por ocasião do último Balanço Geral, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro / de 1985, resultante da correção monetária do capital realizado, a fim de atender o disposto no artigo 167 e no parágrafo primeiro / do artigo 166, da Lei nº 6404/76, no montante de Cr\$ ----- 31.386.250.000 (trinta e um bilhões, trezentos e oitenta e seis milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), permanecendo o saldo remanescente no valor de Cr\$ 548.727.925 (quinhentos e quarenta e oito milhões, setecentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte e cinco cruzeiros) à disposição da sociedade para futuro aumento de capital. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, que era de Cr\$ 3.570.000.000 (três bilhões, quinhentos e setenta milhões de cruzeiros) passou, com o presente aumento a ser de Cr\$ 34.956.250.000 (trinta e quatro bilhões, novecentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), alterando-se apenas o valor nominal de cada cota que de Cr\$ 48 / (quarenta e oito cruzeiros) passou para Cr\$ 470 (quatrocentos e setenta cruzeiros).

QUINTO: em decorrência do aumento do capital social foram alterados os artigos quinto (5º) e sexto (6º) dos Estatutos Sociais que passaram a ter as seguintes redações: "ARTIGO QUINTO (5º) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de Cr\$ 34.956.250.000 (trinta e quatro bilhões, novecentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros)." "ARTIGO SEXTO (6º) - O capital social é dividido e representado por 74.375.000 (setenta e quatro milhões, trezentas e setenta e cinco mil) cotas, todas do valor nominal de Cr\$ 470 / (quatrocentos e setenta cruzeiros) cada, indivisíveis em relação à sociedade e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL..... 73.631.250 cotas - Cr\$ 34.606.687.500

HENRIQUE ABRAVANEL..... 743.750 cotas - Cr\$ 349.562.500

T O T A L : 74.375.000 cotas - Cr\$ 34.956.250.000

Parágrafo Primeiro (1º) - Todas as cotas representativas do capital social pertencem a brasileiros natos, ficando expresso que tais cotas são inalienáveis e incaucionáveis.

direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

Parágrafo Segundo (2º) - A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social."

DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

PRIMEIRO: para atender ao que dispõe o Decreto-lei nº 2.284/86 e tendo em vista a nova política econômica nacional, teve a sociedade necessidade de adaptar os artigos quinto (5º) e sexto (6º) dos Estatutos Sociais, para que neles fizesse constar a nova expressão da moeda nacional adotando para isso o critério da conversão paritária de 1.000 para 1, critério esse aplicado ao valor de cada cota, e igualmente ao valor total do capital social, convertendo-os, simplesmente, de cruzeiro para cruzado. Dessa forma, o capital social que era de Cr\$ 34.956.250.000 (trinta e quatro bilhões, novecentos e cinquenta e seis milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros) passou a ser de Cz\$ 34.956.250,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta cruzados) e o valor nominal de cada cota que era de Cr\$ 470 (quatrocentos e setenta e sete cruzeiros) passou a ser de Cz\$ 0,47 (quarenta e sete centavos de cruzados). Assim sendo, os referidos artigos quinto (5º) e sexto (6º) dos Estatutos Sociais, passaram a obedecer às seguintes redações: "ARTIGO QUINTO (5º) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de Cz\$ 34.956.250,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta cruzados). ARTIGO SEXTO (6º) - O capital social é dividido e representado por 74.375.000 (setenta e quatro milhões, trezentas e setenta e cinco mil) cotas, todas do valor nominal de Cz\$ 0,47 (quarenta e sete centavos de cruzados) cada, indivisíveis em relação à sociedade e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL.....	73.631.250 cotas-Cz\$ 34.606.687,50
HENRIQUE ABRAVANEL.....	743.750 cotas-Cz\$ 349.562,50
O I S.....	74.375.000 cotas-Cz\$ 34.956.250,00

Parágrafo Primeiro (1º) - Todas as cotas representativas do capital social pertencem a brasileiros natos, ficando expresso que tais cotas são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

Parágrafo Segundo (2º) - A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social. "

SEGUNDO: aprovaram as matérias reportadas nas letras b e c da Ordem do Dia.

TERCEIRO: em consequência da deliberação anterior e atendendo à letra d da Ordem do Dia, aprovaram a alteração dos Artigos Segundo (2º) e Terceiro (3º) dos Estatutos Sociais que passaram a obedecer às seguintes redações: "ARTIGO SEGUNDO (2º) - O foro jurídico da sociedade é o da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde se acha instalada sua sede social, no Campo de São Cristóvão nº 105, São Cristóvão. Poderá a sociedade, por deliberação de sua Diretoria, instalar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior, observadas as disposições legais em vigor." "ARTIGO TERCEIRO (3º) - A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa, recreativa e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza, que venha a obter do Governo Federal, mediante autorizações, concessões ou permissões. Na execução dos serviços, a sociedade explorará a propaganda comercial, nos limites e forma estabelecidos na legislação específica. A sociedade explorará também serviços nas atividades fonográficas e video-fonográficas, podendo, ainda, importar e exportar programas e filmes cinematográficos gravados ou virgens. Parágrafo Único: A sociedade usará em suas transmissões a expressão fantasia "TVS-EMISSORA DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELE-

AVISÃO
SECRETARIA DA VILA GUILHERME
Arca Leoni, 1456 - Tel. 290-1696
AUTENTICAÇÃO
conforme a presente cópia repro-
duzida em 19/09/93
19

QUORUM DAS DELIBERAÇÕES: as deliberações foram aprovadas por unanimidade de votos.

ENCERRAMENTO : nada mais havendo a tratar, a sessão / foi suspensa para a lavratura desta Ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelo Presidente da Mesa, pelo Secretário e pelos cotistas presentes. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1986. aa) GUILHERME STOLIAR-Presidente da Mesa, ROBERTO CARLOS ASSAD-Secretário; Cotistas presentes: SENOR ABRAVANEL e HENRIQUE ABRAVANEL.

Cópia fiel

GUILHERME STOLIAR
Presidente

ROBERTO CARLOS ASSAD
Secretário

SEM VALOR DE CERTIDÃO



41 - UCCISTITO VILA GUILHERME
Av. Gal. Alberto Leme, 1456 - Tel. 280.7586
AUTENTICAÇÃO
Pelo 1º e 2º a presença original e cópia repro-
duzida em 06/04/1986
Edson Adão Versina Of. N.º 108
Bel. Vilhena - João Leite - Oficial
Gr. 324 ou

TVSBT-CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CCC(MF) Nº 43.915.172/0001-06

LISTA DE PRESENÇA DE COTISTAS

ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 30 DE ABRIL de 1986

<u>C O T I S T A S</u>	<u>QUALIFICAÇÃO</u>	<u>Nº DE COTAS</u> <u>VL.NOM. Cz\$ 0,04</u> <u>(Cr\$ 43)</u>
1. SENOR ABRVAVANEL	brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Antonio de Andrada Rebelo nº 480, Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.337.919-SP e do CIC (MF) nº 008.291.028-68.....	73.631.250
2. HENRIQUE ABRVAVANEL	brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. James Ferraz Alvim nº 330, apto. 101, Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.221.365-SP e do CIC (MF) nº 003.957.658-20	743.750
T O T A L		74.375.000

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1986

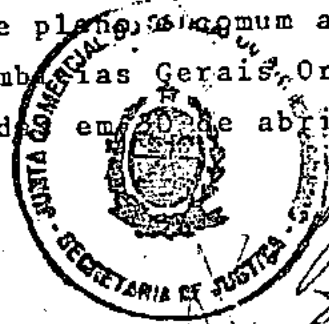
Roberto Carlos Assad
Secretário

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRA
TO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA.

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de Direito, os abaixo assinados, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-68 e (2) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. James Ferraz Alvim nº 330, apto. 101, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TVSBT-CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA,

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Figueira de Melo nº 448, em São Cristóvão, inscrita no CGC (ME) sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº / 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 30 de dezembro de 1985, em fase de arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, detentores, respectivamente, de 73.631.250 e 743.750 cotas sociais cada um, de plano e comum acordo, a vista das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias dos Cotistas, realizadas em 20 de abril de 1986, RESOLVEM :



- (A) Alterar os artigos Segundo (2º), Terceiro (3º), Quinto (5º) e Sexto (6º) dos Estatutos da Sociedade, que passam a ter as seguintes redações:

"ARTIGO SEGUNDO (2º) - O foro jurídico da sociedade é o da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde se acha instalada sua sede social, no Campo de São Cristóvão nº 105, São Cristóvão. Poderá a sociedade, por deliberação de sua Diretoria, instalar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior, observadas as disposições legais em vigor."

"ARTIGO TERCEIRO (3º) - A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa, recreativa e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza, que venha a obter do Governo Federal, mediante autorizações, concessões ou permissões. Na execução dos serviços, a sociedade explorará a propaganda comercial, nos limites e formas estabelecidos na legislação específica. A sociedade explorará também serviços nas atividades fonográficas e video-fonográficas, podendo, ainda, importar e exportar programas e filmes cinematográficos, gravados ou virgens."

Parágrafo Único: A sociedade usará em suas transmissões a expressão fantasia "TVS - EMISSORA DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO".

"ARTIGO QUINTO (5º) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de Cr\$ 34.956.250,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta cruzados)."

"ARTIGO SEXTO (6º) - O capital social é dividido e representado por 74.375.000 (setenta e quatro milhões, trezentas e setenta e cinco mil) cotas, todas do valor nominal de Cr\$ 0,47 (quarenta e sete centavos de cruzados) cada, indivisíveis em relação à sociedade e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL.....	73.631.250 cotas -	Cz\$ 34.606.687,50
HENRIQUE ABRAVANEL.....	743.750 cotas -	Cz\$ 349.562,50
T O T A I S :	74.375.000 cotas -	Cz\$ 34.956.250,00

Parágrafo Primeiro (19) - Todas as cotas representativas do capital social pertencem a brasileiros natos, ficando expresso que tais cotas são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo de qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

Parágrafo Segundo (20) - A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social.

(B) Ratificar os demais artigos dos Estatutos Sociais, não alcançados pelas supra referidas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Cotistas.

Os Estatutos Sociais ficam, assim, retificados e ratificados com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 01 (uma) via original e 04 (quatro) cópias xerográficas de igual teor, na presença das duas testemunhas que também assinam o presente.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1986.

SENOR ABRAVANEL

HENRIQUE ABRAVANEL

TESTEMUNHAS:

1ª) Maria Copacabana Mattiazzi

2ª) *[assinatura]*

colado POR VENDA - 001

47.º Substituto

VILA GUILHERME

Av. G. L. Ataliba L. 08

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS (S) FOLHA(S) 001
Luiz Sebastião Sandoval, Henrique Ab-
vanel, Mathilde Tortorelli e de Maria
Aparecida Mattiazzi...

São Paulo,

29 JUL 1986

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRA
TO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA.

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de Direito, os abaixo assinados, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 480, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-68 e (2) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. James Ferraz Alvim nº 330, aptº 101, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TVSBT-CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de São Cristóvão nº 105, São Cristóvão, inscrita no CGC (MF) sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 30 de abril de 1986, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 351.525, em sessão de 15 de dezembro de 1986, detentores, respectivamente, de 73.631.250 e 743.750 cotas sociais cada um, de pleno e comum acordo, a vista das deliberações tomadas nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Co-
tistas, realizadas em 30 de abril de 1987, **RESOLVEM:**

AUTENTICAÇÃO
gráfica compare ao original e mim
representado por
São Paulo 1993
Edson Adão Martins - Of. Maior
Bel. Vitorino Melo Leite - Oficial
por Autenticado
Gr\$ 34,90
JURITTO VILA GUILHERME
Rua Santa Luísa, 1466 - Tel. 240-7066

(A) Alterar os artigos Quinto (5º), Sexto (6º) e Décimo-Sexto (16º) e seus parágrafos dos Estatutos da Sociedade, ' que passam a ter as seguintes redações:

"ARTIGO QUINTO (59) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de Cz\$ 59.500.000,00 (cincoenta e nove milhões e quinhentos mil cruzados)."

"ARTIGO SEXTO (6º) - O capital social é dividido e representado, /
por 74.375.000 (setenta e quatro milhões, tre-
zentas e setenta e cinco mil) cotas, todas do valor nominal de Cz\$
0,80 (oitenta centavos de cruzados) cada, indivisíveis em relação à
sociedade e assim distribuídas:

SEÑOR ABRAVANEL	73.631.250	cotas	-	Cz\$ 58.905.000,00
HENRIQUE ABRAVANEL	743.750	cotas	-	Cz\$ 595.000,00

TOTALS : 74.375.000 cotas - Cz\$ 59.500.000,00

Parágrafo Primeiro (19) - Todas as cotas representativas do capital social pertencem a brasileiros natos, ficando expresso que tais cotas são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

Parágrafo Segundo (2º) - A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social."

"ARTIGO DÉCIMO-SEXTO (16º) - A Diretoria, composta de 08 (oito) membros, sempre brasileiros natos, residentes no país, cotistas ou não, estes por delegação dos sócios, será eleita pela Assembléia Geral dos Cotistas, que também fixará seus honorários, e destituíveis por ela a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro (1º) - Os Diretores permanecerão em seus car-

seus hon
Parágra
UBDISTITO VILA GUILHERME
Gal Alameda Leonel, 1256 - Tel. 290-7666
AUTENTICAÇÃO
a presença de
1983
19

ALFEN
Gráfico contábil
apresentado do
São Paulo
Acad. Martins - Of. Mat.
Lello - Oficial
Crisp. 34.98

gos até a posse daqueles que forem eleitos para o mandato seguinte.

Parágrafo Segundo (2º) - Os Diretores eleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante termo / lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após haverem seus nomes sido aprovados pelo Ministério das Comunicações, ficando dispensados de prestar fiança à sociedade ou qualquer outro tipo de garantia."

(B) Ratificar os demais artigos dos Estatutos Sociais, não alcançados pelas supra referidas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Cotistas.

Os Estatutos Sociais ficam, assim, retificados e ratificados com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 01 (uma) via original e 04 (quatro) cópias xerográficas de igual teor, na presença das duas testemunhas que também assinam o presente.

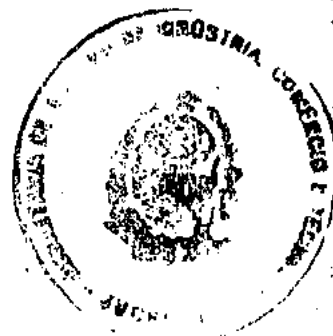
Rio de Janeiro, 30 de abril de 1987.

SENOR ABRAVANEL

HENRIQUE ABRAVANEL

TESTEMUNHAS:

1º)



SUBDISTRITO VILA GUILHERME
Eng.ª Alciria Leoni, 1450 - Tel. 280.7686
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia reprográfica conforme ao original e mim apresentado. P. 04/05/1993
1993

Edson Adão Martins - Of. Mayor
Bel. Vilbairto Melo Leite - Oficial
F. 24.98
F. 24.98

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERACAO DE CONTRATO DE SOCIEDADE
POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

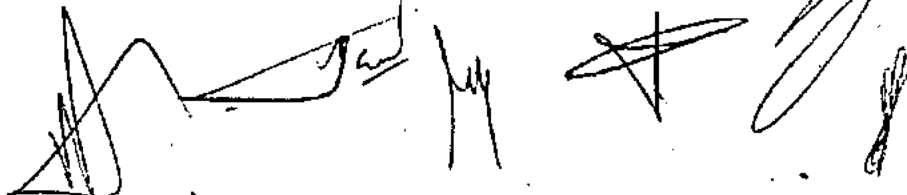
Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de Direito, os abaixo assinados, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de Sao Paulo, Estado de Sao Paulo, aa Rua Antonio de Andrade Rebelo No. 480, Morumbi, portador da cedula de identidade RG No. 2.337.919-SP e do CIC(MF) No. 008.291.028-68 e (2) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de Sao Paulo, Estado de Sao Paulo, aa Rua Dr. James Ferraz Alvim No. 330, apto. 101, Morumbi, portador da cedula de identidade RG No. 3.223.365-SP e do CIC(MF) No. 003.957.658-20, na qualidade de unicos socios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de Sao Cristovao No. 105, Sao Cristovao, inscrita no CGC (MF) sob No. 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Sao Paulo sob No. 695.568, em sessao de 08.01.74, bem como posteriores alteracoes contratuais, igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de Sao Paulo e do Rio de Janeiro, datando a ultima de 30 de abril de 1987, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob No. 379.780, em sessao de 22 de setembro de 1987, detentores, respectivamente, de 73.631.250 e 743.750 cotas sociais cada um, de pleno e comum acordo, a vista das deliberacoes tomadas na Assembleia Geral Ordinaria dos Cotistas, realizada em 29 de abril de 1988, RESOLVEM:

- (A) Alterar os artigos Quinto (5o.), Sexto (6o.) dos Estatutos da Sociedade, que passam a ter as seguintes redacoes:

"ARTIGO QUINTO (5o.) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, e' de Cz\$ 262.543.750,00 (duzentos e sessenta e dois milhoes, quinhentos e quarenta e tres mil, setecentos e cinquenta cruzados)."



"ARTIGO SEXTO (6o.) - O capital social e' dividido e repre-
sentado por 74.375.000 (setenta e
quatro milhoes, trezentas e setenta e cinco mil) cotas,
todas do valor nominal de Cz\$ 3,53 (tres cruzados e
cincoenta e tres centavos) cada, indivisiveis em relacao aa
sociedade e assim distribuidas:

SENOR ABRAVANEL	73.631.250 cotas - Cz\$ 259.918,312,50
HENRIQUE ABRAVANEL ...	743.750 cotas - Cz\$ 2.625.437,50
<hr/>	
T O T A I S	74.375.000 cotas - Cz\$ 262.543.750,00

Paragrafo Primeiro (1o.) - Todas as cotas representativas do
capital social pertencem a brasi-
leiros natos, ficando expresso que tais cotas sao inaliena-
veis e incaucionaveis, direta ou indiretamente, a estrangei-
ros ou pessoas juridicas, dependendo qualquer transferencia
de cotas de previa autorizacao do Governo Federal, atraves
de seus orgaos competentes.

Paragrafo Segundo (2o.) - A responsabilidade de cada socio
fica limitada aa totalidade do
capital social."

(B) Ratificar os demais artigos dos Estatutos Sociais, nao
alcançados pela supra referida Assembleia Geral Ordinaria
dos Cotistas.

Os Estatutos Sociais ficam, assim, retificados e ratificados com
as alteracoes consignadas neste instrumento, que vai assinado em
05 (cinco) vias, de igual teor, na presenca das duas testemunhas
que tambem assinam o presente.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1988.

479 V. GUILHERME

479 V. GUILHERME

SENOR ABRAVANEL

HENRIQUE ABRAVANEL

TESTEMUNHAS:

1a.)

2a.)

Pelo presente instrumento particular e nos melhores termos de Direito, os abaixo assinados, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aa Rua Antonio de Andrade Rebelo No. 480, Morumbi, portador da cedula de identidade RG No. 2.337.919-SP e do CIC(MF) No. 008.291.028-68 e (2) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aa Rua Dr. James Ferraz Alvim No. 330, apto. 101, Morumbi, portador da cedula de identidade RG No. 3.223.365-SP e do CIC(MF) No. 003.957.658-20, na qualidade de unicos socios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de São Cristovão No. 145, São Cristovão, inscrita no CGC (ME) sob No. 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob No. 693.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 29 de abril de 1988, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob No. 19.378, em sessão de 22 de junho de 1988, detentores, respectivamente, de 73.631.250 e 743.750 cotas sociais cada um, de pleno e comum acordo, aa vista das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Cotistas, realizadas em 28 de abril de 1989, RESOLVEM:

Alterar os artigos Quinto (5o.) e Sexto (6o.) dos Estatutos da Sociedade, que passam a ter as seguintes redações:

ARTIGO QUINTO (5o.) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, e' de NCz\$ 2.380.000,00 (dois milhoes, trezentos e oitenta mil cruzados).

[illegible]

ARTIGO SEXTO (6o.) - O capital social e' dividido e repre-
sentado por 7.437.500 (sete milhoes,
quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentas) cotas, todas
do valor nominal de NCz\$ 0,32 (trinta e dois centavos de
cruzados novos) cada, indivisiveis em relacao aa sociedade e
assim distribuidas:

SENOR ABRAVANEL	7.363.125 cotas -	NCz\$ 2.356.200,00
HENRIQUE ABRAVANEL ...	74.375 cotas -	NCz\$ 23.800,00

T O T A I S	7.437.500 cotas -	NCz\$ 2.380.000,00

Paragrafo Primeiro (1o.) - Todas as cotas representativas do
capital social pertencem a brasi-
leiros natos, ficando expresso que tais cotas sao inaliena-
veis e incaucionaveis, direta ou indiretamente, a estrangei-
ros ou pessoas juridicas, dependendo qualquer transferencia
de cotas de previa autorizacao do Governo Federal, atraves
de seus orgaos competentes.

Paragrafo Segundo (2o.) - A responsabilidade de cada socio
fica limitada aa totalidade do
capital social."

(B) Ratificar os demais artigos dos Estatutos Sociais, nao
alcançados pelas supra referidas Assembleias Gerais Or-
dinaria e Extraordinaria dos Cotistas.

Os Estatutos Sociais ficam, assim, retificados e ratificados com
as alteracoes consignadas neste instrumento, que vai assinado em
05 (cinco) vias, de igual teor, na presenca das duas testemunhas
que tambem assinam o presente.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1989.

SENOR ABRAVANEL

HENRIQUE ABRAVANEL

2a.)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERACAO DE CONTRATO DE SOCIEDADE
POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

Os abaixo assinados, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de Sao Paulo, Estado de Sao Paulo, aa Rua Antonio de Andrade Rebelo No. 480, Morumbi, portador da cedula de identidade RG No. 2.337.919-SP e do CIC(MF) No. 008.291.028-68 e (2) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de Sao Paulo, Estado de Sao Paulo, aa Rua Dr. James Ferraz Alvim No. 330, apto. 101, Morumbi, portador da cedula de identidade RG No. 3.223.365-SP e do CIC(MF) No. 003.957.658-20, na qualidade de unicos socios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TVSRT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de Sao Cristovao No. 105, Sao Cristovao, inscrita no CGC (MF) sob No. 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Sao Paulo sob No. 695.568, em sessao de 08.01.74, bem como posteriores alteracoes contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de Sao Paulo e do Rio de Janeiro, datando a ultima de 28 de abril de 1.989, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob No. 453.907, em sessao de 02 de agosto de 1.989, detentores, respectivamente, de 7.363.125 e 74.375 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo, aa vista das deliberacoes tomadas nas Assembleias Gerais Ordinaria e Extraordinaria dos Cotistas realizadas em 24 de abril de 1.990, RESOLVEM:

(A) Alterar os artigos Quinto (5o.) e Sexto (6o.) dos Estatutos da Sociedade, que passam a ter as seguintes redacoes:

"ARTIGO QUINTO (5o.) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, e' de Cr\$ 38.080.000,00 (trinta e oito milhoes e oitenta mil cruzeiros)."

"ARTIGO SEXTO (6o.) - O capital social e' dividido e representado por 7.437.500 (sete milhoes, quatrocentos e trinta e sete mil e quinhentas) cotas, todas do valor nominal de Cr\$ 5,12 (cinco cruzeiros e doze centavos) cada, indivisiveis em relacao aa sociedade e assim

RECEBIMOS VILA GILBERTINA
Bel. Viçoso, 14 de Maio de 1990 - Oficial
AUTENTICAÇÃO
A presente cópia repro-
grafia conforme o original a mim
apresentado, do qual sou fei.
S. Paulo, 14 de Maio de 1990
O Notário
Mário de Almeida
Mário de Almeida
Mário de Almeida

distribuidas:

SENOR ABRAVANEL	7.363.125 cotas -	Cr\$ 37.699.200,00
HENRIQUE ABRAVANEL ...	74.375 cotas -	Cr\$ 380.800,00
<hr/>		
T O T A I S	7.437.500 cotas -	Cr\$ 38.080.000,00

Paragrafo Primeiro (1o.) - Poderao participar como cotistas da sociedade pessoas juridicas, desde que detenham cotas ate' o limite de 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e, ainda, desde que tais pessoas juridicas pertençam exclusiva e nominalmente a brasileiros. Todas as cotas representativas do capital social pertencerao a brasileiros natos ou naturalizados ha' mais de dez (10) anos, ficando expresso que tais cotas sao incaucionaveis a estrangeiros ou pessoas juridicas e inalienaveis a estrangeiros, directa ou indirectamente, dependendo qualquer transferencia de cotas de previa autorizacao do Governo Federal, atraves de seus orgaos competentes".

Paragrafo Segundo (2o.) - A responsabilidade de cada socio fica limitada aa totalidade do capital social."

(B) Ratificar os demais artigos dos Estatutos Sociais, nao alcançados pelas retro referidas Assembleias Gerais Ordinaria e Extraordinaria dos Cotistas, realizadas em 24 de abril de 1.990.

Os Estatutos Sociais ficam, assim, retificados e ratificados com as alteracoes consignadas neste instrumento, que vai assinado em 05 (cinco) vias, de igual teor, na presenca das duas testemunhas que tambem assinam o presente, para os devidos fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1990.

SENOR ABRAVANEL

HENRIQUE ABRAVANEL

TESTEMUNHAS

1a.)

2a.)

RECEBIMOS VIA BUREL
AUTENTICADO
03 SEP 1990
Petição (7888415)

Os abaixo assinados, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonio de Andrade Rebelo No. 595, antigo 480, Morumbi, portador da cedula de identidade RG No. 2.337.919-SP e do CIC(MF) No. 008.291.028-68 e (2) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. James Ferraz Alvim No. 330, apto. 101, Morumbi, portador da cedula de identidade RG No. 3.223.365-SP e do CIC(MF) No. 003.957.653-20, na qualidade de unicos socios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de Sao Cristovao No. 105, Sao Cristovao, inscrita no CGC (ME) sob No. 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Sao Paulo sob No. 695.568, em sessao de 08.01.74, bem como posteriores alteracoes contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de Sao Paulo e do Rio de Janeiro, datando a ultima de 30 de agosto de 1.990, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob No. 520.440, em sessao de 04 de marco de 1.991, detentores, respectivamente, de 7.363.125 e 74.375 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo, aa vista das deliberacoes tomadas na Assembleia Geral Ordinaria dos Cotistas realizada em 26 de abril de 1.991, RESOLVEM:

- "ARTIGO QUINTO (5o.) - O capital social, totalmente sub-**
crito e integralizado, e' de Cr\$
360.123.750,00 (trezentos e sessenta milhoes, cento e vinte
e tres mil, setecentos e cinquenta cruzeiros)".

ARTIGO SEXTO (6o.) - O capital social e' dividido e representado por 7.437.500 (sete milhoes, quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) cotas, todas do valor nominal de Cr\$ 48,42 (quarenta e oito cruzeiros e quarenta e dois centavos) cada, indivisiveis em relacao aa

[illegible]

SEÑOR ABRAVANEL	7.363.125	cotas	-	Cr\$ 356.522.512,50
HENRIQUE ABRAVANEL ...	74.375	cotas	-	Cr\$ 3.601.237,50
T O T A L S	7.437.500	cotas	-	Cr\$ 360.123.750,00

Paragrafo Segundo (2o.) - A responsabilidade de cada socio

fica limitada aa totalidade do
capital social."

(8) Ratificar os demais artigos dos Estatutos Sociais, não alcançados pela retro referida Assembleia Geral Ordinária dos Cotistas, realizada em 26 de abril de 1.971.

Os Estatutos Sociais ficam, assim, retificados e ratificados com as alteracoes consignadas neste instrumento, que vai assinado em 05 (cinco) vias, de igual teor, na presenca das duas testemunhas que tambem assinam o presente, para os devidos fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1991.

SENR ABRAVANEL

HENRIQUE ABRAVANEL

TESTIMONIAS

2a.)

SEI 53115.018792/2021-81 / pg. 104

27

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERACAO DE CONTRATO DE SOCIEDADE
POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

Os abaixo assinados, (1) SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aa Rua Antonio de Andrade Rebelo No. 595, antigo 480, Morumbi, portador da cedula de identidade RG No. 2.337.919-SP e do CIC(MF) No. 000.291.028-68 e (2) HENRIQUE ABRAVANEL, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aa Rua Dr. James Ferraz Alvim No. 330, apto. 101, Morumbi, portador da cedula de identidade RG No. 3.223.365-SP e do CIC(MF) No. 003.957.658-20, na qualidade de unicos socios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de São Cristovao No. 105, São Cristovao, inscrita no CGC (MF) sob No. 43.915.172/0001-04, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob No. 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a ultima de 26 de abril de 1991, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob No. 544.813, em sessão de 07 de outubro de 1991, detentores, respectivamente, de 7.363.125 e 74.375 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo, aa vista das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais Ordinaria e Extraordinaria dos Cotistas realizadas em 28 de abril de 1.992, RESOLVEM:

(A) Alterar os artigos Quinto (5o.) e Sexto (6o.) dos Estatutos da Sociedade, que passam a ter as seguintes redações:

"ARTIGO QUINTO (5o.) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, e de Cr\$ 4.419.883.125,00 (quatro bilhões, quatrocentos e dezanove milhões, oitocentos e oitenta e três mil, cento e vinte e cinco cruzeiros)".

BOASTRITO VILA GUILHERME
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO a presente cópia representada por mim
apresentado por
São Paulo.
Eugen Adao Martins - Or. Major
Bél. Vilberto Melo Leite - Oficial
em 28 de Abril de 1992

"ARTIGO SEXTO (6o.) - O capital social e' dividido e representado por 7.437.500 (sete milhoes, quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) cotas, todas do valor nominal de Cr\$ 594,27 (quinhentos e noventa e quatro cruzeiros e vinte e sete centavos) cada, indivisiveis em relacao aa sociedade e assim distribuidas:

SENOR ABRAVANEL 7.363.125 cotas - Cr\$4.375.684.293,75
HENRIQUE ABRAVANEL ... 74.375 cotas - Cr\$ 44.198.881,25

T O T A I S 7.437.500 cotas - Cr\$4.419.883.125,00

Paragrafo Primeiro (1o.) - Poderao participar como cotistas da sociedade pessoas juridicas, desde que detenham cotas ate' o limite de 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e, ainda, desde que tais pessoas juridicas pertençam exclusiva e nominalmente a brasileiros. Todas as cotas representativas do capital social pertencerao a brasileiros natos ou naturalizados ha' mais de dez (10) anos, ficando expresso que tais cotas sao incaucionaveis a estrangeiros ou pessoas juridicas e inalienaveis a estrangeiros, direta ou indiretamente, dependendo qualquer transferencia de cotas de previa autorizacao do Governo Federal, atraves de seus orgaos competentes".

Paragrafo Segundo (2o.) - A responsabilidade de cada socio fica limitada aa totalidade do capital social."

(8) Ratificar os demais artigos dos Estatutos Sociais, nao alcançados pelas retro referidas Assembleias Gerais Ordinaria e Extraordinaria dos Cotistas, realizadas em 28 de abril de 1.992.

Os Estatutos Sociais ficam, assim, retificados e ratificados com as alteracoes consignadas neste instrumento, que vai assinado em 05 (cinco) vias, de igual teor, na presenca das duas testemunhas que tambem assinam o presente, para os devidos fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1992.

SENOR ABRAVANEL

HENRIQUE ABRAVANEL

TESTEMUNHAS

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL

SENOR ABRAVANEL



TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

ATA DE REUNIAO DE DIRETORIA DA TVSBT-
CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., REALIZA-
DA EM 30 DE AGOSTO DE 1992.
CGC(MF) No. 43.915.172/0001-06

Aos trinta dias do mes de agosto do ano de mil, novecentos e noventa e dois (1992), em sua sede social, localizada nesta Capital, no Campo de Sao Cristovao No. 105, Sao Cristovao, reuniram-se os Diretores Conselheiros da TVSBT-CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., Srs. LUIZ SEBASTIAO SANDOVAL e GUILHERME STOLIAR, e, sob a presidencia do primeiro, deliberaram, por unanimidade, de acordo com o disposto no artigo 2o. (segundo) dos Estatutos Sociais, aprovar a transferencia da filial situada na Rua General Padilha Nos. 118/134 e 144 - Parte, Sao Cristovao, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para a Rua General Jose' Cristino No. 40, Sao Cristovao, na mesma localidade. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1992. aa) Luiz Sebastiao Sandoval e Guilherme Stoliar.

Copia fiel.



(Signature of Guilherme Stoliar)

GUILHERME STOLIAR

Cop.

470 SUBDISTRITO V. GUILHERME Av. Del. Ataliba Leonel nº1434
SAO PAULO - CAPITAL - Del. Vilbaldo Melo Leite - OFICIAL -
Reconheço, por assinatura, a firma de: Guilherme Stoliar,
a qual confere com o padrao depositado no cartorio.

Em testemunha de verdade,

Edson Adão Martins - Oficial Maior
Fica a cópia em meu poder e a devida total de 4.435,76!

Area Administrativa: Campo de São Cristovão, 105 — CEP 20941 — Fone: 580-0313

Area Comercial: Av. Mal. Câmara, 160 — 9.º and. — CEP 20020 — Fone: 262-8622

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE
SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

De abaixo assinados, (1) **SENOR ABRAVANEL**, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 573, antigo 480, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-60 e (2) **HENRIQUE ABRAVANEL**, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. James Ferraz Alvim nº 330, aplo. 101, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TUSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de São Cristóvão nº 105, São Cristóvão, inscrita no CGC(MF) sob nº 43.915.172/0001-06; com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 20 de abril de 1992, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 583.963, em sessão de 20 de setembro de 1992, detentores, respectivamente, de 7.363.125 e 74.375 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo, à vista das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária dos Cotas realizada em 29 de abril de 1993, RESOLVEM:

SUBDISTRITO VILA GUILHERME
AUTENTICAÇÃO
PÚBLICA
1993

Parágrafo Segundo (2º) - A responsabilidade de cada sócio
fica limitada à totalidade do
capital social".

(B) Ratificar os demais artigos dos Estatutos Sociais, não alcançados pela retro referida Assembleia Geral Ordinária dos Cotistas, realizada em 29 de abril de 1993.

Os Estatutos Sociais ficam, assim, retificados e ratificados com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 05 (cinco) vias, de igual teor, na presença das duas testemunhas que também assinam o presente, para os devidos fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1993.

SENOR ABRAVANEL

HENRIQUE ABRAVANEL

TESTEMUNHAS:

1ª)

2ª)

41.º SUBDISTRITO VILA GUILHERME
J15.4. Av. Gal. Antônio Leonel, 158 - Tel. 290 7666
AUTENTICO a presente cópia repro-
gráfica conforme o original a pre-
sentada, em 29 de abril de 1993
São Paulo, 29 de abril de 1993

JUL 29 1996

13 8 96

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE
SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

Os abaixo assinados, (1) **SENOR ABRAVANEL**, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Antonio de Andrade Rebelo nº 595, antigo 480, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 2.337.919-SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-68 e (2) **HENRIQUE ABRAVANEL**, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. James Ferraz Alvim nº 330, apto. 101, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SP e do CIC(MF) nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada

TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de São Cristóvão nº 105, São Cristóvão, inscrita no CGC(MF) sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 27 de abril de 1995, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob nº 754.246, em sessão de 22 de setembro de 1995, detentores, respectivamente, de 7.363.125 e 74.375 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo, à vista das deliberações tomadas na Assembléia Geral Ordinária dos Cotistas realizada em 29 de abril de 1996, RESOLVEM:



JUL 28 1988

13 48 08

- (A) Alterar os artigos Quinto (5º) e Sexto (6º) dos Estatutos da Sociedade, que passam a vigor com as seguintes redações:

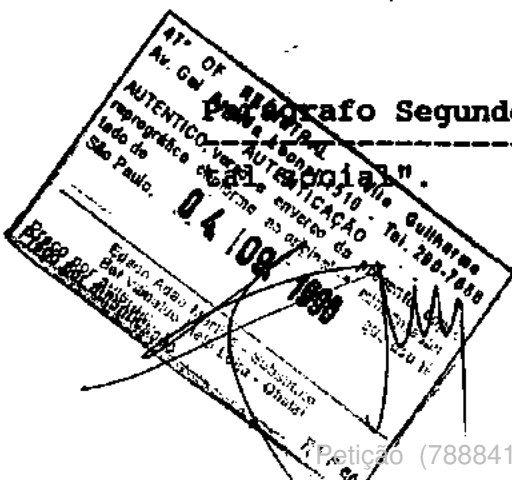
"ARTIGO QUINTO (5º) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 7.140.000,00 (sete milhões, cento e quarenta mil reais)."

"ARTIGO SEXTO (6º) - O capital social é dividido e representado por 7.437.500 (sete milhões, quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) cotas, todas do valor nominal de R\$ 0,96 (noventa e seis centavos de real) cada, indivisíveis em relação à sociedade e assim distribuídas:

SENOR ABRVANEL ...	7.363.125 cotas	-	R\$ 7.068.600,00
HENRIQUE ABRVANEL .	74.375 cotas	-	R\$ 71.400,00
<hr/>			
T O T A I S	7.437.500 cotas	-	R\$ 7.140.000,00

Parágrafo Primeiro (1º) - Poderão participar como cotistas da sociedade pessoas jurídicas, desde que detenham cotas até o limite de 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e, ainda, desde que tais pessoas jurídicas pertençam exclusiva e nominalmente a brasileiros. Todas as cotas representativas do capital social pertencerão a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ficando expresso que tais cotas são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, direta ou indiretamente, dependendo qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes".

Parágrafo Segundo (2º) - A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capi



JUCEB RJ

13 48 98

(B) Ratificar os demais artigos dos Estatutos Sociais, não alcançados pela retro referida Assembléia Geral Ordinária dos Cotistas, realizada em 29 de abril de 1996.

Os Estatutos Sociais ficam, assim, retificados e ratificados com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 05 (cinco) vias, de igual teor, na presença das duas testemunhas que também assinam o presente, para os devidos fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1996.

SENOR ABRAVANEL

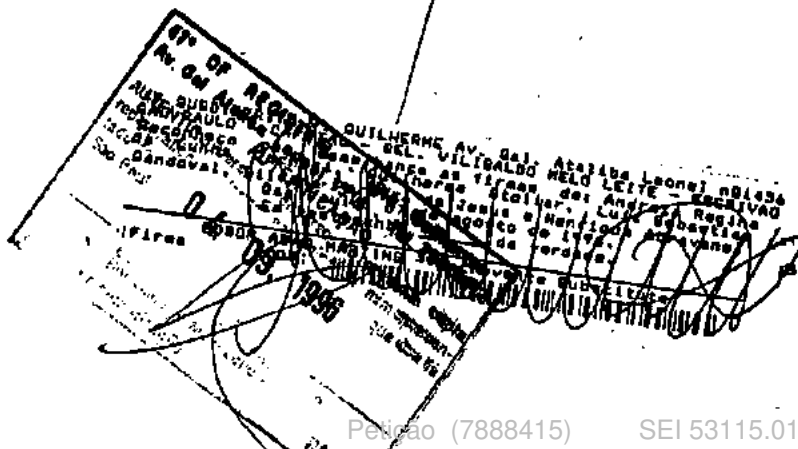
HENRIQUE ABRAVANEL

TESTEMUNHAS:

1ª)

2ª)

A - 18



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE
SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CGC(MF) Nº 43.915.172/0001-06

Os abaixo assinados, (1) **SENOR ABRAVANEL**, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonio de Andrade Rebelo, nº 595, antigo 480, Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.337.919-SSP/SP e inscrito no CPF (MF) sob o nº 008.291.028-68 e (2) **HENRIQUE ABRAVANEL**, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. James Ferraz Alvim, nº 330 - Apto. 101, Morumbi, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.223.365-SSP-SP e inscrito no CPF sob o nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada:

TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de São Cristóvão, nº 105, São Cristóvão, inscrita no CGC/MF sob o nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 29 de abril de 1997, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 0888959, em 05.01.98 detentores, respectivamente, de 7.363.125 e 74.375 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo, a vista das deliberações tomadas nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos cotistas realizadas em 29 de abril de 1998, **RESOLVEM:**



(a) **ELEVAR** o capital social, mediante o aproveitamento das reservas: a) parte dos lucros acumulados no valor de R\$10.768.973,58, permanecendo o saldo remanescente no valor de R\$6.945.757,80 à disposição da sociedade; e b) reserva de capital resultante da utilização da expressão monetária da conta "Incentivos Fiscais", no montante de R\$312.901,42. Dessa forma, o capital social que era de R\$15.098.125,00, passou, com o presente aumento, a ser de R\$26.180.000,00, sem distribuição de novas cotas sociais, elevando-se apenas o seu valor nominal que de R\$2,03 passou para R\$3,52.

(b) **ALTERAR**, em decorrência da deliberação tomada precedentemente, os artigos quinto (5º) e sexto (6º) do Contrato Social passam a vigorar com as seguintes redações:

ARTIGO QUINTO (5º) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$26.180.000,00 (vinte e seis milhões, cento e oitenta mil reais).

ARTIGO SEXTO (6º) - O capital social é dividido e representado por 7.437.500 (sete milhões, quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) cotas, todas do valor nominal de R\$3,52 (três reais e cinquenta e dois centavos) cada, indivisíveis em relação à sociedade, e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL	7.363.125 cotas	R\$25.918.200,00
HENRIQUE ABRAVANEL	74.375 cotas	R\$ 261.800,00
TOTAIS.....	7.437.500 cotas	R\$26.180.000,00

Parágrafo Primeiro: Poderão participar como cotistas da sociedade pessoas jurídicas, desde que detenham cotas até o limite de 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e, ainda, desde que tais pessoas jurídicas pertençam exclusiva e nominalmente a brasileiros. Todas as cotas representativas do capital social pertencerão a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos, ficando expresso que tais cotas são inalienáveis a

estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, direta ou indiretamente, dependendo qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

Parágrafo Segundo: A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social.

(c) **Ratificar** os demais artigos do contrato social, não alcançados pelas retro referidas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos Cotistas, realizadas em 29 de abril de 1998.

O Contrato Social fica, assim, retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 03 (três) vias, de igual teor, na presença das duas testemunhas que também assinam o presente, para os devidos fins e efeitos de direito.

Osasco(SP), 29 de abril de 1998.

p. SENOR ABRAVANEL

HENRIQUE ABRAVANEL

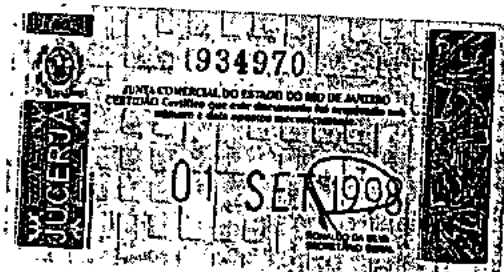
Testemunhas:

1º)

Andréia Regina da Cunha Zucchini
RG nº 20.457.134-SSP/SP

2º)

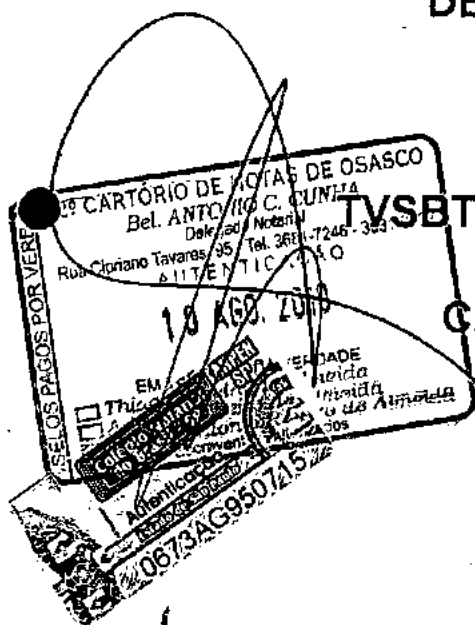
Roselaine Baptista Panzone
RG nº 23.825.481-1-SSP/SP





JUCEBA
21.09.99

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO
DE CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS
DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.**

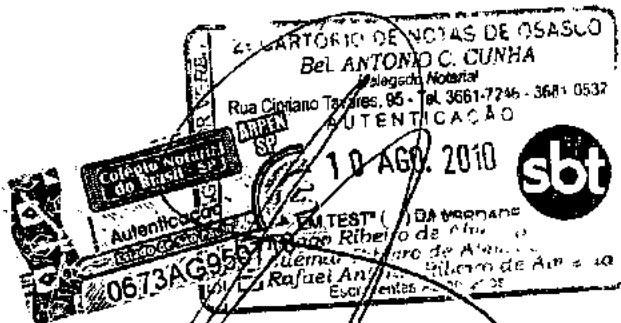


TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

C.N.P.J. (MF) Nº 43.915.172/0001-06

NIRE 33.200.196.798

Os abaixo assinados, (1) **SENOR ABRAVANEL**, brasileiro, casado, jornalista e radialista, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonio de Andrade Rebelo, nº 595, antigo 480, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 2.337.919-SSP/SP e do CIC(MF) nº 008.291.028-68 e (2) **HENRIQUE ABRAVANEL**, brasileiro, casado, dirigente empresarial, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. James Ferraz Alvim, nº 330 - Apto. 101, Morumbi, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SSP-SP e do CIC nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, denominada:



10.08.10
21.09.99

TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de São Cristóvão, nº 105, São Cristóvão, inscrita no CGC/MF sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 29 de abril de 1998, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob nº 934970, em 01.09.98 detentores, respectivamente, de 7.363.125 e 74.375 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo, **RESOLVEM:**

(a) **ELEVAR** o capital social, mediante o aproveitamento das seguintes reservas: a) parte dos lucros acumulados no montante de R\$ 6.388.187,54, permanecendo o saldo remanescente no valor de R\$ 12.375.292,86 à disposição da sociedade; e b) reserva de capital resultante da utilização da expressão monetária da conta "Incentivos Fiscais", no montante de R\$ 609.358,96; e, ainda, aumento do capital social mediante o aproveitamento de créditos que os cotistas possuem junto a sociedade, representado pelo saldo da conta de juros de remuneração do capital próprio no montante de R\$3.563.703,50. Dessa forma, o capital social que era de R\$26.180.000,00 passou, com o presente aumento, a ser de R\$36.741.250,00, sem distribuição de novas



JUL 21 2021

cotas sociais, elevando-se apenas o seu valor nominal que de R\$3,52 para R\$4,94.

(b) **ALTERAR**, em decorrência da deliberação tomada precedentemente os artigos quinto (5º) e sexto (6º) do Contrato Social, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"ARTIGO QUINTO (5º) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$36.741.250,00 (trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e um mil e duzentos e cinquenta reais)."

"ARTIGO SEXTO (6º) - O capital social é dividido e representado por 7.437.500 (sete milhões, quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) cotas, todas do valor nominal de R\$4,94 (quatro reais e noventa e quatro centavos) cada, indivisíveis em relação à sociedade, e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL	7.363.125 cotas	R\$ 36.373.837,50
HENRIQUE ABRAVANEL	74.375 cotas	R\$ 367.412,50
TOTAIS.....	7.437.500 cotas	R\$ 36.741.250,00

Parágrafo Primeiro: Poderão participar como cotistas da sociedade pessoas jurídicas, desde que detenham

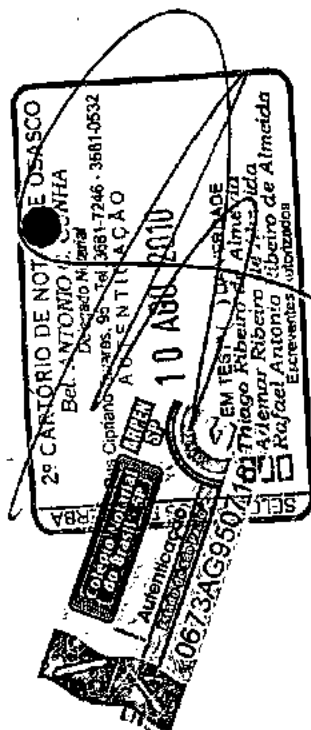
cotas até o limite de 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e, ainda, desde que tais pessoas jurídicas pertençam exclusiva e nominalmente a brasileiros. Todas as cotas representativas do capital social pertencerão a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos, ficando expresso que tais cotas são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, direta ou indiretamente, dependendo qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

Parágrafo Segundo: A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social."

(c) **EXCLUIR** o parágrafo único do artigo Décimo (10º) do contrato social, artigo este que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO DÉCIMO (10º) Cada cota dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral do Cotistas".

(d) **ALTERAR** o item II do artigo Vigésimo (20º) do Contrato Social, nele incluindo a hipótese de afastamento dentre as demais ali previstas



JUL 09 18
21 49 00

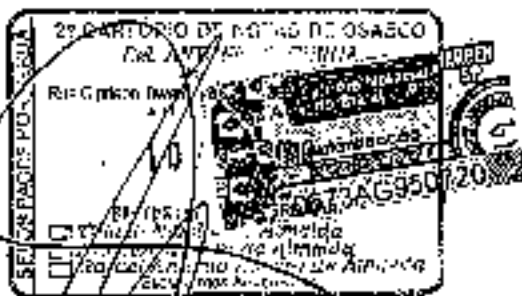
para substituição da Diretoria, e o item "V", em virtude da fixação de novo referencial para contrair obrigações em nome da sociedade, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO VIGÉSIMO (20º)

II - substituir os demais Diretores da Sociedade, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo;..... V - contrair empréstimos e assumir obrigações, em nome da sociedade, inclusive concedendo avais e fianças, de valores excedentes a 29.130 (vinte e nove mil, cento e trinta) salários mínimos.....;

(e) **ALTERAR** o artigo Vigésimo-Primeiro (21º), "caput", do Contrato Social, reduzindo de três (3) para dois (2) o número mínimo de membros da Diretoria com poderes para deliberação, passando o artigo Vigésimo-Primeiro (21º), "caput", a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO VIGÉSIMO-PRIMEIRO (21º) Os Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação de um ou mais de seus membros, podendo deliberar com a presença de no mínimo, 02 (dois) membros".



JUL 21 1999

(f) **ALTERAR** a letra "a" do artigo Vigésimo-Segundo (22º) do Contrato Social, em virtude da fixação de novo referencial para contrair obrigações em nome da sociedade, a qual passa vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO VIGÉSIMO-SEGUNDO (22º)

(a) contrair empréstimos e obrigações, inclusive concessão de avais e fianças, em nome da sociedade, em valores cujo total não exceda a 29.130 (vinte e nove mil, cento e trinta) salários mínimos, emitindo promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social;....."

(g) **ALTERAR** a redação do artigo Vigésimo-Oitavo (28º) do Contrato Social, melhor definindo a competência do Diretor Comercial da Sociedade, passando o artigo Vigésimo oitavo a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO VIGÉSIMO-OITAVO (28º) Ao Diretor Comercial competirá a responsabilidade pela área comercial da sociedade, inclusive a direção dos trabalhos relativos à contratação de veiculação, nos



JUCEBA
21.09.99

termos do objeto social, de publicidades angariadas de anunciantes e clientes da sociedade."

(h) **CONSOLIDAR** o Contrato Social da Sociedade, diante das alterações ocorridas até a presente data, inclusive demais ajustes necessários, cujo texto é o seguinte:

**ESTATUTOS SOCIAIS DE SOCIEDADE
POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
DENOMINADA TVSBT-CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.**

CAPÍTULO PRIMEIRO

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

DENOMINAÇÃO

ARTIGO PRIMEIRO (1º)

A TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE

JANEIRO LTDA. é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada que se regerá por este Estatuto e disposições legais que lhe forem aplicáveis.



JUCEBA
21.09.99

SEDE

ARTIGO SEGUNDO (2º)

O foro jurídico da sociedade é o da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde se acha instalada sua sede social, no Campo de São Cristovão, nº 105, São Cristovão. Poderá a sociedade, por deliberação de sua diretoria, instalar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior, observadas as disposições legais em vigor.

OBJETO

ARTIGO TERCEIRO (3º)

A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa, recreativa e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza, que venha a obter do Governo Federal, mediante autorizações, concessões ou permissões. Na execução dos serviços, a sociedade explorará a propaganda comercial, nos limites e forma estabelecidos na legislação específica. A sociedade explorará também serviços nas atividades fonográficas e videofonográficas, podendo, ainda, importar e exportar programas e filmes cinematográficos, gravados ou virgens.



JUL 21 14:00

PARÁGRAFO ÚNICO

A sociedade usará em suas transmissões a expressão fantasia **"TVS – EMISSORA DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO"**.

DURAÇÃO

ARTIGO QUARTO (4º)

A sociedade vigorará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO SEGUNDO (2º)

CAPITAL SOCIAL E COTAS

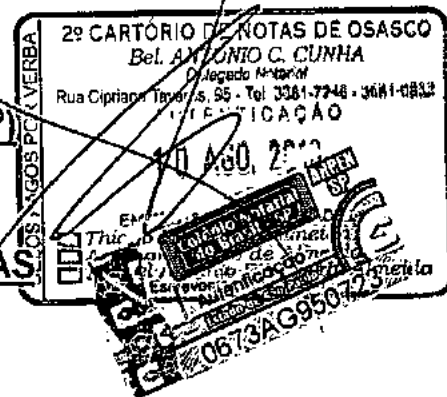
CAPITAL SOCIAL

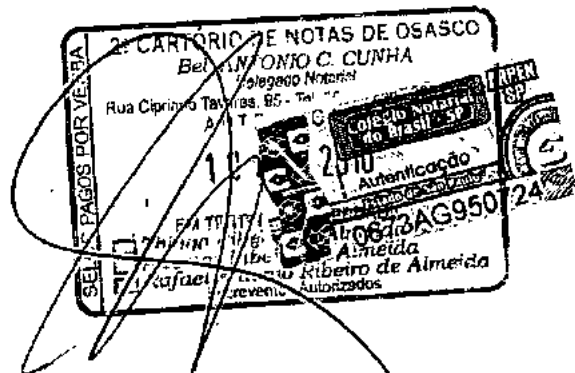
ARTIGO QUINTO (5º) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$36.741.250,00 (trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e um mil e duzentos e cinquenta reais).

COTAS

ARTIGO SEXTO (6º)

O capital social é dividido e representado por 7.437.500 (sete milhões, quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) cotas, todas do valor nominal de R\$4,94 (quatro reais).





JURADA
21.09.99

e noventa e quatro), cada, indivisíveis em relação à sociedade, e assim distribuídas:

SENOR ABRAVANEL	7.363.125 cotas	R\$36.373.837,50
HENRIQUE ABRAVANEL	74.375 cotas	R\$ 367.412,50
TOTAIS.....	7.437.500 cotas	R\$36.741.250,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO : Poderão participar como cotistas da sociedade pessoas jurídicas, desde que detenham cotas até o limite de 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e, ainda, desde que tais pessoas jurídicas pertençam exclusiva e nominalmente a brasileiros. Todas as cotas representativas do capital social pertencerão a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos, ficando expresso que tais cotas são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, direta ou indiretamente, dependendo qualquer transferência de cotas de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A responsabilidade de cada sócio fica limitada à totalidade do capital social.

AUMENTOS DE CAPITAL

ARTIGO SÉTIMO (7º) Nos aumentos de capital por subscrição, a Assembléia Geral que os deliberar fixará as condições



JUL 21 1999

para a realização das prestações que forem assumidas, observadas a esse respeito as disposições específicas da legislação que disciplina os serviços de radiodifusão.

INTEGRALIZAÇÕES

ARTIGO OITAVO (8º)

O cotista que não fizer o pagamento nas condições estabelecidas e reproduzidas no instrumento ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 12% (doze por cento) ao ano, com a atualização monetária de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC e multa de 10% (dez por cento), observadas as demais prescrições legais.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na eventualidade de mora do cotista, ficará a sociedade com o direito de, alternativamente: (a) declarar caducas as cotas não integralizadas, no todo ou em parte, fazendo suas as entradas porventura realizadas e integralizando as respectivas cotas com seus próprios lucros ou reservas, exceto a reserva legal; (b) efetuar a colocação das cotas caídas em comisso, dando preferência de compra aos demais cotistas, na proporção das cotas por eles possuídas; (c) acionar o subscritor em mora, mediante processo de execução, e, (d) deliberar sobre a redução do capital social, em importância correspondente às cotas subscritas e não integralizadas. Desde que necessário, o exercício de qualquer uma das alternativas



21-09-00

aqui referidas, será precedido de prévia autorização do Governo Federal, através dos seus órgãos competentes.

ARTIGO NONO (9º)

Na proporção do número de cotas que possuírem, os cotistas terão preferência para subscrição do aumento de capital; o direito deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da Assembléia Geral dos Cotistas que o tiver deliberado.

DIREITO DE VOTO

ARTIGO DÉCIMO (10º)

Cada cota dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral dos Cotistas.

LIMITAÇÕES À CIRCULAÇÃO DAS COTAS

ARTIGO DÉCIMO-PRIMEIRO (11º)

O cotista que pretender alienar suas cotas deverá dar preferência aos demais, através de carta à Diretoria, na qual indicará preço e condições. A Diretoria comunicará a pretensão aos demais cotistas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, devendo, estes, em igual prazo, exercer o direito de preferência na proporção das cotas que possuírem. A alienação das cotas deverá ser precedida de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgão competentes.



JUL 19
21 19 99

CAPÍTULO TERCEIRO (3º)

ASSEMBLÉIA GERAL DOS COTISTAS:

ARTIGO DÉCIMO-SEGUNDO (12º) A Assembléia Geral dos Cotistas terá todos os poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

ARTIGO DÉCIMO-TERCEIRO (13º) A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á até o dia 30 de abril de cada ano e a Extraordinária sempre que para tanto for convocada.

ARTIGO DÉCIMO-QUARTO (14º) As Assembléias Gerais dos Cotistas serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, instaladas pelo primeiro Diretor Conselheiro, dirigidas pelo Diretor Adjunto da sociedade e secretariadas pelo Diretor Superintendente da mesma.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na ausência do primeiro Diretor Conselheiro, a instalação das Assembléias Gerais caberá a qualquer outro Diretor Conselheiro, devendo os cotistas indicar outras pessoas



JUCERJA
21.09.99

para dirigir e secretariar os trabalhos, caso também se verifique a ausência do Diretor Adjunto e do Diretor Superintendente da sociedade.

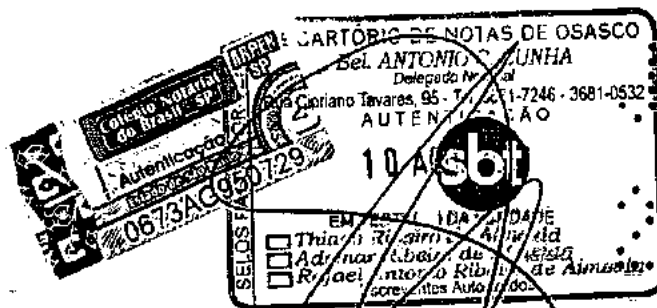
CAPÍTULO QUARTO (4º)

ADMINISTRAÇÃO



ARTIGO DÉCIMO-QUINTO (15º) - A Administração da sociedade competirá a dois grupos de Diretores, sendo o primeiro grupo composto de 03 (três) membros, designados Diretores Conselheiros e o segundo grupo por 05 (cinco) membros designados: Diretor Superintendente, Diretor Adjunto, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Comercial e Diretor Técnico.

ARTIGO DÉCIMO-SEXTO (16º) - A Diretoria, composta de 08 (oito) membros, sempre brasileiros natos, residentes no país, cotistas ou não, estes por delegação dos sócios, será eleita pela Assembléia Geral dos Cotistas, que também fixará seus honorários, e destituíveis por ela a qualquer tempo.



PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º)

Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse daqueles que forem eleitos para o mandato seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO (2º)

Os Diretores eleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após haverem seus nomes sido aprovados pelo Ministério das Comunicações, ficando dispensados de prestar fiança à sociedade ou qualquer outro tipo de garantia.

ARTIGO DÉCIMO-SÉTIMO (17º)

O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

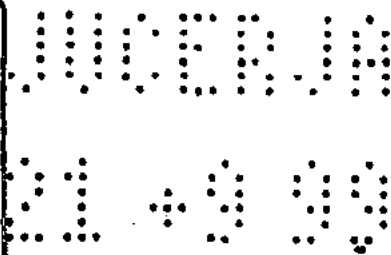
ARTIGO DÉCIMO-OITAVO (18º)

No caso de vaga ou ausência em qualquer dos cargos da Diretoria, caberá a qualquer Diretor Conselheiro substituir o Diretor renunciante, afastado ou ausente, até a próxima Assembleia Geral, completando assim o mandato do substituído.

DOS DIRETORES CONSELHEIROS:

ARTIGO DÉCIMO-NONO (19º)

Os Diretores Conselheiros reunir-se-ão sempre que necessário, mediante a convocação de um ou mais membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, 02 (dois) Diretores.



PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º)

PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) O grupo de Diretores Con-
sheiros deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o
primeiro Diretor, pela ordem de eleição, além do voto pessoal, usará do
voto de qualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO (2º)

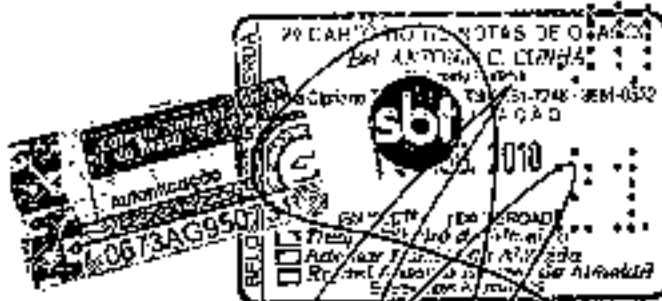
PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

ARTIGO VIGÉSIMO (20º)

ARTIGO VIGÉSIMO (20º) Aos Diretores Conselheiros competirá: I - fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; II - substituir os demais Diretores da Sociedade, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo; III - convocar a qualquer tempo a Assembléia Geral dos Cotistas; IV - alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras, públicos ou particulares; V - contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da sociedade, inclusive concedendo avais e fianças, de valores excedentes a 29.130 (vinte e nove mil, cento e trinta) salários mínimos; VI - outorgar procurações em nome da sociedade, com poderes para gestão ampla e completa da sociedade, após prévia autorização do órgão competente do Governo Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO

PARÁGRAFO ÚNICO A validade dos atos descritos nos itens acima dependerá da assinatura conjunta de dois Diretores Conselheiros.



**DOS DIRETORES SUPERINTENDENTE, ADJUNTO,
ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, COMERCIAL
E TÉCNICO**

ARTIGO VIGÉSIMO-PRIMEIRO (21º) Os Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação de um ou mais de seus membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, 02 (dois) membros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) Este Grupo de Diretores deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o Diretor adjunto, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

ARTIGO VIGÉSIMO-SEGUNDO (22º) Aos Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico caberá: (a) contrair empréstimos e obrigações, inclusive concessão de avais e fianças, em nome da sociedade, em valores cujo total não exceda a 29.130 (vinte e nove mil, cento e trinta) salários-mínimos, emitindo



JULIAN
21.09.21

promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social; (b) outorgar procurações em nome da sociedade, com poderes para a prática de atos privativos da Diretoria, exceto aqueles que digam respeito à gestão ampla da sociedade, ou outros necessários à consecução dos objetivos sociais; (c) confessar dívidas, disputar, renunciar ou transigir direitos e fazer acordos de qualquer espécie; (d) assinar contratos de prestação de serviços pertinentes ao objetivo social; (e) aprovar a contratação, promoção, demissão e suspensão de empregados, sempre que a forma de remuneração implicar em estipulação de ganhos variáveis, tais como participações sobre vendas, comissões e outras formas assemelhadas, vedada apenas a participação sobre lucros da sociedade; (f) representar a sociedade em juízo ou fora dele, pessoalmente ou mediante outorga de procuração com poderes da cláusula "ad-judicia" ou "ad-negotia"; (g) sacar cheques contra estabelecimentos bancários e receber valores junto a instituições financeiras, quaisquer que sejam as suas origens.

PARÁGRAFO ÚNICO

A validade dos atos descritos nas letras "a", "b", "c" e "d" dependerá sempre e exclusivamente das assinaturas conjuntas do Diretor Superintendente e do Diretor Adjunto.

Para validade dos atos previstos nas letras "e", "f" e "g" deste artigo



JUL 29 19
21 49 00

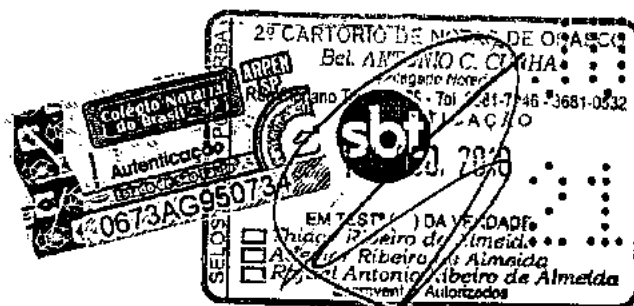
serão necessárias as assinaturas de dois (2) Diretores, quaisquer que sejam eles, sempre em conjunto.

ARTIGO VIGÉSIMO-TERCEIRO (23º) Poderão os Diretores Superintendente e Adjunto, sempre assinando em conjunto, constituir procuradores para a prática de atos de sua competência, vedada a outorga com poderes de substabelecimento para os atos descritos nas letras "a", "b", "c" e "d" do artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO

As procurações terão sempre o prazo máximo de validade de apenas 01 (um) ano, exceto quando os poderes forem com a cláusula "ad-judicia".

ARTIGO VIGÉSIMO-QUARTO (24º) Poderão ser praticados, mediante assinatura isolada do Diretor Superintendente, ou Adjunto, ou Administrativo-Financeiro, ou Comercial, ou Técnico, ou ainda de procurador ou procuradores constituídos pela sociedade, os atos a seguir relacionados: (a) depoimento pessoal em juízo; (b) endossos de cheques recebidos de terceiros, unicamente para fins de depósito em estabelecimentos bancários, nas contas da sociedade; (c) assinatura de cartas, memorandos, pedidos de verificação de saldos junto a instituições financeiras e bancárias e de outros documentos assemelhados; (d) endosso de duplicatas ou recibos a favor de instituições financeiras para fins de descontos, caução, garantia ou

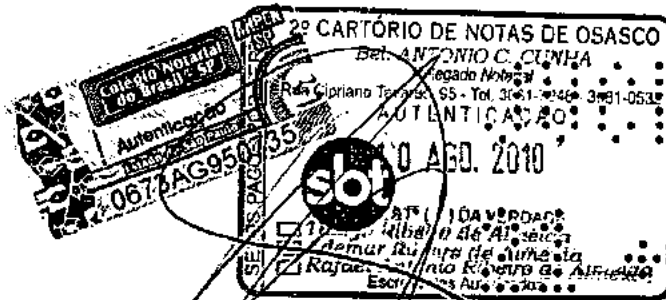


simples cobrança; (e) representação da sociedade junto a repartições públicas, entidades paraestatais, autarquias e órgãos assemelhados, federais, estaduais ou municipais; (f) assinatura de contratos de trabalho, carteiras profissionais, aviso de férias e quaisquer outros documentos relacionados com os empregados da sociedade, com a ressalva do disposto na letra "e" do artigo vigésimo-terceiro (23º), anterior; (g) assinatura de termos de abertura em livros, para fins de registro junto a repartições públicas.

ARTIGO VIGÉSIMO-QUINTO (25º) Ao Diretor Superintendente, sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, caberá especificamente: (a) a coordenação das atividades e negócios da sociedade ; (b) o encargo de presidir as reuniões da Diretoria e secretariar os trabalhos das Assembléias Gerais dos Cotistas, bem como a tarefa de fazer cumprir as deliberações nelas tomadas.

ARTIGO VIGÉSIMO-SEXTO (26º) Ao Diretor Adjunto, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Estatuto, caberá presidir as Assembléias Gerais dos Cotistas, e colaborar com os demais Diretores no desempenho de suas funções.

ARTIGO VIGÉSIMO-SÉTIMO (27º) Ao Diretor Administrativo-Financeiro competirá a direção dos serviços administrativos e financeiros da sociedade.



ARTIGO VIGÉSIMO-OITAVO (28º)

Ao Diretor Comercial competirá a responsabilidade pela área comercial da sociedade, inclusive a direção dos trabalhos relativos à contratação de veiculação, nos termos do objeto social, de publicidades angariadas de anunciantes e clientes da sociedade.

ARTIGO VIGÉSIMO-NONO (29º)

Ao Diretor Técnico competirá a direção de trabalhos de natureza técnica, objetivando o funcionamento, a manutenção de equipamentos e a expansão dos serviços de radiodifusão da sociedade.

ARTIGO TRIGÉSIMO (30º)

Em seus impedimentos temporários o Diretor Superintendente será substituído pelo Diretor Adjunto; nos demais casos, os Diretores substituir-se-ão mutuamente.

CAPÍTULO QUINTO (5º)

CONSELHO FISCAL

ARTIGO TRIGÉSIMO-PRIMEIRO (31º)

A sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente, composto 03 (três) membros, e igual número de suplentes que funcionará nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembléia Geral dos Cotistas.



ARTIGO TRIGÉSIMO-SEGUNDO (32º)

O mandato do Conselho Fiscal durará da Assembléia Geral dos Cotistas que o instalar até a primeira Assembléia Geral Ordinária seguinte que se realizar.

ARTIGO TRIGÉSIMO-TERCEIRO (33º)

O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que lhe são conferidos por lei.

ARTIGO TRIGÉSIMO-QUARTO (34º)

A remuneração do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral dos Cotistas que o instalar, observadas as prescrições legais.

CAPÍTULO SEXTO (6º)

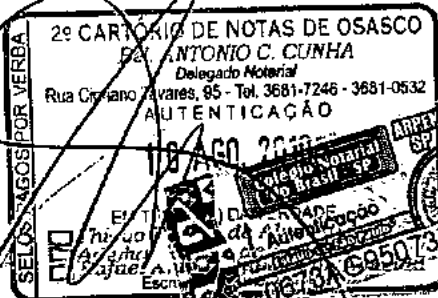
EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO TRIGÉSIMO-QUINTO (35º)

O exercício social compreende um período de 12 (doze) meses e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo levantado nesta última data o balanço geral dos negócios sociais.

LUCROS



JUL 21 14 09 09

ARTIGO TRIGÉSIMO-SEXTO (36º)

Do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver, e da provisão para o imposto de renda, serão apartados: (a) uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para a formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; e (b) dividendos aos cotistas, na base mínima de 5% (cinco por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO:

O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembléia Geral dos Cotistas que lhe dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais aplicáveis.

ARTIGO TRIGÉSIMO-SÉTIMO (37º)

Os dividendos serão pagos dentro do prazo estipulado pela Assembléia Geral dos Cotistas que os declarar.

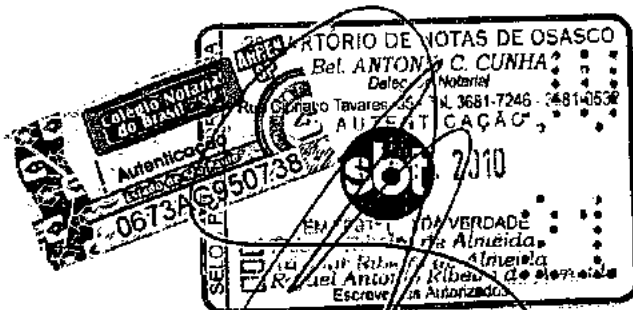
CAPÍTULO SÉTIMO (7º)

DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

E DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE:

ARTIGO TRIGÉSIMO-OITAVO (38º)

As alterações estatutárias e a dissolução da sociedade somente poderão ser decididas em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esses



fins e que se reunirá com a representação mínima de dois terços (2/3) das cotas e, em segunda convocação, com a metade mais uma.

ARTIGO TRIGÉSIMO-NONO (39º)

A convocação da Assembléia Geral para fins de dissolução da sociedade somente poderá ser realizada a pedido de cotistas que representem, no mínimo, dois terços (2/3) das cotas.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO (40º)

A dissolução somente se considerará aprovada se a apoiarem, por si ou por procuradores com poderes expressos, sócios que detenham dois terços (2/3), no mínimo, das cotas.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO-PRIMEIRO (41º)

A Assembléia que decidir pela dissolução da sociedade nomeará o liquidante ou liquidantes, fixando-lhes os poderes, a remuneração e o prazo da liquidação.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO (42º)

Liquidada que seja a sociedade e saldados todos os encargos do passivo, o excedente, se houver, reverterá aos cotistas, na proporção das respectivas cotas.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO-TERCEIRO (43º)

Os casos omissos serão regidos pelo Decreto 3.708 de 10.01.19, com aplicação subsidiária da



Lei nº 6.404, de 15.12.76 e por outras normas legais aplicáveis à espécie.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO-QUARTO (44º) As alterações do presente Estatuto Social somente serão efetivadas após prévia aprovação do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.


O Contrato Social fica, assim, consolidado, retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 04 (quatro) vias, de igual teor, na presença das duas testemunhas que também assinam o presente, para os devidos fins e efeitos de direito.

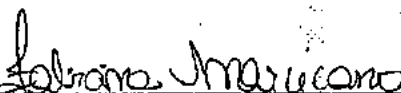
Rio de Janeiro, 19 de abril de 1999.

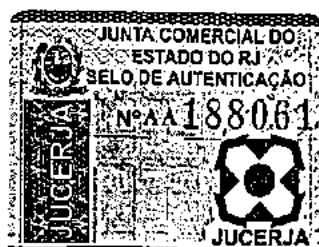

p. **SENOR ABRAVANEL**
Luiz Sebastião Sandoval Henrique Abravanel


HENRIQUE ABRAVANEL

Testemunhas:

1º 
Keila Fabiele Braz Arptéia
RG nº 24.514.789 SSP/SP
CIC (MF) nº 187.567.058-08


2º 
Fabiana Marcicano
RG nº 21.838.058-6-SSP/SP
CIC(MF) nº 166.403.708-08



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIFICO O REGISTRO SOB NOME, NÚMERO E DATA ABAIXO.
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

00001018956

DATA : 21/09/1999

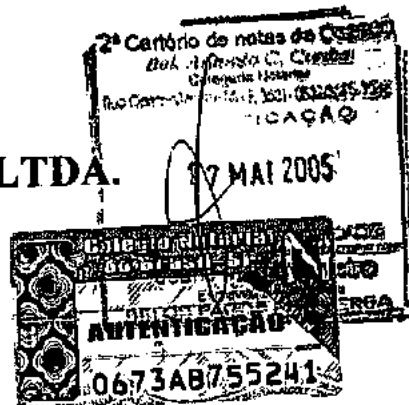

RONALDO DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL



TVSBT-CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

C.N.P.J. (MF) Nº 43.915.172/0001-06

NIRE 33.200.196.798



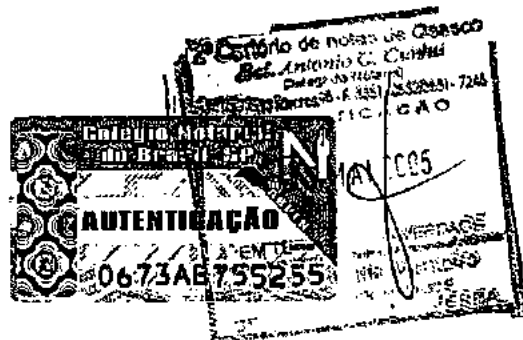
**INSTRUMENTO PARTICULAR
DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**

Os abaixo assinados, (1) **SENOR ABRAVANEL**, brasileiro, casado, jornalista e radialista, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jaceguai nº 496, bairro da Bela Vista, portador da cédula de identidade RG nº 2.337.919-SSP/SP e do CPF(MF) nº 008.291.028-68; e (2) **HENRIQUE ABRAVANEL**, brasileiro, casado, dirigente empresarial, domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jaceguai nº 400, no bairro da Bela Vista, portador da cédula de identidade RG nº 3.223.365-SSP-SP e do CPF(MF) nº 003.957.658-20, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada:

TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no Campo de São Cristovão nº 105, São Cristovão, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 695.568, em sessão de 08.01.74, bem como posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última de 06 de fevereiro de 2003, arquivada





na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00001308964, em 21/03/2003, detentores, respectivamente, de 7.363.125 e 74.375 cotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo, **RESOLVEM:**

● **(A) ALTERAR** o parágrafo primeiro do artigo (6º), em atendimento ao disposto na Lei 10.160, de 20 de dezembro de 2002, cuja redação passa a ser a seguinte: **“ARTIGO SEXTO (6º) - Parágrafo Primeiro -** As quotas representativas do capital social poderão ser transferidas até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do capital total e do capital votante a estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, sendo permitida essa participação de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País”;

● **(B) ALTERAR**, tendo em vista as disposições contidas no novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002) os artigos primeiro (1º), parágrafo segundo do artigo sexto (6º), décimo-sexto (16º), trigésimo-oitavo (38º), trigésimo-nono (39º), quadragésimo (40º), e quadragésimo-terceiro (43º) do contrato social, inclusive, acrescentando-lhe, ainda, um artigo quadragésimo-quinto (45º), cujas redações passam a ser as seguintes: **“ARTIGO PRIMEIRO - A TVSBT –CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA. é uma sociedade empresária limitada que se regerá por este contrato social e disposições legais que lhe forem aplicáveis. ARTIGO SEXTO (6º) Parágrafo Segundo:** A responsabilidade de cada sócio fica restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem, solidariamente, pela integralização do capital social. **ARTIGO**





DÉCIMO-SEXTO (16º) - A Diretoria, composta de 08 (oito) membros, sempre brasileiros natos, residentes no País, cotistas ou não, será eleita pela Assembleia Geral dos Cotistas, que também fixará seus honorários, e destituíveis por ela a qualquer tempo. **ARTIGO TRIGÉSIMO-OTTAVO (38º)** - As alterações estatutárias e a dissolução da sociedade somente poderão ser decididas em Assembleia Geral Extraordinária convocada especialmente para esses fins e que se reunirá com a representação mínima de $\frac{3}{4}$ (três quartos) das cotas e, em segunda convocação, com a metade mais uma. **ARTIGO TRIGÉSIMO-NONO (39º)** - A convocação da Assembleia Geral dos Cotistas para fins de dissolução da sociedade somente poderá ser realizada a pedido de cotista ou cotistas que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) das cotas. **ARTIGO QUADRAGÉSIMO (40º)** - A dissolução da sociedade somente se considerará aprovada se a apoiarem, por si ou por procuradores com poderes expressos, cotistas que detenham $\frac{3}{4}$ (três quartos) no mínimo, das cotas. **ARTIGO QUADRAGÉSIMO-TERCEIRO (43º)** - Os casos omissos serão regidos pelo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002), com aplicação subsidiária da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e por outras normas legais aplicáveis à espécie. **ARTIGO QUADRAGÉSIMO-QUINTO (45º)** - Os sócios responsáveis pela administração da sociedade deverão estar desimpedidos para o exercício da função de administradores, não devendo pesar contra qualquer um deles nenhum dos impedimentos dispostos no parágrafo primeiro, do artigo 1.011 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002";

(C) CONSOLIDAR o contrato social da sociedade, diante das alterações ocorridas, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:



**CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
DENOMINADA TVSBT-CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.**

CAPÍTULO PRIMEIRO

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

DENOMINAÇÃO

ARTIGO PRIMEIRO (1º) - A TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA é uma sociedade empresária limitada que se regerá por este contrato social e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

SEDE

ARTIGO SEGUNDO (2º) - O foro jurídico da sociedade é o da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde se acha instalada sua sede social, no Campo de São Cristóvão nº 105, São Cristóvão. Poderá a sociedade, por deliberação de sua diretoria, instalar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior, observadas as disposições legais em vigor.

OBJETO

ARTIGO TERCEIRO (3º) - A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, infor-



mativa, recreativa e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza, que venha a obter do Governo Federal, mediante autorizações, concessões ou permissões. Na execução dos serviços, a sociedade explorará a propaganda comercial, nos limites e forma estabelecidos na legislação específica. A sociedade explorará também serviços nas atividades fonográficas e videofonográficas, podendo, ainda, importar e exportar programas e filmes cinematográficos, gravados ou virgens.

Parágrafo Único - A sociedade usará em suas transmissões a expressão fantasia **"TVS - EMISSORA DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO"**.

DURAÇÃO

ARTIGO QUARTO (4º) - A sociedade vigorará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO SEGUNDO (2º)

CAPITAL SOCIAL E COTAS

CAPITAL SOCIAL

ARTIGO QUINTO (5º) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$45.517.500,00 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e dezessete mil e quinhentos reais).

COTAS



ARTIGO SEXTO (6º) - O capital social é dividido e representado por 7.437.500

(sete milhões, quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) cotas, todas do valor nominal de R\$6,12 (seis reais e doze centavos) cada, indivisíveis em relação à sociedade, e assim distribuídas:

NOME DO COTISTAS	Nº DE COTAS	VALOR (R\$)
SENOR ABRAVANEL	7.363.125	45.062.325,00
HENRIQUE ABRAVANEL	74.375	455.175,00
TOTAIS	7.437.500	45.517.500,00

Parágrafo Primeiro - As cotas representativas do capital social poderão ser transferidas até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do capital total e do capital votante a estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, sendo permitida essa participação de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de cada sócio fica restrita ao valor de suas cotas sociais, mas todos respondem, solidariamente, pela integralização do capital social.

AUMENTOS DE CAPITAL

ARTIGO SÉTIMO (7º) - Nos aumentos de capital por subscrição, a Assembleia Geral que os deliberar fixará as condições para a realização das prestações que forem assumidas, observadas a esse respeito as disposições específicas da legislação que disciplina os serviços de radiodifusão.



INTEGRALIZAÇÕES



ARTIGO OITAVO (8º) - O cotista que não fizer o pagamento nas condições estabelecidas e reproduzidas no instrumento ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 12% (doze por cento) ao ano, com a atualização monetária de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC e multa de 10% (dez por cento), observadas as demais prescrições legais.

Parágrafo Único - Na eventualidade de mora do cotista, ficará a sociedade com o direito de, alternativamente: (a) declarar caducas as cotas não integralizadas, no todo ou em parte, fazendo suas as entradas porventura realizadas e integralizando as respectivas cotas com seus próprios lucros ou reservas, exceto a reserva legal; (b) efetuar a colocação das cotas caídas em comisso, dando preferência de compra aos demais cotistas, na proporção das cotas por eles possuídas; (c) acionar o subscritor em mora, mediante processo de execução; e (d) deliberar sobre a redução do capital social, em importância correspondente às cotas subscritas e não integralizadas. Desde que necessário, o exercício de qualquer uma das alternativas aqui referidas será precedido de prévia autorização do Governo Federal, através dos seus órgãos competentes.

ARTIGO NONO (9º) - Na proporção do número de cotas que possuírem, os cotistas terão preferência para subscrição do aumento de capital; o direito deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da Assembleia Geral dos Cotistas que o tiver deliberado.

DIREITO DE VOTO





ARTIGO DÉCIMO (10º) - Cada cota dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral dos Cotistas.

LIMITAÇÕES À CIRCULAÇÃO DAS COTAS

ARTIGO DÉCIMO-PRIMEIRO (11º) - O cotista que pretender alienar suas cotas deverá dar preferência aos demais, através de carta à Diretoria, na qual indicará preço e condições. A Diretoria comunicará a pretensão aos demais cotistas, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, devendo, estes, em igual prazo, exercer o direito de preferência na proporção das cotas que possuírem. A alienação das cotas deverá ser precedida de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

CAPÍTULO TERCEIRO (3º)

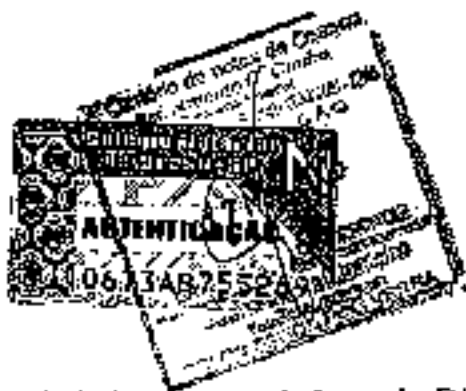
ASSEMBLÉIA GERAL DOS COTISTAS:

ARTIGO DÉCIMO-SEGUNDO (12º) - A Assembléia Geral dos Cotistas terá todos os poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

ARTIGO DÉCIMO-TERCEIRO (13º) - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á até o dia 30 de abril de cada ano e a Extraordinária sempre que para tanto for convocada.

ARTIGO DÉCIMO-QUARTO (14º) - As Assembléias Gerais dos Cotistas serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, instaladas pelo primeiro Diretor





Conselheiro, dirigidas pelo Diretor Adjunto da sociedade e secretariadas pelo Diretor Superintendente da mesma.

Parágrafo Único - Na ausência do primeiro Diretor Conselheiro, a instalação das Assembleias Gerais caberá a qualquer outro Diretor Conselheiro, devendo os cotistas indicar outras pessoas para dirigir e secretariar os trabalhos, caso também se verifique a ausência do Diretor Adjunto e do Diretor Superintendente da sociedade.

CAPÍTULO QUARTO (4º)

ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO-QUINTO (15º) - A Administração da sociedade competirá a dois grupos de Diretores, sendo o primeiro grupo composto de 03 (três) membros, designados Diretores Conselheiros e o segundo grupo por 05 (cinco) membros designados: Diretor Superintendente, Diretor Adjunto, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Comercial e Diretor Técnico.

ARTIGO DÉCIMO-SEXTO (16º) - A Diretoria, composta de 08 (oito) membros, sempre brasileiros natos, residentes no País, cotistas ou não, será eleita pela Assembleia Geral dos Cotistas, que também fixará seus honorários, e destituíveis por ela a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro (1º) - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse daqueles que forem eleitos para o mandato seguinte.





Parágrafo Segundo (2º) - Os Diretores eleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após haverem seus nomes sido aprovados pelo Ministério das Comunicações, ficando dispensados de prestar fiança à sociedade ou qualquer outro tipo de garantia.

ARTIGO DÉCIMO-SÉTIMO (17º) - O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

ARTIGO DÉCIMO-OTTAVO (18º) - No caso de vaga ou ausência em qualquer dos cargos da Diretoria, caberá a qualquer Diretor Conselheiro substituir o Diretor renunciante, afastado ou ausente, até a próxima Assembléia Geral, completando assim o mandato do substituído.

DOS DIRETORES CONSELHEIROS

ARTIGO DÉCIMO-NONO (19º) - Os Diretores Conselheiros reunir-se-ão sempre que necessário, mediante a convocação de um ou mais membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, 02 (dois) Diretores.

Parágrafo Primeiro (1º) - O grupo de Diretores Conselheiros deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o primeiro Diretor, pela ordem de eleição, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.

Parágrafo Segundo (2º) - As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.





ARTIGO VIGÉSIMO (20º) - Aos Diretores Conselheiros competirá: I - fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; II - substituir os demais Diretores da Sociedade, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo; III - convocar a qualquer tempo a Assembléia Geral dos Cotistas; IV - alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras, públicos ou particulares; V - contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da sociedade, inclusive concedendo avais e fianças, de valores excedentes a 29.130 (vinte e nove mil, cento e trinta) salários mínimos; VI - outorgar procurações em nome da sociedade, com poderes para gestão ampla e completa da sociedade, após prévia autorização do órgão competente do Governo Federal.

Parágrafo Único - A validade dos atos descritos nos itens acima dependerá da assinatura conjunta de dois Diretores Conselheiros.

DOS DIRETORES SUPERINTENDENTE, ADJUNTO, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, COMERCIAL E TÉCNICO

ARTIGO VIGÉSIMO-PRIMEIRO (21º) - Os Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação de um ou mais de seus membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, 02 (dois) membros.

Parágrafo Primeiro (1º) - Este Grupo de Diretores deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o Diretor Adjunto, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.



Parágrafo Segundo (2º) - As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

ARTIGO VIGÉSIMO-SEGUNDO (22º) - Aos Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico caberá: (a) contrair empréstimos e obrigações, inclusive concessão de avais e fianças, em nome da sociedade, em valores cujo total não exceda a 29.130 (vinte e nove mil, cento e trinta) salários-mínimos, emitindo promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social; (b) outorgar procurações em nome da sociedade, com poderes para a prática de atos privativos da Diretoria, exceto aqueles que digam respeito à gestão ampla da sociedade, ou outros necessários à consecução dos objetivos sociais; (c) confessar dívidas, disputar, renunciar ou transigir direitos e fazer acordos de qualquer espécie; (d) assinar contratos de prestação de serviços pertinentes ao objetivo social; (e) aprovar a contratação, promoção, demissão e suspensão de empregados, sempre que a forma de remuneração implicar em estipulação de ganhos variáveis, tais como participações sobre vendas, comissões e outras formas assemelhadas, vedada apenas a participação sobre lucros da sociedade; (f) representar a sociedade em juízo ou fora dele, pessoalmente ou mediante outorga de procuração com poderes da cláusula "ad-judicia" ou "ad-negotia"; (g) sacar cheques contra estabelecimentos bancários e receber valores junto a instituições financeiras, quaisquer que sejam as suas origens.

Parágrafo Único - A validade dos atos descritos nas letras "a", "b", "c" e "f" dependerá sempre e exclusivamente das assinaturas conjuntas do Diretor Superintendente e do Diretor Adjunto. Para validade dos atos previstos nas letras "e", "g" e

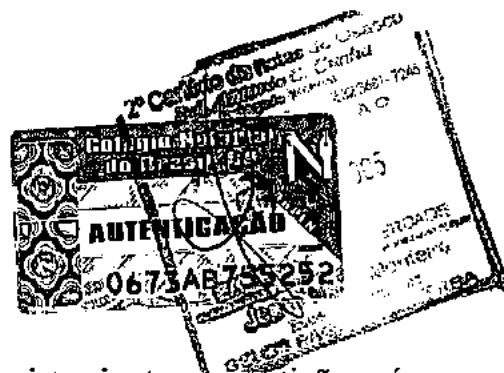


“g” deste artigo serão necessárias as assinaturas de dois (2) Diretores, quaisquer que sejam eles, sempre em conjunto.

ARTIGO VIGÉSIMO-TERCEIRO (23º) - Poderão os Diretores Superintendente e Adjunto, sempre assinando em conjunto, constituir procuradores para a prática de atos de sua competência, vedada a outorga com poderes de substabelecimento para os atos descritos nas letras “a”, “b”, “c” e “d” do artigo anterior.

Parágrafo Único - As procurações terão sempre o prazo máximo de validade de apenas 01 (um) ano, exceto quando os poderes forem com a cláusula “ad-judicia”.

ARTIGO VIGÉSIMO-QUARTO (24º) - Poderão ser praticados, mediante assinatura isolada do Diretor Superintendente, ou Adjunto, ou Administrativo-Financeiro, Comercial, ou Técnico, ou ainda de procurador ou procuradores constituídos pela sociedade, os atos a seguir relacionados: (a) depoimento pessoal em juízo; (b) endossos de cheques recebidos de terceiros, unicamente para fins de depósito em estabelecimentos bancários, nas contas da sociedade; (c) assinatura de cartas, memorandos, pedidos de verificação de saldos junto a instituições financeiras e bancárias e de outros documentos assemelhados; (d) endosso de duplicatas ou recibos a favor de instituições financeiras para fins de descontos, caução, garantia ou simples cobrança; (e) representação da sociedade junto a repartições públicas, entidades paraestatais, autarquias e órgãos assemelhados, federais, estaduais ou municipais; (f) assinatura de contratos de trabalho, carteiras profissionais, aviso de férias e quaisquer outros documentos relacionados com os empregados da sociedade, com a ressalva do disposto na letra “e” do artigo vigésimo-segundo (22º), anterior; (g) assi-



natura de termos de abertura em livros, para fins de registro junto a repartições públicas.

ARTIGO VIGÉSIMO-QUINTO (25º) - Ao Diretor Superintendente, sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, caberá especificamente: (a) a coordenação das atividades e negócios da sociedade; (b) o encargo de presidir as reuniões da Diretoria e secretariar os trabalhos das Assembléias Gerais dos Cotistas, bem como a tarefa de fazer cumprir as deliberações nelas tomadas.

ARTIGO VIGÉSIMO-SEXTO (26º) - Ao Diretor Adjunto, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Estatuto, caberá presidir as Assembléias Gerais dos Cotistas, e colaborar com os demais Diretores no desempenho de suas funções.

ARTIGO VIGÉSIMO-SÉTIMO (27º) - Ao Diretor Administrativo-Financeiro competirá a direção dos serviços administrativos e financeiros da sociedade.

ARTIGO VIGÉSIMO-OITAVO (28º) - Ao Diretor Comercial competirá a responsabilidade pela área comercial da sociedade, inclusive a direção dos trabalhos relativos à contratação de veiculação, nos termos do objeto social, de publicidades angariadas de anunciantes e clientes da sociedade.

ARTIGO VIGÉSIMO-NONO (29º) - Ao Diretor Técnico competirá a direção de trabalhos de natureza técnica, objetivando o funcionamento, a manutenção de equipamentos e a expansão dos serviços de radiodifusão da sociedade.





ARTIGO TRIGÉSIMO (30º) - Em seus impedimentos temporários o Diretor Superintendente será substituído pelo Diretor Adjunto; nos demais casos, os Diretores substituir-se-ão mutuamente.

CAPÍTULO QUINTO (5º)

CONSELHO FISCAL

ARTIGO TRIGÉSIMO-PRIMEIRO (31º) - A sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente, composto de 03 (três) membros, e igual número de suplentes que funcionará nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembléia Geral dos Cotistas.

ARTIGO TRIGÉSIMO-SEGUNDO (32º) - O mandato do Conselho Fiscal durará da Assembléia Geral dos Cotistas que o instalar até a primeira Assembléia Geral Ordinária seguinte que se realizar.

ARTIGO TRIGÉSIMO-TERCEIRO (33º) - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que lhe são conferidos por lei.

ARTIGO TRIGÉSIMO-QUARTO (34º) - A remuneração do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral dos Cotistas que o instalar, observadas as prescrições legais.

CAPÍTULO SEXTO (6º)

EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS





EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO TRIGÉSIMO-QUINTO (35º) - O exercício social compreende um período de 12 (doze) meses e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo levantado nesta última data o balanço geral dos negócios sociais.

LUCROS

ARTIGO TRIGÉSIMO-SEXTO (36º) - Do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver, e da provisão para o imposto de renda, serão apartados: (a) uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para a formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; e (b) dividendos aos cotistas, na base mínima de 5% (cinco por cento).

Parágrafo Único - O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral dos Cotistas que lhe dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais aplicáveis.

ARTIGO TRIGÉSIMO-SÉTIMO (37º) - Os dividendos serão pagos dentro do prazo estipulado pela Assembleia Geral dos Cotistas que os declarar.

CAPÍTULO SÉTIMO (7º)

DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS E DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE





ARTIGO TRIGÉSIMO-OITAVO (38º) - As alterações estatutárias e a dissolução da sociedade somente poderão ser decididas em Assembléia Geral Extraordinária convocada especialmente para esses fins e que se reunirá com a representação mínima de $\frac{3}{4}$ (três quartos) das cotas e, em segunda convocação com a metade mais uma.

ARTIGO TRIGÉSIMO-NONO (39º) - A convocação da Assembléia Geral dos Cotistas para fins de dissolução da sociedade somente poderá ser realizada a pedido de cotista ou cotistas que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) das cotas.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO (40º) - A dissolução da sociedade somente se considerará aprovada se a apoiarem, por si ou por procuradores com poderes expressos, cotistas que detenham $\frac{3}{4}$ (três quartos) no mínimo, das cotas.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO-PRIMEIRO (41º) - A Assembléia que decidir pela dissolução da sociedade nomeará o liquidante ou liquidantes, fixando-lhes os poderes, a remuneração e o prazo da liquidação.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO (42º) - Liquidada que seja a sociedade e saldados todos os encargos do passivo, o excedente, se houver, reverterá aos cotistas, na proporção das respectivas cotas.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO (43º) - Os casos omissos serão regidos pelo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002), com aplicação subsidiária da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e por outras normas legais aplicáveis à espécie.





ARTIGO QUADRAGÉSIMO-QUARTO (44º) - As alterações do presente Estatuto Social somente serão efetivadas após prévia aprovação do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

ARTIGO QUADRAGÉSIMO-QUINTO (45º) - Os sócios responsáveis pela administração da sociedade deverão estar desimpedidos para o exercício da função de administradores, não devendo pesar contra qualquer um deles nenhum dos impedimentos dispostos no parágrafo primeiro, do artigo 1.011 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

O Contrato Social fica, assim, consolidado, retificado e ratificado com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 04 (quatro) vias, de igual teor, na presença das duas testemunhas que também assinam o presente, para os devidos fins e efeitos.

Rio de Janeiro (RJ), 29 de abril de 2003.

SENOR ABRAVANEL

p.p. **Luiz Antônio Sandoval**

Henrique Abravanel

HENRIQUE ABRAVANEL

TESTEMUNHAS

1ª)

Nome: **Maria Sueli Ascensão**
RG nº 17.144.562

2ª)

Nome: **Helga Soares de Andrade**
RG nº 29.484.014-7

EDSON I. KAWANO
OABSP 745368

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	
Nire: 33.2.0019679-8	
Protocolo: 00-2004/003206-0 - 06/01/2004	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 02/04/2004 E O REGISTRO SOB O	
NUMERO E DATA ABAIXO.	
00001415129	
Valéria G. M. Serra	

00-2004/003.206-0 13 Mar 2004 17:12:13
Guia: 200/0296668-6
JUCERJA
3320019679-8 Atos:105
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
PREVISTO: V. ADIC: 01 - 18,00 JUNTA - 182,66 DNRC - 5,06
ULT.ARG.: 00001398410 19/02/2004 506

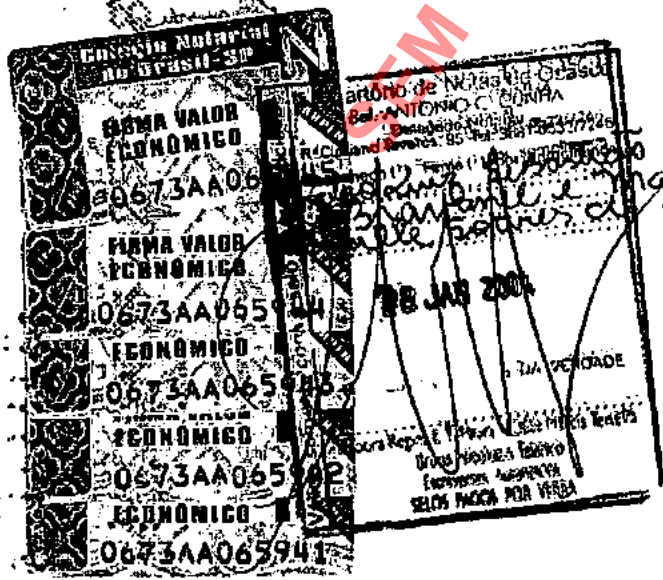
JUN 20 2019

00-2004/003.206-0 06 Jan 2004 16:58:00
Guia: 200/0296668-6
JUCERJA
3320019679-8 Atos:105
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
PREVISTO: V. ADIC: 01 - 18,00 JUNTA - 185,00 DNRC - 5,06
ULT.ARG.: 00001398964 21/03/2003 506

00-2004/003.206-0 05 Feb 2004 16:07:06
Guia: 200/0296668-6
JUCERJA
3320019679-8 Atos:105
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
PREVISTO: V. ADIC: 01 - 20,34 JUNTA - 192,66 DNRC - 5,06
ULT.ARG.: 00001398964 21/03/2003 506

00-2004/003.206-0 29 Mar 2004 15:48:00
Guia: 200/0296668-6
JUCERJA
3320019679-8 Atos:105
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
PREVISTO: V. ADIC: 01 - 20,34 JUNTA - 182,66 DNRC - 5,06
ULT.ARG.: 00001398410 19/02/2004 506

SEM VALOR DE CERTIDÃO



Handwritten signature: Sandoval e Henrique
Handwritten text: Maria Sueli de Oliveira e
Andrade e dou re





TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CNPJ(MF) Nº 43.915.172/0001-06

NIRE 33.200.196.798

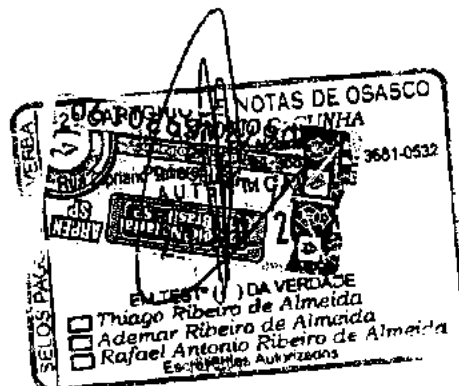
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE
CONTRATO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

Os abaixo assinados, **(I) SENOR ABRAVANEL**, brasileiro, casado, jornalista e radialista, portador da cédula de identidade RG. nº 2.337.919-SSP-SP e do CPF(MF) nº 008.291.028-68, domiciliado nesta Capital, na Avenida Angélica nº 2.530, 19º andar, no bairro da Consolação, neste ato representado por seus bastante procuradores, srs. **Luiz Sebastião Sandoval**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.804.798-SSP/SP e inscrito no CPF(MF) sob o nº 064.288.278-91, domiciliado nesta Capital, na Avenida Angélica nº 2.530, 19º andar, no bairro da Consolação, e **Henrique Abravanel**, abaixo qualificado, infra-assinados, conforme instrumento público de procuração lavrado, em **03.10.2006**, às fls. **005** do livro **2206**, no 26º Tabelião de Notas desta Capital; e **(II) HENRIQUE ABRAVANEL**, brasileiro, casado, dirigente empresarial, portador da cédula de identidade RG. nº 3.223.365-SSP-SP e do CPF(MF) nº 003.957.658-20, domiciliado nesta Capital, na Rua Jaceguai nº 400, no bairro da Bela Vista, na qualidade de únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, denominada

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Campo de São Cristóvão, nº 105, São Cristóvão, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social, datado de **04.01.1974**, arquivado na Junta Comercial do Estado São Paulo sob nº **695.568**, em sessão

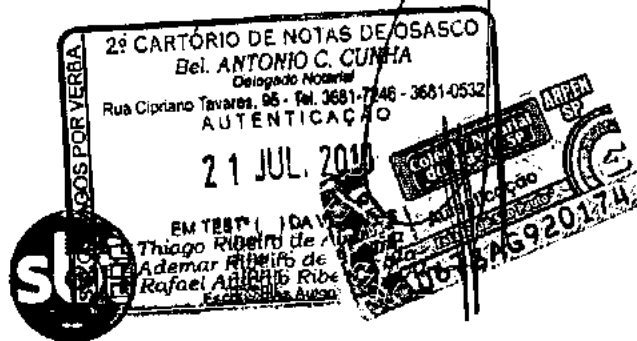




de **08.01.1974**, com suas posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última Alteração Contratual de **29.04.2003**, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob **00001415129**, em sessão de **07.04.2004**, detentores, respectivamente, de **7.363.123** e **74.375** quotas sociais, cada um, de pleno e comum acordo, à vista das deliberações tomadas na Ata de Reunião dos Sócios, realizada em 28 de abril de 2007, **RESOLVEM**:

- (A) **LEVAR A EFEITO** a nova formatação a ser dada ao Estatuto Social, no que tange à nomenclatura de seus dispositivos, que se encontram em forma de Estatuto ("dispositivos estatutários"), passando referidos dispositivos a denominar-se "cláusulas contratuais".
- (B) **PROCEDER** as alterações dos artigos quinto (5º), sétimo (7º), oitavo (8º), nono (9º), décimo (10º), décimo-primeiro (11º), acrescentando um artigo décimo-segundo (12º), renumerando-se os demais, décimo-terceiro (13º), décimo-quarto (14º) e seu parágrafo único, décimo-quinto (15º), convertendo o seu parágrafo único em primeiro, acrescentando-lhe um parágrafo segundo, décimo-sexto (16º), décimo-sétimo (17º), décimo-oitavo (18º), décimo-nono (19º), vigésimo (20º), vigésimo-primeiro (21º), vigésimo-terceiro (23º), vigésimo-quinto (25º), vigésimo-sexto (26º), vigésimo-sétimo (27º), trigésimo-segundo (32º), trigésimo-terceiro (33º), trigésimo-quinto (35º), trigésimo-sexto (36º), trigésimo-sétimo (37º) e seu parágrafo único, trigésimo-oitavo (38º), trigésimo-nono (39º), quadragésimo (40º), quadragésimo-segundo (42º), todos do Estatuto Social;
- (C) **PROCEDER A CONSOLIDAÇÃO** do **CONTRATO SOCIAL** para fazer constar a nova formatação a ser dada ao Estatuto Social vigente, no que tange à nomenclatura de seus atuais dispositivos estatutários, a fim de implementar as alterações contratuais pertinentes, cuja redação passa a ser a seguinte:





TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CAPÍTULO PRIMEIRO

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

DENOMINAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA (1ª) - A TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA. é uma sociedade empresária limitada que se regerá por este Contrato Social e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

SEDE

CLÁUSULA SEGUNDA (2ª) - O foro jurídico da sociedade é o da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde se acha instalada sua sede social, no **Campo de São Cristovão nº 105, São Cristovão**. Poderá a sociedade, por deliberação de sua diretoria, instalar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior, observadas as disposições legais em vigor.

OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA (3ª) - A sociedade tem por objeto a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa, recreativa e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza, que venha a obter do Governo Federal, mediante autorizações, concessões ou permissões. Na execução dos serviços, a sociedade explorará a propaganda comercial, nos limites e forma





estabelecidas na legislação específica. A sociedade explorará também serviços nas atividades fonográficas e videofonográficas, podendo, ainda, importar e exportar programas e filmes cinematográficos, gravados ou virgens.

PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade usará em suas transmissões a expressão fantasia "TVS - EMISSORA DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO".

DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA (4ª) - A sociedade vigorará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO SEGUNDO (2º) CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA (5ª) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de **R\$45.517.500,00** (quarenta e cinco milhões, quinhentos e dezessete mil e quinhentos reais).

QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA (6ª) - O capital social é dividido e representado por **7.437.500** (sete milhões, quatrocentas e trinta e sete mil e quinhentas) quotas, todas de valor nominal de **R\$6,12** (seis reais e doze centavos) cada, indivisíveis em relação à sociedade, e assim distribuídas:



COTISTAS	PART. %	Nº QUOTAS	VL. NOMI- NAL DA QUOTA	TOTAL (R\$)
Senor Abravanel	99,0	7.363.125	6,12	45.062.325,00
Henrique Abravanel	1,0	74.375	6,12	455.175,00
TOTAIS:	100,0	7.437.500	6,12	45.517.500,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As quotas representativas do capital social poderão ser transferidas até o limite máximo de **30%** (trinta por cento) do capital total e do capital votante a estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, sendo permitida essa participação de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A responsabilidade de cada sócio fica restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem, solidariamente, pela integralização do capital social.

AUMENTOS DE CAPITAL

CLÁUSULA SÉTIMA (7ª) - Nos aumentos de capital por subscrição, a Reunião dos Sócios que os deliberar fixará as condições para a realização das prestações que forem assumidas, as quais figurarão, necessariamente, nos boletins de subscrição respectivos, observadas a esse respeito as





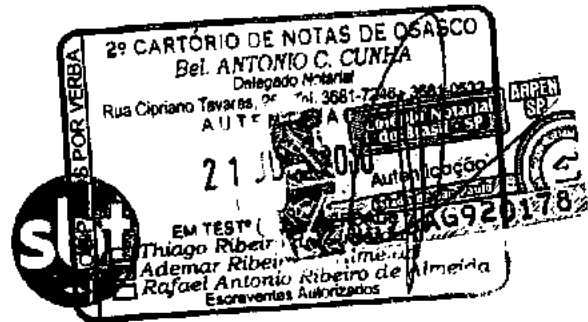
disposições específicas da legislação que disciplina os serviços de radiodifusão.

INTEGRALIZAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA (8ª) - O sócio que não fizer o pagamento nas condições estabelecidas e reproduzidas no boletim ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 12% (doze por cento) ao ano, com a atualização monetária de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC e multa de 10% (dez por cento), observadas as demais prescrições legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na eventualidade de mora do sócio, ficará a sociedade com o direito de, alternativamente: (a) declarar caducas as quotas não integralizadas, no todo ou em parte, fazendo suas as entradas porventura realizadas e integralizando as respectivas quotas com seus próprios lucros ou reservas, exceto a reserva legal; (b) efetuar a colocação das quotas caídas em comisso, dando preferência de compra aos demais sócios, na proporção das quotas por eles possuídas; (c) acionar o subscritor em mora, mediante processo de execução; e (d) deliberar sobre a redução do capital social, em importância correspondente às quotas subscritas e não integralizadas. Desde que necessário, o exercício de qualquer uma das alternativas aqui referidas será precedida de prévia autorização do Governo Federal, através dos seus órgãos competentes.

CLÁUSULA NONA (9ª) - Na proporção do número de quotas que possuírem, os sócios terão preferência para subscrição do aumento de capital; o direito deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da Reunião dos Sócios que o tiver deliberado.



DIREITO DE VOTO

CLÁUSULA DÉCIMA (10ª) - Cada quota dará direito a um voto nas deliberações da Reunião dos Sócios.

LIMITAÇÕES À CIRCULAÇÃO DAS QUOTAS

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA (11ª) - O sócio que pretender alienar suas quotas deverá dar preferência ao outro sócio, através de carta dirigida à Diretoria, na qual indicará preço e condições da proposta. A Diretoria, no prazo de 30 (trinta) dias, comunicará a pretensão ao outro sócio, o qual, em igual prazo, poderá exercer seu direito de preferência na proporção das quotas que possuir. A alienação das quotas deverá ser precedida de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

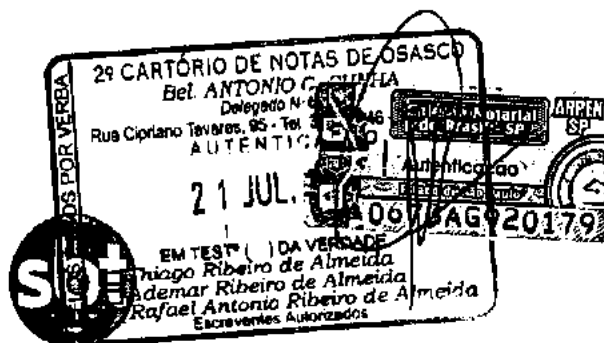
CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA (12ª) - As quotas não poderão ser dadas em garantia de obrigações contraídas pelos seus respectivos titulares.

CAPÍTULO TERCEIRO (3º) DAS REUNIÕES DOS SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA (13ª) - A Reunião dos Sócios terá todos os poderes que lhe são conferidos por lei para decidir sobre os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA (14ª) - A Reunião Ordinária dos Sócios realizar-se-á até o dia 30 de abril de cada ano e a Extraordinária sempre que para tanto for convocada.





CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA (15ª) - As Reuniões dos Sócios serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, instaladas pelo Primeiro Diretor Conselheiro, presididas pelo Diretor Superintendente e secretariadas pelo Diretor Adjunto da sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na ausência do Primeiro Diretor Conselheiro, a instalação das Reuniões caberá a qualquer outro Diretor Conselheiro, devendo os sócios indicar outras pessoas para presidir e secretariar os trabalhos, caso também se verifique a ausência do Diretor Superintendente e do Diretor Adjunto da sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As deliberações da Reunião dos Sócios, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos e versarão, exclusivamente, sobre a matéria constante do respectivo Edital de Convocação.

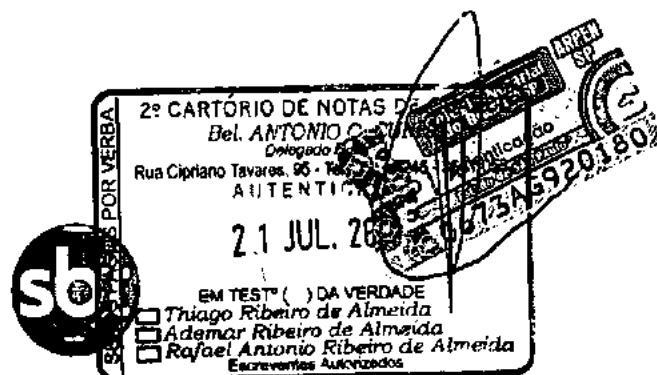
CAPÍTULO QUARTO (4º)

ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA (16ª) - A Administração da sociedade competirá a uma Diretoria composta por até **08** (oito) membros, subdividida em dois grupos de Diretores, sendo o primeiro grupo composto de **03** (três) membros, designados **1º** Diretor Conselheiro, **2º** Diretor Conselheiro e **3º** Diretor Conselheiro e o segundo grupo por **05** (cinco) membros designados: Diretor Superintendente, Diretor Adjunto, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Comercial e Diretor Técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA (17ª) - O Diretores, sócios ou não, sempre brasileiros natos, deverão residir no País, e serão eleitos pela Reunião





Ordinária de Sócios, que também fixará seus honorários, e sendo por ela destituíveis a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse daqueles que forem eleitos para o mandato seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) - Os Diretores eleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões de Diretoria, após haverem seus nomes sido aprovados pelo Ministério das Comunicações, ficando dispensados de prestar fiança à sociedade ou qualquer outro tipo de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA (18ª) - O mandato da Diretoria será de **03** (três) anos, permitida a reeleição.

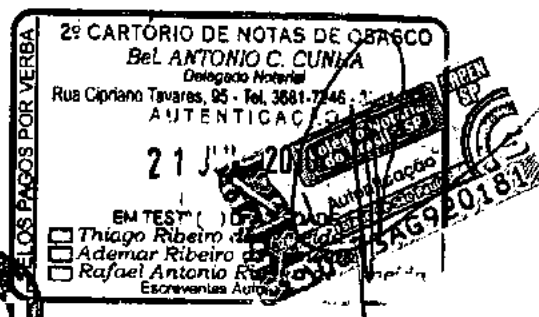
CLÁUSULA DÉCIMA-NONA (19ª) - No caso de vaga em qualquer dos cargos da Diretoria, caberá a qualquer Diretor Conselheiro substituir o Diretor ausente, afastado ou renunciante, até a próxima Reunião Ordinária de Sócios, completando assim o mandato do substituído.

DOS DIRETORES CONSELHEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA (20ª) - Os Diretores Conselheiros reunir-se-ão sempre que necessário, mediante a convocação de um ou mais membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, **02** (dois) Diretores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) - O grupo de Diretores Conselheiros deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o primeiro Diretor, pela ordem de eleição, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.





PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) - As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA (21ª) - Aos Diretores Conselheiros competirá:

I - fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; II - substituir os demais Diretores da Sociedade, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo; III - convocar a qualquer tempo a Reunião dos Sócios; IV - alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras, públicos ou particulares; V - assumir obrigações, em nome da sociedade, de valores excedentes ao equivalente a **29.130** (vinte e nove mil, cento e trinta) salários mínimos; VI - outorgar procurações em nome da sociedade, nos limites de suas atribuições e poderes, após prévia autorização do órgão competente do Governo Federal.

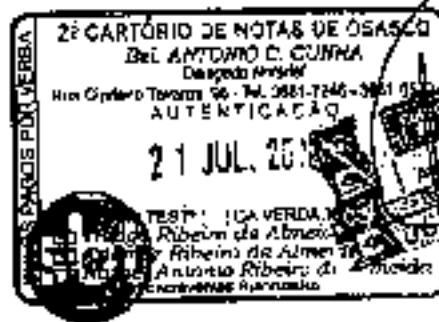
PARÁGRAFO ÚNICO - A validade dos atos descritos nos itens acima dependerá da assinatura conjunta de dois Diretores Conselheiros.

DOS DIRETORES SUPERINTENDENTE, ADJUNTO, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, COMERCIAL E TÉCNICO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA (22ª) - Os Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação de um ou mais de seus membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, **02** (dois) membros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) - Este Grupo de Diretores deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o Diretor Superintendente, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.





PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) - As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA (23ª) - Aos Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico caberá: (a) contrair obrigações, em nome da sociedade, em valores cujo total não exceda ao equivalente a 29.130 (vinte e nove mil, cento e trinta) salários-mínimos, emitindo promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social; (b) outorgar procurações em nome da sociedade, com poderes para a prática de atos privativos da Diretoria, exceto aqueles que digam respeito à gestão ampla da sociedade, ou outros necessários à consecução dos objetivos sociais; (c) confessar dívidas, disputar, renunciar ou transigir direitos e fazer acordos de qualquer espécie; (d) assinar contratos de prestação de serviços pertinentes ao objetivo social; (e) aprovar a contratação, promoção, demissão e suspensão de empregados, sempre que a forma de remuneração implicar em estipulação de ganhos variáveis, tais como participações sobre vendas, comissões e outras formas assemelhadas, vedada apenas a participação sobre lucros da sociedade; (f) representar a sociedade em juízo ou fora dele, pessoalmente ou mediante outorga de procuração com poderes da cláusula "ad-judicio" ou "ad-negotia"; (g) sacar cheques contra estabelecimentos bancários e receber valores junto a instituições financeiras, quaisquer que sejam as suas origens.

PARÁGRAFO ÚNICO - A validade dos atos descritos nas letras "a", "b", "c" e "d" dependerá sempre e exclusivamente das assinaturas conjuntas do Diretor Superintendente e do Diretor Adjunto. Para validade dos atos previstos nas letras "e", "f" e "g" desta cláusula serão necessárias as



assinaturas de dois (2) Diretores, quaisquer que sejam eles, sempre em conjunto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA (24ª) - Poderão os Diretores Superintendente e Adjunto, sempre assinando em conjunto, constituir procuradores para a prática de atos de sua competência, vedada a outorga com poderes de substabelecimento para os atos descritos nas letras "a", "b", "c" e "d" da cláusula anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - As procurações terão sempre o prazo máximo de validade de apenas 01 (um) ano, exceto quando os poderes forem com a cláusula "ad-judicia".

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA (25ª) - Poderão ser praticados, mediante assinatura isolada do Diretor Superintendente, ou Adjunto, ou Administrativo-Financeiro, ou Comercial, ou Técnico, ou ainda de procurador ou procuradores constituídos pela sociedade, os atos a seguir relacionados: (a) depoimento pessoal em juízo; (b) endossos de cheques recebidos de terceiros, unicamente para fins de depósito em estabelecimentos bancários, nas contas da Sociedade; (c) assinatura de correspondências, inclusive cartas de preposição, memorandos, pedidos de verificação de saldos junto a instituições financeiras e bancárias e de outros documentos assemelhados; (d) endosso de duplicatas ou recibos a favor de instituições financeiras para fins de descontos, caução, garantia ou simples cobrança; (e) representação da Sociedade junto a repartições públicas, entidades paraestatais, autarquias e órgãos assemelhados, federais, estaduais ou





municipais: (f) assinatura de contratos de trabalho, carteiras profissionais, avisos de férias e quaisquer outros documentos relacionados com os empregados da Sociedade, com a ressalva do disposto na letra "e" da cláusula vigésima-terceira (23ª) anterior; (g) receber citação inicial em nome da Sociedade; e (h) assinatura de termos de abertura em livros, para fins de registro junto a repartições públicas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA (26ª) - Ao Diretor Superintendente, sem prejuízo do disposto nas cláusulas anteriores, caberá especificamente: (a) a coordenação das atividades e negócios da Sociedade; (b) o encargo de presidir as Reuniões da Diretoria, os trabalhos das Reuniões dos Sócios, bem como a tarefa de fazer cumprir as deliberações nelas tomadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA (27ª) - Ao Diretor Adjunto, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Contrato Social, caberá secretariar as Reuniões dos Sócios, e colaborar com os demais Diretores no desempenho de suas funções.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA (28ª) - Ao Diretor Administrativo-Financeiro competirá a direção dos serviços administrativos e financeiros da sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA (29ª) - Ao Diretor Comercial competirá a responsabilidade pela área comercial da sociedade, inclusive a direção dos trabalhos relativos à contratação de veiculação, nos termos do objeto social, de publicidades angariadas de anunciantes e clientes da sociedade.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA (30ª) - Ao Diretor Técnico competirá a direção de trabalhos de natureza técnica, objetivando a funcionamento, a manutenção de equipamentos e a expansão dos serviços de radiodifusão da sociedade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA (31ª) - Em seus impedimentos temporários o Diretor Superintendente será substituído pelo Diretor Adjunto; nos demais casos, os Diretores substituir-se-ão mutuamente.

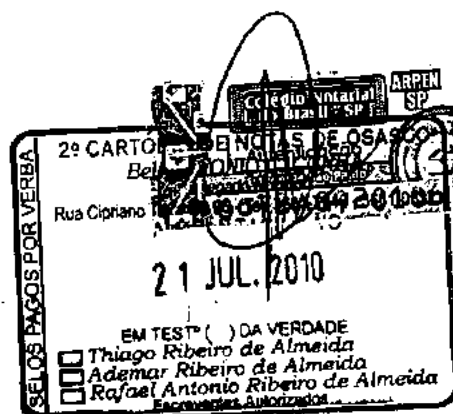
CAPÍTULO QUINTO (5º) **CONSELHO FISCAL**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEGUNDA (32ª) - A sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente, composto de **03** (três) membros, e igual número de suplentes que funcionará nos exercícios sociais em que for instalado pela Reunião dos Sócios.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-TERCEIRA (33ª) - O mandato do Conselho Fiscal durará da Reunião dos Sócios que o instalar até a primeira Reunião Ordinária de Sócios seguinte que se realizar.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUARTA (34ª) - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que lhe são conferidos por lei.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUINTA (35ª) - A remuneração do Conselho Fiscal será fixada pela Reunião dos Sócios que o instalar, observadas as prescrições legais.



CAPÍTULO SEXTO (6º)

EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEXTA (36ª) - O exercício social compreende um período de 12 (doze) meses e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. O balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 31 de dezembro de cada ano.

LUCROS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SÉTIMA (37ª) - Do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver, e da provisão para o imposto de renda, serão apartados: **(a)** uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para a formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; e **(b)** dividendos aos sócios, na base mínima de 5% (cinco por cento), conforme preceitua o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO ÚNICO - O saldo dos lucros ficará à disposição da Reunião dos Sócios que lhe dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais aplicáveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-OITAVA (38ª) - Os dividendos serão pagos dentro do prazo estipulado pela Reunião de Sócios que os declarar.





sociedade poderá distribuir lucros ou dividendos por conta de resultado de período base não encerrado, valendo-se, para tanto, de balanços intermediários levantados no curso do exercício social, cabendo à Reunião Ordinária de Sócios ratificar ou não a sua distribuição.

CAPÍTULO SÉTIMO (7º)

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-NONA (39ª) - As alterações contratuais e a dissolução da sociedade somente poderão ser decididas em Reunião Extraordinária dos Sócios convocada especialmente para esses fins e que se reunirá com a representação mínima de $\frac{3}{4}$ (três quartos) das quotas e, em segunda convocação com a metade mais uma.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA (40ª) - A convocação da Reunião dos Sócios para fins de dissolução da sociedade somente poderá ser realizada a pedido de sócio ou sócios que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) das quotas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-PRIMEIRA (41ª) - A dissolução da sociedade somente se considerará aprovada se a apoiarem, por si





ou por procuradores com poderes expressos, sócios que detenham $\frac{3}{4}$ (três quartos) no mínimo, das quotas.

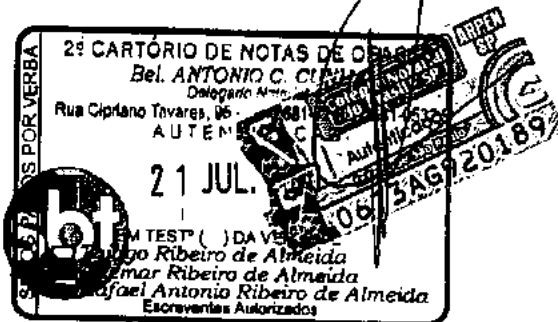
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-SEGUNDA (42ª) - A Reunião dos Sócios que decidir pela dissolução da sociedade nomeará o liquidante ou liquidantes, fixando-lhes os poderes, a remuneração e o prazo da liquidação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-TERCEIRA (43ª) - Liquidada que seja a sociedade e saldados todos os encargos do passivo, o excedente, se houver, reverterá aos sócios, na proporção das respectivas quotas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-QUARTA (44ª) - Os casos omissos serão regidos pelo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002), com aplicação subsidiária da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e por outras normas legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-QUINTA (45ª) - As alterações do presente Contrato Social somente serão efetivadas após prévia aprovação do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-SEXTA (46ª) - Os Diretores, responsáveis pela administração da sociedade deverão estar desimpedidos para o exercício da função de administradores, não devendo pesar contra



qualquer um deles nenhum dos impedimentos dispostos no parágrafo primeiro, do artigo 1.011 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002".

O Contrato Social fica, assim, **CONSOLIDADO, RETIFICADO e RATIFICADO** com as alterações consignadas neste instrumento, que vai assinado em 04 (quatro) vias, de igual teor, na presença das duas testemunhas que também assinam o presente, para os devidos fins e efeitos de direito.

Rio de Janeiro (RJ), 28 de abril de 2007.

p.p. Lutz Sebastião Sandoval

SENOR ABRAVANEL

Henrique Abravanel

HENRIQUE ABRAVANEL

Testemunhas:

1. Maria Ivonefe Sales de Almeida
Nome: Maria Ivonefe Sales de Almeida
RG nº 7.624.156-7-SSP/SP

2. Jorge Yoshlyasu
Nome: Jorge Yoshlyasu
RG. nº nº 7.908.930/SSP/SP

Visto: Gilberto Lupo
OAB/SP 27.014

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA
Nire: 33.2.0019679-8
Protocolo: 00-2008/022465-2 - 1802/2008
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/03/2008. E.A. REGISTRO SOB O NÚMERO 00001783423
E DATA ABAIXO. DATA: 17/03/2008
Valéria S.M. Silva
SECRETARIA GERAL



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

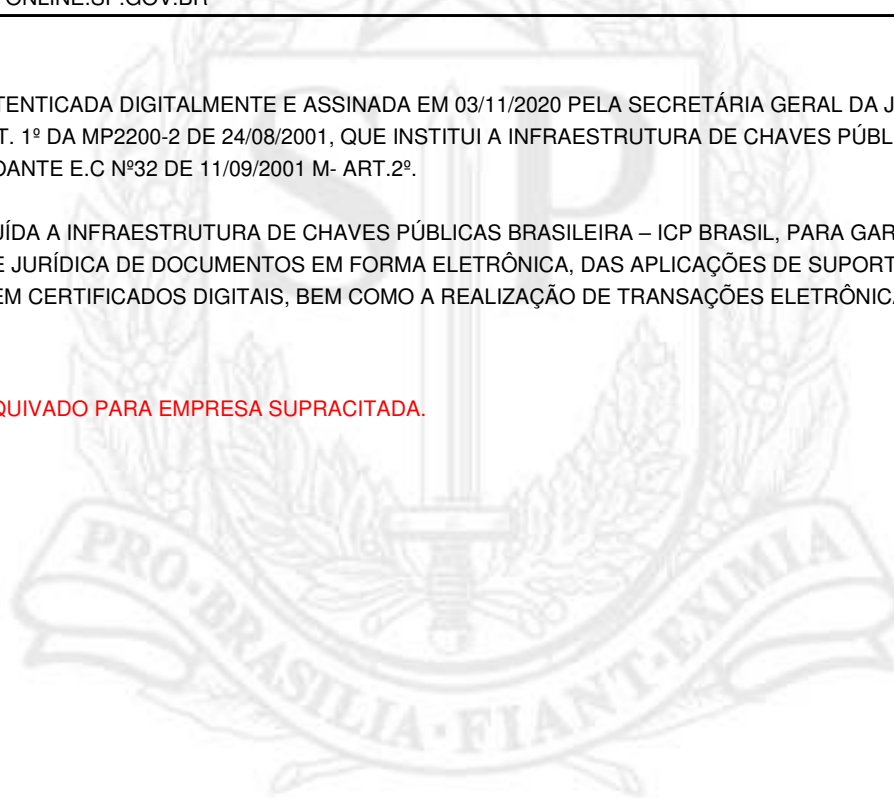
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35225505885	CNPJ 43.915.172/0001-06	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 449.555/20-3	DATA DO ARQUIVAMENTO 27/10/2020

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 03/11/2020	HORA DE EXPEDIÇÃO 14:27:32	CÓDIGO DE CONTROLE 142413601
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 03/11/2020 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

REQUISIÇÃO DE PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
0.805.313/20-5



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNO
028246507-3



DADOS CADASTRAIS

A/C Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social; Alteração de Outras Cláusulas Contratuais/Estatutárias; Consolidação da Matriz;			
Razão Social TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.			Forma Normal
Logradouro Avenida das Comunicações		Número 4	CEP 06276-905
Município Osasco	UF SP	Telefone	E-mail
Número de Inscrição (IS) 0	CNPJ - INSC 43.915.172/0001-08	NIRE - SECC 35225505885	
LITIGACÃO SIGILADA ASSINANTE REQUERENTE/CAPA		VALORES RECOLHIDOS	RECEBOS
NOME: Marcello Sassulani (Diretor)		DARE: R\$ 151,86	2/2
ASSINATURA:		DARE: R\$ 00	
DATA: 29/09/2020			

**JUC
SE
1**
*** 22 OUT**
PROTC

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO PRESENTE PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

<p>CARIMBO PRODUÇÃO</p> <p>JUCESP SEDE 15</p> <p>★ 22 OUT 2020 ★</p> <p>PROTOCOLO</p>	<p>CARIMBO DISTRIBUIÇÃO</p> <p></p> <p>1108 (142012)</p>	<p>CARIMBO ANALISE</p> <p>JUCESP DEFERIDO</p> <p>26 OUT 2020</p> <p>MARTINS JOSE DUARTE LOPES Assessor Técnico do Registro Público RG 35490011-2</p>
<p>ANEXOS:</p> <p>() DBE</p> <p>() Procuração</p> <p>() Atividade Judicial</p> <p>() Form da Partilha</p> <p>() Balanço Patrimonial</p> <p>() Outras</p>	<p>EXCLUSÃO SELECIONADA ANÁLISE</p> <p>() Documentos Pessoais</p> <p>() Laudo de Avaliação</p> <p>() Jornal</p> <p>() Protocolo / Justificação</p> <p>() Certidão</p>	<p>ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO</p> <p>JUCESP SEDE</p> <p>27 OUT 2020</p> <p>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP</p> <p>449.555/20-3</p> <p>JUCESP</p>
<p>OBSERVAÇÕES:</p>		

Versão: VFE Report - 1.0.0.0

22/10/2020 11:05:59 - Página 1 de 8

Certifico o registro sob o nº 449.555/20-3 em 27/10/2020 da empresa TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., NIRE nº 35225505885, protocolado sob o nº 0805313205. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/11/2020 por GISELA SIMIEMA CESCHIN - Secretária Geral. Autenticação: 142413601. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Gerência de Serviço e Distribuição

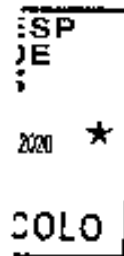
- ☐ Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- ☐ Verificação de Fome Cadastrel
- ☐ Verificação de Aparentamento na Fome Cadastrel
- ☐ IMEI sem Cadastro
- ☐ IMEI com Cadastro
- ☐ Pesquisa Resposta de Nome Empresarial
- ☐ Vide Protocolo

23110
KC

RECEBUE
03 01 20

E R
DBT

JUCESP
27 10 20



TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CNPJ/ME Nº 43.915.172/0001-06

NIRE Nº 35.225.505.885

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE
CONTRATO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

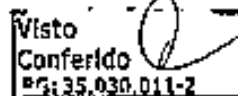
Comparecem sócias representando a totalidade do capital social,
abaixo subscritas, a saber:

(I) **DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI**, brasileira, casada, sob o regime da separação total de bens, comunicóloga, portadora da cédula de identidade RG. nº 26.455.005-5-SSP-SP e do CPF/ME nº 312.608.258-09-68, residente e domiciliada na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo; e

(II) **RENATA ABRAVANEL CURADO**, brasileira, casada, sob o regime da separação universal de bens, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG. nº 26.455.007-9-SSP-SP e do CPF/ME nº 315.190.078-09, residente e domiciliada na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, ambas com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, Vila Jaraguá - CEP 06276-005.

As pessoas físicas, acima qualificadas, na qualidade de únicas sócias componentes da sociedade empresária limitada denominada

JUCESP
27 10 20



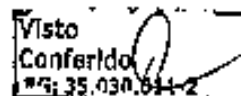
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.,

com sede social localizada, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4 - Vila Jaraguá - CEP 06276-905, inscrita no CNPJ/ME sob nº 43.915.172/0001-06, com seu contrato social, datado de 04.01.1974, arquivado na Junta Comercial do Estado São Paulo sob nº 695.568, em sessão de 08.01.1974, com suas posteriores alterações contratuais igualmente arquivadas nas Juntas Comerciais do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, datando a última Alteração Contratual de 29.03.2017, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob 150.861/17-5, em sessão de 12.04.2017, detentoras, de 3.718.750 quotas sociais, cada uma, de pleno e comum acordo, RESOLVEM:

(1) APROVAR (i) o remanejamento do Parágrafo Único da Cláusula Terceira (3ª) do Contrato Social, passando ele a figurar como Parágrafo Único do Cláusula Primeira (1ª); (ii) a alteração da Cláusula Terceira (3ª) do seu Contrato Social que trata de seu objeto social; (iii) a alteração do "caput" da Cláusula Décima Quinta (15ª), as alterações dos Parágrafos Primeiro e Segundo e a inclusão do Parágrafo Terceiro; e (iv) a alteração das Cláusulas 21ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª e 30ª do seu Contrato Social, que tratam das atribuições de seus Diretores;

(2) PROMOVER em decorrência da deliberação referida no item (i), acima, o remanejamento do Parágrafo Único da Cláusula Terceira (3ª), passando ele a figurar como Parágrafo Único da Cláusula Primeira (1ª): "Cláusula Primeira (1ª) - A TVSBT - CANAL 5 DE NOVA

JUCESP
27 10 20



FRIBURGO LTDA é uma Sociedade empresária limitada que se regerá por este Contrato Social e disposições legais que lhe forem aplicáveis. Parágrafo Único. A Sociedade usará em suas transmissões as expressões fantasias TVS – Emissora do Sistema Brasileiro de Televisão ou SBT – Sistema Brasileiro de Televisão;

(3) ALTERAR: conforme aprovado no item (ii), acima, a Cláusula Terceira (3ª) do seu Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira (3ª): - A Sociedade tem por objeto: (a) a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa, recreativa e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza que venha a obter do Governo Federal, mediante autorizações, concessões ou permissões; (b) a produção, a comercialização, a administração e a veiculação, inclusive via Internet ou qualquer outro meio de transmissão, de obras audiovisuais, textos, fotos ou outros conteúdos de qualquer natureza, inclusive produzidas por terceiros; (c) a importação e exportação de programas de televisão, filmes cinematográficos, gravados ou não; (d) a produção e a realização de espetáculos artísticos, culturais e esportivos de qualquer natureza; (e) a exploração da publicidade e a propaganda comercial ou institucional, inclusive via Internet; (f) a intermediação no comércio de produtos e serviços por meio eletrônico; (g) a participação em empreendimentos, empresas ou negócios, como acionista ou quotista; (h) a representação comercial de outras emissoras ou entidades congêneres; (i) produção e comercialização de publicações impressas de qualquer natureza; (j) a transmissão e a operação de portal na Internet e de todos os produtos

JUCESP
27 10 20



e serviços inerentes a esse meio eletrônico; (k) o provimento de acesso à Internet, com ou sem fins lucrativos, assim entendida a viabilização de acesso à Internet ou outras redes de transmissão de dados existentes ou que venham a ser criadas, através de serviços por assinatura, ou por qualquer outra forma; (l) a prestação de serviços interativos na Internet ou em outras redes de transmissão de dados existentes ou que venham a ser criadas; (m) a cessão, a aquisição, o licenciamento e o sublicenciamento de marcas, direitos autorais, softwares, produtos, serviços ou qualquer outro tipo de criação, seja de que natureza for, de sua titularidade ou de terceiros; (n) a produção, o comércio, a importação e a exportação de gravações fonográficas ou vídeo-fonográficas, fitas-magnéticas ou outros meios eletrônicos existentes ou que venham a existir; e (o) a exploração de edições musicais em geral, para todos os fins comerciais e legais, podendo, inclusive, representar outros editores ou comerciantes de músicas, nacionais ou estrangeiras; conforme aprovado no item (iii), acima, o "caput" da Cláusula Décima Quinta (15ª), bem como seus parágrafos Primeiro e Segundo e a inclusão do Parágrafo Terceiro que passam a vigorar com as seguintes redações: "CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA (15ª) - As Reuniões das Sócias serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, instaladas e presididas pelo Diretor Superintendente e secretariadas pelo Diretor Adjunto. PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º); Na ausência do Diretor Superintendente a instalação e presidência das Reuniões das Sócias caberá ao Diretor Adjunto, devendo as sócias indicar outras pessoas para dirigir e secretariar os trabalhos, caso também se verifique a ausência do Diretor Adjunto da Sociedade. PARÁGRAFO SEGUNDO (2º): Qualquer sócia poderá ser

JUCESP
27 10 20



representada nas Reuniões das Sócias por outra sócia, advogado ou procurador, mediante outorga de procuração, por instrumento público ou particular, com poderes específicos para tanto. **PARÁGRAFO TERCEIRO (3º):** As sócias poderão participar das Reuniões das Sócias por intermédio de conferência telefônica ou videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico de transmissão, devendo confirmar seu voto por meio de declaração encaminhada ao Presidente da Reunião das Sócias por carta, telegrama, correio eletrônico (e-mail) ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação da sócia, logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração o Presidente da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da Reunião das Sócias em nome da referida sócia"; (iv) as Cláusulas 21ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª e 30ª do Contrato Social que passam a vigorar com as seguintes redações: " **CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA (21ª)** - Aos Diretores Conselheiros competirá: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; (b) substituir os demais Diretores da Sociedade, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo; (c) convocar a qualquer tempo a Reunião das Sócias; (d) alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras, públicos ou particulares; (e) contrair empréstimos e assumir obrigações, em nome da Sociedade, inclusive conceder avais, prestar fianças e outras garantias similares em favor de terceiros, de valores excedentes ao equivalente a 10.000 (dez mil) salários mínimos; (f) outorgar procurações com poderes para gestão ampla e completa da Sociedade; (g) manter a Sociedade em um direcionamento estratégico que vise melhores rentabilidades, assegurando a sua adequação à missão e à visão da organização,



maximizando os retornos dos investidores; (h) monitorar as atividades e as decisões da diretoria para assegurar o cumprimento do plano estratégico de curto e longo prazo; (i) assegurar o cumprimento de processos e procedimentos de governança corporativa; (j) assegurar o cumprimento do plano de estrutura de capital da Sociedade; (k) tomar decisões estratégicas altamente relevantes para a Sociedade; (l) analisar permanentemente os riscos da Sociedade e estabelecer mecanismos e instrumentos de mitigação; e (m) estabelecer e acompanhar índices de evolução de indicadores de performance da Sociedade. **CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA (26ª)** - Ao Diretor Superintendente, sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, caberá especificamente: (a) coordenar as atividades e negócios da Sociedade; (b) estabelecer o modelo de gestão da Sociedade e fazê-lo cumprir; (c) dirigir os negócios da Sociedade e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Sociedade, de acordo com a orientação traçada pelos Diretores Conselheiros; (d) dar cumprimento às deliberações das Reuniões de Sócios e às disposições estatutárias; (e) nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Sociedade; (f) representar institucionalmente a Sociedade; (g) substituir os demais diretores da Sociedade, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo; e (h) convocar a qualquer tempo e presidir as Reuniões de Sócios. **CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA (27ª)** - Ao Diretor Adjunto, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Contrato Social, caberá especificamente: (a) acompanhar a execução, em conjunto com o Diretor Superintendente, o plano estratégico da empresa; (b) assessorar os demais diretores da Sociedade na tomada

JUCESP
27 10 20



de decisões de suas respectivas áreas de atuação; (c) acompanhar a aplicação dos recursos financeiros da Sociedade; (d) participar de todo o processo de gestão de negócio e dar suporte às demais áreas da empresa por meio de apresentação de relatórios gerenciais e estudos de viabilidade; (e) direcionar, em conjunto com os demais diretores da Sociedade, os investimentos da Sociedade necessários às suas operações, em conformidade com a disponibilidade de seus recursos, fluxo financeiro, metas e prioridades; (f) acompanhar e fazer cumprir, em conjunto com o Diretor Superintendente, o modelo de gestão estabelecido para a Sociedade; (g) dirigir grupos de trabalho para desenvolvimento e conclusão de todo e qualquer estudo de interesse da Sociedade; (h) apoiar os demais membros da diretoria no desempenho de suas atribuições; e (i) presidir, na ausência do Diretor Superintendente, as Reuniões de Sócios. **CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA (28ª)** - Ao Diretor Administrativo-Financeiro, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Contrato Social, caberá especificamente: (a) planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades financeiras da Sociedade; (b) estabelecer processos, procedimentos e políticas de acompanhamento de seu desenvolvimento de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos; (c) dirigir a área administrativa e financeira da Sociedade notadamente com relação ao fluxo de caixa, as atividades de planejamento financeiro, contas a pagar e contas a receber, cobrança, gestão do patrimônio da Sociedade e compras administrativas; (d) dirigir as atividades de recursos humanos, de tecnologia da informação e de tesouraria; (e) planejar, analisar e acompanhar as execuções orçamentárias, de custo e estudos econômico-financeiros;

JUCESP
27 10 20



(f) dirigir as áreas contábil, financeira e fiscal; realizar análise e apuração de impostos, acompanhar rotinas fiscais, contábil, obrigações trabalhistas e previdenciárias; (g) manter relacionamento com bancos e execução das operações financeiras; (h) dar suporte às áreas de negócios, com a criação e análise de relatórios gerenciais e indicadores de performance, realizar estudos de viabilidade econômica para novos projetos e produtos; (i) manter a interação e sinergia com outros departamentos da Sociedade; e (j) zelar pela boa utilização dos recursos financeiros, de acordo com as regras e diretrizes do mercado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA (29ª) - Ao Diretor Comercial, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Contrato Social, caberá especificamente: (a) determinar o plano comercial da empresa; (b) estabelecer os acordos e as condições de venda de produtos e serviços; (c) supervisionar a administração das vendas; (d) coordenar o plano de marketing como: lançamento de novos produtos e serviços, acompanhar o mercado, política de preços, seguindo as negociações comerciais e as principais contas da empresa; (e) estabelecer o conjunto de indicadores de desempenho da área comercial; (f) responder pela direção da empresa nas atividades relacionadas a vendas; (g) organizar e controlar os programas de venda e sua execução, a fim de avaliar resultados segundo a política específica e a política comercial para assegurar a venda dos produtos em condições que atendam aos resultados previstos; (h) implantar sistemas de informações comerciais; (i) estabelecer e manter processos e procedimentos de acompanhamento de desempenho dos indicadores da área comercial; (j) avaliar as necessidades e o grau de satisfação dos usuários, clientes e

JUCESP
27 10 20



revendedores e interpretar os dados constantes nas pesquisas para orientar o setor de desenvolvimento de novos produtos; (k) definir, segundo o plano estratégico da Sociedade, as mudanças na política comercial e reorganização dos processos; (l) definir o cenário para a elaboração dos planos de vendas; (m) elaborar plano de lançamento de novos produtos; (n) realizar o planejamento operacional de vendas; (o) elaborar o plano de margem de contribuição, plano de precificação, comunicação, plano promocional, e elaborar o orçamento por área funcional; e (p) apoiar os demais membros da diretoria no desempenho de suas atribuições. CLÁUSULA TRIGÉSIMA (30ª) – Ao **Director Técnico**, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Contrato Social, caberá especificamente: (a) dirigir toda a área técnica da empresa, sua operação e seu desenvolvimento; (b) estabelecer planos de manutenção e atualização de todos os equipamentos técnicos de filmagem, som, áudio, iluminação, laboratório e transmissão, dentre outros; (c) estabelecer processos e procedimentos para que os equipamentos sejam utilizados com observância dos melhores padrões técnicos; (d) elaborar e atualizar manuais internos de utilização dos equipamentos técnicos, sempre seguindo as diretrizes e estratégias estabelecidas pelas demais áreas da empresa; e (e) apoiar os demais membros da diretoria no desempenho de suas atribuições”.

ges

(4) CONSOLIDAR o Contrato Social da Sociedade que passará a obedecer a seguinte redação:

JUCESP
27 10 20



CONTRATO SOCIAL DA
TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.
CNPJ/ME Nº 43.915.172/0001-06

CAPÍTULO PRIMEIRO
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

DENOMINAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA (1ª) - A TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA. é uma sociedade empresária limitada que se regerá por este Contrato Social e disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Parágrafo Único** A Sociedade usará em suas transmissões as expressões fantasias TVS - Emissora do Sistema Brasileiro de Televisão ou SBT - Sistema Brasileiro de Televisão.

SEDE

CLÁUSULA SEGUNDA (2ª) - O foro jurídico da sociedade é o da cidade de Osasco, Estado de São Paulo, onde se acha instalada sua sede social, na Avenida das Comunicações nº 04 - Vila Jaraguá - CEP 06276-905. Poderá a sociedade, por deliberação de sua diretoria, instalar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior, observadas as disposições legais em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO - A sociedade mantém filiais nos seguintes endereços:

1. Campo de São Cristóvão nº 105 - São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro - CEP 20921-440.

JUCESP
27 10 20



2. Rua General José Cristino nº 40 - São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro - CEP 20921-400.

OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA (3ª) - A Sociedade tem por objeto: (a) a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade educacional, cultural, informativa, recreativa e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza que venha a obter do Governo Federal, mediante autorizações, concessões ou permissões; (b) a produção, a comercialização, a administração e a veiculação, inclusive via Internet ou qualquer outro meio de transmissão, de obras audiovisuais, textos, fotos ou outros conteúdos de qualquer natureza, inclusive produzidas por terceiros; (c) a importação e exportação de programas de televisão, filmes cinematográficos, gravados ou não; (d) a produção e a realização de espetáculos artísticos, culturais e esportivos de qualquer natureza; (e) a exploração da publicidade e a propaganda comercial ou institucional, inclusive via Internet; (f) a intermediação no comércio de produtos e serviços por meio eletrônico; (g) a participação em empreendimentos, empresas ou negócios, como acionista ou quotista; (h) a representação comercial de outras emissoras ou entidades congêneres; (i) produção e comercialização de publicações impressas de qualquer natureza; (j) a transmissão e a operação de portal na Internet e de todos os produtos e serviços inerentes a esse meio eletrônico; (k) o provimento de acesso à Internet, com ou sem fins lucrativos, assim entendida a viabilização de acesso à Internet ou outras redes de transmissão de dados existentes ou que venham a ser criadas, através de serviços por assinatura, ou por qualquer outra forma; (l) a prestação de serviços interativos na Internet ou em outras redes de transmissão de dados existentes ou que venham a ser criadas; (m) a cessão, a aquisição, o licenciamento e o sublicenciamento de marcas, direitos autorais, softwares,

JUCESP
27 10 20



produtos, serviços ou qualquer outro tipo de criação, seja de que natureza for, de sua titularidade ou de terceiros; (n) a produção, o comércio, a importação e a exportação de gravações fonográficas ou vídeo-fonográficas, fitas-magnéticas ou outros meios eletrônicos existentes ou que venham a existir; e (o) a exploração de edições musicais em geral, para todos os fins comerciais e legais, podendo, inclusive, representar outros editores ou comerciantes de músicas, nacionais ou estrangeiras.

DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA (4ª) - A sociedade vigorará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO SEGUNDO (2º) CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA (5ª) - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$45.517.500,00 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e dezessete mil e quinhentos reais).

QUOTAS

CLÁUSULA SEXTA (6ª) - O capital social é dividido e representado por 7.437.500 (sete milhões, quatrocentas e trinta e sete mil e

JUCESP
27 10 20



quinhentas) quotas, todas do valor nominal de R\$6,12 (seis reais e doze centavos) cada, indivisíveis em relação à sociedade, e assim distribuídas:

COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA	PARTE %	Nº QUOTAS	VL. NOMI- NAL LIA QUOTA	TOTAL (R\$)
Daniela Abravanel Reynali	50	3.718.750	6,12	22.758.750,00
Renata Abravanel Curado	50	3.718.750	6,12	22.758.750,00
TOTALS	100,0	7.437.500	6,12	45.517.500,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As quotas representativas do capital social poderão ser transferidas até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do capital total e do capital volante a estrangeiros ou brasileiros naturalizados há mais de dez anos, sendo permitida essa participação de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A responsabilidade de cada sócio fica restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem, solidariamente, pela integralização do capital social.

AUMENTOS DE CAPITAL

CLÁUSULA SÉTIMA (7ª) - Nos aumentos de capital por subscrição, a Reunião das Sôcias que os deliberar fixará as condições para a realização das prestações que forem assumidas, as quais figurarão, necessariamente, nos boletins de subscrição respectivos, observadas a esse respeito as

JUCESP
27 10 20



disposições específicas da legislação que disciplina os serviços de radiodifusão.

INTEGRALIZAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA (8ª) - A sócia que não fizer o pagamento nas condições estabelecidas e reproduzidas no boletim ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 12% (doze por cento) ao ano, com a atualização monetária de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC e multa de 10% (dez por cento), observadas as demais prescrições legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na eventualidade de mora da sócia, ficará a sociedade com o direito de, alternativamente: (a) declarar caducas as quotas não integralizadas, no todo ou em parte, fazendo suas as entradas porventura realizadas e integralizando as respectivas quotas com seus próprios lucros ou reservas, exceto a reserva legal; (b) efetuar a colocação das quotas caídas em comisso, dando preferência de compra aos demais sócios, na proporção das quotas por eles possuídas; (c) acionar o subscritor em mora, mediante processo de execução; e (d) deliberar sobre a redução do capital social, em importância correspondente às quotas subscritas e não integralizadas. Desde que necessário, o exercício de qualquer uma das alternativas aqui referidas será precedida de prévia autorização do Governo Federal, através dos seus órgãos competentes.

CLÁUSULA NONA (9ª) - Na proporção do número de quotas que possuírem, as sócias terão preferência para subscrição do aumento de capital; o direito deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da Reunião das Sócias que o tiver deliberado.

JUCESP
27 10 20



DIREITO DE VOTO

CLÁUSULA DÉCIMA (10ª) - Cada quota dará direito a um voto nas deliberações da Reunião das Sócias.

LIMITAÇÕES À CIRCULAÇÃO DAS QUOTAS

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA (11ª) - A sócia que pretender alienar suas quotas deverá dar preferência à outra sócia, através de carta dirigida à Diretoria, na qual indicará preço e condições da proposta. A Diretoria, no prazo de 30 (trinta) dias, comunicará a pretensão à outra sócia, o qual, em igual prazo, poderá exercer seu direito de preferência na proporção das quotas que possuir. A alienação das quotas deverá ser precedida de prévia autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA (12ª) - As quotas não poderão ser dadas em garantia de obrigações contraídas pelas suas respectivas titulares.

CAPÍTULO TERCEIRO (3º) DAS REUNIÕES DOS SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA (13ª) - A Reunião das Sócios terá todos os poderes que lhe são conferidos por lei para decidir sobre os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

JUCESP
27 10 20



CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA (14ª) - A Reunião Ordinária das Sócias realizar-se-á até o dia 30 de abril de cada ano e a Extraordinária sempre que para tanto for convocada.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA (15ª) - As Reuniões das Sócias serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, instaladas e presididas pelo Diretor Superintendente e secretariadas pelo Diretor Adjunto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na ausência do Diretor Superintendente a instalação e presidência das Reuniões das Sócias caberá ao Diretor Adjunto, devendo as sócias indicar outras pessoas para dirigir e secretariar os trabalhos, caso também se verifique a ausência do Diretor Adjunto da Sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Qualquer sócia poderá ser representada nas Reuniões das Sócias por outra sócia, advogado ou procurador, mediante outorga de procuração, por instrumento público ou particular, com poderes específicos para tanto.

PARÁGRAFO TERCEIRO (3º) As sócias poderão participar das Reuniões das Sócias por intermédio de conferência telefônica ou videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico de transmissão, devendo confirmar seu voto por meio de declaração encaminhada ao Presidente da Reunião de Sócias por carta, telegrama, correio eletrônico (e-mail) ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação da sócia, logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração o Presidente da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da Reunião das Sócias em nome da referida sócia.

JUCESP
27 10 20



CAPÍTULO QUARTO (4º)
ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA (16ª) - A Administração da sociedade competirá a uma Diretoria composta por até 08 (oito) membros, subdividida em dois grupos de Diretores, sendo o primeiro grupo composto de 03 (três) membros, designados 1º Diretor Conselheiro, 2º Diretor Conselheiro e 3º Diretor Conselheiro e o segundo grupo por 05 (cinco) membros designados: Diretor Superintendente, Diretor Adjunto, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Comercial e Diretor Técnico.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA (17ª) - Os Diretores, sócios ou não, sempre brasileiros natos, deverão residir no País, e serão eleitos pela Reunião Ordinária de Sócios, que também fixará seus honorários, e sendo por ela destituíveis a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse daqueles que forem eleitos para o mandato seguinte.

PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) - Os Diretores eleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura do respectivo Termo de Posse, ficando dispensados de prestar fiança à Sociedade ou qualquer outro tipo de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA (18ª) - O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA (19ª) - No caso de vaga em qualquer dos cargos da Diretoria, caberá a qualquer Diretor Conselheiro substituir o Diretor

JUCESP
27 10 20



ausente, afastado ou renunciante, até a próxima Reunião Ordinária de Sócios, completando assim o mandato do substituído.

DOS DIRETORES CONSELHEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA (20ª) - Os Diretores Conselheiros reunir-se-ão sempre que necessário, mediante a convocação de um ou mais membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, 02 (dois) Diretores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) - O grupo de Diretores Conselheiros deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o primeiro Diretor, pela ordem de eleição, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) - As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA (21ª) - Aos Diretores Conselheiros competirá: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; (b) substituir os demais Diretores da Sociedade, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo; (c) convocar a qualquer tempo a Reunião das Sócios; (d) alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras, públicos ou particulares; (e) contrair empréstimos e assumir obrigações, em nome da Sociedade, inclusive conceder avais, prestar fianças e outras garantias similares em favor de terceiros, de valores excedentes ao equivalente a 10.000 (dez mil) salários mínimos; (f) outorgar procurações com poderes para gestão ampla e completa da Sociedade; (g) manter a Sociedade em um direcionamento estratégico que vise melhores rentabilidades, assegurando a sua adequação à missão e à visão da organização, maximizando os retornos dos investidores; (h) monitorar as atividades e as decisões da diretoria para

JUCESP
27 10 20



assegurar o cumprimento do plano estratégico de curto e longo prazo; (i) assegurar o cumprimento de processos e procedimentos de governança corporativa; (j) assegurar o cumprimento do plano de estrutura de capital da Sociedade; (k) tomar decisões estratégicas altamente relevantes para a Sociedade; (l) analisar permanentemente os riscos da Sociedade e estabelecer mecanismos e instrumentos de mitigação; e (m) estabelecer e acompanhar índices de evolução de indicadores de performance da Sociedade.

PARÁGRAFO ÚNICO: (i) Para a validade dos atos previstos nos itens "d" e "e" serão necessárias as assinaturas conjuntas de dois Diretores Conselheiros ou da assinatura de qualquer um dos Diretores Conselheiros em conjunto com o Diretor Superintendente da Sociedade. (ii) Para a validade do ato previsto no item "f" serão necessárias as assinaturas conjuntas de dois Diretores Conselheiros da Sociedade.

DOS DIRETORES SUPERINTENDENTE, ADJUNTO, ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, COMERCIAL E TÉCNICO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA (22ª) - Os Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico reunir-se-ão sempre que necessário, mediante convocação de um ou mais de seus membros, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, 02 (dois) membros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO (1º) - Este Grupo de Diretores deliberará sempre por maioria de votos e, em caso de empate, o Diretor Superintendente, além do voto pessoal, usará do voto de qualidade.

GT

CPS

SA

JUCESP
27 10 20



PARÁGRAFO SEGUNDO (2º) - As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA (23ª) - Aos Diretores Superintendente, Adjunto, Administrativo-Financeiro, Comercial e Técnico, caberá: (a) contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da sociedade, inclusive conceder avais, prestar fianças e outras garantias similares em favor de terceiros, em valores cujo total não exceda ao equivalente a 10.000 (dez mil) salários mínimos, emitindo promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social; (b) outorgar procurações em nome da sociedade, com poderes para a prática de atos privativos da Diretoria, exceto aqueles que digam respeito à gestão ampla da sociedade, ou outros necessários à consecução dos objetivos sociais; (c) confessar dívidas, disputar, renunciar ou transigir direitos e fazer acordos de qualquer espécie; (d) assinar contratos de prestação de serviços pertinentes ao objetivo social; (e) aprovar a contratação, promoção, demissão e suspensão de empregados, sempre que a forma de remuneração implicar em estipulação de ganhos variáveis, tais como participações sobre vendas, comissões e outras formas assemelhadas, vedada apenas a participação sobre lucros da sociedade; (f) representar a sociedade em juízo ou fora dele, pessoalmente ou mediante outorga de procuração com poderes da cláusula "ad-judicia" ou "ad-negotia"; (g) sacar cheques contra estabelecimentos bancários e receber valores junto a instituições financeiras, quaisquer que sejam as suas origens.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a validade dos atos previstos nas letras "b" e "c" serão necessárias as assinaturas conjuntas dos Diretores Superintendente e Adjunto da sociedade. Para a validade dos atos previstos nas letras "a" e "d", em valores cujo total não exceda ao equivalente a

JUCESP
27 10 20

Visto
Conferido
nº 35.030.011-2



10.000 (dez mil) salários mínimos, serão necessárias as assinaturas do Diretor Superintendente em conjunto com qualquer outro Diretor da sociedade. Para a validade dos atos previstos nas letras "a" e "d", em valores cujo total venha a exceder ao equivalente a 10.000 (dez mil) salários mínimos, será necessária a assinatura do Diretor Superintendente em conjunto com qualquer um dos Diretores Conselheiros ou, ainda, mediante a assinatura conjunta de dois Diretores Conselheiros da sociedade. Para a validade dos atos previstos nas letras "e", "f" e "g" serão necessárias as assinaturas de dois (02) Diretores da sociedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA (24ª) - Poderão os Diretores Superintendente e Adjunto, sempre assinando em conjunto, constituir procuradores para a prática de atos de sua competência, vedada a outorga com poderes de substabelecimento para os atos descritos nas letras "a", "b", "c" e "d" da cláusula anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - As procurações terão sempre o prazo máximo de validade de apenas 01 (um) ano, exceto quando os poderes forem com a cláusula "ad-judicia".

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA (25ª) - Poderão ser praticados, mediante assinatura isolada do Diretor Superintendente, ou Adjunto, ou Administrativo-Financeiro, ou Comercial, ou Técnico, ou ainda de procurador ou procuradores constituídos pela sociedade, os atos a seguir relacionados: (a) depoimento pessoal em juízo; (b) endossos de cheques recebidos de terceiros, unicamente para fins de depósito em estabelecimentos bancários, nas contas da Sociedade; (c) assinatura de correspondências, inclusive cartas de preposição, memorandos, pedidos de verificação de saldos junto a instituições financeiras e bancárias e de outros documentos assemelhados; (d) endosso de duplicatas ou recibos a favor de

JUCESP
27 10 20



instituições financeiras para fins de descontos, caução, garantia ou simples cobrança; (e) representação da Sociedade junto a repartições públicas, entidades paraestatais, autarquias e órgãos assemelhados, federais, estaduais ou municipais; (f) assinatura de contratos de trabalho, carteiras profissionais, avisos de férias e quaisquer outros documentos relacionados com os empregados da Sociedade, com a ressalva do disposto na letra "e" da cláusula vigésima-terceira (23ª) anterior; (g) receber citação inicial em nome da Sociedade; e (h) assinatura de termos de abertura em livros, para fins de registro junto a repartições públicas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA (26ª) - Ao Diretor Superintendente, sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, caberá especificamente: (a) coordenar as atividades e negócios da Sociedade; (b) estabelecer o modelo de gestão da Sociedade e fazê-lo cumprir; (c) dirigir os negócios da Sociedade e fixar as diretrizes gerais, visando ao desenvolvimento das atividades da Sociedade, de acordo com a orientação traçada pelos Diretores Conselheiros; (d) dar cumprimento às deliberações das Reuniões das Sócias e às disposições estatutárias; (e) nomear grupos de trabalho para o estudo de quaisquer assuntos de interesse da Sociedade; (f) representar institucionalmente a Sociedade; (g) substituir os demais diretores da Sociedade, em caso de ausência, afastamento ou vacância de cargo; e (h) convocar a qualquer tempo e presidir as Reuniões das Sócias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA (27ª) - **CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA (27ª)** - Ao Diretor Adjunto, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Contrato Social, caberá especificamente: (a) acompanhar a execução, em conjunto com o Diretor Superintendente, o plano estratégico da empresa; (b) assessorar os demais diretores da Sociedade na tomada de decisões de suas respectivas áreas de atuação; (c) acompanhar a aplicação dos recursos financeiros da Sociedade; (d)

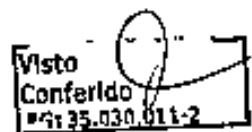
JUCESP
27 10 20



participar de todo o processo de gestão de negócio e dar suporte às demais áreas da empresa por meio de apresentação de relatórios gerenciais e estudos de viabilidade; (e) direcionar, em conjunto com os demais diretores da Sociedade, os investimentos da Sociedade necessários às suas operações, em conformidade com a disponibilidade de seus recursos, fluxo financeiro, metas e prioridades; (f) acompanhar e fazer cumprir, em conjunto com o Diretor Superintendente, o modelo de gestão estabelecido para a Sociedade; (g) dirigir grupos de trabalho para desenvolvimento e conclusão de todo e qualquer estudo de interesse da Sociedade; (h) apoiar os demais membros da diretoria no desempenho de suas atribuições; e (i) presidir, na ausência do Diretor Superintendente, as Reuniões das Sócias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA (28ª) - Ao Diretor Administrativo-Financeiro, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Contrato Social, caberá especificamente: (a) planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades financeiras da Sociedade; (b) estabelecer processos, procedimentos e políticas de acompanhamento de seu desenvolvimento de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos; (c) dirigir a área administrativa e financeira da Sociedade notadamente com relação ao fluxo de caixa, as atividades de planejamento financeiro, contas a pagar e contas a receber, cobrança, gestão do patrimônio da Sociedade e compras administrativas; (d) dirigir as atividades de recursos humanos, de tecnologia da informação e de tesouraria; (e) planejar, analisar e acompanhar as execuções orçamentárias, de custo e estudos econômico-financeiros; (f) dirigir as áreas contábil, financeira e fiscal; realizar análise e apuração de impostos, acompanhar rotinas fiscais, contábil, obrigações trabalhistas e previdenciárias; (g) manter relacionamento com bancos e execução das operações financeiras; (h) dar suporte às áreas de negócios, com a criação e análise de relatórios gerenciais e indicadores de performance, realizar estudos de viabilidade econômica para novos projetos

JUCESP
27 10 20



e produtos; (i) manter a interação e sinergia com outros departamentos da Sociedade; e (j) zelar pela boa utilização dos recursos financeiros, de acordo com as regras e diretrizes do mercado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA (29ª) - Ao Diretor Comercial, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Contrato Social, caberá especificamente: (a) determinar o plano comercial da empresa; (b) estabelecer os acordos e as condições de venda de produtos e serviços; (c) supervisionar a administração das vendas; (d) coordenar o plano de marketing como: lançamento de novos produtos e serviços, acompanhar o mercado, política de preços, seguindo as negociações comerciais e as principais contas da empresa; (e) estabelecer o conjunto de indicadores de desempenho da área comercial; (f) responder pela direção da empresa nas atividades relacionadas a vendas; (g) organizar e controlar os programas de venda e sua execução, a fim de avaliar resultados segundo a política específica e a política comercial para assegurar a venda dos produtos em condições que atendam aos resultados previstos; (h) implantar sistemas de informações comerciais; (i) estabelecer e manter processos e procedimentos de acompanhamento de desempenho dos indicadores da área comercial; (j) avaliar as necessidades e o grau de satisfação dos usuários, clientes e revendedores e interpretar os dados constantes nas pesquisas para orientar o setor de desenvolvimento de novos produtos; (k) definir, segundo o plano estratégico da Sociedade, as mudanças na política comercial e reorganização dos processos; (l) definir o cenário para a elaboração dos planos de vendas; (m) elaborar plano de lançamento de novos produtos; (n) realizar o planejamento operacional de vendas; (o) elaborar o plano de margem de contribuição, plano de precificação, comunicação, plano promocional, e elaborar o orçamento por área funcional; e (p) apoiar os demais membros da diretoria no desempenho de suas atribuições.

JUCESP
27 10 20



CLÁUSULA TRIGÉSIMA (30ª) - Ao Diretor Técnico, igualmente, sem prejuízo das demais obrigações que lhe são conferidas por este Contrato Social, caberá especificamente: (a) dirigir toda a área técnica da empresa, sua operação e seu desenvolvimento; (b) estabelecer planos de manutenção e atualização de todos os equipamentos técnicos de filmagem, som, áudio, iluminação, laboratório e transmissão, dentre outros; (c) estabelecer processos e procedimentos para que os equipamentos sejam utilizados com observância dos melhores padrões técnicos; (d) elaborar e atualizar manuais internos de utilização dos equipamentos técnicos, sempre seguindo as diretrizes e estratégias estabelecidas pelas demais áreas da empresa; e (e) apoiar os demais membros da diretoria no desempenho de suas atribuições".

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA (31ª) - Em seus impedimentos temporários o Diretor Superintendente será substituído pelo Diretor Adjunto; nos demais casos, os Diretores substituir-se-ão mutuamente.

CAPÍTULO QUINTO (5º)

CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEGUNDA (32ª) - A sociedade terá um Conselho Fiscal não permanente, composto de 03 (três) membros, e igual número de suplentes que funcionará nos exercícios sociais em que for instalado pela Reunião das Sócias, nos exatos termos da lei.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-TERCEIRA (33ª) - O mandato do Conselho Fiscal durará da Reunião das Sócias que o instalar até a primeira Reunião Ordinária de Sócios seguinte que se realizar.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUARTA (34ª) - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que lhe são conferidos por lei.

JUCESP
27 10 20



CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUINTA (35ª) - A remuneração do Conselho Fiscal será fixada pela Reunião dos Sócios que o instalar, observadas as prescrições legais.

CAPÍTULO SEXTO (6º)
EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEXTA (36ª) - O exercício social compreende um período de 12 (doze) meses e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, o balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 31 de dezembro de cada ano.

LUCROS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SÉTIMA (37ª) - Do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver, e da provisão para o imposto de renda, serão apartados: (a) uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para a formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social; e (b) dividendos aos sócios, na base mínima de 5% (cinco por cento), conforme preceitua o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO ÚNICO - O saldo dos lucros ficará à disposição da Reunião das Sócias que lhe dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais aplicáveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-OTÁVIA (38ª) - Os dividendos serão pagos dentro do prazo estipulado pela Reunião de Sócios que os declarar. A sociedade

JUCESP
27 10 20



poderá distribuir lucros ou dividendos por conta de resultado de período base não encerrado, valendo-se, para tanto, de balanços intermediários levantados no curso do exercício social, cabendo à Reunião Ordinária das Sócias ratificar ou não a sua distribuição.

CAPÍTULO SÉTIMO (7º)
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
E DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-NONA (39ª) - As alterações contratuais e a dissolução da sociedade somente poderão ser decididas em Reunião Extraordinária das Sócias convocada especialmente para esses fins e que se reunirá com a representação mínima de $\frac{3}{4}$ (três quartos) das quotas e, em segunda convocação com a metade mais uma.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA (40ª) - A convocação da Reunião das Sócias para fins de dissolução da sociedade somente poderá ser realizada a pedido da sócia ou sócias que representem, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) das quotas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-PRIMEIRA (41ª) - A dissolução da sociedade somente se considerará aprovada se a apoiarem, por si ou por procuradores com poderes expressos, sócias que detenham $\frac{3}{4}$ (três quartos) no mínimo, das quotas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-SEGUNDA (42ª) - A Reunião das Sócias que decidir pela dissolução da sociedade nomeará o liquidante ou liquidantes, fixando-lhes os poderes, a remuneração e o prazo da liquidação.

JUCESP
27 10 20

Visto
Conferido
PGI 35.030.011-2



CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-TERCEIRA (43ª) - Liquidada que seja a sociedade e saldados todos os encargos do passivo, o excedente, se houver, reverterá às sócias, na proporção das respectivas quotas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-QUARTA (44ª) - Os casos omissos serão regidos pelo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10.01.2002), com aplicação subsidiária da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e por outras normas legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA-QUINTA (45ª) - Os Diretores responsáveis pela administração da sociedade deverão estar desimpedidos para o exercício da função de administradores, não devendo pesar contra qualquer um deles nenhum dos impedimentos dispostos no parágrafo primeiro, do artigo 1.011 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002".

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento de Alteração e Consolidação de Contrato Social da **TVSET - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.** em 3 (três) vias de igual teor, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo.

Osasco, 18 de setembro de 2020.

Daniela Abravanel Beyruti

Renata Abravanel Curado

Testemunhas:

1.
Lucilene do Nascimento
RG. nº 17.707.656-2-SSP/SP

2.
Tamiris Gomes Santana da Silva
RG. nº 33.379.720-G-SSP/SP



Vistor Grazielle Cabral Borattini
OAB/SP 395.429



27 10 20



Declaração

Eu, Marcello Sassatani, portador da Cédula de Identidade nº 158965000, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 11206775807, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida das Comunicações, 4, Vila Jaraguá, SP, Osasco, CEP 06276-905, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

Marcello Sassatani

RG: 158965000

TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

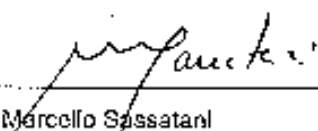


Declaração

Eu, Marcelo Sassatani, portador da Cédula de Identidade nº 158965000, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 11206775807, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida das Comunicações, 4, Vila Jaraguá, SP, Osasco, CEP 06276-905, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.



Marcello Sassatani
RG: 158965000
TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.



27 10 20

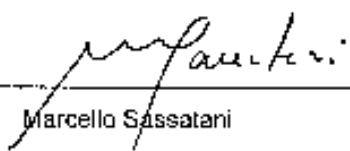


Declaração

Eu, Marcello Sassatani, portador da Cédula de Identidade nº 158965000, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 11206775807, na qualidade do titular, sócio ou responsável legal da empresa TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Avenida das Comunicações, 4, Vila Jaraguá, SP, Osasco, CEP 06276-905, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.


Marcello Sassatani

RG: 158965000

TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

27 10 20



ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Nº DO PROTOCOLO 028246507-3	NIRE 3522550588-5	NOME EMPRESARIAL TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.
--------------------------------	----------------------	--

DESCRIÇÃO

APROVAR (i) o remanejamento do Parágrafo Único da Cláusula Terceira (3ª) do Contrato Social, passando ela a figurar como Parágrafo Único da Cláusula Primeira (1ª); (ii) a alteração da Cláusula Terceira (3ª) do seu Contrato Social que trata de seu objeto social; (iii) a alteração do "caput" da Cláusula Décima Quinta (15ª), as alterações dos Parágrafos Primeiro e Segundo e a inclusão do Parágrafo Terceiro; e (iv) a alteração das Cláusulas 21ª, 26ª, 27ª, 28ª, 29ª e 30ª do seu Contrato Social, que tratam das atribuições de seus Diretores;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM
SPP2031080105

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO
244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)
601 Inscrição no Estado
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

DEFERIDO DCE

Número de Controle: SP18128368 - 43915172000106

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME	CPF
JULIO CESAR GARCIA DANTAS	022.542.758-36
LOCAL	DATA
	15/10/2020

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 43.915.172/0001-06

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018





CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

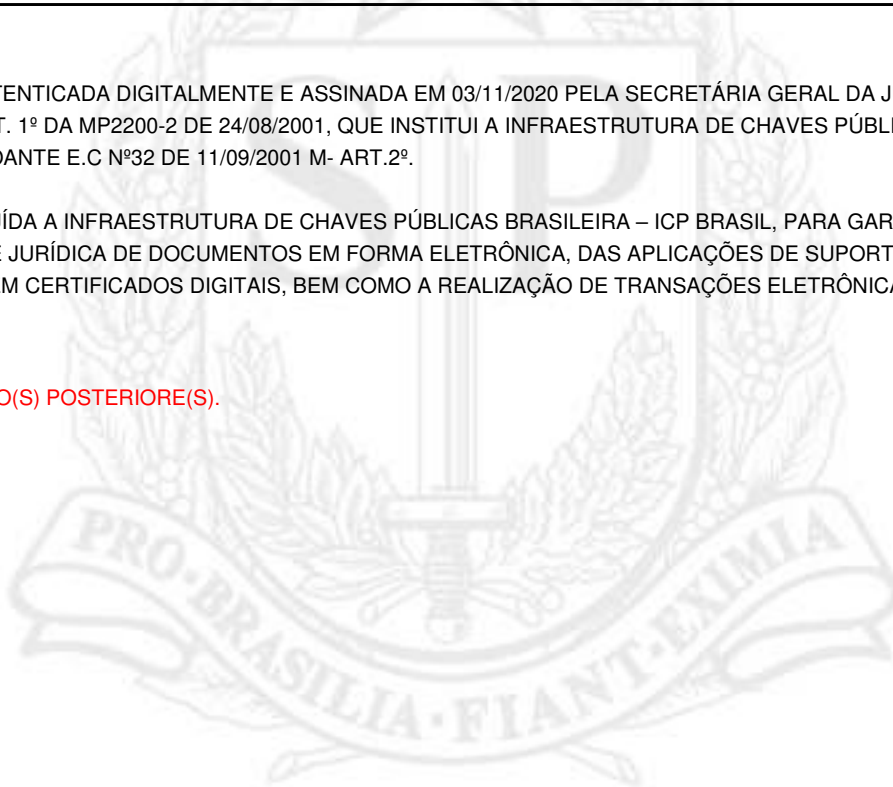
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35225505885	CNPJ 43.915.172/0001-06	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 449.554/20-0	DATA DO ARQUIVAMENTO 27/10/2020

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 03/11/2020	HORA DE EXPEDIÇÃO 14:25:42	CÓDIGO DE CONTROLE 142413384
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 03/11/2020 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro, Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA 440-00000



JUCESP PROTOCOLO
0.805.314/20-9



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
028246409-3



DADOS CADASTRAIS

RTO Arquivamento de Ata; Inclusão/Alteração de Integrantes;			
Razão Social TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.			Nome Normal
Localização Avenida das Comunicações	Número 4	Complemento	CEP 06276-905
Município Osasco	UF SP	Telefone	Fax
Número Exatidão (%) 0	CNPJ - SEDE 43.915.172/0001-05	NIRE - RNTM 3522550588-5	
Identificação Signatário Assinante Requerimento CAPA Nome: Marcello Sassatani (Diretor)		Valores Recolhidos DARE: R\$ 151,85	Assinatura 1/2
Assinatura:		DATA: 20/09/2020	DARE: R\$,00

DECLARAÇÃO DE VERDADE: A VERDADE DAS INFORMAÇÕES CONSTATADAS NESTE DOCUMENTO PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO) -

<p>PARTE DEBENTOR 2.0</p> <p>JUCESP SEDE 15</p> <p>★ 22 OUT 2020 ★</p> <p>PROTOCOLO</p>	<p>COPIADO DISTRIBUIÇÃO</p> <p></p> <p>1109142912</p>	<p>COPIADO ANEXO</p> <p>JUCESP DEFERIDO</p> <p>26 OUT 2020</p> <p>WILLIAM JOSE COSTA LOPES Assessor Técnico de Registro Público RG. 35.130.6112</p>
---	---	--

<p>ANEXOS:</p> <p>() DBE</p> <p>() Procuração</p> <p>() Attestado Judicial</p> <p>() Formulário de Petição</p> <p>() Balanço Patrimonial</p> <p>() Outros</p>	<p>EXCERTE DO SETOR DE ANÁLISE</p> <p>() Documentos Pessoais</p> <p>() Laudo de Avaliação</p> <p>() Jornal</p> <p>() Protocolo / Justificação</p> <p>() Certidão</p>	<p>EXCERTE DO SETOR DE REGISTRO</p> <p>JUCESP</p> <p>27 OUT 2020</p> <p>SEDE</p> <p></p> <p>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP</p> <p>GISELA SIMIEMA CESCHIN SECRETÁRIA GERAL</p> <p>449.554/20-0</p> <p></p> <p>JUCESP</p>
<p>OBSERVAÇÕES:</p>		

- ☒ Verificação CNAB: Confirmação de Contribuintes
- ☒ Verificação de Ficha Cadastral
- ☒ Verificação de Atribuição na Ficha Cadastral
- ☒ IMEI sem Cadastro
- ☒ IMEI com Cadastro
- ☒ Realizar Pesquisa de Nome Empresária
- ☒ Imprimir Protocolo

23/10

KC

14230UC

02 01 72

T. Silva
E. M.
V. O. B.

JUCESP
27 10 20

Visto
Conferido
nº 35.225.505.885

ESP
DE
5
2020 ★
COLO



TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CNPJ/ME Nº 43.915.172/0001-06

NIRE Nº 35.225.505.885

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIAS,
REALIZADAS EM 18 DE SETEMBRO DE 2020

DATA, HORÁRIO E LOCAL: - Aos dezoito (18) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte (2020), às 11:00 horas, em sua sede social localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, na Vila Jaraguá - CEP 06276-905.

PRESENCIA: - Compareceram sócias representando a totalidade do capital social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do "Livro de Presença de Quotistas" da Sociedade.

MESA DIRETORA: - A reunião foi instalada e presidida pelo 1º Diretor Conselheiro Sr. José Roberto dos Santos Maciel, e secretariada pelo Sr. Marcello Sassatani, 2º Diretor Conselheiro da Sociedade.

ORDEM DO DIA: - (i) consignar, em ata, o pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Marcello Sassatani ao cargo de 2º Diretor Conselheiro da Sociedade; (ii) eleger novo administrador para ocupar o cargo de 2º Diretor Conselheiro, em substituição ao diretor renunciante, bem como preencher os demais

afh

1

JUCESP
27 10 20



cargos de Diretor Conselheiro que se encontram vagos e, ainda, eleger novo administrador para ocupar o cargo Diretor Comercial que também se encontra vago; e (III) outros assuntos de interesse social.

DELIBERAÇÕES:

PRIMEIRA: – Reportando-se ao assunto enunciado no item “I” da Ordem do Dia, ficou consignado, em ata, o recebimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Marcello Sassatani ao cargo de 2º Diretor Conselheiro da Sociedade.

SEGUNDA: – No tocante ao assunto enunciado no item “II” da Ordem do Dia, e, uma vez procedida à eleição, verificou-se haverem sido **ELEITOS** os Srs. José Roberto dos Santos Maciel e Fernando Justus Fischer para ocupar os cargos de 1º Diretor Conselheiro e 2º Diretor Conselheiro, respectivamente, permanecendo vago o cargo de 3º Diretor Conselheiro; e Frederico Muller Junior, para ocupar o cargo de Diretor Comercial da Sociedade. Dessa forma, ficou assim constituído o novo Quadro Diretivo da Sociedade: **PRIMEIRO GRUPO DE DIRETORES - DIRETORES CONSELHEIROS:** 1º Diretor Conselheiro: JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 16.503.746-5-SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 088.120.118-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; 2º Diretor Conselheiro: FERNANDO JUSTUS FISCHER, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.044.8518-SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 259.091.638-84, residente e domicili-

qm

JUCESP
27 10 20

Visto
Conferido
nº: 35.030.611-2



ado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; 3º Diretor Conselheiro:
VAGO. SEGUNDO GRUPO DE DIRETORES: DIRETOR SUPERINTENDENTE:
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, já anteriormente qualificado, DIRE-
TORA ADJUNTA: SARA BENVINDA SOARES, brasileira, viúva, radialista,
portadora da cédula de identidade RG nº 2.634.541-JFP/SSP-RJ e do CPF/ME
nº 733.306.207-49, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Es-
tado do Rio de Janeiro, com endereço comercial no Campo de São Cristóvão,
nº 105 - em São Cristóvão, na mesma localidade; DIRETOR ADMINISTRA-
TIVO-FINANCEIRO: JULIO CESAR GARCIA DANTAS, brasileiro, casado,
administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº
11.323.845-9-SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob nº 022.542.758-36, residente
e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; DIRETOR
COMERCIAL: FREDERICO MÜLLER JUNIOR, brasileiro, casado, publicitário,
portador da cédula de identidade RG. nº 13.885.005-SSP/SP, e inscrito no
CPF/ME sob nº 058.184.308-80, residente e domiciliado na cidade de São
Paulo, Estado de São Paulo; e DIRETOR TÉCNICO: JOSÉ RAIMUNDO LIMA
DA CUNHA, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade
R.G. nº 305.655/SSP-DF e inscrito no CPF/ME sob o nº 144.979.301-06, resi-
dente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com
endereço comercial na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida
das Comunicações nº 4, na Vila Jaraguá - CEP 06276-905, com exceção da
Diretora Adjunta. O mandato dos diretores, ora eleitos, coincidirá com o
término da vigência do mandato dos demais diretores, ou seja, até a Re-
união Extraordinária de Sócios a realizar-se no ano de 2021.

gub

3

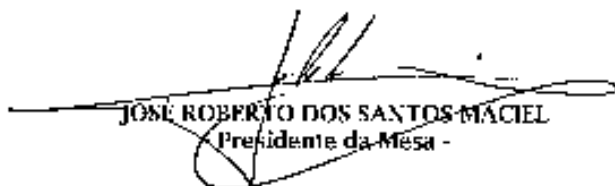
JUCESP
27 10 20

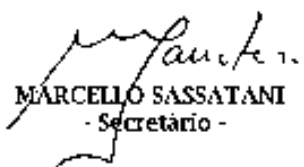


TERCEIRA: - Finalmente, em atendimento ao item "iii" da Ordem do Dia, e não havendo outros assuntos a serem tratados, foi declarada encerrada a reunião.

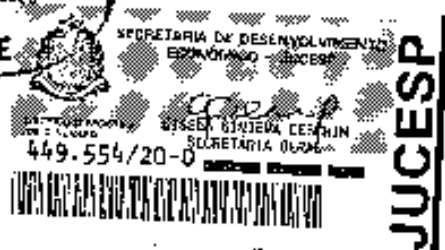
QUORUM DAS DELIBERAÇÕES: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade de votos.

ENCERRAMENTO: - Leitura, aprovação e assinatura da ata. Osasco/SP, 18 de setembro de 2020. aa) José Roberto dos Santos Maciel - Presidente da Mesa; Marcello Sassatani - Secretário; Sócios presentes: DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI e RENATA ABRVANEL CURADO. A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio.


JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL
Presidente da Mesa -


MARCELLO SASSATANI
- Secretário -


Vistos: Grazielle Cabral Borattini
OAB/SP 395.429



4

JUCESP

JUCESP
27 10 20

Osasco(SP), 18 de Setembro de 2020.

À

TVSBT – CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Avenida das Comunicações nº 4 – Vila Jaraguá

Osasco - SP

Prezados Senhores:

Venho, por meio desta, comunicar a V.Sas. a minha renúncia, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de 2º Diretor Conselheiro dessa sociedade, para o qual fui eleito na **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIAS**, realizada em 14.11.2018.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


MARCELLO SASSATANI

JUCESP

27 10 20

TERMO DE POSSE,

COM DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 16.503.746-5-SSP/SP, e inscrito no CPF/ME nº 088.120.118-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, Vila Jaraguá - CEP 06276-905, toma posse, nesta data, no cargo de 1º Diretor Conselheiro, exercendo, cumulativamente o cargo de Diretor Superintendente da Sociedade **TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA**, sociedade limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações n.º 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ/ME sob n.º 43.915.172/0001-06, conforme Ata de Reunião Extraordinária de Sócias, realizada em 18 de setembro de 2020, declarando aceitar a sua eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao seu cargo, de conformidade com a lei e o Estatuto Social da Sociedade, permanecendo no exercício do seu cargo até o término de seu mandato, ou até a posse de eventual substituto. Declara, ainda, sob as penas da lei, (i) não estar impedido para o exercício da atividade mercantil e ainda, (ii) nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil, não ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo. Osasco/SP, 18 de setembro de 2020.



JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS MACIEL

JUCESP
27 10 20

**TERMO DE POSSE, COM
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

FERNANDO JUSTUS FISCHER, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.044.851-8-SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 259.091.638-84, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na sede da empresa, toma posse, nesta data, para ocupar o cargo de 2º **Diretor Conselheiro** da Sociedade **TVSBT – CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA**, sociedade limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ/ME sob nº 43.915.172/0001-06, conforme Ata de Reunião Extraordinária de Sócios, realizada em 18 de setembro de 2020, declarando aceitar a sua eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao seu cargo, de conformidade com a lei e o Contrato Social da Sociedade, permanecendo no exercício do seu cargo até o término de seu mandato, ou até a posse de eventual substituto. Declara, ainda, sob as penas da lei, (i) não estar impedido para o exercício da atividade mercantil e ainda, (ii) nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil, não ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo. Osasco/SP, 18 de setembro de 2020.


FERNANDO JUSTUS FISCHER

JUCESP
27 10 20

TERMO DE POSSE,
COM DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

FREDERICO MULLER JUNIOR, brasileiro, casado, publicitário, RG 13.885.005-SSP/SP, e inscrito no CPF/ME nº 058.184.308-80, residente e domiciliado, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, Vila Jaraguá - CEP 06276-905, toma posse, nesta data, para ocupar o cargo de Diretor Comercial da Sociedade TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, sociedade limitada, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações nº 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no CNPJ/ME sob nº 43.915.172/0001-06, conforme Ata de Reunião Extraordinária de Sócios, realizada em 18 de setembro de 2020, declarando aceitar a sua eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao seu cargo, de conformidade com a lei e o Estatuto Social da Sociedade, permanecendo no exercício do seu cargo até o término de seu mandato, ou até a posse de eventual substituto. Declara, ainda, sob as penas da lei, (i) não estar impedido para o exercício da atividade mercantil e ainda, (ii) nos termos do art. 1.011, §1º do Código Civil, não ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; contra o sistema financeiro nacional; contra as normas de defesa da concorrência, ou contra as relações de consumo.

Osasco/SP, 18 de setembro de 2020.


FREDERICO MULLER JUNIOR



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

27/10/20



ARQUIVAMENTO DE ATA

Nº DO PROTOCOLO 028246409-3	NIRE 3522550588-5	NOME EMPRESARIAL TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.
--------------------------------	----------------------	--

DATA DA ATA 18/09/2020	TÍTULO DA ATA Ata de Reunião dos Quotistas
---------------------------	---

RESUMO DA ATA

ORDEM DO DIA: – (I) consignar, em ata, o pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Marcello Sassatani ao cargo de 2º Diretor Conselheiro da Sociedade; (II) eleger novo administrador para ocupar o cargo de 2º Diretor Conselheiro, em substituição ao diretor renunciante, bem como preencher os demais 2 cargos de Diretor Conselheiro que se encontram vagos e, ainda, eleger novo administrador para ocupar o cargo Diretor Comercial que também se encontra vago; e (III) outros assuntos de interesse social.



27/10/20

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 020246409-3		Nº NÚCLEO 3522550588-5		NOME EMPRESARIAL TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.		
NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO 031.135.968-07
CPF Sem CNPJ	RG/INCL	DIGITO	DATA DE EMISSÃO	ORGÃO EMISSOR	LIF	NAC (INCL) 2013
COR OU RAÇA						
LOGRADOURO (rua, av, etc)						NÚMERO
COMPLILNTO		BAIRRO/DISTRITO				CEP
MUNICÍPIO					UF	PAÍS
TIPO DE OPERAÇÃO Salda	TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA I-HMA			
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS NENHUM						
REPRESENTAÇÃO NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

27 10 20



Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

A ^o CONTROLE NA INTERNET 02824M093		N ^o RE SEDE 3522550588-5		NOME EMPRESARIAL TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.			
NOME DO INTEGRANTE						DENOMINAÇÃO 112.087.758-07	
CPF Sem CNPJ	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDICÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE	
COR OU RAÇA							
LOGRADOURO (rua, av, etc)						NÚMERO	
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO				CEP	
MUNICÍPIO						UF	PAÍS
TIPO DE OPERAÇÃO Saida		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA			
PARTICIPAÇÃO							
CARGOS NENHUM							
REPRESENTAÇÃO NENHUM							
QUADRO CONJUGUÍFIÁRIOS							



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria do Desenvolvimento Econômico

27/10/20



Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 028244609-3		NIRE SEDE 35225505885		NOME EMPRESARIAL TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.		
RUA DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO 003.897.845-48
CPF Sem C.N.P.J.	RG/RNE	DISTO	DATA DE EMISSÃO	ORÇÃO EMissor	UF	NACIONALIDADE
COR OU RAÇA						
LOGRADOURO (rua, av. etc)						NÚMERO
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO				CEP
MUNICÍPIO					UF	PAÍS
TIPO DE OPERAÇÃO Sócio		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		JBO DA FORMA		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS NENHUM						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

27 10 20



Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 028246409-3	NIRE SEDE 3522550588-5	NOVL EM-REGARIAL TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.				
NOME DO INTEGRANTE José Roberto dos Santos Maciel						IDEN FIMCAÇÃO 083.120.118-08
CNPJ Sem C.N.P.J.	RGIME 16503746	DIGITO 5	DATA DE EMISSÃO 28/09/2020	ORGÃO EMISSOR REP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Branca						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Avenida das Comunicações						NÚMERO 4
COMPLEMENTO Vila Jalegué		RAZÃO SOCIAL Vila Jalegué				CEP 05275-805
MUNICÍPIO Osasco				UF SP		PAÍS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Alteração de Dados Cadastrais		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA Sim - em Conjunto com Alguns		
PARTICIPAÇÃO						
CARGO Diretor (entrada)						
			Data de Morte: 15/09/2020		Tempo de Mandato: 14/11/2021	
REPRESENTAÇÃO NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						

2010 2020

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET		NIRE SEDE		NOME EMPREENHARAL	
028246409-3		3572390508-5		TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.	
NOME DO INTEGRANTE					IDENTIFICAÇÃO
Fernando Junkius Fischer					259.991.638-34
CNPJ	RG/RE	DIGITO	DATA DE EXPIRAÇÃO	ORGÃO EMISSOR	LIF
8em C.N.P.J.	25044851	8	15/05/2018	ap	SP
COR CORAÇÃO					NACIONALIDADE
Branca					Brasileira
LOGRADOURO (rua, av. etc)					NÚMERO
Avenida das Comunicações					4
COMPLEMENTO		BALNEÁRIO/DISTRITO			CFP
		Vila Jaraguá			06276-905
MUNICÍPIO				LIF	PAÍS
Orizaba				SP	Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO		TIPO DE INTEGRANTE		USO DA FIRMA	
Admissão		Pessoa Física		Sim - em Conjunto com Alguns	
PARTICIPAÇÃO					
CARGOS					
Diretor (s) Social					
Início do Mandato: 15/09/2020					
Termino do Mandato: 14/09/2021					
REPRESENTANTES					
NENHUM					
DADOS COMPLEMENTARES					



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



27 10 20

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 028246409-3		NIRE SCEL 3522550588-5		NOVO EMPRESARIAL TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.		
NOME DO INTEGRANTE Frederico Muller Junior				IDENTIFICAÇÃO 058 184.308-80		
CNPJ Sem C.N.P.J.	RATINE 13383005	LOGID 13383005	DATA DE EXPIÇÃO 28/06/2007	ORGÃO EMISSOR exp	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Branca						
LOGRADOURO (Rua, Av, etc) Avenida das Comunicações					NÚMERO 4	
COMPLEMENTO		BARRIO/ESTRITO Vila Jaraguá			CPF 06278-005	
MUNICÍPIO Osasco				UF SP	FONE (Fone)	
TIPO DE OPERAÇÃO Admissão		TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA Sim - em Conjunto com Alguns		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Diretor Comercial/Produt Data de Vencido: 18/08/2020 Termo do Mandato: 14/11/2021						
REPRESENTAÇÃO NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

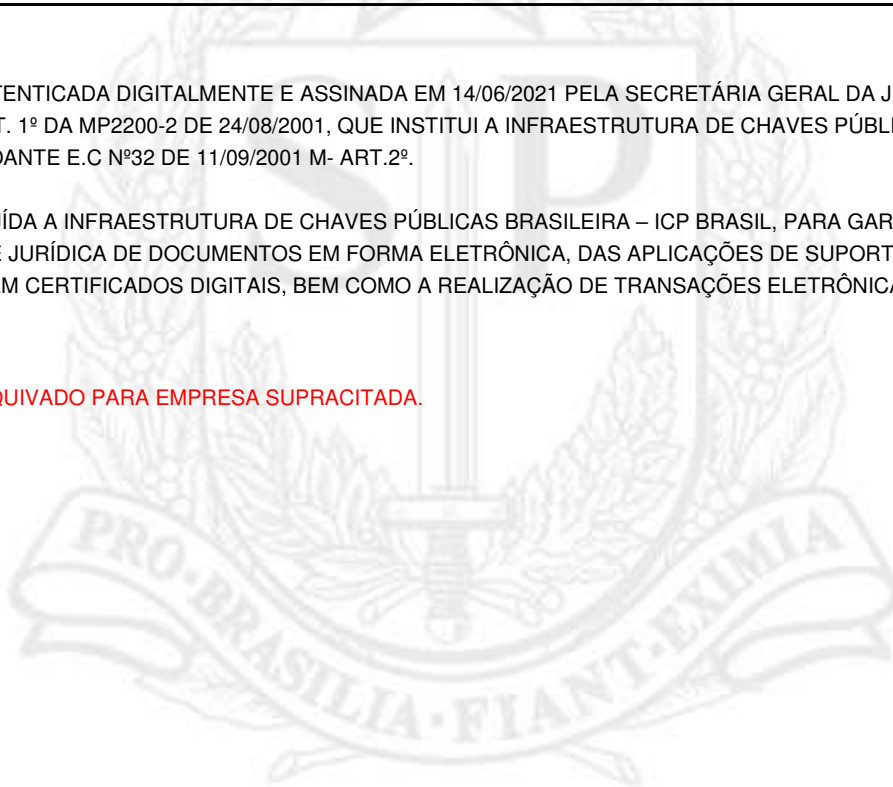
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35225505885	CNPJ 43.915.172/0001-06	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 265.758/21-0	DATA DO ARQUIVAMENTO 04/06/2021

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 14/06/2021	HORA DE EXPEDIÇÃO 10:48:44	CÓDIGO DE CONTROLE 153636603
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 14/06/2021 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

04 JUN 2021
40m21

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
0.451.270/21-6

**CAPA DO REQUERIMENTO**

CONTROLE INTERNO
029353730-9

**DADOS CADASTRAIS**

ATO Carta Renúncia;					
NOME EMPRESARIAL TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda					FORTE Normal
LOGRADOURO Avenida das Comunicações			NÚMERO 4	COMPLEMENTO	CEP 06276-905
MUNICÍPIO Osasco	UF SP	TELEFONE	EMAIL		
NÚMERO FANTASIA (NKA, 45)	CNPJ - SEDE 43.915.172/0001-06	NIRE - SEDE 3522550588-5	★ 01 JUN 2021		
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: José Roberto dos Santos Maciel (Administrador)			VALORES RECOLHIDOS DARÉ: R\$,00		SEQ. DOC. 1 PROTI
ASSINATURA:			DATA: 19/05/2021		DARF: R\$,00

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 	CARIMBO ANÁLISE
-----------------------	--------------------------	---------------------

ANEXOS:	EXCLUINDO SETOR DE ANÁLISE	ETIQUETA DE REGISTRO - CARIMBO
<input type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formel da Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	 265.758/21-0 JUCESP
OBSERVAÇÕES: 		

- () Verificação CME e Documento Contribuintes
- () Verificação de Fatura Cadastro
- () Verificação de Aduaneira na Fatura Cadastro
- () MEI sem Cadastro
- () MEI com Cadastro
- () Recuperação de Nome Empresarial
- () Vão Processado

923006
13 80 40

03106
SS

TR

JUCESP
04 06 21

Osasco (SP), 8 de março de 2021.

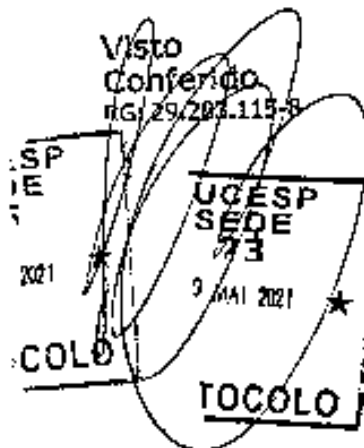
A

TVSET - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA,

Avenida das Comunicações, n. 4, Vila Jaraguá

Osasco, SP

CEP 06276-905



At: Diretoria

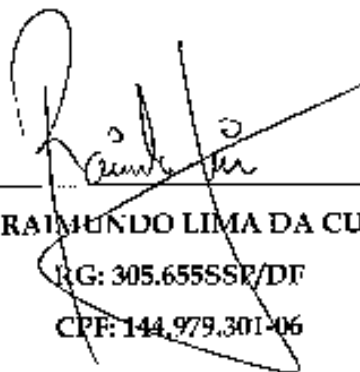
Ref.: Renúncia ao Cargo de Diretor Técnico

Prezados Senhores,

Venho, por meio desta, comunicar Vossas Senhorias a minha renúncia, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Diretor Técnico da TVSET - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., ao qual fui designado, nos termos da Ata da Reunião Extraordinária de Sócios realizada em 14 de novembro de 2018, para o mandato até a Reunião de Sócios que realizar-se-á no ano de 2021.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



JOSÉ RAIMUNDO LIMA DA CUNHA
RG: 305.655SSE/DF
CPF: 144.979.301-06



JUCESP
04-06-2021

Visto
Conferido
RG: 29.788.115-8

JUCESP
DE
Jane 02
19 2021
★
COLO

Osasco/SP, 08 de março de 2021.

À

JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo,

Declaramos para os devidos fins e a quem possa interessar, que esta sociedade teve conhecimento e ciência da carta de renúncia, a nós apresentada, em 08.03.2021, pelo Sr. José Raimundo Lima da Cunha, pela qual o mesmo renuncia, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de Diretor Técnico por ele ocupado nesta sociedade.



TVSBT – Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda.

Julio Cesar Garcia Dantas

- Diretor Administrativo Financeiro -

* Documento assinado eletronicamente, conforme protocolo de ações empres.

Revisado por: Grazielle Cabral Boratini

Documento assinado eletronicamente. Verificação em site: <https://www.documentoaletronico.com.br/documentos/verificacao/assinatura/assinatura.aspx>

PROTÓCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 16/03/2021

Dados do Documento

Tipo de Documento: Contrato Genérico com Testemunhas
 Referência: 5910 - 43541 - TV Rio de Janeiro - Ciência Jucesp
 Situação: Vigente / Ativo
 Data da Criação: 16/03/2021
 Validade: 16/03/2021 até Indeterminado
 Hash Code do Documento: E74744DBFBE78D7A613F3F78B446C50CB14F5CBF6FA521F08A14407E0223AD1

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte): Declarante 01
 Relacionamento: 43.915.172/0001-06 - TVSBT - Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda.

Assinatura: Jelle Cesar Garcia Dantas 077.542.736-36
 Ação: Assinado em 16/03/2021 16:46:26 - Forma de assinatura: Usuário + Senha IP: 200.206.116.126
 Info. Navegador: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/88.0.4324.190 Safari/537.36
 Localização: Não Informada
 Tipo de Acesso: Normal

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentosletronicos.com.br/protocolos/https://validadocumentoscentank.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): VBGY5-9HTVN-XERZI-PSLH9



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da AR-QuaSign, Autoridade do Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://www.documentosletronicos.com.br/protocolos/https://validadocumentoscentank.aspx>

Certifico o registro sob o nº 265.758/21-0 em 04/06/2021 da empresa TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., NIRE nº 35225505885, protocolado sob o nº 0451270216. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/06/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 153636603. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucespnet.sp.gov.br.



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
0.251.624/21-3



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE E IMPRESSÃO
029075440-2



DADOS CADASTRAIS

A/O Carta Renúncia;			
NOME EMPRESARIAL TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda			PORTE Normal
LOGRADOURO Avenida das Comunicações	NÚMERO 4	COMPLEMENTO	CEP 06278-905
MUNICÍPIO Osasco	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA(S) 0	ORF - SEDE 43.915.172/0001-06	NIRE - SEDE 3522550588-5	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA		VALORES RECOLHIDOS	SESSÃO
NOME: José Roberto dos Santos Maciel (Diretor)		DARE: R\$ 124,21	1/1
ASSINATURA:		DARF: R\$,00	
DATA: 16/03/2021			

DECLARO SOB AS PENAS DA LEI QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO PRESENTADO SÃO CORRETAS E NA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO JUCESP SEDE Nº Guiche 02 ★ 06 ABR 2021 ★ PROTOCOLO	CARIMBO DESTINATÁRIO	CARIMBO AVALIAÇÃO JUCESP EXIGÊNCIA 07 ABR 2021 Júlio César Miras Assessor Técnico de Registro PDI RD - 25.253.115-B
---	----------------------	---

ANEXOS:	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE	ETIQUETA DE REGISTRO + CARIMBO
<input type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formas de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	
OBSERVAÇÕES:		

Gerência de Guarda e Destinação

☐ Verificação CNAE Comércio de Commodities

☐ Verificação de Ficha Cadastral

☐ Verificação de Aparentamento na Ficha Cadastral

☐ ME sem Cadastro

☐ MEI com Cadastro

☐ Realizar Pesquisa de Nome Empresarial

☐ Vide Protocolo

06104

SS



CONTROLE INTERNET
029075440-2



FORMULÁRIO PADRONIZADO DE EXIGÊNCIAS

Atender a(s) exigência(s) selecionada(s) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da retirada do processo, devendo o presente formulário da exigência instruir o processo na reentrada, uma vez que constitui parte integrante do documento inscrito a registro. A apresentação do processo, após o prazo de 30 (trinta) dias será considerado um novo processo sujeito ao pagamento do respectivo preço público novamente (artigo 57, §3º do Decreto 1800/96).

Nº	Detalhes/Fundamentação
Apresentação de documentos	
1	Juntar cópias autenticadas dos documentos de identidade do titular/sócio/administrador/procurador; se estrangeiro, apresentar Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou certidão expedida pela Polícia Federal - art. 34, V, do Decreto 1.800/96 e IN DREI nº 34/17.
2	Juntar Declaração de enquadramento, desenquadramento ou reenquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; ou incluir cláusula específica no ato. Art. 32, II, "b" do Decreto 1.800/96 e LC 123/06.
3	Comprovar representação do sócio da pessoa jurídica, por meio de cópia de ato registrado em outra Junta Comercial ou cartório. Art. 45, do Código Civil e art. 37 da Lei 8.934/94 e item 1.1 da IN DREI nº 38/2017.
4	Juntar Alvará Judicial ou Formal de Prestita Judicial ou extrajudicial ou o termo de inventariante - Arts. 810 e 819 do CPC, item 3.2.7 da IN DREI nº 38/2017.
5	Juntar comprovante de mudança do nome de titular/sócio/administrador. Art. 16 do CC.
6	Juntar os avisos de convocação nos termos do contrato ou da lei, facultada a indicação no ato de data, do nome e da página dos jornais onde foram publicadas as convocações - Art. 1.152 do Código Civil.
7	Anexar prova da existência legal da pessoa jurídica estrangeira e comprovação de que o signatário do ato tem poderes para representar a pessoa/jurídica, com os devidos legalizados (na língua original, traduzidos por tradutor juramentado e conselheiros ou apurados e com registro em cartório - art. 128, 8º Lei 8.015/73). Art. 1.134 do CC, art. 18 do Decreto 13.806/43, Decreto 8.660/16. (Dispensa-se a consularização estrangeira que residem no país no Mercosul).
8	Juntar as demonstrações financeiras e as publicações caso sejam obrigatórias; salvo declaração expressa de que a empresa/sociedade não se enquadra como empresa de grande porte - Art. 3º da Lei 11.538 de 2007.
Assinatura	
9	As folhas não assinadas devem ser rubricadas pelos signatários - Art. 4º da IN DREI nº 40/2017.
10	Em casos de Constituição Normal/Constituição por Transformação, o Advogado deverá visitar o ato indicando seu nome e nº da OAB, se não enquadrado como MD/EPP - §2º, do art. 1º, da Lei 8.908/94 (Estatuto da Advocacia).
11	Falta assinatura de titular/sócio/administrador - IN DREI nº 38/2017.
12	Assinar a capa do Cadastro VRE (Art. 1.151 do CC e art. 40 do Decreto 1800/96).
13	Reconhecer firma do titular/sócio/administrador/procurador (artigo 1.153 do Código Civil e IN DREI nº 38).
14	Apresentar documento de identidade do procurador ou reconhecer firma da assinatura (Art. 1.153 do CC) - no caso de procuração particular.
15	Falta assinatura do cônjuge para integração do capital com bens imóveis (outorga uxória). Art. 220 e 1.647 do CC.
16	Identificar os Signatários, Art. 1.153, do Código Civil, Anexo, da IN DREI nº 38/2017.
Integrantes (sócio/titular)	
17	O menor relativamente capaz (dos 16 aos 18 anos), sócio ou titular da sociedade/empresa, deve ser assistido por ambos os pais, devendo este assinar o instrumento conjuntamente com os seus responsáveis (arts. 1.634, VII e 1.690 do CC, IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.6, alínea "B" e observação 1; Anexo V, item 1.2.5, alínea "B" e observação 1).

U
IC
J
Julim
son
R.

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNO
028075440-2



19	O menor emancipado deverá apresentar a condição de emancipação no ato a ser arquivado. (IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.8, alínea "B" e observação 1; Anexo V, item 1.2.5, alínea "b" e observação 1).	
20	O sócio absolutamente incapaz não deve assinar o instrumento, o qual deverá ser assinado por seu(s) representante(s) legais (IN DREI nº 38, Anexo II, item 1.2.6, alínea "d").	
21	O sócio relativamente incapaz deve assinar o instrumento em conjunto com seus assistentes (IN DREI nº 38, Anexo II, item 1.2.5, alínea "c").	
22	Colher as assinaturas das testemunhas (devidamente qualificadas: nome completo, o nº do RG e o órgão expedidor), se optar por indicá-las no instrumento (Enunciado 33 da Juceesp e Art. 34 do Dec. 180/98).	
23	O empresário individual e o titular da EIRELI poderão ter apenas uma única inscrição no país. (IN DREI nº 38, Anexo I, item 1.3.3)	
Administração		
24	Pessoa jurídica não poderá exercer a Administração de sociedade ou empresa, Art. 1.011 do CC; IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.8, Anexo V, item 1.2.12.3.	
25	Inserir Declaração de Desimpedimento no ato ou apresentar em documento anexo - IN/DREI nº 38/2017, Anexo III, item 1.1 e 3.1	
Capital		
26	Corrigir o valor do Capital Social, o valor das cotas ou a sua distribuição - item 1.2.10 e ss. da IN/DREI nº 38/2017	
27	Determinar ou corrigir a Forma e/ou o Prazo de Integralização do Capital - item 1.2.10 e ss. da IN/DREI nº 38/2017	
28	O capital social da EIRELI deve ser de no mínimo 100 vezes o salário mínimo vigente e deve estar totalmente integralizado (Art. 980-A do CC)	
29	O Capital Social deve estar totalmente integralizado em virtude da presença de sócio menor de idade no quadro societário, §3º do art. 874, do Código Civil.	
30	O capital social está abaixo do mínimo exigido para as atividades nos termos da legislação específica. Art. 13 da Lei 7.102/93, com redação dada pela Lei 9.017/95, para empresa de vigilância e transporte de valores, Art. 4ºB da Lei 5.019/74, com redação dada pela	
31	O capital social da filial deverá ser inferior ao da matriz. Anexo III, da IN/DREI nº 38/2017, item 5.1.7.	
32	Indicar a forma, o modo e o prazo de integralização do capital social. Art. 997, III e IV e o 1.014 do CC.	
33	É vedado o fracionamento de cotas, Art. 1.056 do CC.	
Corrigir o ato		
34	Inserir no ato em cláusula expressa que o titular da EIRELI não participa de nenhuma outra empresa da mesma modalidade - item 1.2, do Anexo V, da IN/DREI 38/2017.	
35	Informações do instrumento não conferem com atos anteriormente arquivados - art. 34, I, da Lei 8.934/94.	
36	Esclarecer se a cessão/transfêrencia foi realizada por doação (gratuita) ou venda (onerosa) - item 3.2.6.1 da IN/DREI nº 38/2017.	
37	Declarar o Responsável pelo passivo e ativo provenientes superavitantes e pelos lucros contábeis obrigatórios - IN/DREI nº 38/2017, Anexo III, item 9.2.4.	
38	A empresa enquadrada em ME ou EPP não pode ser sócia e não pode ter sócia pessoa jurídica - Art. 3º, 54º e incisos da Lei Complementar 123/2006.	
39	Inserir cláusula de reservação - art. 60, § 4º da Lei 8.934/94	
40	Qualificar os bens indicados para a formação do capital (de quaisquer espécies, desde que suscetíveis de avaliação pecuniária), com descrição completa, utilidade e valor atribuído. Art. 1.055, §1º CC; IN DREI 38/2017; Enunciados Juceesp nº 14 e 14.1.	
41	O instrumento deve conter todas as cláusulas obrigatórias conforme previsto na IN DREI nº 38/2017.	
42	A filial alterada deverá ser expressamente qualificada com seu endereço, NIRE e CNPJ.	
43	Qualificação do sócio, titular, administrador, conselho, representante, inventariante e/ou identificação da Empresa incompleta ou incompleta - Art. 53 Decreto 1.800/96 e IN/DREI 38/2017.	
Diversos		
44	Cônjuges casados sob o regime de comunhão universal de bens ou sob o regime de separação obrigatória de bens não podem constituir sociedade entre si (Art. 977 do CC, e IN DREI nº 38/2017 Anexo I), item 1.2.7)	

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNO
029075440-2



46	Documento(s) apresentado(s), encontra(m)-se com rasuras, emendas, entrelinhas, ilegíveis, ou fora de ordem sequencial ou incompletos. Especificar. (Art. 35 e 57 do Dec. 1.800/1996).	
47	Ata sujeita à aprovação prévia – IN/DREI 14/2013.	
48	Recuflar os emolumentos devidos e/ou a diferença dos emolumentos – Item 1.1 – IN/DREI 38/2017; Art. 37, IV, Lei 8.934/94.	
49	Apresentar o comprovante de pagamento da DARF (documento de arrecadação federal).	
50	Observar impedimento de anotação da Ficha Cadastral.	
51	Em virtude de alterações exigências acerca do mesmo tema, o documento foi indenizado nos termos do art. 199, inciso III do Dec. 58.879/13.	
Microempreendedor Individual - MEI		
52	Comprovar baixa do SIMEL – Art. 4º Lei Complementar 123/2006.	
53	Apresentar documentação necessária para o cadastramento (certificado da Condição de Microempreendedor Individual – COMEI; cadasp (se a atividade enigh); comprovante de residência do Microempreendedor Individual ou ainda, declaração escrita que conste a endereço residencial; cópia do RG ou outro documento de identificação pessoal que conste a data de nascimento; cópia do cartão do CNPJ).	
Nome Empresarial		
54	Erra na composição do nome Empresarial (especificar) – Art. 1.158 do Código Civil e Art. 6º (IN/DREI) 15.	
55	Confusão de nome empresarial (IN DREI n. 15, art. 6º e Decreto n. 1.600/96, art. 62, §2º)	
56	Excluir a expressão "ME" ou "EPP" após a denominação social, nos termos da Lei Complementar n. 155/2016.	
Objeto Social		
57	Descrever o Objeto Social em gênero e espécie de atividades de forma clara e precisa – Art. 53, III, "b", Decreto 1.800/96.	
58	Atividade indicada não é empresarial conforme legislação vigente. – Art. 966 e 982, Código Civil.	
59	Apresentar cópia autenticada da carteira de CREFITO para atividades relacionadas à fisioterapia ou terapia ocupacional (art. 3º da Resolução Comissão nº 37/1994).	
Procuração		
60	Anexar Procuração (pou fins reconhecida) em processo apartado ou em anexo – Art. 653, Código Civil.	
61	A procuração deve conter poderes específicos para o ato – Art. 653 a 654 do Código Civil.	
62	Apresentar procuração lavrada por Instrumento Público, em razão da presença de sócio analfabeto no quadro societário (IN DREI nº 38, Anexo II, Item 1.2.16.1)	
63	Sócio/Titular Pessoa Jurídica com sede no exterior ou Sócio Pessoa Física residente no exterior: apresentar procuração outorgada à pessoa residente no Brasil com poderes específicos para o ato pretendido e poderes para receber citação judicial. A procuração outorgada no exterior deve estar consubstanciada ou apostilada (com exceção da procurações francesas e argentinas), traduzida por tradutor juramentado e registrada em Cartório de Títulos e Documentos. (Art. 129, 8º da Lei 8.016/73, Art. 119 da Lei 8.404/78, Art. 1.138 do CC, Art. 6º da IN DREI nº 34 e Enunciado nº 6 da Jucesp).	
Cadastro VRE		
64	Dados informados no cadastro VRE, divergem dos documentos apresentados – Art. 44 Decreto 1.800/96 e IN/DREI 38/2017.	
65	Código do evento incorreto no cadastro VRE	
Viabilidade		
66	Juntar viabilidade ou Licenciamento – Item 1.1 – IN/DREI 38/2017.	
67	Corrigir viabilidade ou juntar viabilidade válida – Item 1.1 – IN/DREI 38/2017 (ou Licenciamento)	
DBE/ Protocolo de Transmissão RFB		
68	Apresentar o Documento Básico de Entrada (DBE)	
69	O objeto social informado no Instrumento diverge do informado no DBE.	

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE E INTEGRIDADE
029075440-2



71	O documento Básico da Entrada não está em termos para o deferimento.	
72	O código do evento não corresponde ao teor do ato trazido a arquivamento.	
73	Para os eventos de alteração do CNPJ - o número do CNPJ não corresponde ao constante do ato alterador.	
74	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, não corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentando a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos).	
75	O nome empresarial no requerimento de empresário não corresponde ao nome do empresário. (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome).	
76	A natureza jurídica informada não corresponde com o teor do ato a ser arquivado.	
77	O capital informado na FCPJ não corresponde ao capital constante do ato constitutivo/alterador.	
78	A descrição da atividade empresarial não está em conformidade com a descrição do CNAE informado.	
79	O DBE não está firmado por pessoa física responsável perante a RFB.	
80	O quadro de sócios/titular disposto no Instrumento diverge do DBE	
81	O endereço informado no DBE não está em consonância com o endereço indicado a ser arquivado.	
82	O nome dos sócios/titular indicado no Instrumento difere do DBE divergem dos dados indicados no Documento de Identidade apresentados (art. 57 do Dec. 1.800/95)	
83	A participação do(s) sócio(s) no capital social informado no Instrumento diverge do capital do(s) sócio(s) informado no DBE.	

Reiteração

84	Reiteração das exigências anteriores	
----	--------------------------------------	--

Outras Exigências/ Descrever

1) Qual a natureza do DBE apresentado (SP 15073967), para constar a saída do Sr. José Kaimundo Silva por meio II parte de e concomitante a alteração contratual, conforme INBI DREI Anexo IV ou seja, variante com a Carta de... para registro pelas partes para constar a intenção de parte.

ESP**EXAT-14****AGR 2021**

029075440-2
DREI - Registro Público
15073967-8

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
0.363.117/21-0

CONTROLE INTERNO
029207861-7

**CAPA DO REQUERIMENTO****DADOS CADASTRAIS**

ATO Carta Renúncia;			
NOME EMPRESARIAL TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda			PORTE Normal
LOCALIDADE Avenida das Comunicações		NÚMERO 4	COMPLEMENTO
MUNICÍPIO Osasco	UF SP	TELEFONE	CEP 06278-905
NÚMERO EXIGÊNCIA(S) 1	CNPJ - BEDE 43.915.172/0001-08	NIRE - BEDE 3522550588-5	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: José Roberto dos Santos Maciel (Diretor)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$,00 DARF: R\$,00	PÁG. / TOT. 1 / 1
ASSINATURA: DATA: 22/04/2021			

DECLARO, SOB AS PÊNAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO) JUC

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE 												
ANEXOS: <table border="0"><tr><td><input type="checkbox"/> DBE</td><td><input type="checkbox"/> Documentos Pessoais</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Procuração</td><td><input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Alvará Judicial</td><td><input type="checkbox"/> Jornal</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Formas de Partilha</td><td><input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial</td><td><input type="checkbox"/> Certidão</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> Outros</td><td></td></tr></table>		<input type="checkbox"/> DBE	<input type="checkbox"/> Documentos Pessoais	<input type="checkbox"/> Procuração	<input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação	<input type="checkbox"/> Alvará Judicial	<input type="checkbox"/> Jornal	<input type="checkbox"/> Formas de Partilha	<input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação	<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	<input type="checkbox"/> Certidão	<input type="checkbox"/> Outros		ETIQUETAS DE REGISTRO - CARIMBO
<input type="checkbox"/> DBE	<input type="checkbox"/> Documentos Pessoais													
<input type="checkbox"/> Procuração	<input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação													
<input type="checkbox"/> Alvará Judicial	<input type="checkbox"/> Jornal													
<input type="checkbox"/> Formas de Partilha	<input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação													
<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	<input type="checkbox"/> Certidão													
<input type="checkbox"/> Outros														
OBSERVAÇÕES:														

Gerência de Guarda e Distribuição

- ☐ Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- ☒ Verificação de Ficha Cadastral
- ☐ Verificação de Aparentamento na Ficha Cadastral
- ☐ MEI sem Cadastro
- ☐ MEI com Cadastro
- ☐ Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- ☐ Marcar Protocolo

10.5 A.9

CONTROLE INTERNET
029207861-7

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE EXIGÊNCIAS

Atender a(s) exigência(s) selecionada(s) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da retirada do processo, devendo o presente formulário de exigência instruir o processo na reentrada, uma vez que constitui parte integrante do documento trazido a registro. A apresentação do processo, após o prazo de 30 (trinta) dias será considerado um novo processo sujeito ao pagamento do respectivo preço público novamente (artigo 57, §3º do Decreto 1800/96).

Nº	Detalhes/Fundamentação	
Apresentação de documentos		
1	Juntar Cópias Autenticadas dos documentos de Identidade do titular/sócio/administrador/procurador, se estrangeiro, apresentar Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou certidão expedida pela Polícia Federal - art. 34, V, do Decreto 1.898/96 e IN DREI nº 34/17.	
2	Juntar Declaração de enquadramento, desenquadramento ou reenquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; ou incluir cláusula específica no ato. Art. 32, II, "b" do Decreto 1.898/96 e LC 123/06.	
3	Comprovar representação do sócio de pessoa jurídica, por meio de cópia de ato registrado em outra Junta Comercial ou cartório. Art. 45, do Código Civil c/c art. 37 da Lei 8.934/94 e item 1.1 da IN DREI nº 38/2017.	
4	Juntar Alvará Judicial ou Formal de Partilha judicial ou extrajudicial ou o termo de inventariância - Arts. 610 e 619 do CPC, item 3.2.7 da IN DREI nº 38/2017.	
5	Juntar comprovante da mudança do nome de titular/sócio/administrador. Art. 18 do CC	
6	Juntar os avisos de convocação nos termos do contrato ou da lei, facultada a indicação no ato da data, do nome e da página dos jornais onde foram publicadas as convocações - Art. 1.157 do Código Civil.	
7	Anejar prova da existência legal da pessoa jurídica estrangeira e comprovação de que o signatário do ato tem poderes para representar a sócia/titular, ambos devidamente legalizados (na língua original, traduzidos por tradutor juramentado e consularizados ou apostilados e com registro em cartório - art. 129, 6º Lei 8.015/73). Art. 1.134 do CC, art. 18 do Decreto 13.608/43, Decreto 8.560/16. Dispensa-se a consularização estrangeiros que residem no país no Mercosul	
8	Juntar as demonstrações financeiras e as publicações caso sejam obrigatórias; salvo declaração expressa de que a empresa/sociedade não se enquadra como empresa de grande porte - Art. 3º da Lei 11.638 de 2007.	
Assinatura		
9	As folhas não assinadas devem ser rubricadas pelos signatários - Art. 4º da IN DREI nº 40/2017.	
10	Em casos de Constituição Normal/Constituição por Transformação, o Advogado deverá visar o ato indicando seu nome e nº da OAB, se não enquadrada como ME/EPP - §2º, do art. 1º, da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia)	
11	Falta assinatura de titular/sócio/administrador - IN DREI nº 38/2017	
12	Assinar a capa do Cadastro VRE (art. 1.151 do CC e art. 40 do Decreto 1810/96)	
13	Reconhecer firma do titular/sócio/administrador/procurador (artigo 1.153 do Código Civil e IN DREI nº 38).	
14	Apresentar documento de identidade do procurador ou reconhecer firma da assinatura (Art. 1.153 do CC) - no caso de procuração particular.	
15	Falta assinatura do cônjuge para integralização do capital com bens imóveis (outorga uxória). Art. 220 e 1.647 do CC.	
16	Identificar os Signatários. Art. 1.153, do Código Civil, Anexos, da IN DREI nº 38/2017.	
Integrantes (sócio/titular)		
17	O menor relativamente capaz (dos 16 aos 18 anos), sócio ou titular da sociedade/empresa, deve ser assistido por ambos os pais, devendo este assinar o instrumento conjuntamente com os seus responsáveis (arts. 1.634, VII e 1.630 do CC, IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.8, alínea "B" e observação 1, Anexo V, item 1.2.5, alínea "B" e observação 1).	
18	O menor relativamente incapaz (menor de 16 anos), sócio ou titular da sociedade/empresa, deve ser representado por ambos os pais, devendo seus responsáveis assinar o instrumento em seu nome. (arts. 1.634, VII e 1.630 do CC, IN DREI nº 38/2017, Anexo II).	



CONTROLE INTERNO
029207861-7



19	O menor emancipado deverá apresentar a certidão de emancipação no ato a ser arquivado. (IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.6, alínea "B" e observação 1; Anexo V, item 1.2.5, alínea "b" e observação 1).	
20	O sócio absolutamente incapaz não deve assinar o Instrumento, o qual deverá ser assinado por seu(s) representante(s) legais. (IN DREI nº 38, Anexo II, item 1.2.5, alínea "d").	
21	O sócio relativamente incapaz deve assinar o Instrumento em conjunto com seus assistentes. (IN DREI nº 38, Anexo II, item 1.2.5, alínea "c").	
22	Corrigir as assinaturas das testemunhas (devidamente qualificadas: nome completo, o nº do RG e o órgão expedidor), se optar por indicá-las no Instrumento (Enunciado 33 da Jucesp e Art. 34 do Dec. 1600/98).	
23	O empresário individual e o titular da EIRELI poderão ter apenas uma única inscrição no país. (IN DREI nº 38, Anexo I, item 1.3.3)	
Administração		
24	Pessoa jurídica não poderá exercer a Administração da sociedade ou empresa. Art. 1.011 do CC; IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.8; Anexo V, item 1.2.12.3.	
25	Inserir Declaração de Desempedimento no ato ou apresentar em documento anexo - IN DREI nº 38/2017, Anexo III, item 1.1 e 3.1	
Capital		
26	Corrigir o valor do Capital Social, o valor das cotas ou a sua distribuição - Item 1.2.10 e ss. da IN DREI nº 38/2017	
27	Declarar ou corrigir a Forma e/ou o Prazo de Integralização do Capital - Item 1.2.10 e ss. da IN DREI nº 38/2017	
28	O capital social da EIRELI deve ser de no mínimo 100 vezes o salário mínimo vigente e deve estar totalmente integralizado (Art. 980-A do CC)	
29	O Capital Social deve estar totalmente integralizado em virtude de presença de sócio menor de idade no quadro societário. §3º do art. 974, do Código Civil.	
30	O capital social está abaixo do mínimo exigido para as atividades nos termos da legislação específica. Art. 13 da Lei 7.102/83, com redação dada pela Lei 9.017/95, para empresa de vigilância e transporte de valores, Art. 4ºB da Lei 8.018/74, com redação dada pela	
31	O capital social da filial deverá ser inferior ao da matriz. Anexo III, da IN DREI nº 38/2017, item 5.1.7.	
32	Indicar a forma, o modo e o prazo de integralização do capital social. Art. 997, III e IV c/c 1.004 do CC.	
33	É vedado o fracionamento de cotas. Art. 1.056 do CC.	
Corrigir o ato		
34	Inserir no ato em cláusula expressa que o titular da EIRELI não participa de nenhuma outra empresa da mesma modalidade - item 1.2, do Anexo V, da IN DREI 38/2017.	
35	Informações do Instrumento não conferem com atos anteriormente arquivados - art. 34, I, da Lei 8.934/94.	
36	Evidenciar se a cessão/transfêrencia foi realizada por doação (gratuita) ou venda (onerosa) - Item 3.2.5.1 da IN DREI nº 38/2017.	
37	Declarar o Responsável pelo passivo e ativo porventura superavitantes e pelo livros contábeis obrigatórios - IN DREI nº 38/2017, Anexo III, item 3.2.4.	
38	A empresa enquadrada em ME ou EPP não pode ser sócia e não pode ter sócia pessoa jurídica - Art. 3º, §4º e incisos da Lei Complementar 123/2006.	
39	Inserir cláusula de reatuação - art. 80, § 4º da Lei 8.934/94	
40	Qualificar os bens indicados para a formação do capital (de qualquer espécie, desde que suscetíveis de avaliação pecuniária), com descrição completa, titularidade e valor atribuído. Art. 1.055, §1º CC; IN DREI 38/2017; Enunciados Jucesp nº 14 e 14.1.	
41	O Instrumento deve conter todas as cláusulas obrigatórias conforme previsto na IN DREI nº 38/2017.	
42	A Filial alterada deverá ser expressamente qualificada com seu endereço, NIRE e CNPJ.	
43	Qualificação de sócio, titular, administrador, conselheiro, representante, inventariante e/ou identificação da Empresa incorreto ou incompleto - Art. 53 Decreto 1.800/98 e IN DREI 38/2017.	
Diversos		
44	Cônjuges casados sob o regime de comunhão universal de bens ou sob o regime de separação obrigatória de bens não podem constituir sociedade entre si (Art. 977 do CC, e IN DREI nº 38/2017 Anexo II, item 1.2.7)	
45	Dependa de outro Processo (especificar)	

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET
029207861-7



46	Documento(s) apresentado(s), encontra(m)-se com rasuras, emendas, entrelinhas, rasguel, ou fora da ordem sequencial ou incompletas. Especificar. (Arts. 35 e 57 do Dec. 1.800/1998).	
47	Até sujeito à aprovação prévia - IN/DREI 14/2013.	
48	Recoher os emolumentos devidos e/ou a diferença dos emolumentos - Item 1.1 - IN/DREI 38/2017; Art. 37, IV, Lei 8.934/94	
49	Apresentar o comprovante de pagamento da DARE (documento de arrecadação federal).	
50	Observar impedimento ou anulação de Ficha Cadastral.	
51	Em virtude de reiteradas exigências acerca do mesmo tema, o documento foi indeferido nos termos do art. 198, inciso III do Dec. 58.879/13.	
Microempreendedor Individual - MEI		
52	Comprovar base do SIMEI - Art. 4º Lei Complementar 123/2006	
53	Apresentar documentação necessária para o cadastramento (certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI; cardesp (se a similitude exigir); comprovante de residência do Microempreendedor Individual ou ainda, declaração escrita que consta o endereço residencial; cópia do RG ou outro documento de identificação pessoal que conste a data de nascimento; cópia do cartão do CNPJ).	
Nome Empresarial		
54	Erro na composição do nome Empresarial (especificar) - Art. 1.138 do Código Civil e Art. 5º IN/DREI 15	
55	Colidência de nome empresarial (IN/DREI n. 15, art. 6º e Decreto n. 1800/98, art. 62, §2º)	
56	Excluir a expressão "ME" ou "EPP" após a denominação social, nos termos da Lei Complementar n. 165/2018.	
Objeto Social		
57	Descrever o Objeto Social em gênero e espécie de atividades de forma clara e precisa - Art. 53, III, "b", Decreto 1.800/98.	
58	Atividade indicada não é empresarial conforme legislação vigente. - Art. 956 e 982, Código Civil.	
59	Apresentar cópia autenticada da carteira da CREFITO para atividades relacionadas à fisioterapia ou terapia ocupacional (art. 30 da Resolução Cofite nº 37/1964).	
Procuração		
60	Anexar Procuração (com firma reconhecida) em processo apartado ou em anexo - Art. 653, Código Civil.	
61	A procuração deve conter poderes específicos para o ato - Art. 653 e 654 do Código Civil.	
62	Apresentar procuração lavrada por Instrumento Público, em razão da presença de sócio analfabeto no quadro societário (IN/DREI nº 38, Anexo II, Item 1.2.16.1)	
63	Sócio/Titular Pessoa Jurídica com sede no exterior ou Sócio Pessoa Física residente no exterior: apresentar procuração outorgada à pessoa residente no Brasil com poderes específicos para o ato pretendido e poderes para receber citação judicial. A procuração outorgada no exterior deve estar consubstanciada ou apostilada (com exceção de procurações francesas e argentinas), traduzida por tradutor juramentado e registrada em Cartório de Títulos e Documentos. (Art. 129, 6º da Lei 6.015/73, Art. 119 da Lei 6.404/76, Art. 1.138 do CC, Art. 6º da IN/DREI nº 34 e Enunciado nº 6 da Jucesp).	
Cadastro VRE		
64	Dados informados no cadastro VRE, divergem dos documentos apresentados - Art. 44 Decreto 1.800/98 e IN/DREI 38/2017.	
65	Código do evento incorreto no cadastro VRE	
Viabilidade		
66	Junta viabilidade e/ou Licenciamento - Item 1.1 - IN/DREI 38/2017.	
67	Corrigir viabilidade ou junta viabilidade válida - Item 1.1 - IN/DREI 38/2017 (ou Licenciamento)	
DBE/Protocolo de Transmissão RFB		
68	Apresentar o Documento Básico de Entrada (DBE)	
69	O objeto social informado no instrumento diverge do informado no DBE.	
70	O porte da empresa informado no DBE diverge do porte constante do documento de enquadramento apresentado.	



CONTROLE INTERNET
029207881-7

71	O documento Bases de Entrada não está em termos para o deferimento.	
72	O objeto do evento não corresponde ao teor do ato trazido a arquivamento.	
73	Para os eventos de alteração do CNPJ - o número do CNPJ não corresponde ao constante do ato alterador.	
74	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, não corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos).	
75	O nome empresarial no requerimento de empresário não corresponde ao nome da empresa. (Permite-se a adição de designação e abreviações, variando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome).	
76	A natureza jurídica informada não corresponde com o teor do ato a ser arquivado.	
77	O capital informado na FCPJ não corresponde ao capital constante do ato constitutivo/alterador.	
78	A descrição da atividade empresarial não está em conformidade com a descrição do CNAE informado.	
79	O DRE não está firmado por pessoa física responsável perante a FCB.	
80	O quadro de sócios/titular disposto no instrumento diverge do DRE	
81	O endereço informado no DRE não está em consonância com o endereço indicado e ser arquivado.	
82	O nome dos sócios/titular indicado no instrumento e/ou no DRE divergem dos dados indicados no Documento de Identidade apresentados (art. 57 do Dec. 1.800/96)	
83	A participação do(s) sócio(s) no capital social informada no instrumento diverge do capital do(s) sócio(s) informada no DRE.	
Reiteração		
84	Reiteração das exigências anteriores	
Outras Exigências/ Descrever		

Atender exigência anterior (verba presente com o requerimento em DRE, no caso de constar a saída do titular da empresa em nome gratuito e alteração estatutal com o devido DRE (IN 81 DRE II, artigo 10/)





FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

RECADASTRADA EM 1997, SOB N. 00059048797

EMPRESA		
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
33200196798	08/01/1974	08/07/2021 16:22:34
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
08/01/1974	43.915.172/0001-06	

CAPITAL
Cr\$ 360.123.750,00 (TREZENTOS E SESENTA MILHÕES, CENTO E VINTE TRÊS MIL, SETECENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: CAMPO DE SAO CRISTOVAO	NÚMERO: 105	
BAIRRO:	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: SAO CRISTOVAO	CEP:	UF: RJ

OBJETO SOCIAL
COMÉRCIO VAREJISTA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESSÓRIOS, DISCOS E FITAS MAGNÉTICOS GRAVADOS COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRAFICO INCLUSIVE - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO INCLUSIVE - VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA E LOCAÇÃO DE HORÁRIO SERVIÇOS DE TELEVISÃO INCLUSIVE - RETRANSMISSORAS, VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA E LOCAÇÃO DE HORÁRIO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
SOCIOS NÃO CADASTRADOS

ARQUIVAMENTOS
SESSÃO: 08/01/1974
CITADOS OS SOCIOS: SENOR ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA. CPF. 008.291.028-68, RG. 2.337.919, RESIDENTE A

<p>RUA ANTONIO DE ANDRADE REBELO, 595 ANTONIO 480 - SP, OCUPANDO O CARGO DE SOCIO, COM VALOR DE PARTICIPACAO DE CR\$ 7.363.125,00. HENRIQUE ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA CPF. 003.957.658-20, RG. 3.223.365, RESIDENTE A RUA DR. JAMES FERRAZ ALVIM, 330 - APT. 101 - SP, OCUPANDO O CARGO DE SOCIO, COM VALOR DE PARTICIPACAO DE CR\$ 74.375,00. RENUNCIA AO CARGO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO O SR. ROBERTO CARLOS ASSAD; ELEITO IVANDIR KOTAIT, NACIONALIDADE BRASILEIRA ,CPF. 020.488.418-72, RG. 2.434.492, RESIDENTE A RUA TUIM, 449 - APT. 61 - 6. ANDAR SP, PARA OCUPAR O CARGO DO RENUNCIANTE.</p> <p>INCLUSÃO DE CNPJ 43.915.172/0001-06</p>	
NUM.DOC: 007.768/00-0	SESSÃO: 29/06/1982
<p>ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35900269650, ALTERADO PARA RUA DONA SANTA VELOSO, 575, VILA GUILHERME, SAO PAULO - SP.</p>	
NUM.DOC: 163.173/92-8	SESSÃO: 06/10/1992
<p>A.G.E. DATADA 28.02.1992. DELIBERADO E APROVADO - RENUNCIA AO CARGO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO O SR. ROBERTO CARLOS ASSAD. E ELEITO EM SUA SUBSTITUICAO O SR. IVANDIR KOTAIT, NACIONALIDADE BRASILEIRA CPF. 020.488.418-72 RG. 2434492 SP RESIDE A RUA TUIM N. 449 APT. 61 6. ANDAR INDIANOPOLIS SP PARA O CARGO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO.</p>	
NUM.DOC: 171.069/92-4	SESSÃO: 21/10/1992
<p>ALTERADO O CAPITAL DA SEDE PARA CR\$ 4.419.883.125,00. REDISTRIBUICAO PARA SENOR ABRAVANEL COM VALOR DE PARTICIPACAO DE CR\$ 4.375.684.293,75. HENRIQUE ABRAVANEL, COM VALOR DE PARTICIPACAO DE CR\$ 44.193.831,25.</p>	
NUM.DOC: 171.070/92-6	SESSÃO: 21/10/1992
<p>A.G.O./A.G.E. DE 28/04/92. APROVADO O RELATORIO DA DIRETORIA E AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVOS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/91.</p>	
NUM.DOC: 111.656/93-0	SESSÃO: 19/07/1993
<p>A.R.D. DE 30/09/92. ALTERACAO DO ENDERECO DA FILIAL DO RIO DE JANEIRO.</p>	
NUM.DOC: 151.196/93-0	SESSÃO: 27/09/1993
<p>ELEICAO DOS CONSELHEIROS LUIZ SEBASTIAO SANDOVAL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF. 064.288.278-91, RG. 3.804.798, RESIDENTE A RUA ANDRE DREYFUS, 109 - BL I - APT. 162, SP; HENRIQUE ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA CPF. 003.957.658-20, RG. 3.223.365, RESIDENTE A RUA DR. JAMES FERRAZ ALVIM, 330 - APT. 101 - SP; GUILHERME STOLIAR, NACIONALIDADE BRASILEIRA CPF. 349.495.857-20, RG. 3.244.275, RESIDENTE A ALAMEDA HOLANDA, 243 - SP E DIRETOR ADJUNTO. ELEICAO DA DIRETORIA, LUCIANO CALLEGARI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF. 220.446.208-04, RG. 2.139.806, RESIDENTE A RUA DAS MANGABEIRAS, 91 - AOTI, 121 - SP, COMO DIRETOR SUPERINTENDENTE; IVANDIR KOTAIT, NACIONALIDADE BRASILEIRA , CPF. 020.488.418-72, RG. 2.434.449 - APT. 61 - 6. ANDAR - SP, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO; ALFONSO AURIN PALACIN JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF. 856.434.918-34, RG. 9.288.969, RESIDENTE A AV. DA INVERNADA, 450 - APT. 32 - SP; COMO DIRETOR TECNICO. RUBENS CARVALHO DOS SANTOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF. 426.578.658-87, RG. 4.120.926, RESIDENTE A RUA SAO JUDAS TADEU, 64 - SP, COMO DIRETOR COMERCIAL.</p>	
NUM.DOC: 151.197/93-3	SESSÃO: 27/09/1993
<p>ALTERADO O CAPITAL DA SEDE PARA CR\$ 54.332.945.625,00. REDISTRIBUICAO PARA SENOR ABRAVANEL, COM VALOR DE PARTICIPACAO DE CR\$ 53.789.616.168,75. HENRIQUE ABRAVANEL, COM VALOR DE PARTICIPACAO DE CR\$ 543.329.456,25.</p>	
NUM.DOC: 133.657/94-2	SESSÃO: 13/09/1994
<p>ALTERADO O CAPITAL DA SEDE PARA CR\$ 1.370.285.000,00. REDISTRIBUICAO PARA SENOR ABRAVANEL COM VALOR DE PARTICIPACAO DE CR\$ 1.356.582.150,00. HENRIQUE ABRAVANEL, COM VALOR DE PARTICIPACAO DE CR\$ 13.702.850,00.</p>	
NUM.DOC: 133.658/94-6	SESSÃO: 13/09/1994
<p>A.G.O. DE 29/04/94. APROVADO O RELATORIO DA DIRETORIA E AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVOS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/93.</p>	
NUM.DOC: 205.519/96-9	SESSÃO: 20/11/1996
<p>ALTERADO O CAPITAL DA SEDE PARA R\$ 5.875.625,00. REDISTRIBUICAO PARA SENOR ABRAVANEL COM VALOR DE PARTICIPACAO DE R\$ 5.816.868,75. HENRIQUE ABRAVANEL, COM VALOR DE PARTICIPACAO DE R\$ 58.756,25.</p>	
NUM.DOC: 205.520/96-0	SESSÃO: 20/11/1996
<p>A.G.O./A.G.E. DE 27/04/95. APROVADO O RELATORIO DA DIRETORIA E AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVAS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/94.</p>	
NUM.DOC: 205.521/96-4	SESSÃO: 20/11/1996

ALTERADO O CAPITAL DA SEDE PARA R\$ 7.140.000,00. REDISTRIBUICAO PARA SENOR ABRAVANEL COM VALOR DE PARTICIPACAO DE R\$ 7.068.600,00. HENRIQUE ABRAVANEL, COM VALOR DE PARTICIPACAO DE R\$ 71.400,00.

NUM.DOC: 205.522/96-8 SESSÃO: 20/11/1996

A.G.O. DE 29/04/96. REELEICAO DOS CONSELHEIROS: LUIZ SEBASTIAO SANDOVAL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RG. 3.804.798, RESIDENTE A RUA ANDRE DREYFYS, 109 - BL. I - APTO. 162 - SP; HENRIQUE ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA CPF. 003.957.658-20, RG. 3.223.365, RESIDENTE A RUA DR. JAMES FERRAZ ALVIM. 330 - APTO. 101 - SP; GUILHERME STOLIAR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF. 349.495.857-20, RG. 3.244.275, RESIDENTE A ALAMEDA HOLANDA, 243 - RJ; REELEICAO DA DIRETORIA: LUCIANO CALLEGARI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF. 220.446.208-04, RG. 2.139.806, RESIDENTE A RUA DAS MANGABEIRAS, 91 - APTO. 121 - SP, OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE; IVANDIR KOTAIT NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF. 020.488.418-72, RG. 2.434.492, RESIDENTE A RUA TUIM, 449 - APTO. 61 - 6. ANDAR - SP; OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO; ALFONSO AURIN PALACIN JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF. 856.434.918-34, RG. 9.288.969, RESIDENTE A AV. DA INVERNADA, 450 - APTO. 32 - SP, OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR TECNICO.

NUM.DOC: 050.241/98-9 SESSÃO: 08/04/1998

A.G.O./A.G.E. DE 28/04/97. APROVADO O RELATORIO DA DIRETORIA E AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS, RELATIVOS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/96.

NUM.DOC: 050.242/98-2 SESSÃO: 08/04/1998

ALTERADO O CAPITAL DA SEDE PARA R\$ 15.098.125,00. REDISTRIBUICAO PARA SENOR ABRAVANEL COM VALOR DE PARTICIPACAO DE R\$ 14.947.143,75. HENRIQUE ABRAVANEL, COM VALOR DE PARTICIPACAO DE R\$ 150.981,25.

NUM.DOC: 218.115/99-4 SESSÃO: 10/12/1999

ALTERADO O CAPITAL DA SEDE PARA R\$ 36.741.250,00. RESIDTRIBUICAO PARA SENOR ABRAVANEL, COM VALOR DE PARTICIPACAO DE R\$ 36.373.837,50. HENRIQUE ABRAVANEL, COM AVLOR DE PARTICIPACAO DE R\$ 367.412,50.

NUM.DOC: 218.116/99-8 SESSÃO: 10/12/1999

A.G.O. DE 19/04/99. ELEITOS OS DIRETORES: JOSE ROBERTO HACHICH MALUF, CPF. 083.897.648-49 RG. 3.420.205, OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR CONSELHEIRO E SUPERINTENDENTE; JULIO CESAR CASARES, CPF. 021.763.097-71, RG. 11.370.482, OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR ADJUNTO; RAWLEY BABOLIM MATOS, CPF. 045.456.518-60, RG. 9.549.882, OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO; SARA BENVINDA SOARES, CPF. 733.306.207-49, RG. 2.634.541, OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR COMERCIAL; REELEITOS LUIZ SEBASTIAO SANDOVAL CPF. 064.288.278-91, RG. 3.804.798; ALFONSO AURIN PALACIN JUNIOR CPF. 856.434.918-34, RG. 9.288.969; HENRIQUE ABRAVANEL, CPF. 003.957.658-20, RG. 3.223.365, AMBOS OCUPANDO OS CARGOS DE DIRETORES CONSELHEIROS.

NUM.DOC: 051.809/01-1 SESSÃO: 23/03/2001

S.T.F. FSYSFS FR 31-12-2000. DELIBERADO E APROVADO A DISTRIBUICAO DE JUROS AOS SRS. ACIONISTAS NO VALOR DE R\$ 2.000.000,00, A TITULO DE REMUNERACAO SOBRE O CAPITAL PROPRIO COM VASE NA TJLP. DISTRIBUICAO ESTA QUE DEVERA SER EFETUADA NA MESMA PROPORCAO DA PARTICIPACAO DE CADA ACIONISTA NO CAPITAL DA SOCIEDADE.

SESSÃO: 20/06/2011

SEDE TRANSFERIDA DE OUTRO ESTADO: SP, NIRE 35225505885.

NUM.DOC: 234.469/11-0 SESSÃO: 20/06/2011

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

DENOMINAÇÕES ANTERIORES

TV. STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.
T.V.S. TV. STUDIOS SILVIO SANTOS LTDA.
TV. STUDIOS RIO DE JANEIRO LTDA.
T.V.S. CANAL ONZE RIO DE JANEIRO LTDA.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 33200196798
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 08/07/2021



Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 155161801, quinta-feira, 8 de julho de 2021 às 16:22:34.



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35225505885	20/06/2011	08/07/2021 15:57:31
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
08/01/1974	43.915.172/0001-06	

CAPITAL
R\$ 45.517.500,00 (QUARENTA E CINCO MILHÕES, QUINHENTOS E DEZESSETE MIL, QUINHENTOS REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AVENIDA DAS COMUNICACOES	NÚMERO: 04	
BAIRRO: VILA JARAGUA	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: OSASCO	CEP: 06276-905	UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE TELEVISÃO ABERTA ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO DE SOM E DE EDIÇÃO DE MÚSICA EDIÇÃO DE LIVROS PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
HENRIQUE ABRVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 003.957.658-20, RG/RNE: 3223365, RESIDENTE À RUA JACEGUAL, 400, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 455.175,00, (NUM. REPRESENTADO: 00829102868 RG: 2.337.919).
SENOR ABRVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 008.291.028-68, RG/RNE: 2337919, RESIDENTE À AVENIDA ANGELICA, 2530, 19 ANDAR, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE

PROCURADORES

LUIZ SEBASTIAO SANDOVAL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 064.288.278-91, RG/RNE: 3804798, RESIDENTE À AVENIDA ANGELICA, 2530, 19 ANDAR, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, COMO PROCURADOR DE SENOR ABRAVANEL.

ARQUIVAMENTOS**SESSÃO: 20/06/2011**

SEDE TRANSFERIDA DE OUTRO ESTADO: RJ, NIRE 33200196798.

FILIAL MANTIDA: NIRE 35900269650, SITUADA A RUA DONA SANTA VELOSO, 575, VILA GUILHERME, SAO PAULO - SP.

INCLUSÃO DE CNPJ 43.915.172/0001-06

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 33999169324, SITUADA À: RUA GENERAL CRISTINO, 40, SAO CRISTOVAO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20921-400.

ABERTURA DE FILIAL NIRE PROVISÓRIO 33999169375, SITUADA À: CAMPO DE SAO CRISTOVAO, 105, SAO CRISTOVAO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20921-440.

NUM.DOC: 022.844/12-0 SESSÃO: 04/01/2012

DELIBERACOES: OUTORGANTE: TVSBT-CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA COM O NIRE 35225505885 EM SESSAO DE 20/06/2011. OUTORGADOS: EDSON IUQUISHIGUE KAWANO OAB/SP N 35.356 MARCELO MIGLIORI OAB/SP N 132.473.

NUM.DOC: 531.799/12-8 SESSÃO: 11/12/2012

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - VEM EM CONFORMIDADE COM A ALINEA "I" DO ARTIGO 38, DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962, COM A REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, DECLARAR A COMPOSICAO DE SEU CAPITAL SOCIAL.

NUM.DOC: 452.189/13-5 SESSÃO: 27/11/2013

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - TVSBT - CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, CONCESSIONARIA DO SERVICO DE RADIODIFUSAO DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), VEM EM CONFORMIDADE COM A ALINEA "I", DO ARTIGO 38, DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962, COM A REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, DECLARAR A COMPOSICAO DE SEU CAPITAL SOCIAL.

NUM.DOC: 183.744/14-7 SESSÃO: 09/05/2014

REMANESCENTE SENOR ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 008.291.028-68, RG/RNE: 2.337.919, RESIDENTE À AVENIDA ANGELICA, 2530, 19 ANDAR, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 45.062.325,00.

REMANESCENTE HENRIQUE ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 003.957.658-20, RG/RNE: 3.223.365, RESIDENTE À RUA JACEGUAI, 400, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 455.175,00.(NUM. REPRESENTADO: 00829102868 RG: 2.337.919)

ELEITO GUILHERME STOLIAR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 349.495.857-20, RG/RNE: 18605888 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 04, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR.

ELEITO JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 088.120.118-96, RG/RNE: 16503746-5 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 04, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR.

ELEITO SARA BENVINDA SOARES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 733.306.207-49, RG/RNE: 02634541-3 - SP, RESIDENTE À CAMPO DE SAO CRISTOVAO, 105, SAO CRISTOVAO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20921-901, COMO DIRETOR SUPERINTENDENTE.

ELEITO ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 313.645.435-91, RG/RNE: 1037283 - BA, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 04, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR TÉCNICO.

ELEITO MARCELLO SASSATANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 112.067.758-07, RG/RNE: 15896500-0 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 04, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO.

NUM.DOC: 495.058/14-2 SESSÃO: 08/12/2014

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO DA COMPOSICAO SOCIETARIA E DO CAPITAL SOCIAL (ART. 7 , LEI N 10.610/02)

NUM.DOC: 570.715/15-5 SESSÃO: 21/12/2015

ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO PUBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN N. 28 DE 06/10/2014E RESOLUCAO CNJ N. 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 002.905/16-4 SESSÃO: 08/01/2016

ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO - DECLARACAO DE COMPOSICAO DE CAPITAL SOCIAL EM CONFORMIDADE COM A ALINEA "I", DO ARTIGO 38, DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962, COM A REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002.

NUM.DOC: 136.898/16-6 SESSÃO: 30/03/2016

REMANESCENTE SENOR ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 008.291.028-68, RG/RNE: 2.337.919, RESIDENTE À AVENIDA ANGELICA, 2530, 19 ANDAR, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 45.062.325,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE HENRIQUE ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 003.957.658-20, RG/RNE: 3223365-6 - SP, RESIDENTE À RUA JACEGUAÍ, 400, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01315-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 455.175,00.(NUM. REPRESENTADO: 00829102868 RG: 2.337.919)

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE GUILHERME STOLIAR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 349.495.857-20, RG/RNE: 18605888-3 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 088.120.118-96, RG/RNE: 16503746-5 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SARA BENVINDA SOARES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 733.306.207-49, RG/RNE: 2634541 - RJ, RESIDENTE À CAMPO DE SAO CRISTOVAO, 105, SAO CRISTOVAO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20921-901, COMO DIRETOR, DIRETOR SUPERINTENDENTE E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 313.645.435-91, RG/RNE: 1037283 - BA, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR TÉCNICO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARCELLO SASSATANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 112.067.758-07, RG/RNE: 15896500-0 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO, DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NUM.DOC: 136.899/16-0 SESSÃO: 30/03/2016

REMANESCENTE SENOR ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 008.291.028-68, RG/RNE: 2.337.919, RESIDENTE À AVENIDA ANGELICA, 2530, 19 ANDAR, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 45.062.325,00.

REMANESCENTE HENRIQUE ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 003.957.658-20, RG/RNE: 3223365-6 - SP, RESIDENTE À RUA JACEGUAÍ, 400, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01315-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 455.175,00.(NUM. REPRESENTADO: 00829102868 RG: 2.337.919)

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE GUILHERME STOLIAR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 349.495.857-20, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 088.120.118-96, RG/RNE: 16503746-5 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE SARA BENVINDA SOARES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 733.306.207-49, RG/RNE: 2634541 - RJ, RESIDENTE À CAMPO DE SAO CRISTOVAO, 105, SAO CRISTOVAO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20921-901, COMO DIRETOR, DIRETOR SUPERINTENDENTE E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 313.645.435-91, RG/RNE: 1037283 - BA, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR

TÉCNICO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.
REMANESCENTE MARCELLO SASSATANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 112.067.758-07, RG/RNE: 15896500-0 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO, DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.
NUM.DOC: 052.326/17-2 SESSÃO: 27/01/2017
DECLARACAO DE COMPOSICAO DE CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 15/12/2016.
NUM.DOC: 079.409/17-9 SESSÃO: 13/02/2017
CERTIDAO ESPECIFICA DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (JUCERJA), ATRAVES DA QUAL CERTIFICA A AUTENTICACAO DOS SEGUINTE LIVROS: LIVRO DE REGISTO DE ATAS DAS ASSEMBLEIA GERAIS N 01 AUTENTICADO NA JUCERJA SOB O N 26.682, EM SESSAO DE 20/09/1985; LIVRO DE REGISTO DE ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS N 02 AUTENTICADO NA JUCERJA SOB O N 798, EM SESSAO DE 28/04/1995; LIVRO DE REGISTO DE ATAS E PARECERES DO CONSELHO FISCAL N 01 AUTENTICADO NA JUCERJA SOB O N 28.865, EM SESSAO DE 20/09/1985; LIVRO DE REGISTO DE PRESENCA DE ACIONISTAS N 01 AUTENTICADO NA JUCERJA SOB O N 26.683, EM SESSAO DE 20/09/1985; E LIVRO DE REGISTO DE ATAS EM REUNIOES DA DIRETORIA N 01 AUTENTICADO NA JUCERJA SOB O N 28.864, EM SESSAO DE 20/09/1985., DATADA DE: 31/01/2017.
NUM.DOC: 150.861/17-5 SESSÃO: 12/04/2017
ADMITIDO DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 312.608.258-09, RG/RNE: 26455005-5 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 22.758.750,00.
ADMITIDO RENATA ABRAVANEL CURADO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 315.190.078-09, RG/RNE: 26455007-9 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 22.758.750,00.
RETIRA-SE DA SOCIEDADE SENOR ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 008.291.028-68, RG/RNE: 2.337.919, RESIDENTE À AVENIDA ANGELICA, 2530, 19 ANDAR, CONSOLACAO, SAO PAULO - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 45.062.325,00.
RETIRA-SE DA SOCIEDADE HENRIQUE ABRAVANEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 003.957.658-20, RG/RNE: 3223365-6 - SP, RESIDENTE À RUA JACEGUAÍ, 400, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01315-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 455.175,00.(NUM. REPRESENTADO: 00829102868 RG: 2.337.919)
REMANESCENTE JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 088.120.118-96, RG/RNE: 16503746-5 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.
REMANESCENTE SARA BENVINDA SOARES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 733.306.207-49, RG/RNE: 2634541 - RJ, RESIDENTE À CAMPO DE SAO CRISTOVAO, 105, SAO CRISTOVAO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20921-901, COMO DIRETOR, DIRETOR SUPERINTENDENTE E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.
REMANESCENTE ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 313.645.435-91, RG/RNE: 1037283 - BA, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR TÉCNICO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.
REMANESCENTE MARCELLO SASSATANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 112.067.758-07, RG/RNE: 15896500-0 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO, DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.
NUM.DOC: 854.715/18-6 SESSÃO: 04/01/2018
ARQUIVAMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN NO. 28 DE 06/10/2014 E RESOLUÇÃO CNJ NO. 42 DE 31/10/2014.
NUM.DOC: 041.858/18-9 SESSÃO: 24/01/2018
DECLARACAO DE COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 07/12/2017.
NUM.DOC: 583.250/18-0 SESSÃO: 17/12/2018
DECLARACAO DE CAPITAL SOCIAL 2018 - ART. 38, I DA LEI 4.117/62, DATADA DE: 30/11/2018.
NUM.DOC: 589.571/18-7 SESSÃO: 19/12/2018
REMANESCENTE DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 312.608.258-09, RG/RNE: 26455005-5 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 22.758.750,00.

REMANESCENTE RENATA ABRAVANEL CURADO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 315.190.078-09, RG/RNE: 26455007-9 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 22.758.750,00.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 088.120.118-96, RG/RNE: 16503746-5 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR SUPERINTENDENTE E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE SARA BENVINDA SOARES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 733.306.207-49, RG/RNE: 2.634.541 - RJ, RESIDENTE À CAMPO DE SAO CRISTOVAO, 105, SAO CRISTOVAO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20921-901, COMO DIRETOR ADJUNTO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE ROBERTO DIAS LIMA FRANCO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 313.645.435-91, RG/RNE: 037283 - BA, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR TÉCNICO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE MARCELLO SASSATANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 112.067.758-07, RG/RNE: 15.896.500-0 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.(2 DIRETOR CONSELHEIRO)

NOMEADO JOSE ROBERTO HACHICH MALUF, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 083.897.648-49, RG/RNE: 3.420.205-5 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.(1 DIRETOR CONSELHEIRO)

NOMEADO JULIO CESAR GARCIA DANTAS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 022.542.758-36, RG/RNE: 11.323.845-9 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DA COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NOMEADO MARCELO PARADA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 031.135.968-07, RG/RNE: 7.624.642 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR COMERCIAL E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NOMEADO JOSE RAIMUNDO LIMA CUNHA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 144.979.301-06, RG/RNE: 305.655 - DF, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR TÉCNICO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NUM.DOC: 002.251/20-6 SESSÃO: 06/01/2020

DECLARACAO DE CAPITAL SOCIAL 2019 - ART. 38, "I", DA LEI 4.117/62., DATADA DE: 05/12/2019.

NUM.DOC: 064.471/20-2 SESSÃO: 31/01/2020

CARTA RENÚNCIA DATADA DE: 22/05/2019, DE JOSE ROBERTO HACHICH MALUF, CPF 083.897.648-49, RG / RNE: 3.420.205-5, CUTIS: NÃO INF., DO(S) CARGO(S) DE: ADMINISTRADOR E DIRETOR.

NUM.DOC: 074.674/20-1 SESSÃO: 06/02/2020

CARTA RENÚNCIA DATADA DE: 20/01/2020, DE MARCELO PARADA, CPF 031.135.968-07, RG / RNE: 7.624.642, CUTIS: NÃO INF., DO(S) CARGO(S) DE: ADMINISTRADOR E DIRETOR.

NUM.DOC: 449.554/20-0 SESSÃO: 27/10/2020

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 18/09/2020. ORDEM DO DIA: (I) CONSIGNAR, EM ATA, O PEDIDO DE RENUNCIA APRESENTADO PELO SR. MARCELLO SASSATANI AO CARGO DE 2 DIRETOR CONSELHEIRO DA SOCIEDADE; (II) ELEGER NOVO ADMINISTRADOR PARA OCUPAR O CARGO DE 2 DIRETOR CONSELHEIRO, EM SUBSTITUICAO AO DIRETOR RENUNCIANTE, BEM COMO PREENCHER OS DEMAIS 2 CARGOS DE DIRETOR CONSELHEIRO QUE SE ENCONTRAM VAGOS E, AINDA, ELEGER NOVO ADMINISTRADOR PARA OCUPAR O CARGO DIRETOR COMERCIAL QUE TAMBEM SE ENCONTRA VAGO; E (III) OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE SOCIAL.

ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 088.120.118-96, RG/RNE: 16503746-5 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEITO FERNANDO JUSTUS FISCHER, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 259.091.638-84, RG/RNE: 25044851-8 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ELEITO FREDERICO MULLER JUNIOR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 058.184.308-80, RG/RNE: 13885005 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR COMERCIAL, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 312.608.258-09, RG/RNE: 26455005-5 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 22.758.750,00.

REMANESCENTE RENATA ABRAVANEL CURADO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 315.190.078-09, RG/RNE: 26455007-9 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 22.758.750,00.

REMANESCENTE SARA BENVINDA SOARES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 733.306.207-49, RG/RNE: 2.634.541 - RJ, RESIDENTE À CAMPO DE SAO CRISTOVAO, 105, SAO CRISTOVAO, RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 20921-901, COMO DIRETOR ADJUNTO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE MARCELLO SASSATANI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 112.067.758-07, RG/RNE: 15.896.500-0 - SP, RESIDENTE À AV DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.(2 DIRETOR CONSELHEIRO)

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE JOSE ROBERTO HACHICH MALUF, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 083.897.648-49, RG/RNE: 3.420.205-5 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.(1 DIRETOR CONSELHEIRO)

REMANESCENTE JULIO CESAR GARCIA DANTAS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 022.542.758-36, RG/RNE: 11.323.845-9 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DA COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

DESTITUIÇÃO/RENÚNCIA DE MARCELO PARADA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 031.135.968-07, RG/RNE: 7.624.642 - SP, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR COMERCIAL E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REMANESCENTE JOSE RAIMUNDO LIMA CUNHA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 144.979.301-06, RG/RNE: 305.655 - DF, RESIDENTE À AVENIDA DAS COMUNICACOES, 4, VILA JARAGUA, OSASCO - SP, CEP 06276-905, COMO DIRETOR TÉCNICO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

NUM.DOC: 449.555/20-3 SESSÃO: 27/10/2020

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA ATIVIDADES DE TELEVISÃO ABERTA, ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO DE SOM E DE EDIÇÃO DE MÚSICA, EDIÇÃO DE LIVROS, PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES, GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS., DATADA DE: 18/09/2020.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: APROVAR (I) O REMANEJAMENTO DO PARAGRAFO UNICO DA CLAUSULA TERCEIRA (3) DO CONTRATO SOCIAL, PASSANDO ELE A FIGURAR COMO PARAGRAFO UNICO DO CLAUSULA PRIMEIRA (1); (II) A ALTERACAO DA CLAUSULA TERCEIRA (3) DO SEU CONTRATO SOCIAL QUE TRATA DE SEU OBJETO SOCIAL; (III) A ALTERACAO DO CAPUT DA CLAUSULA DECIMA QUINTA (15), AS ALTERACOES DOS PARAGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO E A INCLUSAO DO PARAGRAFO TERCEIRO; E (IV) A ALTERACAO DAS CLAUSULAS 21 , 26 , 27 , 28 , 29 E 30 DO SEU CONTRATO SOCIAL, QUE TRATAM DAS ATRIBUICOES DE SEUS DIRETORES;

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 532.071/20-7 SESSÃO: 14/12/2020

DECLARACAO ANUAL DE CAPITAL SOCIAL, DATADA DE: 01/12/2020.

NUM.DOC: 265.758/21-0 SESSÃO: 04/06/2021

CARTA RENÚNCIA DATADA DE: 08/03/2021, DE JOSE RAIMUNDO LIMA CUNHA, CPF 144.979.301-06, RG / RNE: 305.655, CUTIS: NÃO INF., DO(S) CARGO(S) DE: ADMINISTRADOR E DIRETOR TÉCNICO.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35225505885
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 08/07/2021



Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 155158730, quinta-feira, 8 de julho de 2021 às 15:57:31.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8610-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAJUNT

59664E47

RENATA ABRAVANEL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

POLEGAR DIREITO

NÃO PLASTIFICAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 26.455.007-9 2 via DATA DE EMISSÃO 03/03/2018

NOME
RENATA ABRAVANEL CURADO

FILIAÇÃO
SENOR ABRAVANEL
IRIS ABRAVANEL

NATURALIDADE
S. PAULO - SP

DATA DE NASCIMENTO
29/03/1985

ENDEREÇO
SÃO PAULO-SP IBIRAPUERA CC:LV.B11 /FLS.11 /Nº03121

CPF
315190078/09

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Carimbo: Paulo Tavares
Delegado de Polícia Chefe do UNICRIS-SP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

9999-4

MOLESAO DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 16.503.746-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/SET/2001

NOME JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL

FILIAÇÃO AMAURY MACIEL
E GENI LITRAN DOS SANTOS MACIEL

NATURALIDADE S.PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 17/SET/1965

DOC ORIGEM SAO PAULO SP
IPIRANGA
CN:LV.A230/FLS.179V/N.159162
CPF 088120118/96

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

C/C

NASCIMENTO 17.09.65 INSCRIÇÃO NO CPF 088 120 118 96

CONTRIBUINTE

JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 25.044.851-8 2 via 15/05/2018

DATA DE EMISSÃO

Nome FERNANDO JUSTUS FISCHER

ADALBERTO FISCHER

CATARINA JUSTUS FISCHER

NATURALIDADE S. PAULO - SP

DATA DE NASCIMENTO 11/07/1975

DOCS ORIGEM

SÃO PAULO - SP BELA VISTA CN:LV.A312/FLS.61 /N.328284

CPF 2590991638/84

Assinatura do Titular

Assinatura do Diretor

Lei Nº 7.116 DE 24/03/83

NÃO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8100-0

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GILBERTON DAUNT

POLEGAR DIREITO

42356C47

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO GERAL 13.885.005-7 DATA DE EMISSÃO 28/JUN/2007
NOME FREDERICO MULLER JUNIOR
FLACÃO FREDERICO MULLER
E ELMA MARTHA ANNA FICK MULLER
NACIONALIDADE S. BERNARDO DO CAMPO - 12/FEV/1966
SP
DOC ORIGEM SÃO PAULO-SP
VILA MARIANA
CC: LV.B045/FLS.156 /N.003579
OFF
Assinatura do Diretor: [Assinatura] 29 Delegado Distrital
Assinatura do Diretor: [Assinatura] 29 Delegado Distrital
LEI Nº 7.116 DE 23/06/93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL



0555

MAIOR DE 65 ANOS



0555

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 02.634.541-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/11/2015

NOME SARA BENVINDA SOARES

FILIAÇÃO ALBERTO ABRAVANEL

REBECA ABRAVANEL

NATURALIDADE RIO DE JANEIRO DATA DE NASCIMENTO 14/02/1944

DOC. ORIGEM C. CASM LIV 152 FLS 209 TERM 28332 C 007

RIO DE JANEIRO RJ

CPI 733.306.207-49

001 2 Via

0555

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8100-0

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBELTON DAUNT

POLEGAR DIREITO

7330586E

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 11.323.845-9 2 via DATA DE EMISSÃO 16/12/2017

Nome JULIO CESAR GARCIA DANTAS

FILIAÇÃO INACIO GARCIA DANTAS MARIA IRACEMA TIOSO

NATURALIDADE S. PAULO - SP

DATA DE NASCIMENTO 22/01/1962

OCCUPAÇÃO SÃO PAULO-SP INDIANÓPOLIS CC-LV 8073/FLS. 184 /Nº00728

022542758/36 12113560048

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

Recibo Eletrônico de Protocolo - 6930313

Usuário Externo (signatário):	Márcio Henrique Fernandes Dos Reis
Data e Horário:	24/05/2021 14:50:32
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	53500.034565/2021-59
Interessados:	

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Requerimento Rio de Janeiro/RJ CH24D -Licença Informa 6930312

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Agência Nacional de Telecomunicações.



CPL 117/21

São Paulo, 24 de maio de 2021.

Ilustríssimo Senhor

CARLOS ROBERTO AMORIM JUNIOR

Coordenador Regional de Processo

ANATEL Manaus - AM

Ref.: Processo nº 53500.034565/2021-59

A **TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA**, CNPJ nº 43.915.172/0001-06, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, através do **canal 24** (vinte e quatro), na cidade do **Rio de Janeiro**, Estado do Rio de Janeiro, vem, à presença de Vossa Senhoria, em atenção ao **Ofício nº 523/2021/GR11OR/SFI-ANATEL**, **informar** que em 24/05/2021, foi protocolado novamente no MOSAICO, o projeto técnico, sob nº 53500.034565/2021-59, com ID da Solicitação nº 60abe3a9b9bdd.

Por oportuno, comunica que é o mesmo projeto técnico protocolado sob nº 53500.029834/2021-65, no MOSAICO, em 06/05/2021, com id da solicitação nº 60774684056f2, e alega os seguintes motivos:

- a) A estação transmissora já se encontra licenciada através da licença S/N, emitida em 09/05/2019, em anexo.
- b) Em 17/01/2021, houve o processo de renovação do Ato de Uso de Radiofrequencia, o que alterou o status da estação de “TV-C4 – Estação Licenciada” para “TV-C7 – Canal Outorgado – Aguardando Ato de RF”.



[Assinatura]
Engº Marco Aurélio Fernandes dos Reis
CREA 5069027074



- c) Em 07/04/2021, foi publicado o Ato nº 263, de 14/01/21, autorização o Uso de Radiofrequencia, alterando o status da estação de “TV-C7” para “TV-C2 – Canal Outorgado – Aguardando Dados da Estação”
- d) O processo de licenciamento efetuado no MOSAICO, através do protocolo nº 53500.029834/2021-65, em 06/05/21, não alterou as características técnicas constante na licença emitida em 09/05/2019.
- e) No item 5.3. do Ato nº 3.114/2020, a norma técnica aprova:

“Situações de interferência existentes no PBTVD não poderão ser agravadas por inclusões ou alterações de canais. Nesses casos, caberá análise comparativa entre a situação existente e a proposta”

Conclui-se que na análise comparativa, a situação de interferente já é existente no PBTVD e não está sendo proposto alteração das características técnicas já licenciada pela ANATEL, o processo tem o intuito apenas de atualizar o STATUS do canal no sistema MOSAICO.

Atenciosamente,


Márcio Henrique Fernandes dos Reis

Procurador Eletrônico ANATEL / SEI

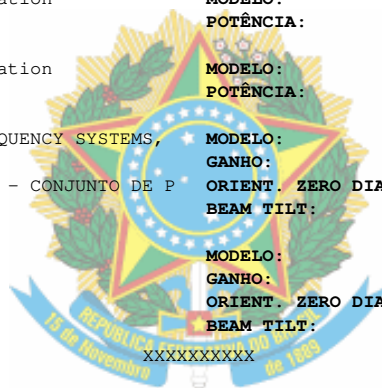
CPF nº 704.694.316/87



NOME/RAZÃO SOCIAL TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA				CNPJ 43915172000106	
Nº DA ESTAÇÃO 690605021	SERVIÇO 247 Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens – Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 22° 56' 57.0" S	LONGITUDE 43° 13' 44.0" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO do Sumaré				DISTRITO *****	
BAIRRO Rio Comprido				MUNICÍPIO Rio de Janeiro	UF RJ

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
LOCALIDADE:	*****		
FREQUENCIA:	533 MHz	CANAL:	24
CLASSE:	E	COTA BASE DA TORRE:	730.00
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYB512		
NOME FANTASIA:	*****	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	Rio de Janeiro		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	CAMPO SAO CRISTOVAO	BAIRRO:	SAO CRISTOVAO
MUNICÍPIO:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
NUMERO:	105	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	*****	BAIRRO:	*****
MUNICÍPIO:	*****	UF:	*****
NUMERO:	*****	COMPLEMENTO:	*****
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Toshiba Corpotation	MODELO:	TDU7377L
CÓDIGO:	025350804998	POTÊNCIA:	8.50 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Toshiba Corpotation	MODELO:	TDU7377L
CÓDIGO:	025350804998	POTÊNCIA:	3.000 kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS,	MODELO:	PHP 40 J
POLARIZAÇÃO:	Horizontal	GANHO:	10.52
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL - CONJUNTO DE P	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	270 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	135.30 m	BEAM TILT:	4.1 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
POLARIZAÇÃO:	*****	GANHO:	*****
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	***** m	BEAM TILT:	***** graus



IMPRESSO EM: 09/05/2019 10:45:43

APLICAÇÃO

Emitido Em
09/05/2019

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDE5NWwNkM2QzMjYjYTZmNw==>

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de

Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 10478/2021/SEI-MCOM

PROCESSO Nº: 01250.013137/2020-05

INTERESSADO: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Rio de Janeiro/RJ, referente ao seguinte período: 16/01/2021 a 16/01/2036.

ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 7073/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 12565/2021/SEI-MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 7584714 e 7584909). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.018792/2021-81, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do referido Decreto nº 10.775, de 2021.

4. Assim sendo, resta concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

4.1. declaração, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a

apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 4º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Assistente**, em 01/09/2021, às 12:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/09/2021, às 12:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8057274** e o código CRC **992EAEA6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI nº 8057274



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 18309/2021/MCOM

Brasília, 01 de setembro de 2021.

Ao Senhor

Representante Legal da

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (CNPJ Nº 43.915.172/0001-06)

Av. das Comunicações, 04, Vila Jaraguá,

06276 905 - Osasco/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.013137/2020-05.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 10478/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 01/09/2021, às 12:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8057510** e o código CRC **B08CD7AC**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 18309/2021/MCOM - Processo nº 01250.013137/2020-05 - Nº SEI: 8057510

Data de Envio:

01/09/2021 14:18:48

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

fiscal@sbt.com.br
rfranco@sbt.com.br
luishonda@sbt.com.br
juliananoronha@sbt.com.br
mreis@sbt.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL - MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 01250.013137/2020-05

INTERESSADA: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_8057510.html
Nota_Tecnica_8057274.html



TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Ilustríssima Senhora

Kenia da Silva Vieira

Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Ministério das Comunicações

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência.

Processo: 01250.013137/2020-05

Resposta ao Ofício nº 18309/2021/MCOM

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., empresa concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações, nº 4, Vila Jaraguá, CEP 06276-905, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 43.915.172/0001-06, neste ato representada por seu procurador infra-assinado (Procuração CADSEI), vem, em resposta ao Ofício em referência, apresentar a documentação anexa, exigida na Nota Técnica nº 10478/2021/SEI-MCOM conforme segue:

✓ **RELATIVO À ENTIDADE:**

1. *Declaração, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que:*

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Osasco (SP), 27 de setembro de 2021.

Atenciosamente,

LUIS FERNANDO NORIAKI
CARVALHO HONDA

Assinado de forma digital por LUIS
FERNANDO NORIAKI CARVALHO
HONDA
Dados: 2021.09.27 10:06:12 -03'00'

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

Luis Fernando Noriaki Carvalho Honda

OAB/SP 348.897

- Procurador CADSEI -



TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

DECLARAÇÃO

A TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Comunicações, n. 4, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o número 43.915.172/0001-06, neste ato representada por seus representantes legais Sr. José Roberto dos Santos Maciel, brasileiro, portador da cédula de identidade (RG) nº 16.503.746 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o nº 088.120.118-96, e Sr. Julio Cesar Garcia Dantas, brasileiro, portador do RG nº 11.323.845-9 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 022.542.758-36, **DECLARA** para os devidos fins e efeitos que:

- a) possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmamos esta declaração.

Osasco (SP), 17 de setembro de 2021.

 TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA José Roberto dos Santos Maciel Diretor	 TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA Julio Cesar Garcia Dantas Diretor
--	--

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

9999-4

MOLESAO DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 16.503.746-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/SET/2001

NOME JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL

FILIAÇÃO AMAURY MACIEL

E GENI LITRAN DOS SANTOS MACIEL

NATURALIDADE S.PAULO -SP DATA DE NASCIMENTO 17/SET/1965

DOC ORIGEM SAO PAULO SP

IPIRANGA

CN: LV.A230/FLS.179V/N.159162

CPF 088120118/96

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Jose Roberto Maciel

C/C

NASCIMENTO 17.09.65

INSCRIÇÃO NO CPF 088 120 118 96

CONTRIBUINTE

JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL

ASSINATURA DO SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8100-0

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBELTON DAUNT

POLEGAR DIREITO

7330586E

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 11.323.845-9 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO 16/12/2017

Nome JULIO CESAR GARCIA DANTAS

FILIAÇÃO INACIO GARCIA DANTAS MARIA IRACEMA TIOSO

NATURALIDADE S. PAULO - SP

DATA DE NASCIMENTO 22/01/1962

OCCUPAÇÃO SÃO PAULO-SP INDIANÓPOLIS CC-LV 8073/FLS. 184 /Nº00728

022542758/36 12113560048

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

Data de Envio:

27/09/2021 14:46:50

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM

Mensagem:

Processo nº: 01250.013137/2020-05

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (CNPJ Nº 43.915.172/0001-06), executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município do Rio de Janeiro/RJ, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta CGFM

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Sex, 01/10/2021 14:20

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (CNPJ Nº 43.915.172/0001-06), executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município do Rio de Janeiro/RJ, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento de contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 27 de setembro de 2021 14:46**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM

Processo nº: 01250.013137/2020-05

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (CNPJ Nº 43.915.172/0001-06), executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município do Rio de Janeiro/RJ, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

Em 26 MAR 1981

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL EM 26 MAR 1981



399-2

Decreto n.º 85.841, de 25 de março de 1981.

Outorga concessão ao SBT - SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO S.C. LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) nas cidades de São Paulo - Estado de São Paulo, Porto Alegre - Estado do Rio Grande do Sul, Belém - Estado do Pará e Rio de Janeiro - Estado de Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 89, item XV, letra "a", da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 17.913/80 (Edital nº 35/80),

DECRETA:

Art. 1º - Fica outorgada concessão ao SBT - SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO S.C. LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) nas cidades de São Paulo - Estado de São Paulo, Porto Alegre - Estado do Rio Grande do Sul, Belém - Estado do Pará e Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único - O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas baixadas com o presente, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 25 de março de 1981;
1609 da Independência e 939 da República.

João Figueiredo

Albino



existentes anteriormente à ciência do início do procedimento administrativo, excluindo-se ainda dos seus efeitos os renovamentos, as máquinas e os implementos agrícolas e qualquer benfeitoria instalada por quem venha a ser beneficiado com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, atestada a legitimidade domínial privada das mencionadas áreas planimétricas, fica autorizado a promover as desapropriações dos imóveis rurais de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a montar as áreas de Reserva Legal e preservação permanente previstas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2008; 187ª da Independência e 129ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008

Outorga concessão à Fundação Núcleo Cultural Beneditinoense, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002668/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação Núcleo Cultural Beneditinoense para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O conteúdo documental desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2008; 187ª da Independência e 129ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008

Outorga concessão à Rádio 910 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o que consta do Processo Administrativo nº 53770.000356/2002, Concorrência nº 155/2001-SSR/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio 910 Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A concessão ora outorgada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º O conteúdo documental desta concessão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 3º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2008; 187ª da Independência e 129ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008

Transfere a concessão outorgada à Rádio Globo de Salvador Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Salvador, Estado da Bahia, para a Fundação Cultural de Radiodifusão José Jerônimo de Oliveira.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e no art. 94, item 3, alínea "a", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferida a concessão outorgada à Rádio Globo de Salvador Ltda., pelo Decreto nº 86.881, de 27 de janeiro de 1982, e renovada pelo Decreto de 29 de julho de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de agosto de 1994, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Salvador, Estado da Bahia, para a Fundação Cultural de Radiodifusão José Jerônimo de Oliveira.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja concessão é transferida por este Decreto, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2008; 187ª da Independência e 129ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008

Renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Rio Negro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), sem direito de exclusividade, no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53630.000199/2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 1º de dezembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio e Televisão Rio Negro Ltda., por meio do Decreto nº 95.466, de 11 de dezembro de 1967, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2008; 187ª da Independência e 129ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008

Renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), sem direito de exclusividade, no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001201/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 13 de junho de 2005, a concessão outorgada à SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA., pelo Decreto nº 75.628, de 18 de abril de 1975, e renovada pelo Decreto de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 180, de 1995, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2008; 187ª da Independência e 129ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa

DECRETO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008

Renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), sem direito de exclusividade, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53660.047.907/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 16 de janeiro de 2008, a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., pelo Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2008; 187ª da Independência e 129ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Heitor Costa



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 940, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA DE LAURO DE FREITAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 511, de 8 de novembro de 2005, que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura de Lauro de Freitas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lauro de Freitas, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2009.

SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 941, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA CULTURAL DE JAPORÁ, denominada ARIAP, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japorá, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 813, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Radiofônica Cultural de Japorá, denominada ARIAP, para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Japorá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2009.

SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 942, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DA PENÍNSULA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirim, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 734, de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Amigos da Península para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirim, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2009.

SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 943, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL QUARTA COLÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 220, de 21 de março de 2005, que outorga autorização à Associação Cultural Quarta Colônia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faxinal do Soturno, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2009.

SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 944, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIANÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 141, de 1º de abril de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural dos Moradores e Amigos do Baianão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2009.

SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 945, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE VANGUARDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 260, de 20 de maio de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Vanguardia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2009.

SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 946, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE NAZÁRIO - ACOMASC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado do Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 517, de 29 de agosto de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social e Cultural de Nazaré - ACOMASC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2009.

SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 947, DE 2009

Aprova o ato que remove a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto nº 6, de 27 de novembro de 2008, que remove por 15 (quinze) anos, a partir de 16 de janeiro de 2006, a concessão outorgada à TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2009.

SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 948, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE BOSSORÓCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bossoroca, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 805, de 20 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Bossoroca para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bossoroca, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 2009.

SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A TVSBT – CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., OBJETIVANDO A CONSIGNAÇÃO DE CANAL DE RADIOFREQUÊNCIA DESTINADO À TRANSMISSÃO DIGITAL DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NO ÂMBITO DO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE – SBTVD-T, NA LOCALIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro do ano dois mil e oito, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa, e a **TVSBT – CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.**, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, CNPJ nº 43.915.172/0001-06, representada por sua Procuradora, Maria Eloísa Ferreira dos Santos, RG nº M 929.707 SSP/MG, CPF nº 310.135.386-68, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **CONCESSIONÁRIA**, objetivando a consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T, na localidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, decorrente da concessão outorgada originariamente à TV Studios Sílvia Santos Ltda., atualmente denominada TVSBT – Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., por meio do Decreto nº 76.488, de 22 de outubro de 1975, publicado no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 1975, para executar o serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade objeto do presente Termo, regendo-se o presente ato pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos, pelo Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica consignado à TVSBT – Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 MHz, destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens pela **CONCESSIONÁRIA**, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T, na localidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem interrupção da transmissão de seus sinais analógicos, nos termos previstos no art. 10 do Decreto nº 5.820, de 2006.

Cláusula 2ª. A **CONCESSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar o projeto de instalação da estação transmissora digital ao Ministério das Comunicações, no prazo máximo de 6(seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Termo Aditivo;



- c) após instalada a estação digital, requerer ao Ministério das Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contado da data da publicação da portaria de aprovação do projeto de instalação da estação transmissora digital;
- e) realizar a transmissão digital de sons e imagens com a veiculação simultânea da programação em tecnologia analógica, durante o período de transição previsto no art. 10 do Decreto nº 5820, de 2006.

Cláusula 3ª. São condições técnicas mínimas para a utilização do canal de radiofrequência consignado à CONCESSIONÁRIA conforme este Termo Aditivo:

- a) proporcionar a mesma cobertura que o canal utilizado para transmissão analógica, observado o disposto no instrumento de outorga para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens;
- b) propiciar gerenciamento eficaz das transmissões analógicas e digitais;
- c) prevenir interferências.

Cláusula 4ª. O canal de radiofrequência consignado à CONCESSIONÁRIA, consoante este Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a CONCESSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência consignados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da CONCESSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 5ª. O prazo para a utilização plena, pela CONCESSIONÁRIA, do canal de radiofrequência consignado para a transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens será até 30 de junho de 2016.

SES

ix

Cláusula 6ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “b” e “d” da Cláusula 2ª e na Cláusula 5ª caracterizará o desinteresse da CONCESSIONÁRIA na transmissão digital do serviço de radiodifusão outorgado, implicando na revogação da consignação do respectivo canal de radiofrequência.

Cláusula 7ª. Findo o prazo da concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, se não houver renovação e esta for declarada premissa ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a CONCESSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 8ª. Decorrido o prazo de transição de que trata o art. 10 do Decreto nº 5.820, de 2006, o canal utilizado para transmissão analógica deverá ser devolvido, pela CONCESSIONÁRIA, à União.

Cláusula 9ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 10ª. Ficam ratificadas todas as cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a CONCESSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinada pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Concessionária


Testemunha


Testemunha



PUBLICADO
NO
DIÁRIO OFICIAL
de 16 / 01 / 1976
Página N.º 587
Encarregado da Revisão

Publique-se por conta da parte interessada.

Divisão de Radiodifusão.

Em, de dezembro de 1975.

Termo de Contrato celebrado entre a União Federal e TV Stúdios Sílvio Santos Ltda, para estabelecer uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Aos vinte e dois (22) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Comandante EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA, titular do cargo acima citado e como testemunhas o Sr. Coronel IDALÉCIO NOGUEIRA DIÓGENES, Diretor do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL e a Engenheira REGINA MARIA DA CRUZ CABRAL, Diretora da Divisão de Radiodifusão do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL, compareceu o Senhor SENOR ABRAVANEL, brasileiro, casado, jornalista e radialista, Carteira de Identidade RG nº 2.337.919-SP, CPF nº 008.291.028, residente e domiciliado à Rua Leiria, nº 65 - São Paulo, Capital, Sócio - Gerente da TV Stúdios Sílvio Santos Limitada, conforme consta do Processo número quarenta e dois mil, cento e sessenta e cinco do ano de mil novecentos e setenta e cinco, para o fim especial de assinar o presente Termo de Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada Entidade, através do Decreto número setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e oito, de vinte e dois de outubro de mil novecentos e setenta e cinco, publicado no Diário Oficial da União do dia vinte e três do mesmo mês e ano, para estabelecer na cidade do Rio de Janeiro, Estado do mesmo nome, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), utilizando o canal 11+ (onze decalado para mais), regendo-se a referida concessão pelas cláusulas e condições seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à TV Stúdios Sílvio Santos Ltda. o di

reito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos, e entrará em vigor a partir da publicação no Diário Oficial da União do contrato celebrado entre o Ministério das Comunicações e a concessionária. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos; b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; c) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo de pessoal brasileiro; e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia autorização do Governo Federal; f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização; g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim; h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento; i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o

estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, sob a direção da Agência Nacional do Gabinete Civil da Presidência da República, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional; m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos; o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior; p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido; q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferências de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal; r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações; s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações; t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas sem prévia autorização do Ministério das Comunicações; u) obedecer as instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação. **CLÁUSULA QUARTA: - A concessionária**

ria é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a: a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria nº 408, de 29 de julho de 1970, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura; b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "1" da cláusula anterior. -

CLÁUSULA QUINTA: - Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela. CLÁUSULA SEXTA: - A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União. CLÁUSULA SÉTIMA: - Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os

preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições. - CLÁUSULA OITAVA: - A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 58 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA NONA: - Findo o prazo da outorga, a que se refere a cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, mandou o Senhor Ministro lavrar o presente Termo de Contrato que, depois de lido e achado conforme, assina com o Representante da outorgada, com as testemunhas, ao início qualificadas e comigo MARIA DA CONCEIÇÃO PACHECO CARNEIRO que o lavrei.

As) EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA - Ministro
de Estado das Comunicações.


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		43.915.172/0001-06									
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI	312.608.258-09	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
FREDERICO MULLER JUNIOR	058.184.308-80	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL	088.120.118-96	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
JULIO CESAR GARCIA DANTAS	022.542.758-36	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
RENATA ABRAVANEL CURADO	315.190.078-09	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
SARA BENVINDA SOARES	733.306.207-49	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADJUNTO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADJUNTO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro

Usuário: [ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco](#)Data: [17/11/2021](#)Hora: [15:16:11](#)


[Menu Principal](#)
[SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 312.608.258-09											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI	312.608.258-09	TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	TV	--	RS	Porto Alegre
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	TV	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	GTVD	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Ribeirão Preto
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro

Usuário: **ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data: **17/11/2021**Hora: **15:16:47**


[Menu Principal](#)
[SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 315.190.078-09											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RENATA ABRVANEL CURADO	315.190.078-09	TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	TV	--	RS	Porto Alegre
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	GTVD	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	TV	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Ribeirão Preto
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro

Usuário: **ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data: **17/11/2021**Hora: **15:17:11**


[Menu Principal](#)
[SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 058.184.308-80											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FREDERICO MULLER JUNIOR	058.184.308-80	TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	PA	Belém
		TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	PA	Belém
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	SP	Jaú
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	SP	Jaú
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Nova Friburgo

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 17/11/2021

Hora: 15:16:57


[Menu Principal](#)
[SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 088.120.118-96											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL	088.120.118-96	TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	PA	Belém
		TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	PA	Belém
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	GTVD	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	SP	Ribeirão Preto
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (3º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (3º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Nova Friburgo

Usuário: [ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco](#)

Data: [17/11/2021](#)

Hora: [15:17:45](#)


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 022.542.758-36											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JULIO CESAR GARCIA DANTAS	022.542.758-36	TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	PA	Belém
		TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	PA	Belém
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	SP	Jaú
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	SP	Jaú
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Nova Friburgo

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 17/11/2021

Hora: 15:17:55


[Menu Principal](#) ▼

[SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 733.306.207-49											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SARA BENVINDA SOARES	733.306.207-49	SISTEMA ARACA DE COMUNICACAO LTDA	55.752.315/0001-87	Sócio	43	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Araçatuba
		SISTEMA ARACA DE COMUNICACAO LTDA	55.752.315/0001-87	Sócio	43	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Araçatuba
		TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Sócio	1875	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Sorocaba
		TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Sócio	1875	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Sorocaba
		TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Diretor (GERENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Sorocaba
		TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	SP	Sorocaba
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADJUNTO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADJUNTO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETORA ADJUNTA)	0	--	--	TV	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETORA ADJUNTA)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Nova Friburgo

Usuário: **ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data: **17/11/2021**Hora: **15:18:05**


NOME/RAZÃO SOCIAL TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA				CNPJ 43915172000106	
Nº DA ESTAÇÃO 690605021	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 22° 56' 57.01" S	LONGITUDE 43° 13' 44.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO do Sumaré, nº .				DISTRITO	
BAIRRO Rio Comprido				MUNICÍPIO Rio de Janeiro	UF RJ

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	12/02/2023				
LOCALIDADE PLANO BASICO:					
MUNICÍPIO:	Rio de Janeiro	UF:	RJ		
LOCALIDADE:					
FREQUENCIA:	533 MHz	CANAL:	24		
CLASSE:	E	COTA BASE DA TORRE:	730.00		
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYB512				
NOME FANTASIA:					
CIDADE DA OUTORGA:	Rio de Janeiro	NUMPROCESSO:			
ESTUDIO PRINCIPAL					
ENDEREÇO:	CAMPO SAO CRISTOVAO	BAIRRO:	SAO CRISTOVAO		
MUNICÍPIO:	Rio de Janeiro	UF:	RJ		
NUMERO:	105	COMPLEMENTO:			
ESTUDIO AUXILIAR					
ENDEREÇO:					
MUNICÍPIO:					
NUMERO:					
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal	UF:			
TIPO:	Diretivo	COMPLEMENTO:			
TRANSMISSOR PRINCIPAL					
FABRICANTE:	Toshiba Corpotation	MODELO:	TDU7377L		
CÓDIGO:	025350804998	POTÊNCIA:	8.50 kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR					
FABRICANTE:	Toshiba Corpotation	MODELO:	TDU7377L		
CÓDIGO:	025350804998	POTÊNCIA:	3.000 kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR 2					
FABRICANTE:					
CÓDIGO:					
ANTENA PRINCIPAL					
FABRICANTE:	RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.)	MODELO:	PHP 40 J		
POLARIZAÇÃO:	Horizontal	GANHO:	10.52		
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL - CONJUNTO DE P	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	270 graus		
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	135.3 m	BEAM TILT:	4.1 graus		
ANTENA AUXILIAR					
FABRICANTE:					
POLARIZAÇÃO:					
DESCRIÇÃO:					
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	GANHO:	graus		
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL					
FABRICANTE:	RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS	MODELO:	HCA 318 - 50 J		
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR					
FABRICANTE:					

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 17/11/2021 16:15:20

APLICAÇÃO	Emitido Em 10/11/2021	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIxNjE4YjY1NTNhOGU0MA==	
-----------	--------------------------	--	---



SRD - Licenciamento

Version 1.0

[Canais](#) [Solicitações](#) [Canais Excluídos](#)

Todos

+ RTV/RTVD Secundário

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtros | Salvar Filtros/Ordenação

Ação	Status	CNPJ	Entidade	NumFiel	Canal	Frequência	Classe	Serviço	Serviço	Local Específico	Finalidade	Caráter	Fase	Município	UF
		43915172000							GTVD		(Todos)				
Editar dados de Outorga	(TV-C4) Canal Licenciado	43915172000106	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	30404902324	24	533	E	247	GTVD		Comercial	P	2	Rio de Janeiro	RJ


[Menu Principal](#)

 SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 43.915.172/0001-06											
TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI	312.608.258-09	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
FERNANDO JUSTUS FISCHER	259.091.638-84	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (2º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (2º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
FREDERICO MULLER JUNIOR	058.184.308-80	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL	088.120.118-96	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
JULIO CESAR GARCIA DANTAS	022.542.758-36	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
RENATA ABRAVANEL CURADO	315.190.078-09	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro

TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
SARA BENVINDA SOARES	733.306.207-49	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETORA ADJUNTA)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETORA ADJUNTA)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 07/04/2022

Hora: 17:34:25


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 315.190.078-09											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RENATA ABRAVANEL CURADO	315.190.078-09	TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	GTVD	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	TV	--	DF	Brasília
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	TV	--	RS	Porto Alegre
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Ribeirão Preto
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	TV	--	SP	São Paulo

Usuário: **ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data: **07/04/2022**Hora: **18:20:50**


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 312.608.258-09											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
DANIELA ABRAVANEL BEYRUTI	312.608.258-09	TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	TV	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Sócio	34650	0,00%	0,00%	GTVD	--	DF	Brasília
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Sócio	0	50,00%	0,00%	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Ribeirão Preto
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Sócio	3250	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Sócio	0	32,47%	0,00%	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Sócio	3718750	0,00%	0,00%	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro

Usuário: **ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco**Data: **07/04/2022**Hora: **18:21:06**


[Menu Principal](#) ▼

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 058.184.308-80											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FREDERICO MULLER JUNIOR	058.184.308-80	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	SP	Jaú
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	SP	Jaú
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	PA	Belém
		TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	PA	Belém
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR COMERCIAL)	0	--	--	GTVD	--	SP	São Paulo

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 07/04/2022

Hora: 18:22:40


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 088.120.118-96											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOSE ROBERTO DOS SANTOS MACIEL	088.120.118-96	TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	GTVD	--	DF	Brasília
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	PA	Belém
		TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	PA	Belém
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	TV	--	SP	Ribeirão Preto
		TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA	54.022.488/0001-87	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	GTVD	--	SP	Ribeirão Preto
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (3º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (3º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro


[Menu Principal](#)

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		022.542.758-36									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JULIO CESAR GARCIA DANTAS	022.542.758-36	TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	SP	Jaú
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	SP	Jaú
		TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	PA	Belém
		TVSBT CANAL 5 DE BELEM S/A	54.313.564/0001-03	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	PA	Belém
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	SP	Jaú
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	SP	Jaú
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	SP	Jaú
		TV STUDIOS DE JAU S/A	49.931.645/0001-37	Diretor (1º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	SP	Jaú
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 4 DE SAO PAULO S/A	45.039.237/0001-14	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	SP	São Paulo
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	TV	--	RS	Porto Alegre

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RS	Porto Alegre

Usuário: [ricardo.mctic](#) - [Ricardo Henrique Pereira Nolasco](#)Data: [07/04/2022](#)Hora: [18:25:25](#)


[Menu Principal](#) ▼

[SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário](#) | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 733.306.207-49											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SARA BENVINDA SOARES	733.306.207-49	TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Diretor (GERENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Sorocaba
		TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	SP	Sorocaba
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETORA ADJUNTA)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (DIRETORA ADJUNTA)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETORA ADJUNTA)	0	--	--	TV	--	RJ	Nova Friburgo
		TVSBT CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA	29.341.120/0001-34	Diretor (DIRETORA ADJUNTA)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Nova Friburgo
		SISTEMA ARACA DE COMUNICACAO LTDA	55.752.315/0001-87	Sócio	43	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Araçatuba
		SISTEMA ARACA DE COMUNICACAO LTDA	55.752.315/0001-87	Sócio	43	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Araçatuba
		TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Sócio	1875	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Sorocaba
		TELEVISAO SOROCABA LTDA	53.653.945/0001-79	Sócio	1875	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Sorocaba

Usuário: [ricardo.mctic](#) - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 07/04/2022

Hora: 18:26:27


[Menu Principal](#) ▼

 SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 259.091.638-84											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
FERNANDO JUSTUS FISCHER	259.091.638-84	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (2º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	TV	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	43.915.172/0001-06	Diretor (2º DIRETOR CONSELHEIRO)	0	--	--	GTVD	--	RJ	Rio de Janeiro
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR ADJUNTO)	0	--	--	TV	--	RS	Porto Alegre
		TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A	54.313.556/0001-67	Diretor (DIRETOR ADJUNTO)	0	--	--	GTVD	--	RS	Porto Alegre
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	TV	--	DF	Brasília
		TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA	54.065.370/0001-36	Diretor (DIRETOR)	0	--	--	GTVD	--	DF	Brasília

Usuário: [ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco](#)Data: [07/04/2022](#)Hora: [18:27:41](#)



BOA NOITE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 07/04/2022

Hora: 18:33:34



BOA NOITE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	43.915.172/0001-06

•

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: ricardo.mctic - Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Data: 07/04/2022

Hora: 18:32:07

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

DESPACHO

PROCESSO Nº: 01250.013137/2020-05

INTERESSADO: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. INFORMAÇÕES QUANTO À REGULARIDADE TÉCNICA DA ENTIDADE.

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município do Rio de Janeiro/ RJ, referente ao seguinte período: 16/01/2021 a 16/01/2036.
2. A fim de dar prosseguimento ao feito, faz-se necessário que o setor responsável se manifeste expressamente quanto à regularidade técnica da interessada, no curso da prestação do serviço para o qual foi outorgada, por se tratar de *requisito legal indispensável à renovação das outorgas de radiodifusão*, conforme entendimento recente da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, nos termos da Nota nº 00139/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no bojo do Processo nº 01250.018853/2018-56, e em observância ao art. 5º, parágrafo único, da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020.
3. Assim sendo, encaminhem-se os autos à Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares - COESA, para exame e manifestação. Após, restitua-se os autos à CORRC_DOC, para adoção das medidas consectárias.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**,
Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial,
em 18/11/2021, às 15:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no §
3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8570184** e o código CRC **E43B5936**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI-MCOM nº 8570184

Id solicitação: 57dbaad6a5f76

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (21) 5800313	E-mail: gfernandes@sbt.com.br
CNPJ: 43.915.172/0001-06	Número do Fistel: 01008013900
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/01/2006	Serviço: 248 - Radiodifusão de Sons e Imagens
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Observações: SSR17/87	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida das Comunicações	Complemento:	
Bairro: Vila Jaraguá	Numero: 04	
Município: Osasco	UF: SP	CEP: 06276905

Endereço Correspondência		
Logradouro: CAMPO SAO CRISTOVAO	Complemento:	
Bairro: SAO CRISTOVAO	Numero: 105	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20921901

Endereço do Transmissor		
Logradouro: MORRO DO SUMARE	Complemento:	
Bairro: RIO COMPRIDO	Numero: S/N	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20000000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: CAMPO DE SAO CRISTOVAO	Complemento:	
Bairro: SAO CRISTOVAO	Numero: 105	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20000000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ

Parâmetros Técnicos			
Canal: 11	Frequência: 201 MHz	Classe: E	ERP Máxima: 41.6986kW
HCI: 147.5 m	Pareamento: 53098	Decalagem: +	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 5534860	Número Indicativo: ZYB512
Data Último Licenciamento: 29/06/2015	Número da Licença: 000001/2015-RJ

Estação Principal	
Localização	

Latitude: 22°56'57" S	Longitude: 43°13'44" W	Cota da base: 730.00 m
------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 006199ZZZ0807	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: 30.000 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HJ11-50-A	Fabricante: ANDREW		
Comprimento da Linha: 180.00 m	Atenuação: .55 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: TCL-6A11	Fabricante: DIELETRIC COMMUNICATIONS ANTENNAS				
Ganho: 4.62 dBd	Beam-Tilt: 2.00 °	Orientação NV: 20 °	Polarização: Circular	HCI: 147.5 m	ERP Máxima: 41.7 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.35	5°: 0	10°: 0.4	15°: 0	20°: 0.46	25°: 0	30°: 0.52	35°: 0	40°: 0.55	45°: 0	50°: 0.5	55°: 0
60°: 0.36	65°: 0	70°: 0.19	75°: 0	80°: 0.04	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0.11	105°: 0	110°: 0.33	115°: 0
120°: 0.57	125°: 0	130°: 0.76	135°: 0	140°: 0.84	145°: 0	150°: 0.81	155°: 0	160°: 0.72	165°: 0	170°: 0.65	175°: 0
180°: 0.63	185°: 0	190°: 0.71	195°: 0	200°: 0.86	205°: 0	210°: 1.01	215°: 0	220°: 1.1	225°: 0	230°: 1.08	235°: 0
240°: 0.95	245°: 0	250°: 0.76	255°: 0	260°: 0.58	265°: 0	270°: 0.45	275°: 0	280°: 0.39	285°: 0	290°: 0.36	295°: 0
300°: 0.36	305°: 0	310°: 0.36	315°: 0	320°: 0.35	325°: 0	330°: 0.34	335°: 0	340°: 0.34	345°: 0	350°: 0.34	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 011220201806	Modelo: TELAVO RTV-5000-T
Fabricante: RF Telavo Telecomunicações Ltda	Potência de Operação: 5.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar	
Modelo: HJ11-50-A	Fabricante: ANDREW

Comprimento da Linha: 180.00 m	Atenuação: .55 dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: 50.00 ohms
--------------------------------	------------------------	-----------------------	------------------------

Antena Auxiliar					
Modelo: THP			Fabricante: TVSBT-CANAL4 DE S?O PAULO S.A.		
Ganho: 4.30 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 45 °	Polarização: Horizontal	HCI: 140 m	ERP Máxima: 41.7 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	64880	Decreto	MC	23/10/1975	23/10/1975	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	800	Portaria	MC	09/11/1982		Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	240877	Despacho	MC	24/08/1977	26/08/1977	Advertência	Jurídico
9999	130978	Despacho	MC	13/09/1978	22/09/1979	Advertência	Jurídico
9999	39	Portaria	MC	08/01/1979	15/01/1979	Multa	Jurídico
9999	2797	Portaria	MC	15/09/1981	22/09/1981	Multa	Jurídico
9999	51082	Despacho	MC	05/10/1982	11/10/1982	Advertência	Jurídico
9999	2081	Portaria	MC	06/10/1982	25/10/1982	Multa	Jurídico
9999	2107	Portaria	MC	07/10/1982	25/10/1982	Multa	Jurídico
9999	2244	Portaria	MC	25/10/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
9999	2243	Portaria	MC	25/10/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
9999	800	Portaria	MC	09/11/1982		Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
9999	493	Portaria	MC	06/05/1983	24/05/1983	Multa	Jurídico
9999	497	Portaria	MC	06/05/1983	24/05/1983	Multa	Jurídico
9999	776	Portaria	MC	15/06/1983	13/07/1983	Multa	Jurídico
9999	40883	Despacho	MC	04/08/1983	11/08/1983	Advertência	Jurídico
9999	220883	Despacho	MC	22/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico
9999	1627	Portaria	MC	19/10/1983	09/11/1983	Multa	Jurídico
9999	513	Portaria	MC	02/04/1984	11/04/1984	Multa	Jurídico
9999	512	Portaria	MC	02/04/1984	11/04/1984	Multa	Jurídico
9999	852	Portaria	MC	29/05/1984	11/06/1984	Multa	Jurídico
9999	973	Portaria	MC	13/06/1984	27/06/1984	Multa	Jurídico
9999	1061	Portaria	MC	28/06/1984	16/07/1984	Multa	Jurídico
9999	1240	Portaria	MC	17/07/1984	29/08/1984	Multa	Jurídico
9999	1685	Portaria	MC	20/09/1984	03/10/1984	Multa	Jurídico

9999	51184	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
9999	5118	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
9999	511	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
9999	46	Portaria	MC	11/04/1989		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	121191	Despacho	MC	12/11/1991		Advertência	Jurídico
9999	11111	Decreto	PR	30/07/1992	31/07/1992	Renovação	Jurídico
9999	104	Portaria	MC	12/07/1993		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	30195	Despacho	MC	03/01/1995	08/02/1996	Advertência	Jurídico
9999	53	Portaria	MC	14/06/1995		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	111295	Despacho	MC	11/12/1995	02/01/1996	Advertência	Jurídico
9999	141295	Despacho	MC	14/12/1995	08/02/1996	Advertência	Jurídico
9999	429	Portaria	MC	01/09/1999	10/09/1999	Multa	Jurídico
9999	113	Decreto Legislativo	CN	07/06/2000	08/06/2000	Renovação	Jurídico
9999	135	Despacho	MC	09/05/2008		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	0	Decreto	PR	27/11/2008	28/11/2008	Renovação	Jurídico
9999	947	Decreto Legislativo	CN	18/12/2009	21/12/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	4071	Ato	ER02	24/06/2015	25/06/2015	Alteração de Transmissor	Técnico

Horário de funcionamento

NOME/RAZÃO SOCIAL TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA				CNPJ 43915172000106
Nº DA ESTAÇÃO 690605021	SERVIÇO 247 Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital	NAT. SERV.	LATITUDE 22° 56' 57.01" S	LONGITUDE 43° 13' 44.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO do Sumaré, nº .	DISTRITO	
BAIRRO Rio Comprido	MUNICÍPIO Rio de Janeiro	UF RJ


VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	12/02/2023		
LOCALIDADE PLANO BÁSICO:			
MUNICÍPIO:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
LOCALIDADE:			
FREQUÊNCIA:	533 MHz	CANAL:	24
CLASSE:	E	COTA BASE DA TORRE:	730.00
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYB512		
NOME FANTASIA:		NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Rio de Janeiro		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Marechal Câmara	BAIRRO:	Centro
MUNICÍPIO:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
NUMERO:	160	COMPLEMENTO:	9 Andar - Sala 935
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Toshiba Corpotation	MODELO:	TDU7377L
CÓDIGO:	025350804998	POTÊNCIA:	8.50 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Toshiba Corpotation	MODELO:	TDU7377L
CÓDIGO:	025350804998	POTÊNCIA:	3.000 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.)	MODELO:	PHP 40 J
POLARIZAÇÃO:	Horizontal	GANHO:	10.52
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL - CONJUNTO DE P	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	270 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	135.3 m	BEAM TILT:	4.1 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS	MODELO:	HCA 318 - 50 J
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	



VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 25/11/2021 12:42:16

APLICAÇÃO	Emitido Em 10/11/2021	Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIxNjE5NTRjM2RkMTkYg==	
-----------	--------------------------	--	---

Id solicitação: 57dbab8f308ab

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (21) 5800313	E-mail: gfernandes@sbt.com.br
CNPJ: 43.915.172/0001-06	Número do Fistel: 50404902324
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 16/01/1991	Serviço: 247 - Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital
Carater: Primário	Local específico:
Rede: SBT	Categoria da Estação: Principal
Observações: ATO Nº 65.939, DE 10/07/2007, PUBLICADO NO DOU. DE 12/07/2007.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida das Comunicações	Complemento:	
Bairro: Vila Jaraguá	Numero: 04	
Município: Osasco	UF: SP	CEP: 06276905

Endereço Correspondência		
Logradouro: das Comunicações	Complemento: Coord. Projetos Legais	
Bairro: Vila Jaraguá	Numero: 4	
Município: Osasco	UF: SP	CEP: 06276905

Endereço do Transmissor		
Logradouro: do Sumaré	Complemento:	
Bairro: Rio Comprido	Numero:	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20261280

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Marechal Câmara	Complemento: 9 Andar - Sala 935	
Bairro: Centro	Numero: 160	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20020907

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Rio de Janeiro	UF: RJ

Parâmetros Técnicos			
Canal: 24	Frequência: 533 MHz	Classe: E	ERP Máxima: 50.4683kW
HCI: 135.3 m	Pareamento: 32052	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais

Número da Estação: 690605021	Número Indicativo: ZYB512
Data Último Licenciamento: 10/11/2021	Número da Licença: 53500.054526/2021-78

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 22°56'57" S	Longitude: 43°13'44" W	Cota da base: 730.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 025350804998	Modelo: TDU7377L
Fabricante: Toshiba Coporation	Potência de Operação: 8.50 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA 318 - 50 J	Fabricante: RFS - RADIO FREQUENCY SYSTEMS		
Comprimento da Linha: 180.00 m	Atenuação: .88 dB/100m	Perdas Acessórias: 1.2 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: PHP 40 J	Fabricante: RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.)				
Ganho: 10.52 dBd	Beam-Tilt: 4.1 °	Orientação NV: 270 °	Polarização: Horizontal	HCI: 135.3 m	ERP Máxima: 50.47 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 8.18	5°: 7.19	10°: 6.38	15°: 6.78	20°: 7.54	25°: 8.19	30°: 8.52	35°: 7.86	40°: 7.03	45°: 6.74	50°: 6.75	55°: 7.15
60°: 7.64	65°: 8.02	70°: 8.07	75°: 7.14	80°: 6.29	85°: 6.63	90°: 7.33	95°: 7.99	100°: 8.4	105°: 8.05	110°: 7.43	115°: 6.76
120°: 6.38	125°: 6.94	130°: 7.74	135°: 8.41	140°: 8.64	145°: 7.64	150°: 6.56	155°: 6.45	160°: 6.75	165°: 7.3	170°: 7.85	175°: 8.13
180°: 8.07	185°: 7.21	190°: 6.47	195°: 6.91	200°: 7.64	205°: 8.14	210°: 8.29	215°: 7.53	220°: 6.65	225°: 6.28	230°: 6.29	235°: 6.9
240°: 7.64	245°: 8.18	250°: 8.29	255°: 7.23	260°: 6.2	265°: 6.43	270°: 7.03	275°: 7.59	280°: 7.96	285°: 7.76	290°: 7.33	295°: 6.73
300°: 6.38	305°: 6.95	310°: 7.74	315°: 8.34	320°: 8.52	325°: 7.55	330°: 6.56	335°: 6.7	340°: 7.23	345°: 7.87	350°: 8.4	355°: 8.48

Coordenadas por radial											
0°: Lat 22°10'49.75" S Lon 43°13'44" W	5°: Lat 22°9'54.08" S Lon 43°9'17.34" W	10°: Lat 22°9'34.78" S Lon 43°4'42.94" W	15°: Lat 22°10'51.87" S Lon 43°0'24.06" W	20°: Lat 22°12'51.14" S Lon 42°5'6'24.17" W	25°: Lat 22°14'59.04" S Lon 42°5'2'36.13" W	30°: Lat 22°17'10.9" S Lon 42°48'56.39" W	35°: Lat 22°18'48.19" S Lon 42°4'53.63" W	40°: Lat 22°20'39.3" S Lon 42°40'51.44" W	45°: Lat 22°23'19.14" S Lon 42°37'26.11" W	50°: Lat 22°26'27.73" S Lon 42°34'31.54" W	55°: Lat 22°30'8.13" S Lon 42°32'25.18" W
60°: Lat 22°33'54.71" S Lon 42°30'42.16" W	65°: Lat 22°37'33.26" S Lon 42°28'54.84" W	70°: Lat 22°41'0.36" S Lon 42°26'35.97" W	75°: Lat 22°44'37.2" S Lon 42°24'21.09" W	80°: Lat 22°48'36.98" S Lon 42°3'16.63" W	85°: Lat 22°52'45.4" S Lon 42°23'21.09" W	90°: Lat 22°56'49.02" S Lon 42°3'13.18" W	95°: Lat 23°0'51.93" S Lon 42°23'28.33" W	100°: Lat 23°4'45.11" S Lon 42°24'52.14" W	105°: Lat 23°8'47.07" S Lon 42°25'12.05" W	110°: Lat 23°12'49.27" S Lon 42°25'55.77" W	115°: Lat 23°16'55.68" S Lon 42°26'49.46" W
120°: Lat 23°20'46.41" S Lon 42°8'35.37" W	125°: Lat 23°23'51.34" S Lon 42°1'43.32" W	130°: Lat 23°26'43.24" S Lon 42°4'57.58" W	135°: Lat 23°29'23.1" S Lon 42°38'17.79" W	140°: Lat 23°31'59.08" S Lon 42°1'37.21" W	145°: Lat 23°35'19.95" S Lon 42°42'44'22.4" W	150°: Lat 23°38'29.94" S Lon 42°7'31.52" W	155°: Lat 23°42'30.9" S Lon 42°51'32.36" W	160°: Lat 23°41'54.42" S Lon 42°5'51.44" W	165°: Lat 23°42'24.39" S Lon 43°0'25.71" W	170°: Lat 23°42'59.35" S Lon 43°4'51.97" W	175°: Lat 23°43'12.58" S Lon 43°9'18.77" W
180°: Lat 23°43'23.24" S Lon 43°13'44" W	185°: Lat 23°43'55.1" S Lon 43°18'13.33" W	190°: Lat 23°43'46.04" S Lon 43°2'45.09" W	195°: Lat 23°41'56.92" S Lon 43°6'54.21" W	200°: Lat 23°40'7.54" S Lon 43°30'53.82" W	205°: Lat 23°38'13.52" S Lon 43°4'45.26" W	210°: Lat 23°35'58.23" S Lon 43°8'20.24" W	215°: Lat 23°33'54.69" S Lon 43°42'0" W	220°: Lat 23°31'4.75" S Lon 43°43'45'0.71" W	225°: Lat 23°26'36.09" S Lon 43°46'6.72" W	230°: Lat 23°23'53.39" S Lon 43°8'47.93" W	235°: Lat 23°23'21'14.6" S Lon 43°51'38.43" W
240°: Lat 23°17'54.76" S Lon 43°5'3'25.22" W	245°: Lat 23°14'7.13" S Lon 43°54'0" W	250°: Lat 23°10'28.51" S Lon 43°4'24.81" W	255°: Lat 23°7'11.97" S Lon 43°55'41.89" W	260°: Lat 23°3'56.38" S Lon 43°57'25.91" W	265°: Lat 23°0'20.87" S Lon 43°43'57'8.86" W	270°: Lat 22°56'51.44" S Lon 43°5'55.28" W	275°: Lat 22°53'29.2" S Lon 43°55'34.35" W	280°: Lat 22°50'6.01" S Lon 43°55'19.82" W	285°: Lat 22°46'43.54" S Lon 43°4'45.86" W	290°: Lat 22°43'21.74" S Lon 43°3'57.34" W	295°: Lat 22°39'32.73" S Lon 43°3'59.01" W
300°: Lat 22°34'35.35" S Lon 43°5'30.44" W	305°: Lat 22°30'32.77" S Lon 43°5'4'25.11" W	310°: Lat 22°27'38.2" S Lon 43°51'26.38" W	315°: Lat 22°25'0.15" S Lon 43°48'13.52" W	320°: Lat 22°22'17.69" S Lon 43°43'45'7.95" W	325°: Lat 22°19'23.23" S Lon 43°42'8.04" W	330°: Lat 22°16'21.53" S Lon 43°39'2.22" W	335°: Lat 22°14'20.31" S Lon 43°31'0.35" W	340°: Lat 22°13'0.06" S Lon 43°31'0.35" W	345°: Lat 22°12'12.52" S Lon 43°2'6'42.86" W	350°: Lat 22°11'45.57" S Lon 43°2'2'20.31" W	355°: Lat 22°11'19.13" S Lon 43°18'2.68" W

Distância por radial											
0°: 85.5	5°: 87.5	10°: 89.1	15°: 88.4	20°: 86.9	25°: 85.8	30°: 85	35°: 86.2	40°: 87.7	45°: 88	50°: 87.7	55°: 86.4
60°: 85	65°: 84.6	70°: 85.8	75°: 87.4	80°: 87.5	85°: 86.4	90°: 86.2	95°: 86.1	100°: 84.6	105°: 85.6	110°: 86.6	115°: 88.1

120°: 88.7	125°: 87.2	130°: 86.1	135°: 85.2	140°: 84.9	145°: 86.9	150°: 89	155°: 89.1	160°: 88.7	165°: 87.2	170°: 86.6	175°: 86.1
180°: 86.1	185°: 87.4	190°: 88.1	195°: 86.4	200°: 85.2	205°: 84.4	210°: 83.6	215°: 83.7	220°: 82.7	225°: 77.9	230°: 77.9	235°: 78.7
240°: 78	245°: 75.7	250°: 73.8	255°: 74	260°: 75.7	265°: 74.3	270°: 72	275°: 71.7	280°: 72.1	285°: 72.6	290°: 73.2	295°: 76
300°: 82.5	305°: 85	310°: 84.3	315°: 83.6	320°: 83.7	325°: 84.9	330°: 86.8	335°: 87.1	340°: 86.6	345°: 86.1	350°: 85	355°: 84.9

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 025350804998	Modelo: TDU7377L
Fabricante: Toshiba Corpotation	Potência de Operação: 3.000 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 50.47 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53000040177200790	14	Portaria	MC	29/01/2008	12/02/2008	Consignação de TVD	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000056842008	190	Portaria	MC	17/07/2008	23/07/2008	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	76483	Decreto	PR	22/10/1975	23/10/1975	Autoriza Executar Serviço	Jurídico
576711977	240877	Despacho	MC	24/08/1977	26/08/1977	Advertência	Jurídico
586071978	130978	Despacho	MC	13/09/1978	22/09/1979	Advertência	Jurídico
639441978	39	Portaria	MC	08/01/1979	15/01/1979	Multa	Jurídico
291010004531984	2797	Despacho	MC	15/09/1981	22/09/1981	Multa	Jurídico
1408291982	51082	Despacho	MC	05/10/1982	11/10/1982	Advertência	Jurídico
1413191982	2081	Portaria	MC	06/10/1982	25/10/1982	Multa	Jurídico
1411251982	2107	Portaria	MC	07/10/1982	25/10/1982	Multa	Jurídico
1412801982	2243	Portaria	MC	25/10/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
1412811982	2244	Portaria	MC	25/10/1982	10/11/1982	Multa	Jurídico
9999	497	Portaria	MC	06/05/1983	24/05/1983	Multa	Jurídico
1403311983	493	Portaria	MC	06/05/1983	24/05/1983	Multa	Jurídico
1402661983	776	Portaria	MC	15/06/1983	13/07/1983	Multa	Jurídico

1408291982	40883	Despacho	MC	04/08/1983	11/08/1983	Advertência	Jurídico
9999	220883	Despacho	MC	22/08/1983	13/09/1983	Advertência	Jurídico
9999	1627	Portaria	MC	19/10/1983	09/11/1983	Multa	Jurídico
9999	512	Portaria	MC	02/04/1984	11/04/1984	Multa	Jurídico
0004531984	852	Portaria	MC	29/05/1984	11/06/1984	Multa	Jurídico
0006891984	973	Portaria	MC	13/06/1984	27/06/1984	Multa	Jurídico
9999	1061	Portaria	MC	28/06/1984	16/07/1984	Multa	Jurídico
9999	1240	Portaria	MC	17/07/1984	29/08/1984	Multa	Jurídico
9999	1685	Portaria	MC	20/09/1984	03/10/1984	Multa	Jurídico
9999	511	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
9999	5118	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
9999	51184	Despacho	MC	05/11/1984		Multa	Jurídico
291010004831991	121191	Despacho	MC	12/11/1991		Advertência	Jurídico
291010008201990	11	Decreto	PR	30/07/1992	31/07/1992	Renovação	Jurídico
291010023291991	30195	Despacho	MC	03/01/1995	08/02/1995	Advertência	Jurídico
291010019481991	111295	Despacho	MC	11/12/1995	02/01/1996	Advertência	Jurídico
291010017801991	141295	Despacho	MC	14/12/1995	08/02/1996	Advertência	Jurídico
1422691983	513	Portaria	MC	02/04/1998	11/04/1984	Multa	Jurídico
537700001141998	429	Portaria	MC	01/09/1999	10/09/1999	Multa	Jurídico
291010008201990	113	Decreto Legislativo	CN	07/06/2000	08/06/2000	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	4600	Ato	CMPRL	05/08/2008	06/08/2008	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	321	Despacho	SSCE	07/10/2008		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
530000474072005	11	Decreto	PR	27/11/2008	28/11/2008	Renovação	Jurídico
530000474072005	947	Decreto Legislativo	CN	18/12/2009	21/12/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	131	Despacho	SSCE	24/08/2011		Autoriza Equipamento	Técnico
53500.069680/2020-63	263	Ato	ORLE	14/01/2021	07/04/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

Unidade de Engenharia de Radiodifusão da Coordenação de Engenharia de

Radiodifusão e Serviços Ancilares

DESPACHO

Processo nº: **01250.013137/2020-05**

Interessado: **TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA**

Referência: **Despacho CORRC MCOM (SEI nº 8570184)**

Assunto: **Renovação de Outorga Comercial. Informações quanto à regularidade técnica da estação.**

À Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial - CORRC.

1. Preliminarmente, registre-se que em 1º de setembro de 2020, iniciou-se a vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão – RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, retirando a exigência da apresentação do laudo de vistoria, para fins de renovação da outorga, contida no art. 113, inciso X.
2. Segundo se depreende do referido normativo, a simples apresentação do laudo de vistoria, por si só, conforme exigência do dispositivo revogado, não denotava a regularidade técnica de uma estação de radiodifusão, tanto que o legislador o retirou.
3. A aferição da regularidade técnica realmente é fator inquestionável, contudo, anteriormente o laudo de vistoria apresentado deveria ser apreciado no âmbito do MC, confrontando-o com as características técnicas de instalação autorizadas e presentes nos sistemas e documentos do histórico da entidade.
4. O que foi ajustado com essa atualização legislativa refere-se, exatamente, ao que deve prevalecer, tecnicamente falando, em uma estação de radiodifusão, ou seja, a regularidade quanto ao licenciamento da estação.
5. Desse modo, com o advento da Portaria MCom nº 1.459, de 23 de novembro de 2020, publicada no DOU de 26 de novembro de 2020, que dispõe sobre o processo de licenciamento de estações de radiodifusão e ancilares, e sua alteração realizada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, publicada no DOU de 05 de maio de 2021, estabeleceu-se que a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, nos termos do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, a qual será requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento, nos termos dos §§ 9º e 10 do art. 3º.
6. A citada Portaria definiu, ainda, que a entidade, na solicitação da

licença de funcionamento da estação, deverá informar as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada, conforme art. 3º, § 1º, da Portaria nº 1.459/2020.

7. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação, de acordo com o art. 3º, § 4º, da mesma Portaria.

8. Por outro lado, o § 7º do art. 3º dessa Portaria estabelece que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

9. E, como consequência da licença expirada, indicada no item 8, o § 8º do mesmo artigo prevê o prazo de até 90 dias para a entidade solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação, após o seu vencimento, caso esteja interessada na renovação de outorga do serviço.

10. Registre-se que, além da situação prevista no item 9, a entidade ainda possui outra hipótese em que há a necessidade de emissão de nova licença para funcionamento da estação, que ocorre quando são efetuadas alterações dos dados especificados no § 2º do art. 3º da Portaria nº 1.459/2020, como previsto no caput do seu art. 4º.

11. Entretanto, a entidade somente poderá executar o serviço de radiodifusão nas novas características aprovadas, após a emissão da nova licença da estação (§ 2º do art. 4º). Caso não solicite a emissão dessa nova licença nos prazos estabelecidos no Decreto nº 10.405/2020, a autorização de alteração de características técnicas será revogada (art. 4º, § 3º, da Portaria nº 1.459/2020).

12. Assim, tendo em vista o que consta nos itens acima, que a estação do serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), com utilização do canal 24 (vinte e quatro), na localidade de RIO DE JANEIRO/RJ, encontra-se licenciada e ainda que as características técnicas da estação encontram-se no Sistema Mosaico (SEI nº 8706573) e na Licença para Funcionamento da Estação (SEI nº 8706569), em conformidade, portanto, com a legislação vigente, o presente pleito de Renovação de Outorga apresentado pela Entidade está apto tecnicamente para prosseguimento, tendo em vista a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, da estação de radiodifusão.

13. Desse modo, restituam-se os autos à Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial, para adoção das medidas subsequentes.

Brasília, 25 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Engenheiro**, em 26/11/2021, às 09:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 26/11/2021, às 10:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8706624** e o código CRC **9702EC44**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI-MCOM nº 8706624

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 01250.013137/2020-05

Entidade: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

CNPJ nº: 43.915.172/0001-06

Fistel nº: 50404902324

Localidade: Rio de Janeiro/RJ

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 17/03/2020

Período: 16/01/2021 a 16/01/2036

Tipo de outorga a ser renovada:

- ☒ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	5293338; 5745806 (retificação - período)	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	8149658, pág. 2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de			- Art. 113, XI, do

radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5745806	Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5745806	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5745806	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5745806	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5745806	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5745806	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	7888412	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.

i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8149658, pág. 2	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	9659014	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5293342	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5293349	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	5293350	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 5293351	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.
		E 5293352	
		M 5293353	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	5825211	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.
8. Prova de regularidade		5293351	

relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	5293354	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	5293355	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão</u> <u>aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	Conforme Cert. Simplificada	- Art. 15, § 3º, incisos I ao VII do Decreto nº 52.795, de 1963; e - Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.
		Daniela Abravanel Beyruti (Sócia) 7888427	
		Renata Abravanel Curado (Sócia) 7888428	
		José Roberto dos Santos Maciel (Diretor) 7888429	
		Frederico Muller Junior (Diretor) 7888432	
		Sara Benvinda Soares (Diretora) 7888433	
		Júlio Cesar Garcia Dantas (Diretor) 7888436	
		Fernando Justus Fischer (Diretor) 7888431	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8564629, págs. 10-11	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal
<p>12. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990. 	<p>() Sim () Não (X) Não se aplica</p>	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.
<p>13. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p>() Sim () Não (X) Não se aplica</p>	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.

Observações
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/04/2022, às 18:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8056889** e o código CRC **61D27E5A**.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI nº 8056889

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 18565/2021/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.013137/2020-05

INTERESSADO: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 43.915.172/0001-06**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade do Rio de Janeiro/RJ, vinculado ao **Fistel nº 50404902324**, referente ao período de 16 de janeiro de 2021 a 16 de janeiro de 2036.

2. Por meio das Notas Técnicas nº 931/2020/SEI-MC, nº 7073/2021/SEI-MCOM e nº 10478/2021/SEI-MCOM, acompanhadas, respectivamente, dos Ofícios nº 1322/2020/SEI-MC, nº 12565/2021/SEI-MCOM e nº 18309/2021/SEI-MCOM, esta Secretaria de Radiodifusão solicitou à entidade a complementação da documentação necessária ao deferimento do pedido de renovação de outorga (SEI 5703373, 5703416, 7584714, 7584909, 8057274 e 8057510).

3. Em resposta, a entidade enviou a documentação solicitada, o que permitiu a continuidade do exame dos demais elementos que compõem o procedimento de renovação da outorga do serviço de radiodifusão (Protocolos nº 53115.003400/2020-06, 53115.018792/2021-81 e 53115.026977/2021-69).

ANÁLISE

4. É cediço que o prazo das outorgas do serviço de radiodifusão de sons e imagens pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 15 (quinze) anos, mediante instrução processual de responsabilidade do Ministério das Comunicações e edição de decreto do Presidente da República, que encaminhará o ato ao Congresso Nacional, via mensagem presidencial, para fins de deliberação sobre a matéria, tudo nos termos do art. 223, §§ 3º e 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 2º, do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

5. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação

aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião dos procedimentos de renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, conferiu-se à TV Studios Silvio Santos Ltda, atualmente denominada **TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda**, a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de março de 1981 (SEI 8151252 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 16 de janeiro de 1976 (SEI 9658817).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de **2006-2021**. De acordo com o Decreto s/n, de 27 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de novembro de 2008, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 16 de janeiro de 2006 (SEI 8151252 - Pág. 3). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 947, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2009 (SEI 8151252 - Pág. 4).

9. Quanto à tempestividade do presente pleito, observa-se que, em **17 de março de 2020**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 5293338). Observa-se, portanto, que o pedido de renovação de outorga formulado pela entidade é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 16 de janeiro de 2020 a 16 de janeiro de 2021.

10. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8056889). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

- II - informações sobre pessoa jurídica;
- III - outras expressamente previstas em lei.

11. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

12. Nesse sentido, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 8056889).

13. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO em 7 de abril de 2022 (SEI 9659014).

14. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, a entidade explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Em relação aos sócios e diretores, tem-se as seguintes informações:

14.1. As sócias Daniela Abravanel Beyruti e Renata Abravanel Curado compõem o quadro societário de outras quatro pessoas jurídicas, que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Brasília/DF, Ribeirão Preto/SP, São Paulo/SP e Porto Alegre/RS.

14.2. O diretor Frederico Muller Junior participa do quadro diretivo de outras quatro pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Belém/PA, Jaú/SP, São Paulo/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.3. O diretor Júlio César Garcia Dantas participa do quadro diretivo de outras cinco pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Belém/PA, Porto Alegre/RS, Jaú/SP, São Paulo/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.4. A diretora Sara Benvinda Soares compõe o quadro societário/diretivo de outras três pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Araçatuba/SP, Sorocaba/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.5. O diretor José Roberto dos Santos Maciel participa do quadro diretivo de outras sete pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Belém/PA, Porto Alegre/RS, Brasília/DF, Ribeirão Preto/SP, São Paulo/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.6. O diretor Fernando Justus Fischer participa do quadro diretivo de

outras duas pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Porto Alegre/RS e Brasília/DF.

15. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 5701915 - Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento - CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 8192560).

16. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8056889).

17. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

18. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

- a) o estado e o município de execução do serviço; e
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

20. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2018 e válida até 12 de fevereiro de 2023 (SEI 8564629 - Págs. 10-11). Ainda sobre assunto, a Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares se manifestou nos autos, conforme segue (SEI 8706624):

[...] Assim, tendo em vista o que consta nos itens acima, que a estação do serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), com utilização do canal 24 (vinte e quatro), na localidade de RIO DE JANEIRO/RJ, encontra-se licenciada e ainda que as características técnicas da estação encontram-se no Sistema Mosaico (SEI nº 8706573) e na Licença para Funcionamento da Estação (SEI nº 8706569), em conformidade, portanto, com a legislação vigente, o presente pleito de Renovação de Outorga apresentado pela Entidade está apto tecnicamente para prosseguimento, tendo em vista a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, da estação de radiodifusão.

22. Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade do Rio de Janeiro/RJ, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas colacionadas abaixo, na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73 de 1993, e
- b) posterior remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 6º, da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 07/04/2022, às 18:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas**, em 07/04/2022, às 18:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 11/04/2022, às 13:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8767594** e o código CRC **3E80535E**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2022.

Senhor Presidente da República,

S u b m e t o à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.013137/2020-05, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 18.565/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de janeiro de 2021, a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (CNPJ nº 43.915.172/0001-06), por meio do Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado em 26 de março de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 24, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2022.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 01250.013137/2020-05 do Ministério das

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de a partir de 16 de janeiro de 2021, a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 43.915.172/0001-06, conforme disposto no Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado em 26 de março de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2022; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fábio Faria

Ofício Interno nº 18424/2022/MCOM

Brasília, 11 de abril de 2022

A Senhora
Carolina Scherer Bicca
Consultora Jurídica
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 18565/2022/SEI-MCOM (8767594)

Senhora Consultora Jurídica,

Encaminho a Vossa Senhoria a Nota Técnica nº 18565/2022/SEI-MCOM (8767594), para conhecimento e posterior emissão de Parecer Jurídico.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 11/04/2022, às 16:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9670492** e o código CRC **867EDC90**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 18424/2022/MCOM - Processo nº 01250.013137/2020-05 - Nº SEI: 9670492



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.013137/2020-05

INTERESSADOS: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

ASSUNTOS: RÁDIO-DIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, pelo período de 16.1.2012 a 16.1.2036.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18565/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Presidente da República, após instrução do processo pelo Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República decisão e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 6º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.** encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, no período de 16 de janeiro de 2021 a 16 de janeiro de 2036.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 18565/2021/SEI-MCOM**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a

documentação acostada aos autos (SEI nº 8767594):

7. No caso em apreço, conferiu-se à TV Studios Silvio Santos Ltda, atualmente denominada **TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda**, a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de março de 1981 (SEI [8151252](#) - Págs. 1-2). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 16 de janeiro de 1976 (SEI [9658817](#)).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de **2006-2021**. De acordo com o Decreto s/n, de 27 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de novembro de 2008, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 16 de janeiro de 2006 (SEI [8151252](#) - Pág. 3). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 947, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2009 (SEI [8151252](#) - Pág. 4).

3. No requerimento protocolado em 17.3.2020 (SEI nº 5293338), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: *"Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade do Rio de Janeiro/RJ, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou

de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº

13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "*caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário*".

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "*instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta*". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 18565/2021/SEI-MCOM**.

22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, o pedido foi apresentado em 17.3.2020 e o prazo da outorga somente venceu em 16.1.2021 (SEI 5293338).

23. Registre-se que houve ratificação do pleito em 30.7.2020 (SEI nº 5745806). Tanto o pedido originário quanto o novo pedido foram devidamente subscritos pelos representantes legais da entidade, José Roberto dos Santos Maciel e Júlio César Garcia Dantas, respectivamente, diretor superintendente e diretor financeiro, conforme consta da Ata da Reunião Extraordinária de Sócios realizada em 14.11.2018 (SEI 5293341, fls. 1/4).

24. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "*Lista de Verificação de Documentos*" (SEI 8056889).

25. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1ª de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#).

X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#).

XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#).

26. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

10. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI [8056889](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

11. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

12. Nesse sentido, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI [8056889](#)).

(...)

16. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI [8056889](#)).

17. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

27. Com efeito, foi apresentada ficha cadastral completa, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº **7888422**); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº **5293349**); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº **5293350**); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SEI nº **5293351**), às Fazendas estadual (SEI nº **5293352**), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº **5293353**); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SEI nº **570919**); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº **5293354**); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº **5293355**).

28. Observa-se que a maioria das certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

29. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI nº **5745806**, **8149658**, **fl. 2**, e **7888412**).

30. **Em relação à regularidade técnica**, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

18. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

(...)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é

obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

20. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2018 e válida até 12 de fevereiro de 2023 (SEI [8564629](#) - Págs. 10-11). Ainda sobre assunto, a Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares se manifestou nos autos, conforme segue (SEI [8706624](#)):

[...] Assim, tendo em vista o que consta nos itens acima, que a estação do serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), com utilização do canal 24 (vinte e quatro), na localidade de RIO DE JANEIRO/RJ, encontra-se licenciada e ainda que as características técnicas da estação encontram-se no Sistema Mosaico (SEI nº 8706573) e na Licença para Funcionamento da Estação (SEI nº 8706569), em conformidade, portanto, com a legislação vigente, o presente pleito de Renovação de Outorga apresentado pela Entidade está apto tecnicamente para prosseguimento, tendo em vista a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, da estação de radiodifusão.

31. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

15. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI [5701915](#) - Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI [8192560](#)).

32. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

13. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 7 de abril de 2022 (SEI [9659014](#)).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Em relação aos sócios e diretores, tem-se as seguintes informações:

14.1. As sócias Daniela Abravanel Beyruti e Renata Abravanel Curado compõem o quadro societário de outras quatro pessoas jurídicas, que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Brasília/DF, Ribeirão Preto/SP, São Paulo/SP e Porto Alegre/RS.

14.2. O diretor Frederico Muller Junior participa do quadro diretivo de outras quatro pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Belém/PA, Jaú/SP, São Paulo/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.3. O diretor Júlio César Garcia Dantas participa do quadro diretivo de outras cinco pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Belém/PA, Porto Alegre/RS, Jaú/SP, São Paulo/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.4. A diretora Sara Benvinda Soares compõe o quadro societário/diretivo de outras três pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Araçatuba/SP, Sorocaba/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.5. O diretor José Roberto dos Santos Maciel participa do quadro diretivo de outras sete pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Belém/PA, Porto Alegre/RS, Brasília/DF, Ribeirão Preto/SP, São Paulo/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.6. O diretor Fernando Justus Fischer participa do quadro diretivo de outras duas pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Porto Alegre/RS e Brasília/DF.

33. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

34. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

35. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

III - CONCLUSÃO

36. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 26 de abril de 2022.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250013137202005 e da chave de acesso a30782c4

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 872104297 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 26-04-2022 14:49. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00826/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.013137/2020-05

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão de sons e imagens

1. Aprovo o PARECER n. 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Rio de Janeiro/RJ, no período de 16 de janeiro de 2012 a 16 de janeiro de 2036.
3. Conforme os termos do PARECER n. 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, e pelo Decreto nº 10.405, de 2020.
4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18565/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Rio de Janeiro/RJ, concedida à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 16 de janeiro de 2012 a 16 de janeiro de 2036.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.
7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 26 de abril de 2022.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250013137202005 e da chave de acesso a30782c4

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 872161325 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 26-04-2022 16:18. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF

FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00829/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.013137/2020-05

INTERESSADOS: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 26 de abril de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250013137202005 e da chave de acesso a30782c4

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 872299522 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 26-04-2022 16:36. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Brasília, 10 de maio de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.013137/2020-05, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 18.565/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de janeiro de 2021, a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (CNPJ nº 43.915.172/0001-06), por meio do Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado em 26 de março de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 24, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

Respeitosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual

MINUTA DE DECRETO

DECRETO DE DE DE 2022.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 01250.013137/2020-05 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de a partir de 16 de janeiro de 2021, a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 43.915.172/0001-06, conforme disposto no Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado em 26 de março de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2022; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Maximiliano Salvadori Martinhão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Ministro de Estado das Comunicações substituto eventual**, em 11/05/2022, às 14:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9747108** e o código CRC **9BB85CCB**.

Referência: Processo nº 01250.013137/2020-05

SEI nº 9747108

Ofício Interno nº 18995/2022/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Wagner Primo Figueiredo Neto
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos Renovação TV (9747108)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 18565/2022/SEI-MCOM (8767594) e no Parecer Jurídico nº 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9746740), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos Renovação TV (9747108), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 03/05/2022, às 11:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9747143** e o código CRC **02618EE3**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 18995/2022/MCOM - Processo nº 01250.013137/2020-05 - Nº SEI: 9747143

Ofício Interno nº 19677/2022/MCOM

Brasília, 11 de maio de 2022

À Senhora
Renata Machado Moreira
Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (9747108)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 18565/2022/SEI-MCOM (8767594) e Parecer Jurídico nº 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (9746740), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (9747108), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/05/2022, às 14:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9863204** e o código CRC **26DE45C4**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 19677/2022/MCOM - Processo nº 01250.013137/2020-05 - Nº SEI: 9863204

Brasília, 13 de Maio de 2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.013137/2020-05, invocando as razões presente na Nota Técnica nº 18.565/2021/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da minuta de Decreto Presidencial que renova, pelo prazo de quinze anos, a partir de 16 de janeiro de 2021, a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA (CNPJ nº 43.915.172/0001-06), por meio do Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado em 26 de março de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com o uso do canal 24, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maximiliano Salvadori Martinhão

DECRETO DE DE DE 2022.

Renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, caput, inciso IV, e o art. 223, caput, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e de acordo com o que consta do Processo nº 01250.013137/2020-05 do Ministério das Comunicações,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, por quinze anos, a partir de a partir de 16 de janeiro de 2021, a concessão outorgada à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA, entidade de direito privado inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 43.915.172/0001-06, conforme disposto no Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado em 26 de março de 1981, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão renovada será regida pela Lei nº 4.117 de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

Referendado eletronicamente por: Maximiliano Salvadori Martinhão

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA
JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.013137/2020-05

INTERESSADOS: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

I. Pedido de renovação da outorga formulado pela TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA ., com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, pelo período de 16.1.2012 a 16.1.2036.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III. Processo analisado pela Secretaria de Radiodifusão nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18565/2021/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.

V. Competência do Exmo. Senhor Presidente da República, após instrução do processo pelo Ministério das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República decisão e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e § 1º, da Constituição da República, do art. 6º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, § 2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão e Telecomunicações,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA . encaminhado pela Secretaria de Radiodifusão para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, no período de 16 de janeiro de 2021 a 16 de janeiro de 2036.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 18565/2021/SEI-MCOM, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos (SEI nº 8767594):

7. No caso em apreço, conferiu-se à TV Studios Silvio Santos Ltda, atualmente denominada TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda, a outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme Decreto nº 85.841, de 25 de março de 1981, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de março de 1981 (SEI 8151252 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a entidade foi publicado no Diário Oficial da União do dia 16 de janeiro de 1976 (SEI 9658817).

8. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao período de 2006-2021. De acordo com o Decreto s/n, de 27 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de novembro de 2008, a concessão foi renovada, pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir de 16 de janeiro de 2006 (SEI 8151252 - Pág. 3). O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 947, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de dezembro de 2009 (SEI 8151252 - Pág. 4).

3. No requerimento protocolado em 17.3.2020 (SEI nº 5293338), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Radiodifusão na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada, na qual também se pugnou pela análise jurídica desta CONJUR/MCOM: "Sendo assim, esta Secretaria de Radiodifusão assenta o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, em tecnologia digital, na localidade do Rio de Janeiro/RJ, nos termos do art. 6º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963".

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº

3/8

13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Radiodifusão opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 18565/2021/SEI-MCOM.

22. O pedido fora apresentado tempestivamente, nos termos do art. 4º, da Lei nº 5.785/72, segundo o qual o requerimento deve ser apresentado durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga. No caso, o pedido foi apresentado em 17.3.2020 e o prazo da outorga somente venceu em 16.1.2021 (SEI 5293338).

23. Registre-se que houve ratificação do pleito em 30.7.2020 (SEI nº 5745806). Tanto o pedido originário quanto o novo pedido foram devidamente subscritos pelos representantes legais da entidade, José Roberto dos Santos Maciel e Júlio César Garcia Dantas, respectivamente, diretor superintendente e diretor financeiro, conforme consta da Ata da Reunião Extraordinária de Sócios realizada em 14.11.2018 (SEI 5293341, fls. 1/4).

24. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Radiodifusão atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo "Lista de Verificação de Documentos" (SEI 8056889).

25. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

4/8

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

26. Sobre o assunto, a Secretaria de Radiodifusão se manifestou da seguinte forma:

10. A documentação apresentada pela entidade e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 8056889). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

5/8

I - certidão de antecedentes criminais; II - informações sobre pessoa jurídica;
III - outras expressamente previstas em lei.

11. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente ascertidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

12. Nesse sentido, a entidade juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que o seu atual quadro societário e diretivo coaduna com o último homologado por este Ministério das Comunicações (SEI 8056889).

(...)

16. A entidade apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntouse, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 8056889).

17. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbra quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

27. Com efeito, foi apresentada ficha cadastral completa, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SEI nº 7888422); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SEI nº 5293349); prova de inscrição no CNPJ (SEI nº 5293350); prova de regularidade perante a Fazenda federal e a seguridade social (SEI nº 5293351), às Fazendas estadual (SEI nº 5293352), municipal da sede da pessoa jurídica (SEI nº 5293353); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL (SEI nº 570919); prova de regularidade relativa à ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SEI nº 5293354); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI nº 5293355).

28. Observa-se que a maioria das certidões venceram no curso da instrução processual. Tal fato não constitui irregularidade, pois à época em que foram apresentadas estavam perfeitamente válidas. Além disso, por ocasião da assinatura do termo aditivo deverão ser renovadas.

29. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelo representante legal da entidade, em conformidade com as exigências normativas (SEI nº 5745806, 8149658, fl. 2, e 7888412).

30. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Radiodifusão prestou os seguintes esclarecimentos:

18. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

(...)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a

entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

20. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga.

Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de agosto de 2018 e válida até 12 de fevereiro de 2023 (SEI 8564629 - Págs. 1011). Ainda sobre assunto, a Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares se manifestou nos autos, conforme segue (SEI 8706624):

[...] Assim, tendo em vista o que consta nos itens acima, que a estação do serviço de radiodifusão de sons e imagens (TV), com utilização do canal 24 (vinte e quatro), na localidade de RIO DE JANEIRO/RJ, encontra-se licenciada e ainda que as características técnicas da estação encontram-se no Sistema Mosaico (SEI nº 8706573) e na Licença para Funcionamento da Estação (SEI nº 8706569), em conformidade, portanto, com a legislação vigente, o presente pleito de Renovação de Outorga apresentado pela Entidade está apto tecnicamente para prosseguimento, tendo em vista a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, da estação de radiodifusão.

31. Já no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, cuidou a Secretaria de Radiodifusão das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

15. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 5701915 - Págs. 2-4). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SEI 8192560).

32. Relativamente aos limites de outorga, a Secretaria de Radiodifusão constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

13. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 7 de abril de 2022 (SEI 9659014).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a entidade explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Em relação aos sócios e diretores, tem-se as seguintes informações:

14.1. As sócias Daniela Abravanel Beyruti e Renata Abravanel Curado compõem o quadro societário de outras quatro pessoas jurídicas, que exploram o serviço de

radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Brasília/DF, Ribeirão Preto/SP, São Paulo/SP e Porto Alegre/RS.

14.2. O diretor Frederico Muller Junior participa do quadro diretivo de outras quatro pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Belém/PA, Jaú/SP, São Paulo/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.3. O diretor Júlio César Garcia Dantas participa do quadro diretivo de outras cinco pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Belém/PA, Porto Alegre/RS, Jaú/SP, São Paulo/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.4. A diretora Sara Benvinda Soares compõe o quadro societário/diretivo de outras três pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Araçatuba/SP, Sorocaba/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.5. O diretor José Roberto dos Santos Maciel participa do quadro diretivo de outras sete pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Belém/PA, Porto Alegre/RS, Brasília/DF, Ribeirão Preto/SP, São Paulo/SP e Nova Friburgo/RJ.

14.6. O diretor Fernando Justus Fischer participa do quadro diretivo de outras duas pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão de sons e imagens, nas seguintes localidades: Porto Alegre/RS e Brasília/DF.

33. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Radiodifusão.

34. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

35. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

III - CONCLUSÃO

36. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição do processo à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 26 de abril de 2022.

DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250013137202005 e da chave de acesso a30782c4

Documento assinado eletronicamente por DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 872104297 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELLE LUSTZ PORTELA BRASIL. Data e Hora: 26-04-2022 14:49. Número de Série: 34510785124267274380876149525. Emissor: Autoridade

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/872161325>

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO CONSULTORIA
JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES - CGRT
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00826/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.013137/2020-05

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação de serviço de radiodifusão de sons e imagens

1. Aprovo o PARECER n. 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr^a. Danielle Lustz

Portela Brasil, advogada da União e Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Comercial e Serviços Ancilares.

2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Rio de Janeiro/RJ, no período de 16 de janeiro de 2012 a 16 de janeiro de 2036.

3. Conforme os termos do PARECER n. 00244/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, desde que observados os requisitos previstos na legislação, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente concedida para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, e pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

4. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18565/2022/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Rio de Janeiro/RJ, concedida à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 16 de janeiro de 2012 a 16 de janeiro de 2036.

6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta subscrever a minuta de exposição de motivos com a finalidade de submeter à Presidência da República a minuta decreto presidencial que trata da renovação da outorga anteriormente concedida à TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA.

7. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 26 de abril de 2022.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE
RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250013137202005 e da chave de acesso

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 872161325 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 26-042022 16:18. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

<https://sapiens.agu.gov.br/documento/872299522>

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES GABINETE -
GAB

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES ESPLANADA
DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 00829/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.013137/2020-05

INTERESSADOS: TVSBT CANAL 11 DO RIO DE JANEIRO LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo a manifestação jurídica pelos seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se conforme sugerido.

Brasília, 26 de abril de 2022.

CAROLINA SCHERER BICCA
CONSULTORA JURÍDICA MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250013137202005 e da chave de acesso a30782c4

Documento assinado eletronicamente por CAROLINA SCHERER BICCA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 872299522 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CAROLINA SCHERER BICCA. Data e Hora: 26-042022 16:36. Número de Série: 1785584. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Assinado eletronicamente por: Carolina Scherer Bicca



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 11338/2022/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão - Processo
nº 01250.013137/2020-05.**

Senhor Subchefe,

Encaminha-se o presente processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 13/05/2022, às 17:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **9874041** e o código CRC **3F3DB942**.